

CONTROVÉRSIAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

história, desenvolvimento
e revolução

Maria Malta
Jaime Léon
Carla Curty
Bruno Borja
[ORGS.]

Maria Malta ■ Jaime Léon ■ Carla Curty ■ Bruno Borja [ORGS.]

CONTROVÉRSIAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

história, desenvolvimento
e revolução



mórula
EDITORIAL

Todos os direitos desta edição reservados
à MV Serviços e Editora Ltda.

CONSELHO EDITORIAL

Ana Lole, Eduardo Granja Coutinho, José Paulo Netto
Lia Rocha, Mauro Iasi e Virgínia Fontes

REVISÃO

Marília Gonçalves

CAPA

Arte de Patrícia Oliveira sobre foto
de Lula Marques (Agência PT)

PROJETO GRÁFICO MIOLO

Marisa Araujo

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Elaborado por Gabriela Faray Ferreira Lopes — CRB 7/6643

C782

Controvérsias do pensamento econômico brasileiro [recurso eletrônico] :
história, desenvolvimento e revolução / organização Maria Malta ... [et al.]. – 1.
ed. – Rio de Janeiro : Mórula, 2022.

recurso digital ; 2.4 MB

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86464-96-2 (recurso eletrônico)

1. Economia – História – Brasil. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil.
3. Livros eletrônicos. I. Malta, Maria.

22-77443

CDD: 330.0981

CDU: 330(81)(09)



Rua Teotônio Regadas 26 sala 904

20021_360 _ Lapa _ Rio de Janeiro _ RJ

www.morula.com.br _ contato@morula.com.br

[f/morulaeditorial](https://www.facebook.com/morulaeditorial) [@morula_editorial](https://www.instagram.com/morula_editorial)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
<i>Alfredo Saad Filho</i>	
INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO AOS LEITORES	10
<i>Bruno Borja, Carla Curty, Jaime León e Maria Malta</i>	
PARTE 1 – COMO CONTAR A HISTÓRIA – MÉTODO, PENSAMENTO E VERSÕES EM DISPUTA	40
Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias	41
<i>Carla Curty e Maria Malta</i>	
Intérpretes do Brasil: influências na origem do pensamento econômico brasileiro	79
<i>Carla Curty, Maria Malta e Bruno Borja</i>	
A história econômica do Brasil em controvérsia: Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado	109
<i>Bruno Borja</i>	
PARTE 2 – REVOLUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA: A HISTÓRIA DE UM BRASIL QUE PODERIA TER SIDO	148
Revisitando as origens da controvérsia da revolução brasileira: um debate entre Octávio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio Xavier	149
<i>Filipe Leite Pinheiro</i>	

Visões da Revolução Brasileira: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior e Florestan Fernandes <i>Bruno Borja, Carla Curty e Jaime Léon</i>	183
Subdesenvolvimento e Dependência: uma análise do pensamento de Celso Furtado e sua aproximação com a teoria da dependência <i>Wilson Vieira</i>	223
Sementes do subdesenvolvimento brasileiro: propriedade, força de trabalho e produção em controvérsia <i>Larissa Mazolli Veiga e Maria Malta</i>	263
Democracia restrita, democracia de massas e crise da Nova República <i>Jaime Léon e Maria Malta</i>	295
Um pouco de quem somos	324

APRESENTAÇÃO

Alfredo Saad Filho¹

Esta obra coletiva editada pelos professores Maria Malta, Jaime León, Carla Curty e Bruno Borja oferece uma contribuição criteriosa e inovadora à História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB). Para além disso, ao alinhar uma história crítica e engajada do pensamento sobre desenvolvimento no Brasil, esse livro também aponta os rumos para uma renovação da atividade política de esquerda no país. Quando um livro pode transformar nossa compreensão do passado e, simultaneamente, informar a construção política do futuro, ele se torna uma obra clássica.

O exame da HPEB nesta obra demonstra a fertilidade ímpar do pensamento social brasileiro, que floresce ao longo do século XX em meio a um turbilhão de transformações radicais na economia e na sociedade. Essa fertilidade e a relevância prática da obra de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr, Celso Furtado, Florestan Fernandes e dos demais intelectuais de primeira linha revisados neste volume não foram conquistas puramente acadêmicas por parte de personagens desconectados da vida do povo. Pelo contrário, este livro mostra como suas ideias derivam do profundo compromisso político dos nossos intelectuais-chave, muitas vezes com graves riscos pessoais devido às repetidas ondas de repressão política no país. Os nossos autores defrontaram-se, então, ao longo de décadas, com os graves problemas e as tensões emergentes no Brasil, com suas consequências políticas e com a construção de alternativas, tanto de dentro como de fora do governo. Sua integridade intelectual salta aos olhos, e o reconhecimento de sua contribuição demanda uma seriedade correspondente

¹ Professor de Economia Política e Desenvolvimento Internacional no Departamento de Desenvolvimento Internacional do Kings College, Londres.

na leitura de sua obra. Infelizmente, por muito tempo até o lançamento deste livro, seus trabalhos estavam dormentes e não receberam a atenção merecida.

Os autores lidos e (re)interpretados nos capítulos que se seguem lançaram projetos intelectuais convergentes porém jamais idênticos, buscando a elucidação da dinâmica do desenvolvimento brasileiro, suas contradições, limites e – muito importante para eles – os seus pontos de tensão, onde a intervenção do povo mobilizado poderia transformar a realidade numa direção progressista. Poucos países periféricos podem contar com duas gerações de pensadores brilhantes, críticos, originais e comprometidos com a realização do potencial da nação e de sua maioria pobre, até hoje dominada, humilhada, reprimida e explorada.



As vertiginosas ondas transformadoras que marcaram a economia brasileira no último século, incluindo, com destaque, a industrialização por substituição de importações e a transição ao neoliberalismo, foram acompanhadas por profundas mudanças sociais e graves dramas políticos. Apesar disso, as raízes da sociedade nacional se mantiveram inalteradas. Assim como há um século, o Brasil de hoje continua marcado pela herança escravista e por um racismo entranhado, um elitismo renitente, uma forte repressão à maioria pobre e um desenvolvimento dirigido pelas relações externas, em geral, e pela subordinação ao centro imperialista, em particular. O país continua a padecer da hegemonia de padrões de consumo importados do Norte e da deliberada ignorância das elites frente aos valores e expressões culturais nacionais. O desprezo pela maioria, a exclusão social e a repressão política estão profundamente ligados às desigualdades econômicas, sociais e regionais: tudo gira em torno da reprodução do poder das elites. A continuidade dessas diferenças, desigualdades e relações de subordinação tem sido a característica definidora do Estado brasileiro, o

princípio norteador das políticas públicas e o principal entrave à construção de uma ordem democrática e o reconhecimento da cidadania.

Ao analisar criticamente as ideias, sonhos, desafios e engajamentos dos maiores intérpretes do Brasil, este livro oferece uma metodologia materialista inovadora para a compreensão da HPEB. A abordagem desenvolvida aqui examina os respectivos papéis da teoria, da história e da ideologia dominantes, e as questões da população, da estrutura social e produtiva (especialmente as relações entre agricultura e indústria), da organização e distribuição do trabalho, do papel do imperialismo e da composição e do papel histórico das elites e dos trabalhadores, camponeses e camadas médias. Esses tópicos – que podem ser sumariados no conceito de ‘modo de produção’ aplicado ao momento histórico, ou seja, o sistema de acumulação e suas transformações – iluminam a discussão sobre a tática e a estratégia dos movimentos socialistas e o escopo para alianças entre as forças de esquerda. Enfrentar esses desafios, tanto na teoria quanto na prática, é essencial para toda forma de engajamento progressista com a história do Brasil e, em última instância, para a superação do capitalismo no país; ou seja, o caráter e as possibilidades da revolução brasileira.

A investigação apresentada nesta obra visa, então, iluminar a natureza única do capitalismo no Brasil e os caminhos para sua superação. Para tal, os ensaios neste livro enfocam as controvérsias relevantes, ao invés da ênfase neoclássica na construção de modelos a partir de elementos arbitrários e desconectados. Este livro também não presume que haja uma evolução linear do pensamento rumo a uma ‘verdade’ transcendente: ou seja, as ideias são identificadas e tratadas não de forma abstrata e (supostamente) ‘pura’, mas em seu contexto econômico e social, e através das polêmicas intelectuais e confrontos políticos nos quais elas emergiram. Essa abordagem torna inseparáveis a teoria e a história, o que seguramente é o método correto de exposição dentro do materialismo.

A esquerda brasileira sempre enfrentou muitos desafios, e seus personagens correram grandes riscos em muitos momentos. Muitos pagaram o preço mais alto por sua ousadia. O primeiro ciclo da esquerda no país girou em torno de ativistas sindicais anarquistas e comunistas baseados nas principais cidades do Brasil entre o início do século XX e a chamada “revolução” de 1930. Esse ciclo foi destroçado pela repressão varguista. O segundo ciclo emergiu a partir das mobilizações pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e pela nacionalização do petróleo, e foi liderado pelo Partido Comunista Brasileiro. Esse ciclo durou de meados dos anos 1940 até seu esmagamento na esteira do golpe de 1964. O terceiro ciclo emerge, gradualmente, uma década depois, e se consolida através da fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980. Esse ciclo, pujante, porém cada vez mais reformista, se encerra entre as mobilizações de 2013 e o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff. Vivemos, agora, um novo interregno, do qual deve surgir uma nova forma de mobilização popular, inspirada por ideais de esquerda – definidos pela busca de igualdade, solidariedade e distribuição de renda, riqueza e poder – e organizada em estruturas ainda por surgir. Não se trata, portanto, de advogar a construção imediata de um novo partido, ou de postular a fusão das organizações já existentes. Assim como nos ciclos anteriores da esquerda brasileira, a questão é identificar o sistema de acumulação nacional e a composição da classe trabalhadora que corresponde a ele; a partir daí, desenvolver estruturas de representação da classe e de seus setores periféricos e aliados da maneira como eles existem na realidade concreta. Esse não é um desafio acadêmico ou uma tarefa que possa ser desempenhada em conferências ou em reuniões de ativistas. Trata-se, ao contrário, de viver as lutas de classe que existem na realidade, tentar novas avenidas de defesa e de confronto, examinar as lições das derrotas, e aplicar os ensinamentos das vitórias. As novas estruturas organizativas não serão encontradas na cabeça dos intelectuais, mas emergirão do embate prático nas ruas.

Essas lições fundamentais foram capturadas por nossos autores. Apesar de seu intelecto superior, eles nunca postularam a superioridade do escrito sobre

a ação prática; ao contrário, suas obras intelectuais serviram a propósitos práticos e urgentes de luta política. Eles se engajaram, trabalharam em conjunto com muitos outros, debateram, se desentenderam e aprenderam com os mais humildes. A sua lição mais candente é que suas obras se subordinam à luta pela democratização do Estado e da sociedade e pela melhoria das condições de vida do povo. Esses são, também, os ideais que movem esta obra com a qual os leitores se engajam a partir de agora. Bom proveito!

Londres, agosto de 2020.

INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO AOS LEITORES

Este livro é um dos resultados de uma pesquisa de oito anos sobre pensadores brasileiros e seus principais debates ao longo do período republicano no Brasil (de 1889 até os dias de hoje) e do amadurecimento da pesquisa iniciada anteriormente e apresentada no livro “Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro” (2011). É um trabalho coletivo desenvolvido por um grupo de autores e autoras que constroem juntos um método para abordar a história do pensamento econômico baseado em um ponto de vista marxista e que escreveu todos os artigos no espaço sistemático do debate em grupo. O método agora é reconhecido em todo o Brasil e tem sido muito bem aceito nos debates latino-americanos e europeus sobre a História do Pensamento Econômico (HPE). A apresentação deste método é feita no primeiro capítulo, “Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias”, escrito por Carla Curty e Maria Malta.

Esta introdução pretende levar o leitor e a leitora ao longo da construção da História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB) durante os tempos republicanos, convidando-os para uma viagem pelas principais controvérsias que se destacaram para os pensadores e as pensadoras socioeconômicos brasileiros. De acordo com o método proposto para compreender a formação dessas controvérsias, é fundamental o conhecimento do movimento histórico que as gesta e incita. Neste sentido, a presente introdução busca cumprir o papel de

dar ao leitor e à leitora, que adentram o universo de debates do pensamento econômico e social brasileiro durante a República, o caminho de aproximação do referido movimento que será o recheio do livro que tem em mãos.

O trabalho é apresentado em duas partes. A primeira parte é mais teórica e tem um capítulo de abertura apresentando o método, citado anteriormente, e mais dois capítulos que discutem as origens da História do Pensamento Econômico Brasileiro e da História Econômica do Brasil. Em ambos os casos, os capítulos apresentam uma crítica metodológica à forma estabelecida de construir essas áreas no Brasil, usando o ponto de vista marxista como chave para apresentar uma nova perspectiva. A segunda parte do livro é baseada na história de controvérsias essenciais que foram desenvolvidas no Brasil. Esses debates são fundamentais para entender os principais motivos pelos quais o pensamento sobre a nação brasileira e suas transformações foram estabelecidos. As controvérsias exploradas são sobre revolução brasileira, subdesenvolvimento, dependência, heterogeneidade estrutural e democracia. Esta introdução cumpre o papel de enunciar alguns fatos históricos mais relevantes para essas controvérsias, no sentido de localizar o contexto em que ocorreram. Com isso, não se tem a pretensão de explorar profundamente todos os fatos históricos do período desde a instauração da República até os dias de hoje, mas apenas dar o sentido do movimento em que se desenvolvem as controvérsias analisadas neste livro.

Uma aproximação à história da República brasileira

A República brasileira começou com um golpe militar. Um general monarquista, amigo do imperador, montado em um cavalo branco anunciou a República diante de um grupo de militares e destituiu o imperador. Poucos poderiam imaginar – mas alguns certamente já desejavam – que esta fosse a tônica da história dos 130 anos seguintes: golpes de elite para manter o país sempre fiel ao paradigma de Lampedusa em *Il Gattopardo*: “tudo deve mudar para que tudo permaneça como está”. De fato, Octavio Ianni lembrou no texto

“Raízes da Antidemocracia na América Latina”, de 1988, que a história das sociedades latino-americanas é a história de sucessivos golpes de Estado, dados sempre em nome de uma suposta democracia. Este fato é tão contraditório e tão característico do Brasil que inúmeras foram as constituições promulgadas e os golpes dados desde o início do processo de independência política, no começo do século XIX até fins do século XX.

Não são poucos os intérpretes do Brasil que enxergam na Proclamação da República e/ou na abolição da escravidão o início de uma sociedade de classes e a origem da revolução burguesa no Brasil. Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes são dois importantes deles. De fato, após a Proclamação da República, organizou-se um regime liberal com características muito peculiares, no qual a referência fundamental era a experiência estadunidense. A Constituição de 1891 era tão intensamente baseada no federalismo dos Estados Unidos da América que até o primeiro nome republicano do país era quase uma cópia dele: República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. A combinação de uma estrutura política importada do exterior junto com a forma histórica de construção da República brasileira, na qual a unificação não implicou em ampla guerra civil definidora das posições políticas, deu ensejo a uma combinação típica de formações sociais de origem colonial: uma república liberal-oligárquica filha de um golpe militar.

O contexto da Proclamação da República e da abolição da escravidão, para mencionar algumas das muitas mudanças na sociedade brasileira no período, são o pano de fundo para as primeiras intervenções do que se convencionou chamar de “Interpretações do Brasil”. As contribuições dos intérpretes do Brasil são movimentos de análise da realidade brasileira e suas especificidades, que buscam compreender o processo histórico de configuração da sociedade. Assim, através de um balanço histórico, compreender a conjuntura brasileira com a qual se deparam e apresentar uma proposta de projeto político para o futuro do país.

A primeira geração dos intérpretes do Brasil se dá nesse período do final do século XIX, no contexto da Proclamação da República e da abolição da escravidão. Já uma segunda geração, talvez a mais conhecida das interpretações do Brasil, se dá nos anos 1930, com a marca das transformações modernizadoras que a sociedade brasileira vivia, em seus âmbitos político, econômico, social e cultural. No capítulo “Intérpretes do Brasil: influências na origem do pensamento econômico brasileiro”, de autoria de Carla Curty, Maria Malta e Bruno Borja, temos a apresentação do que são os intérpretes do Brasil e a análise de algumas das interpretações realizadas por autores da primeira e da segunda geração.

Tivemos então uma primeira República conhecida, inicialmente, como “República da espada”. Uma República com uma constituição liberal dirigida por militares. Era o primeiro “grande acordão”: paulistas e mineiros com tendências republicanas-liberais e gaúchos com influências republicanas-positivistas se uniram com militares centrados no exército, formando uma coalizão republicana. A Constituição foi escrita por assembleia constituinte eleita diretamente e convocada imediatamente após o golpe. Poderia parecer tudo muito democrático, mas os eleitores eram apenas homens, maiores de idade e alfabetizados, o que excluía boa parte dos escravizados recém-libertos e todas as mulheres, ou seja, excluía a maioria expressiva dos trabalhadores, inclusive clérigos e militares sem patente de oficial. A constituinte eleita reuniu-se em 15 de novembro de 1890 e elaborou a Constituição que promulgou em 24 de fevereiro de 1891 com base no projeto de Rui Barbosa, jurista brasileiro liberal e americanista, que será o Ministro da Fazenda do governo provisório.

Marechal Deodoro da Fonseca foi eleito indiretamente pelos deputados constituintes e tinha como vice um opositor, o Marechal Floriano Peixoto. Logo o primeiro presidente brasileiro, de tendências mais autocráticas, oito meses depois de eleito, quis fechar o congresso. Com o episódio de tentativa de fechamento do congresso e decretação de estado de sítio, Deodoro se enfraqueceu, não tendo recebido apoio de parte dos militares, mas muitas críticas dos civis

brasileiros, e acabou renunciando em 23 de novembro de 1891. Em oito meses, então, o Brasil tinha seu primeiro vice-presidente governando o país. Pelas normas constitucionais, o vice deveria convocar novas eleições, mas, com o apoio das elites paulistas, não o fez, temendo uma suposta “instabilidade política”. Seu argumento legalista era que o artigo 42 da Constituição, que determinava a convocação de novas eleições caso a presidência ou a vice-presidência vagassem antes de decorridos dois anos do mandato, só se aplicava a presidentes eleitos diretamente. Floriano teve seu governo marcado por revoltas militares.

A política econômica da República da espada se caracterizou pela decisão, ainda no governo provisório, de apoiar a indústria nacional e garantir empréstimos para financiar empresas e o pagamento dos assalariados, utilizando a emissão monetária como mecanismo de geração de dívida. A economia de base escravista se monetizava. Este processo, não tendo sido acompanhado de um controle adequado de registro e garantias, deu espaço a um grande número de fraudes, tais como tomada de empréstimos para empresas que só existiam no papel. A política não chegou ao final de 1891, porém arruinou muitos capitalistas iniciantes e deixou uma marca muito complicada nas políticas de apoio ao crédito financiadas com emissão monetária.

De toda forma, o mandato de Floriano Peixoto foi marcado por muitas revoltas e instabilidade. As elites paulista e mineira articulavam a sucessão em nome de estabilizar a República. As primeiras eleições diretas, em 1894, colocaram na presidência o paulista Prudente de Moraes, primeiro presidente civil eleito. Vale lembrar, no entanto, que se tratava de um processo em que o voto era aberto e em que só participavam homens, alfabetizados, maiores de 21 anos, mas que não fossem moradores de rua, clérigos ou militares sem patente de oficial, isto é, apenas 6% da população brasileira da época. Uma democracia *sui generis*.

A República estabelecida então tinha características bastante peculiares e ficou conhecida como República oligárquica, pois com voto aberto era bastante simples haver controle sobre o colégio eleitoral. Não havia também justiça eleitoral e eram os próprios senhores locais que organizavam as eleições, os

mesmos responsáveis pela elaboração das atas e declaração de resultados. Do âmbito local até a eleição dos presidentes de estado (equivalentes aos governadores de hoje) e a do presidente da república, os acordos eram feitos amiúde. No que tange à Presidência da República, a sucessão de presidentes mineiros e paulistas, os dois estados mais ricos do país, se estabeleceu como regra. Daí a alcunha de política do café com leite, expressando a unidade política entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, principais produtores de café e Minas Gerais também grande produtor de leite.

Do ponto de vista econômico, a primeira República teve que lidar com grandes problemas, como uma grave crise de superprodução em 1893 que afetou significativamente seu principal produto de exportação, o café. Cinco anos depois, o endividamento brasileiro era tanto que o presidente Campos Sales teve que fazer o primeiro acordo com credores internacionais para receber um empréstimo com condicionalidades: 10 milhões de libras dos Rothschild em troca de uma política econômica deflacionária. A recessão se estabeleceu com o corte de crédito e, em mais alguns anos, a crise do café se aprofundava. Sob a Doutrina Monroe, a política do *Big Stick* e a diplomacia do dólar, a América respondia principalmente aos interesses dos EUA, e o café não era centro desta política, enquanto no Brasil todas as movimentações da política econômica eram no sentido de defender os preços do café. A situação de dependência econômica do Brasil em relação aos resultados deste produto criou forte pressão sobre a discussão da necessidade de estabelecimento de uma indústria e uma economia nacional. Ao mesmo tempo, fortunas do erário brasileiro eram gastas em políticas de garantia de lucros para os fazendeiros de café.

Neste contexto, a agenda genérica de corrupção foi trazida como uma crítica fundamental ao governo liberal por seus detratores conservadores. Pensadores autoritários apresentaram várias denúncias de corrupção no processo eleitoral, e um dos argumentos preferidos em defesa de um Estado autoritário foi o fato de a parafernália do sistema político liberal ser corrupta e cara, de modo que a verdadeira democracia estaria em encontrar o líder certo. Além dos panfletos e

textos autoritários, antes e sob uma perspectiva diversa, algumas críticas populares, como a Revista *Illustrada* e *Dom Quixote*, editada por Angelo Agostini, continham artigos e cartuns criticando a maneira como o sistema político era realizado no Brasil. O que havia de apelativo na crítica dos autoritários era que eles também reconheciam ser fundamental enfrentar o problema da formação da nacionalidade nos países colonizados. Suas contribuições sobre os temas da formação da nação, a identidade do povo brasileiro e uma concepção de Estado forte e hierarquicamente organizado foram essenciais durante a formação de movimentos que contestavam a ordem liberal em curso. A Primeira Guerra Mundial ainda aprofundou essas questões, com mais uma quebra na demanda mundial de café e o questionamento do liberalismo como forma de organização econômica e social.

A Revolução Russa de 1917 e a organização dos trabalhadores no Brasil também compunham o quadro de críticas ao liberalismo, porém pela esquerda. Desde final do século XIX, havia forte influência anarquista nos movimentos dos trabalhadores brasileiros, marcados pelas migrações de trabalhadores europeus próximos ao anarquismo e ao comunismo. No início do século XX, antes mesmo da Revolução Russa de 1917, podemos perceber a influência do chamado Ensaio Geral de 1905 (a revolução de 1905 na Rússia) na organização dos trabalhadores no Brasil, assim como a reação conservadora a estes movimentos. Em 1907 e 1913 foram aprovadas leis de deportação para estrangeiros agitadores que estivessem em solo brasileiro. O período de 1917 a 1920 também seria emblemático no Brasil, pois seria marcado por uma série de manifestações e greves.

A primeira greve geral do país começou em junho de 1917 a partir de reivindicações de um grupo de cerca de 400 operários, em sua maioria mulheres, de uma fábrica têxtil de São Paulo (Cotonifício Crespi, no bairro da Mooca). As pautas daquele movimento – redução da jornada de trabalho, aumento salarial, entre outras questões específicas como a questão do assédio sexual na fábrica – se generalizaram, com a adesão de trabalhadores e trabalhado-

ras de outras categorias, alastrando-se pela capital paulista, pelas cidades do interior do estado de São Paulo, e chegando aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul até meados de julho do mesmo ano. Segundo Konder (2003), essa mobilização chegou a envolver cerca de 100 mil pessoas. Entre 1917 e 1920 houve mais de 200 greves no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em outras partes do país também foram realizadas ações influenciadas pelo movimento revolucionário russo: em Recife, por exemplo, criou-se a Federação das Classes Trabalhadoras.

O marxismo e o socialismo são referências mais esparsas entre as organizações dos trabalhadores e na intelectualidade no Brasil até a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. Em 1921, foi formado o Grupo Comunista, que tinha como objetivo a fundação posterior do Partido Comunista do Brasil e a reunião dos dispersos núcleos comunistas espalhados pelo país. Uma dissidência do movimento anarquista com representantes de São Paulo, Porto Alegre, Recife, Cruzeiro e Niterói seria responsável pela fundação, entre os dias 25 e 27 de março de 1922, do Partido Comunista do Brasil (PCB). Houve certa urgência na criação e organização do partido, em vista do 4º Congresso da Internacional Comunista (IC) de Moscou naquele mesmo ano. Seu objetivo, como publicado no “Movimento Comunista”, revista editada pelo grupo fundador do partido, era atuar como organização política do proletariado em âmbito internacional. O reconhecimento do PCB por parte da IC só viria em 1924, quando se torna seção brasileira da Internacional Comunista.

Do ponto de vista da esquerda e da classe trabalhadora, dois outros movimentos ocorridos nos anos 1920 foram importantes, marcando o que ficou conhecido como tenentismo. Era um momento em que a situação do exército estava bastante desalentadora, com falta de armamento, cavalos, medicamentos, instruções para as tropas, com os soldos baixos, sem nenhum indicativo de aumento por parte do governo, além da lentidão das promoções da carreira dos oficiais. Os principais afetados por estas condições eram os tenentes. Além de estarem descontentes, os oficiais também discordavam da nomeação de um

civil, Pandiá Calógeras, para o Ministério da Guerra da presidência de Epitácio Pessoa. Por conta da situação descrita, eclodiram diversos levantes militares que visavam derrubar o governo, liderados, em sua maioria, por tenentes, por isso o nome tenentismo. Os principais movimentos tenentistas foram o movimento dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, e a Coluna Prestes, de 1924 a 1927.

O levante dos 18 do Forte de Copacabana teve como estopim a disputa eleitoral para a Presidência da República de 1921. A pauta de críticas do movimento se organizava em torno das críticas à chamada República do Café com Leite, supracitada, e os descontentamentos dos oficiais por conta das condições de trabalho. A princípio, os levantes ocorreriam por diversos batalhões no Rio de Janeiro, no entanto, no dia 5 de julho de 1922, somente no Forte de Copacabana e na Escola Militar houve levantes, que foram logo combatidos.

A Coluna Prestes, liderada pelo capitão do exército Luís Carlos Prestes, foi um levante popular contra o governo que se rebelou em outubro de 1924. Um grupo de cerca de 1.500 militares percorreu cerca de 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados brasileiros. Reivindicavam uma legislação social que abarcasse todas as necessidades do país e uma reforma constitucional. Tinham um programa político de cunho altamente crítico. O movimento ganhou forte apoio popular por onde passou, recebendo também forte oposição da estrutura política oficial, sendo duramente perseguido.

Neste sentido, surgem também as interpretações marxistas da realidade brasileira, não apenas com a síntese teórica de influência de formulações intelectuais do exterior, mas também por meio do enfrentamento de diferentes formulações teórico-políticas de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora brasileira que tinham como propósito intervir politicamente naquele Brasil em profunda disputa. No decurso daquela vaga de acontecimentos históricos, transcorre o debate entre Octávio Brandão, Mário Pedrosa e Lívio Xavier, autores que procuraram compreender o sentido do processo histórico brasileiro para transformar o país rumo ao socialismo – itinerário teórico que culmina na elaboração de imagens marxistas do Brasil, fundamentais para demarcar as

origens da controvérsia da revolução brasileira. A controvérsia entre estes autores será apresentada no capítulo “Revisitando as origens da controvérsia da revolução brasileira: um debate entre Octávio Brandão, Mário Pedrosa e Lívio Xavier”, escrito por Filipe Leite Pinheiro.

É central notar, no entanto, que a crise de 1929 foi crucial para dar espaço na arena política aos movimentos que deram corpo à chamada “revolução” de 1930, um golpe de Estado que se transformou em um regime autoritário de quinze anos, recrudescido depois de se autodenominar “Estado Novo” em 1937, quando fechou o congresso e produziu nova constituição. A crise parecia demonstrar o fracasso do capitalismo e do regime político liberal. Sendo assim, a ‘revolução’ de 1930 queria ser a resposta para todo esse problema, e foi um movimento liderado pela pequena burguesia urbana, principalmente advogados, funcionários públicos e oficiais militares, e marcado pelo pensamento autoritário.

Nessas condições, a ditadura autoritária brasileira nasceu considerada por seus líderes como o regime mais adequado às características do país, e não apenas um expediente ditado pelas circunstâncias. Apesar disso, no discurso político e nas formulações intelectuais, o autoritarismo se apresentava como verdadeira democracia, um regime que libertou o povo brasileiro e o Estado da parafernália de partidos e eleições, típica dos regimes liberais. Porém, a política de Vargas não tinha apenas os liberais como seus inimigos, na verdade seus inimigos declarados eram as organizações e militantes comunistas, que foram explicitamente perseguidos neste período, inclusive com a promulgação da Lei de Segurança Nacional.

Os anos 1930 foram uma década politicamente intensa no Brasil, além da ‘revolução’ de 1930, outros movimentos políticos agitaram o cenário nacional. Como reação à ascensão de Vargas ao poder, em São Paulo ocorre a ‘Revolução Constitucionalista’ de 1932. São Paulo era o principal centro político da República Oligárquica, logo, era onde o governo Vargas encontrava maior resistência. Desde que Vargas assumiu o poder em 1930, tensões marcavam a relação entre a política do estado e o governo Federal. Em 9 de julho de 1932 eclodiu na ca-

pital paulista a chamada 'Revolução Constitucionalista', liderada pelo general Isidoro Dias Lopes, o mesmo do levante tenentista de 1924. O conflito durou alguns meses, até ser derrotado em 1º de outubro de 1932, com a assinatura da rendição. Ainda que tenham sido derrotados, houve ganhos políticos, com o fortalecimento do projeto constitucional, afinal, Vargas reativou a comissão que seria responsável por elaborar o anteprojeto de Constituição, com a criação de novos partidos visando concorrer às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. No entanto, com a instituição do Estado Novo em 1937, os movimentos da constituinte de 1933 acabaram sendo abafados e seus ganhos perdidos.

Da perspectiva da esquerda, os anos 1930 são marcados pelas insurgências de 1935, também conhecida como Intentona Comunista. Ainda no espírito das revoltas tenentistas dos anos 1920, a Intentona Comunista contou com apoio do PCB e foi liderada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização política que tinha Luís Carlos Prestes como seu presidente de honra, liderada por comunistas, mas que era ampla, constituída por diversos grupos e setores desiludidos com os processos políticos do governo de Vargas. As pautas da ANL giravam em torno das propostas nacionalistas, em especial, a luta pela reforma agrária. A Aliança estava espalhada por diversas cidades ao redor do país, contando com milhares de simpatizantes. Ainda em 1935, poucos meses após sua criação, a ANL é colocada na ilegalidade. Mesmo nessa condição, seguiu organizando comícios e divulgando boletins contra o governo, mais especificamente a partir de agosto de 1935, passam a preparar um movimento armado visando à derrubada de Vargas. Em novembro de 1935 ocorreram levantes militares associados à ANL. A rebelião não contou com adesão da classe trabalhadora e se restringiu a poucas cidades, sendo rápida e violentamente sufocada. A partir de então, a repressão sobre os comunistas e sobre os opositores ao governo se intensificou, ocorrendo milhares de prisões, inclusive de senadores, deputados e até mesmo do então prefeito do Distrito Federal.

Os anos 1930 também são marcados pelo levante integralista em 1938. Fundado por Plínio Salgado em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi

um movimento de inspiração fascista organizado no Brasil, com ampla capilaridade nacional, marcando as ideias autoritárias da extrema direita brasileira no período. Plínio Salgado seria candidato à Presidência da República em 1938, caso tivesse ocorrido eleição. No entanto, com o golpe de 1937 e a instalação do Estado Novo, logo passa a apoiar Vargas contra o comunismo. Plínio Salgado e a AIB tinham a expectativa de que o Estado Novo se aproximasse do integralismo, tendo este como referência política do regime e podendo inclusive compor ministérios, como o Ministério da Educação. No entanto, quando Vargas decreta o Estado Novo não há qualquer menção ao integralismo e, quando o regime decreta o fechamento dos partidos políticos, a AIB estava incluída nos partidos a serem fechados. Quando os integralistas percebem que não haveria qualquer espaço para participação no poder, as lideranças integralistas ligadas às forças armadas passam a organizar um golpe contra o governo, em 1938. Em março, os integralistas deflagram agitações em postos da marinha e uma tentativa de ocupação na Rádio Mayrink Veiga, líder de audiência à época, no Rio de Janeiro. Ataques em outros pontos da cidade tinham sido planejados, mas fracassaram devido à desorganização dos integralistas.

Do ponto de vista econômico o país passava por uma novidade, a crise mundial de 1929 alterou significativamente a centralidade que a exportação de café tinha na economia brasileira, abrindo caminho para um processo de industrialização por substituição de importações. A troca no mercado interno de produtos industriais importados pela produção nacional é o que se convencionou chamar de industrialização por substituição de importações. O governo Vargas se aproxima progressivamente da burguesia industrial, fazendo uma política fiscal expansionista e uma política de controle cambial que gera proteção à indústria nacional.

Num contexto de escalada dos conflitos internacionais que desembocariam na Segunda Guerra Mundial, Vargas joga com os interesses estadunidenses e alemães, adotando uma política comercial que favoreceu a mudança no perfil da exportação brasileira, antes muito dependente do café. Houve então maior

diversificação das exportações e da produção agrícola para o mercado interno. A tentativa dos EUA de trazerem o Brasil para o seu lado na política internacional foi barganhada por Vargas e pela burguesia industrial brasileira, em troca de apoio financeiro e técnico dos EUA para a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1940, avançando a industrialização para o setor da indústria pesada.

Como consequência principal dessa política, poderíamos dizer que o Estado Novo foi responsável pelo primeiro passo do Brasil na direção do capitalismo industrial, com a indústria ganhando centralidade na economia brasileira. Deixou uma marca na história brasileira como um dos períodos de sucesso em termos de construção de ‘interesses nacionais’ do ponto de vista burguês.

Após o golpe do Estado Novo, a burguesia industrial embarca completamente no projeto político de Vargas, e o país vive um período de intensa industrialização pela via autoritária. Uma política industrial de proteção à indústria de bens de consumo e de apoio à importação de bens de produção marca o período, aprofundando a substituição de importações. Para organizar o mercado de trabalho urbano e garantir a oferta de trabalhadores para a indústria, o governo elabora a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O Brasil está em plena transição para uma sociedade urbano-industrial, que se consolidaria na década de 1960. Nesse período de transição se desenrola uma controvérsia central no pensamento econômico brasileiro, analisada no capítulo de Bruno Borja, “A história econômica do Brasil em controvérsia: Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado”.

Em 1945, outro golpe de Estado foi proposto, para acabar com a ditadura de Getúlio Vargas. Depois de mais de 10 anos sem eleições para presidente, foi eleito o general Dutra, militar do exército e ministro da guerra durante a ditadura do Estado Novo. Com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial e a consequente derrota das nações que compunham o Eixo, os mais diversos grupos sociais começaram a pedir uma redemocratização internacional urgente. Dutra realinhou o Brasil como um país supostamente democrático sob

a área de influência dos EUA. Apesar da participação da União Soviética stalinista na vitória da guerra, a mensagem que se espalhou nas Américas era que o liberalismo e a democracia deveriam ser apoiados por todos os governos. Foi o período da criação da ONU, o sinal da Declaração dos Direitos Humanos e a disseminação dos movimentos de descolonização.

No Brasil, mesmo com a popularidade do presidente Getúlio Vargas expressa no movimento queremista (‘queremos Getúlio’), esse protesto pela ‘liberdade’ se materializou no crescimento das críticas ao Estado Novo. Setores das forças armadas e da imprensa lideraram a oposição à ditadura de Vargas. As forças militares organizaram um golpe que, em outubro de 1945, tirou Vargas da presidência e convocou novas eleições presidenciais, das quais Vargas havia sido proibido de participar. Eurico Gaspar Dutra, um dos articuladores do golpe, foi apoiado por Vargas durante sua campanha e saiu vitorioso.

É por isso que podemos dizer que as políticas internas do Brasil não mudaram muito profundamente, mas uma nova Constituição foi criada. O texto constitucional incorporou princípios liberais conhecidos, como liberdade de pensamento e expressão, liberdade de imprensa e organização partidária. No entanto, a construção da recente democracia brasileira foi profundamente abalada pela influência da Guerra Fria. Com Dutra, o Brasil se alinhou às diretrizes estadunidenses, que motivaram o corte das relações diplomáticas com a União Soviética, além da perseguição de políticos comunistas. Mais exemplarmente, pode-se citar o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), legalizado em 1945 e posto novamente na ilegalidade em 1947, tendo sido cassados os mandatos de seus representantes eleitos.

Em 1951, Getúlio Vargas voltaria à presidência, agora eleito democraticamente. Neste governo, conhecido como “segundo governo Vargas”, construiu um forte grupo de planejadores, formando a assessoria econômica da Presidência da República. Foi durante esse governo que a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, um esforço de planejadores brasileiros e estadunidenses, desenvolveu seu trabalho e entregou seu relatório.

Uma das contribuições técnicas da Comissão Mista foi formar uma equipe de trabalhadores brasileiros para elaborar projetos de desenvolvimento econômico. Essa comissão possuía ao mesmo tempo desenvolvimentistas, pensadores autoritários e conservadores. Em 1952, aprovou um total de 41 projetos de transporte e energia a serem financiados pelo Eximbank (Export-Import Bank USA), pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID-Banco Mundial) e por capitais europeus. No entanto, em 1953, a Comissão foi extinta, com a ascensão do republicano Eisenhower ao poder nos EUA, encerrando suas obras e entregando um relatório final.

Vargas mais uma vez comanda um governo com características contraditórias. A fim de avançar com o projeto de industrialização substitutiva, o governo instaurou instrumentos como a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), de outubro de 1953, pela qual houve uma reforma cambial que desvalorizou a moeda da época, o cruzeiro. Com essa instrução, foi introduzido o regime de taxas múltiplas de câmbio com a hierarquização de setores do comércio exterior de acordo com critérios de essencialidade que estabeleciam leilões de divisas. O Estado passou a se apropriar de receita não orçamentária da conta de ágios e bonificações com a intenção de ter uma fonte de combate inflacionário e, ao penalizar a entrada de importações não essenciais, aprofundou o processo substitutivo. Além disso, o governo conduziu projetos que se mostraram essenciais para o desenvolvimento econômico brasileiro, como: a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), em 1952 (mais tarde denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES); a criação do Grupo Misto Cepal-BNDE, com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), em 1953; a inauguração da Petrobras (Petróleo Brasileiro), em 1953, mantendo o monopólio estatal da produção de petróleo; e a apresentação, em 1954, do projeto de criação da Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras), que só seria inaugurada em 1962. O caso do petróleo foi alvo de importante campanha pública chamada “o petróleo é nosso”. Vargas apoiou a campanha, mas houve, então, grande polarização política.

Além de ingressar no debate sobre o desenvolvimento, os conservadores, nas décadas de 1950 e 1960, tiveram um forte discurso anticorrupção que levou a uma demanda infrutífera pelo *impeachment* de Vargas. Numa conjuntura política conturbada, Vargas foi acusado de corrupção e de tentar assassinar um dos líderes da oposição, o jornalista e político Carlos Lacerda. Houve mais uma tentativa de golpe, desta vez interrompida pelo suicídio de Vargas em agosto de 1954. Seu vice-presidente, Café Filho, assumiu o mandato e adotou uma política econômica mais liberal, estabelecendo a Instrução 113 da Sumoc, que liberalizou a entrada de capital estrangeiro através de licenças de importação sem cobertura cambial para equipamentos industriais. Na prática, a Instrução 113 consolidou os favorecimentos ao capital internacional iniciados no segundo governo Vargas e funcionou como vantagem ao investidor estrangeiro, que podia ingressar recursos a uma taxa de câmbio mais baixa que a do câmbio livre, já o investidor brasileiro não contava com financiamentos no exterior, sendo prejudicado. Porém, o fim do governo Café Filho foi turbulento. Nos últimos três meses do governo houve duas substituições de ministros da fazenda.

O próximo presidente eleito foi Juscelino Kubitschek (JK), que governaria de 1956 a 1961. JK tinha João Goulart como vice-presidente, e eles lideraram um governo desenvolvimentista, contando com grande entrada de capital estrangeiro, via instrução 113 da Sumoc. No início do mandato, foi apresentado o Plano de Metas, baseado nos estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Grupo Misto Cepal-BNDE, partindo de projetos já desenvolvidos, especialmente nas áreas de energia e infraestrutura de transportes. O foco do plano, que tinha 31 objetivos, foi o desenvolvimento de energia, transportes e indústria de bens de consumo duráveis, com o objetivo de intensificar a substituição de importações. Além disso, houve abertura ao capital estrangeiro, especialmente com a entrada da indústria automobilística internacional, que iniciou a montagem de um grande parque produtivo no Brasil, majoritariamente concentrado em São Paulo.

Ao mesmo tempo, foram implementadas muitas obras de engenharia para a construção da nova capital: Brasília. A cidade estava sendo projetada e construída a partir do esboço. Com tantas obras em andamento, a dívida interna brasileira aumentou e a inflação subiu expressivamente. Havia também rumores de peculato, pois, para acelerar a construção de Brasília, o presidente havia rejeitado o uso do sistema de concorrência pública. Essa instabilidade econômica também gerou descontentamento, além do gerado pela mudança de capital (do Rio de Janeiro para Brasília). O próximo candidato da oposição, Jânio Quadros, aproveitou a situação e prometeu restaurar a ordem investigando, punindo e administrando o país com mais honestidade. Mais uma vez, foi a agenda anticorrupção que elegeu o próximo presidente brasileiro, um fervoroso conservador com tendências autoritárias.

Jânio Quadros não passou muito tempo na presidência. Ele renunciou em sete meses, argumentando fortes pressões do governo dos EUA e esperando que o povo brasileiro o colocasse de volta no comando com uma intensa mobilização, que nunca aconteceu. Por causa de uma organização muito característica das eleições brasileiras durante esse período, o presidente e o vice-presidente podiam ser eleitos de diferentes listas partidárias, e era o caso. O vice-presidente João Goulart era membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e quase foi impedido de ser presidente por um golpe no parlamento. A solução encontrada, também de natureza golpista, foi estabelecer, pela única vez na história da República brasileira, um regime parlamentarista. Durante um ano e meio, João Goulart governou escudado por um primeiro-ministro, o que inviabilizou um governo pleno. Em janeiro de 1963, houve um plebiscito público que restaurou o presidencialismo no Brasil.

João Goulart tinha Celso Furtado e vários desenvolvimentistas em sua equipe, e apresentou uma agenda econômica mais nacionalista e independente. Mesmo que ele não fosse radical, algumas de suas medidas em relação ao controle da repatriação de lucros do capital estrangeiro e seu plano de reforma agrária não foram bem recebidos pela burguesia nacional e internacional. Essas decisões tinham um forte histórico de movimentos populares organizados na

cidade e no campo, lutando por essas mudanças. Não foi surpresa quando as denúncias de corrupção começaram a ser publicadas na grande imprensa e, em 1º de abril de 1964, ocorreu um golpe de Estado.

Nesse contexto de grandes transformações nacionais, as organizações comunistas atuaram quase todo o tempo de maneira clandestina. Com menos de dois anos de autorização para atuação legal (1945-1947), o Partido Comunista Brasileiro se organizava como um espaço de formulações e ações a contrapelo. O aquecimento das conjunturas nacional e internacional colocava à quente a questão da revolução brasileira. Sendo assim, foi no terceiro grande momento de inflexão do movimento comunista internacional, no contexto de crise da direção dos partidos comunistas, que foi retomada a controvérsia da revolução brasileira.

No final dos anos 1940 e nos anos 1950 viveu-se um momento de auge da Guerra Fria, com grande expansão do comunismo após a Revolução Chinesa de 1949, a Guerra da Coreia (1950-1953) e a Revolução Cubana de 1959. Esta última trouxe a sensação de que a revolução era um assunto urgente, pois chegara à América Latina. A chama revolucionária permanecia acesa e a polêmica se intensificava no Brasil. O desenvolvimento das cidades e o crescimento industrial do país, além da legalização do movimento sindical, da implementação progressiva de leis trabalhistas e da intensificação das lutas sociais, reforçaram as organizações da classe trabalhadora.

As tensões sociais foram aumentando nos anos 1950, especialmente durante o segundo governo Vargas (1951-1954). Nos anos que se seguiram, sob governos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Democrático (PSD) – com um pequeno interregno de 7 meses de uma coligação liderada pela conservadora União Democrática Nacional (UDN) –, mas em todos os casos aliados ao capital internacional, o país avançou em sua industrialização sob a égide do nacional-desenvolvimentismo, com o tripé financiamento do investimento estatal, capital internacional e capital nacional. Apesar do desenvolvimento da urbanização e da modernização, especialmente do centro-sul do país, a sonhada superação do subdesenvolvimento não se realizava.

O projeto nacional-desenvolvimentista vai influenciar até mesmo os posicionamentos dos setores organizados dos comunistas. A famosa “Declaração de março de 1958” do PCB indicava a democratização como a tendência para o país e o objetivo da ação. Partindo de uma caracterização da estrutura econômica brasileira como atrasada, mesmo com o maior ritmo de desenvolvimento industrial a partir dos anos 1930 e com o aumento do efetivo do proletário industrial, ou seja, desenvolvimento das forças produtivas e de novas relações de produção capitalistas. Caracterizam a agricultura como ainda organizada a partir de relações de trabalho pré-capitalistas e do monopólio da terra, com a produção agropecuária e exportação de produtos primários como eixo dinâmico, e dependência da economia nacional em relação ao centro capitalista, com forte penetração do capital monopolista nos postos-chaves da economia. Ou seja, enfatiza-se a caracterização do desenvolvimento capitalista no Brasil realizado como desigual, pela combinação de métodos capitalistas com o monopólio da terra e relações semifeudais de produção. Na “Declaração de março de 1958” também identificavam que este processo de desenvolvimento desigual se dá dentro dos marcos da dependência e influência do imperialismo.

A orientação de posicionamento oficial para a militância comunista passa a ser integrar uma frente nacionalista e democrática – composta por forças heterogêneas: proletariado, camponeses, pequena burguesia urbana, burguesia nacional, latifundiários que possuem contradições com imperialismo, grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios norte-americanos – com um programa de emancipação da nação, de desenvolvimento econômico moderno e de implantação da revolução democrático-burguesa. O sentido da prática política era antifeudal e anti-imperialista. Forjam-se, assim, as bases do que ficou conhecido como o programa nacional democrático.

Nos primeiros anos da década de 1960, o avanço do capitalismo brasileiro trouxe consigo o aprofundamento de suas contradições. De um lado, estabelecendo o fortalecimento das lutas organizadas de trabalhadores, capazes de se representar em um amplo movimento trabalhista, mas também com alas co-

munistas, pressionando os governos por mudanças distributivas, melhoria nas condições de trabalho, controle de remessa de lucros para o exterior e reforma agrária. Por outro lado, a burguesia brasileira não identificou naquele movimento o nascimento de aliados para uma revolução nacional ou anti-imperialista, ao contrário, articulou-se com a burguesia internacional e com setores conservadores das forças armadas em uma contrarrevolução preventiva, dando origem à coalizão política que aplicou o golpe de 1964.

O regime civil-militar necessitou criar uma série de reformas institucionais para que pudesse ganhar alguma legitimidade diante da população, dado que seu caráter opressor e repressor ficou claro desde seu início com a série de cassações dos direitos políticos promovida pelos atos institucionais e pela forte repressão sobre a classe trabalhadora. A opção se deu pelo aprofundamento da dependência de forma a promover o crescimento econômico por meio da modernização conservadora. O diagnóstico dos entraves da economia brasileira passava por uma percepção peculiar sobre o financiamento dos investimentos. Segundo os economistas que representavam a política econômica quando instaurada a ditadura, Roberto Campos e Octavio Bulhões, a incapacidade do sistema de gerar crédito e prazos condizentes com os investimentos em curso reforçava o caráter dependente da estrutura técnico-financeira da economia brasileira frente ao financiamento internacional e explicitou, para o regime, a necessidade de se criar um novo esquema interno.

Num primeiro momento, a questão do financiamento foi sustentada, basicamente, via emissão monetária e recursos advindos das instruções da Sumoc já existentes: as Instruções 70 (de 1953) e 113 (de 1955). Com a conjuntura de instabilidade econômica e política do início dos anos 1960, esses mecanismos se tornaram insustentáveis e o Estado foi crucial para criar e administrar fundos de poupança compulsória e instituições de crédito. A ausência de um sistema bancário e financeiro privado sólido fizeram das reformas financeira e tributária do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) essenciais para a sustentação do desenvolvimento num contexto de modernização conservadora.

A criação de recursos fiscais e parafiscais como o Programa de Integração Social/Programa de Amparo ao Servidor Público (PIS/Pasep), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e os impostos criados pela reforma foram somados à criação de instituições-chave para condução da política macroeconômica. Entre elas constam o Banco Central do Brasil (Bacen), o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), todos de 1964. Ademais, foram criadas formas de financiamento, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), sujeitas à correção monetária e mecanismos de atração de capitais via Resolução 63 do Banco Central, de 1967, que complementou a captação de recursos, e, por fim, foi modificada a Lei nº 4.131, de 1962, um instrumento de controle da remessa de lucros e reinvestimento. A partir destas modificações, passou a ser permitido que o reinvestimento de lucros não se desse somente em moeda nacional, mas também em moeda estrangeira, e foi liberalizada a remessa de lucros.

Apesar de o golpe ter implicado em perseguição violenta das organizações de esquerda, o pensamento sobre a revolução brasileira e as possibilidades de um futuro democrático e socialista continuou a ocorrer, especialmente com o objetivo de compreender qual a natureza da revolução burguesa no Brasil e os possíveis passos de resistência e reação do campo marxista. Dentre as discussões sobre o futuro, o tema da revolução foi retomado pelas mãos de expoentes do marxismo brasileiro. Os elementos dessa controvérsia são apresentados neste livro no capítulo “Visões da Revolução Brasileira: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr e Florestan Fernandes”, escrito por Bruno Borja, Carla Curty e Jaime León.

No que diz respeito ao tema do desenvolvimento econômico, o pensamento autoritário apoia a ideia, mantendo a marca do centralismo do Estado. Essa perspectiva se refletiu no conteúdo específico das políticas econômicas dos governos militares nos 21 anos após o golpe de 1964. O governo autoritário e ditatorial foi justificado como necessário para garantir um bom método de desenvolvimento e foi apresentado à população como uma luta pela democracia e contra o comunismo. No entanto, a questão nacional foi relativizada. O projeto do governo golpista permitia amplamente a entrada de capital estrangeiro,

tanto para financiamento dos projetos estruturantes como para controle proprietário de grandes empresas.

Também a questão da defesa da democracia era nitidamente uma fantasia, pois se tratava de uma experiência de governo ditatorial, abertamente autoritário, agora no ápice da Guerra Fria. A defesa da ordem capitalista era o que efetivamente constituía o núcleo da política. As ideias dominantes eram as das classes dominantes do país hegemônico na ordem mundial e foram importadas pelas classes dominantes dos países periféricos. Não é de admirar que valores abstratos como ‘solidariedade do hemisfério’ ou ‘defesa da civilização cristã ocidental’ tenham sido defendidos, inclusive para se sobrepor aos interesses de cada país em particular. Contraditoriamente, tendo a ‘liberdade’ como questão central, a democracia foi posta em segundo plano.

O golpe de 1964 interrompeu o projeto nacional democrático, dando início a 21 anos de um governo civil-militar autocrático, deixando um Estado forte e centralizado, com uma estrutura autoritária de leis que queriam fazer parecer uma democracia formal. O país tinha uma Constituição, um Congresso aberto e eleições ocorrendo na maior parte do período. No entanto, foi baixada uma série de atos institucionais que mudariam a forma da democracia brasileira, particularmente o Ato Institucional número 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968. Dentre as medidas dos vários atos institucionais, podemos citar: cassação de direitos políticos de muitos cidadãos, utilização da tortura como prática de Estado, censura da imprensa, fechamento do Congresso em momentos políticos críticos, eleições indiretas para presidente, fim do multipartidarismo, além de governadores e prefeitos das capitais serem indicados pelo presidente, sem qualquer processo eleitoral. Ou seja, uma ditadura tentando se passar por democracia.

No final da década de 1960, a era de ouro do capitalismo dava sinais de crise. A reconstrução europeia havia sido concluída, a Guerra Fria entre a URSS e os EUA escalava, a Guerra do Vietnã movia corações e mentes em favor do pacifismo e contra o colonialismo. No início dos anos 1970, o sistema de Bretton-Woods começa a desmoronar. O padrão monetário dólar-ouro foi questionado, o pri-

meiro choque do petróleo elevou os preços em todo o mundo e se viveu uma década de inflação alta e muita especulação. Neste período, o ritmo de crescimento das economias centrais, que vinha acelerado desde o fim da Segunda Guerra Mundial, diminuiu consideravelmente, chegando em alguns casos até mesmo à estagnação econômica. Na busca pelas causas desta instabilidade, foram apontados controles, gastos e corrupção do Estado de bem-estar social como culpados. Esse foi o começo da era do neoliberalismo.

No Brasil, o quadro era um pouco diferente, como uma economia dependente, o momento de crise nas economias centrais pode abrir espaços importantes para estratégias de desenvolvimento. No caso brasileiro, o processo de desenvolvimento, segundo Furtado (1981), abriu portas para ganhos significativos das empresas transnacionais, especialmente a partir da lei bancária de 1964 e da lei do mercado de capitais de 1965 que “ampliariam o campo de ação dos intermediários financeiros, os quais viriam a ganhar posteriormente grande autonomia na criação de liquidez, no manejo de recursos financeiros e na captação de poupança externa” (Furtado, 1981, p. 39). Este movimento foi um grande motor das altas taxas de crescimento (entre 9,5 e 13,9% ao ano no período 1968-1973) que levaram o país ao ‘milagre econômico’, além da escolha por um crescimento baseado em concentração de renda. Tal concentração foi tão significativa que no final do período do ‘milagre’, em qualquer medida, a distribuição de renda havia piorado. Apesar disso, as taxas de crescimento não resistiram ao primeiro choque do petróleo em agosto de 1973 e levaram o governo Geisel a propor um plano para lidar com a crise que já se anunciava.

A estratégia do governo Geisel foi o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (2º PND). O ponto de partida era a meta de ‘completar’ a cadeia produtiva interna ao desenvolver o setor de bens de capital, mas também integrar a indústria e a produção nacional por meio de pesados investimentos em infraestrutura e na indústria de bens de capital. Vale lembrar que o setor agrícola não foi excluído do processo que, posteriormente, foi denominado de ‘modernização conservadora’. O grau de endividamento sob o qual este projeto se implementou teve

consequências inegáveis para a dependência externa da economia brasileira, especialmente porque foi baseado em uma estratégia de tomadas de empréstimos externos a taxas de juros flexíveis em regime de alta inflação em dólar. Ao mesmo tempo, há quem afirme que sem esse plano o Brasil não teria completado sua industrialização. Esse processo seria marcado por uma nova dinâmica da relação do meio urbano com o meio rural, dado que a maior parte da população brasileira vivia, desde a década de 1960, no meio urbano, e as demandas sobre o setor produtor de alimentos e bens para a exportação crescia com a trajetória de expansão escolhida pela Ditadura Civil-Militar.

Esse período foi marcado por muitas controvérsias, inclusive por conta das interpretações diversas sobre a própria história econômica do Brasil da época. Wilson Vieira destaca em seu texto, “Subdesenvolvimento e dependência: uma análise do pensamento de Celso Furtado e sua aproximação com a teoria da dependência”, a contribuição que as teorias da dependência têm nas alterações do pensamento de Furtado no que se refere à reflexão sobre a dinâmica de desenvolvimento da economia brasileira, conforme avança a ‘modernização dependente’. O texto de Larissa Veiga e Maria Malta, “Sementes do subdesenvolvimento brasileiro: propriedade, força de trabalho e produção em controvérsia”, traz também um debate muito importante, quando o planejamento da economia brasileira colocou o foco novamente no setor agrícola como ‘gargalo’ a ser superado para a aceleração da produção, e as ‘inovações’ técnicas da agricultura pareciam ser a ‘salvação da lavoura’.

No final da década de 1970, a situação internacional deu um giro importante que, dada a vulnerabilidade externa da economia brasileira, teve consequências profundas sobre a política e a economia do país. O segundo choque do petróleo em 1979 e as pressões internacionais sobre os EUA para reestabelecer uma nova paridade de sua moeda com o ouro, reconhecendo sua desvalorização, implicaram uma decisão de política econômica dos EUA que teve impacto em todo o sistema monetário internacional: a subida da *prime rate*, taxa de juros americana, na qual estavam ancorados todos os empréstimos dos países sub-

desenvolvidos tomados durante a década de 1970. Abriu-se o período de crise da dívida na América Latina.

Do ponto de vista do pensamento, o impacto dessa virada na conjuntura foi, principalmente, que a estabilidade se tornou a questão central para os economistas e, no Brasil, uma economia de inflação muito alta, não era diferente. Com o surgimento do neoliberalismo, podemos encontrar uma série de movimentos de transformação muito agudos no pensamento conservador e autoritário brasileiro, que compunha o perfil de quem dirigia o país naquele momento. É possível observar uma transformação de argumentos que deixaram o nacionalismo de lado e passaram a justificar a adesão à ideia de receber capital internacional para financiar ações estratégicas. Também há uma defesa da menor participação do Estado na direção dos investimentos e ações diretas sobre a economia.

É interessante notar que a ideia de planejamento começa a ser criticada e substituída por uma perspectiva de livre mercado. Pensadores conservadores e autoritários começaram a lutar por um Estado que garantisse uma sociedade de mercado, que é a mudança que os levará a um caminho neoliberal de pensamento. Também é muito importante observar que Delfim Netto, um economista e político influente da Ditadura Civil-Militar, responsável por assuntos econômicos vitais, que chegou a ser ministro da Fazenda (1967-1974), ministro da Agricultura (1979) e ministro do Planejamento (1979-1985), enviou alguns de seus orientandos para estudar na Universidade de Chicago, um histórico berço liberal, e eles voltaram na década de 1970 para implementar em casa os preceitos mais recentes da economia neoliberal.

A importância do desenvolvimento do sistema financeiro, que havia ganhado centralidade desde o início da década de 1970, abriu os anos 1980 como tema fundamental a ser abordado para garantir, na retórica, simultaneamente o crescimento econômico e a estabilidade monetária, em um contexto de alta inflação. Em relação a esse aspecto específico, a transição entre a Ditadura Civil-Militar e o período democrático da Nova República foi estranhamente suave.

Nesse período, surgiram projetos de desenvolvimento e transformação do mercado financeiro mundial e local, com a defesa da flexibilização do contro-

le de capitais por parte do Estado. Ao mesmo tempo, o capital internacional foi apontado como muito valioso para a política de estabilização monetária, na medida em que entra na economia brasileira para ações de curto prazo e para a compra de ativos do Estado brasileiro. Este é o início de um esquema de privatização que seria o eixo das ações do governo, durante os anos 1990. Um senador muito importante, e que em breve seria candidato à presidência, Mário Covas, disse na sessão do Senado de 28 de junho de 1989: “O Brasil precisa mais do que um choque fiscal. Também precisa de um choque de capitalismo, um choque de iniciativa livre, sujeito a riscos e não apenas a prêmios” (Covas, 1989). O discurso de Covas entrou na história como um marco no processo de mudança do país em termos políticos, econômicos e ideológicos, sendo marcante da aceitação social da chegada do neoliberalismo no país.

Na transição da Ditadura Civil-Militar foi convocado um congresso de representantes para escrever uma nova Constituição, que consagrou a fórmula liberal de representação no presidencialismo. A nova Constituição procurou incorporar algumas demandas sociais da classe trabalhadora, mas não mudou uma única linha na manutenção da propriedade privada dos meios de produção e seus códigos de registro e herança. Alguns direitos sociais importantes foram deixados para serem regulamentados em futuros governos. Florestan Fernandes – destacado intérprete do Brasil referido em várias das controvérsias tratadas neste livro –, que era um representante do parlamento para a construção da nova Constituição, observou que escrever o texto dessa Constituição fora um esforço de paciência e negociação, porque os interesses que haviam posto fim à ditadura eram os mesmos que a haviam colocado no poder.

Nesse ponto da história brasileira, os pensamentos conservador e autoritário convergem com a perspectiva liberal, para substituir questões políticas por questões supostamente de técnica econômica e de busca da estabilidade. Para atingir esse objetivo, na perspectiva deles, ‘não há alternativa’ a não ser a inserção no mercado internacional. É o que Boffo, Saad Filho e Fine (2019) chamaram de perspectiva autoritária do neoliberalismo.

A Constituição de 1988 e a redemocratização representaram um novo momento da República brasileira, a Nova República, marcada por questões como a ‘democracia de cooptação’. O início deste período foi analisado por autores como Carlos Nelson Coutinho e Florestan Fernandes, dois importantes intelectuais orgânicos, configurando nos anos 1980 uma controvérsia sobre a democracia. Cabe ressaltar que foi a partir das greves operárias da região do ABC paulista em 1978, num período de intensa contestação do regime, que houve um salto qualitativo na consciência e organização operária em todo país. Não por coincidência, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 1980, tendo contado com direta participação de Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho. Nascia o programa democrático popular que reanimava as discussões sobre a revolução brasileira, muito embora não tenha logrado superar as delimitações de um programa democrático burguês.

Entendemos como Nova República o período entre a formalização do Estado democrático de direito em 1988, com a Constituição Cidadã, até os dias de hoje. Nele, a cooptação seria levada ao máximo pelo PT, conforme será discutido no livro. Podemos identificar a crise da Nova República com os movimentos de 2013, a crise do governo Dilma, o seu impedimento em 2016 e seus desdobramentos. Esses elementos da Nova República, a controvérsia em torno da questão da democracia e sua crise, são apresentados no capítulo “Democracia restrita, democracia de massas e crise da Nova República”, de autoria de Jaime León e Maria Malta.



Da perspectiva do pensamento econômico e social brasileiro, as transformações do mundo após a implementação do neoliberalismo e do fim da União Soviética foram bastante embotadoras. Os principais debates econômicos se restringiram às questões de curto prazo ligadas à estabilidade macroeconômica – inflação, política monetária, política cambial, política fiscal – e perderam

centralidade questões mais estruturais ligadas a debates sobre projeto de país e as disputas em torno deles. As questões do desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência, por exemplo, foram secundarizadas ou simplesmente saíram da pauta das principais formulações dos pensadores do Brasil. As controvérsias na história do pensamento econômico brasileiro, no sentido trabalhado neste livro, se esvaziaram.

Os debates políticos e sociais também perdem o horizonte mais amplo e estrutural de reflexões. O fim da União Soviética e a perda dessa referência para as organizações comunistas no Brasil, assim como a força hegemônica do neoliberalismo, se manifestaram em um esvaziamento dos debates sobre a revolução brasileira e as possibilidades de transformação estrutural do país.

Nos anos 2000, a ascensão ao poder do principal partido de referência à esquerda no país – o Partido dos Trabalhadores (PT) – também gerou questões importantes e contraditórias. O projeto democrático popular não implementa mudanças radicais e transformadoras da estrutura econômico-social, mas, sim, dá continuidade às políticas neoliberais iniciadas nos anos 1990, ainda que pontuadas por implementação de políticas sociais focalizadas, não tão distantes do receituário liberal. Essa contradição gerou questões para a organização da esquerda no país, esvaziando também as discussões sobre as transformações mais estruturais tradicionais na pauta histórica dos movimentos de esquerda. Questões como a reforma agrária, a distribuição habitacional, a mobilidade urbana e direitos trabalhistas e previdenciários não foram eixos centrais do governo, ao contrário, assistiu-se até mesmo a uma reforma da previdência logo no início do governo do PT. Ao mesmo tempo, as lideranças incorporadas na estrutura do Estado e na gestão dos fundos públicos, junto ao desenvolvimento de políticas focalizadas, que contemplavam parcialmente algumas demandas dos movimentos sociais, geraram um processo de cooptação.

Esse esvaziamento dos debates estruturais sobre a formação econômico-social brasileira e as suas possibilidades de transformação se associa, no âmbito do pensamento, ao movimento de fragmentação das áreas de conhecimento. A partir dos anos 1960/1970, a compartimentalização que ocorre desde o

processo de implementação e consolidação das pós-graduações no país, parte delas adequadas a um padrão internacionalizado e produtor de ‘ciência por meio de *papers*’, tornaram mais raras as reflexões no âmbito do que chamamos ‘Interpretações do Brasil’. Com o reforço da especialização das áreas do conhecimento e o peso do produtivismo acadêmico, diminuiu-se o espaço para as reflexões mais amplas, com sentido de analisar em profundidade a formação econômico-social brasileira, identificando as questões ligadas às especificidades do seu desenvolvimento capitalista, que possam auxiliar a análise de conjuntura sobre o que é o Brasil contemporâneo e suas questões, visando construir uma proposta de projeto de país. Desde os anos 1990 são poucos autores que se propõem a esse tipo de análise, dentre estes poucos podemos destacar os trabalhos de Darcy Ribeiro, Carlos Nelson Coutinho, Francisco de Oliveira, Maria da Conceição Tavares, Virgínia Fontes, João Antônio de Paula, Silvio Almeida, Marcelo Paixão, José Luís Fiori, Leda Paulani, Plínio de Arruda Sampaio Júnior, Sueli Carneiro, Lilia Moritz Schwarcz e Marcelo Badaró, entre outros.

Trazer essas recentes interpretações para o centro do debate político pode contribuir para elucidar os caminhos possíveis de transformação da economia e da sociedade brasileira. Ao traçar o percurso da História do Pensamento Econômico Brasileiro desde a fundação da República, através de algumas de suas mais importantes controvérsias, este livro busca contribuir para a reformulação do atual pensamento econômico e social brasileiro. Em momentos críticos, de confusão e mistificação do debate público, olhar para o passado pode abrir uma janela para o futuro.

Julho de 2020

Bruno Borja, Carla Curty, Jaime León e Maria Malta

Referências

BOFFO, Marco; SAAD-FILHO, Alfredo; FINE, Ben. Neoliberal Capitalism: the authoritarian turn. *In: Socialist Register*, 2019. p. 247-270.

COVAS, Mario. **Choque do Capitalismo**. Discurso pronunciado pelo Senador Mário Covas na Sessão do Senado a dia 28 de junho de 1989. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<https://tucano.org.br/choque-do-capitalismo/>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

IANNI, Octavio. Raízes da antidemocracia na América Latina. **Lua Nova**, São Paulo, n. 14, jun. 1988. p. 17-22.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MALTA, Maria Mello de. (coord.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PARTE 1

COMO CONTAR A HISTÓRIA MÉTODO, PENSAMENTO E VERSÕES EM DISPUTA

ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

a abordagem das controvérsias¹

Carla Curty ■ Maria Malta

Introdução

A História do Pensamento Econômico (HPE) é uma história de controvérsias. Praticamente nenhum autor do campo da HPE discordaria desta afirmação, no entanto, metodologicamente, existem diversas maneiras de abordá-la. É possível construir a história do pensamento econômico a partir de uma visão evolutiva, tomando o movimento da história do pensamento como um movimento linear, no qual as controvérsias são resolvidas por absorção hegemônica das ideias vencedoras, garantindo que não há rupturas em seu desenvolvimento. A teoria considerada como a fronteira do conhecimento representa, nesta visão evolutiva, o que há de mais avançado naquele campo, reduzindo a história do pensamento econômico à história de uma forma de pensar “vitoriosa” (Arida, 2003). Mas esta não é a única forma, nem a mais útil, apesar de ser a mais comumente encontrada nos livros de história da teoria.

¹ Uma outra versão deste capítulo foi publicada anteriormente sob o mesmo título como capítulo do livro “História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro”, organizado por Daniel do Val Consentino e Thiago Fontelas Rosado Gambi, publicado em 2019.

Tomamos como referencial analítico a obra de Karl Marx, em especial “Teorias da mais-valia” ([1905] 1980), e as contribuições de Isaak Rubin ([1929] 2014) e Maurice Dobb ([1973] 1977) para a abordagem da história do pensamento econômico. Metodologicamente, pode-se analisar a história do pensamento econômico por meio da valorização da influência que o movimento histórico real e concreto estabelece sobre as ideias, evidenciando os debates que levam aos movimentos de ruptura teórica e a processualidade da transformação do pensamento, que pode manter vivas abordagens divergentes para as questões econômicas, sem gerar uma síntese única, ainda que gerando interpretações hegemônicas, estabelecendo a noção de ‘controvérsia’.

As controvérsias são conformadas por análises diferentes que podem ser formuladas sobre o mesmo objeto evidenciado pelo movimento histórico e podem ser organizadas a partir de elementos ideológicos, políticos, teóricos e sociais específicos. Essas controvérsias permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento, tornando possível a história do pensamento econômico ser contada como a ‘história das controvérsias’ organizadas a partir das diferentes contribuições científicas e marcadas pela história e pela política.

Nesta concepção, teoria e história não podem ser dissociadas. O processo de construção do conhecimento é marcado pelos elementos históricos, e a análise da história do pensamento econômico envolve a percepção de que a produção teórica acumulada historicamente influencia a formulação teórica contemporânea; portanto, trabalhar em HPE significa não só fazer referência ao conhecimento elaborado no passado, mas também refletir sobre a atualidade dos elementos teóricos desenvolvidos ao longo da história.

O que se busca discutir neste capítulo é, justamente, um método de análise e apresentação da HPE que conteste aquela visão comum e a revele como uma história de controvérsias. Simultaneamente apresenta-se a sistematização do referido método para abordar a história do pensamento econômico brasileiro. Para isso, este capítulo encontra-se dividido, além desta introdução e das

considerações finais, em três seções: “A controvérsia como chave de leitura da história do pensamento”, que contém as subseções “O materialismo histórico e a dialética” e “A percepção da história do pensamento como objeto do método da controvérsia”; “A história do pensamento econômico brasileiro em controvérsia”; e “Incorporando a contribuição dos intérpretes do Brasil para a história do pensamento econômico brasileira (HPEB)”.

A controvérsia como chave de leitura da história do pensamento

O materialismo histórico e a dialética

A utilização da noção da controvérsia como chave de leitura e de sistematização da história do pensamento resulta de um método de analisar a história do pensamento econômico de forma crítica e historicizada. E, por isso, referenciada na teoria marxista, baseada na percepção materialista e histórica do pensamento e organizada a partir de uma perspectiva dialética.

Parte-se da noção de que o pensamento é um movimento processual e que as diferentes experiências históricas, os desenvolvimentos e formações teóricas, os posicionamentos políticos, sociais e ideológicos do sujeito que formula o pensamento estabelecem forte influência sobre sua obra – ainda que este não seja necessariamente um movimento consciente por parte deste sujeito. Neste sentido, o sujeito formula o pensamento influenciado pelo desenvolvimento teórico elaborado até então – isto é, pela trajetória da história do pensamento que o formou e permeia o ambiente no qual circula – e pelo grau de desenvolvimento do campo do conhecimento no qual pretende se inserir e, neste contexto, se posiciona em termos teóricos. Sua escolha teórica, por sua vez, é altamente influenciada por sua concepção de mundo e está condicionada a determinados contextos históricos concretos. O movimento histórico (pensamento e realidade material) permite interpretações e posicionamentos diversos sobre si mesmo, o que leva à existência de diferentes formulações, muitas vezes altamente conflituosas entre si. Desse conflito surgem controvérsias e debates confrontando distintas análises de uma mesma situação.

No famoso “Prefácio à contribuição à crítica da economia política”, Marx ([1859] 2008, p. 45) afirma haver chegado à conclusão de “que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política”. Para Marx, o que podemos chamar de elementos da superestrutura – as relações jurídicas, as relações políticas e as formas da consciência social – encontram suas raízes nos elementos e “condições materiais da existência humana” – isto é, na estrutura econômica da sociedade. Marx caracteriza a estrutura econômica da seguinte maneira:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (Marx, [1859] 2008, p. 45)

É importante analisar esta relação estrutura-superestrutura com cuidado. Aqui Marx constrói a relação de maneira dialética. O modo da produção material da vida se apresenta com o problema (objeto) a ser compreendido. A partir de sua análise encontram-se as dimensões das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas compondo a dimensão estrutural do modo de produção. Ao mesmo tempo, esta mesma análise revela que essa determinada forma de produção material da vida se abre em suas dimensões políticas, jurídicas e ideológicas, formando seus aspectos superestruturais.

Deste modo, os elementos da estrutura e da superestrutura² são momentos da análise da forma concreta da produção material da vida que se unem em

² Györg Lukács, ao tratar a questão da democracia a partir de uma perspectiva inserida no marxismo (Lukács, [1968] 2008), reforça essa percepção histórica, materialista e totalizante da análise dos fenômenos concretos, inclusive nas chamadas formas superestruturais, tal como a política ou a ideologia, em seus termos, um ser-precisamente-assim histórico.

uma síntese dialética para a formação da categoria modo de produção como o concreto pensado, síntese dessas múltiplas determinações. Este processo – análise-síntese –, no entanto, se realiza de forma contínua, a cada momento em que se deseja compreender novos aspectos da forma com que produz a vida material na história.

Para Marx ([1859] 2008, p. 45), “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Nestas curtas frases, Marx apresenta elementos fundamentais de sua perspectiva materialista. Ele afirma que os elementos materiais condicionam a existência humana em seus múltiplos aspectos e que a compreensão da realidade é condicionada pelos seus elementos concretos, e não fruto somente da abstração humana. Logo, a formulação de pensamento realizada pelos seres humanos, inclusive a produção científica, tem em sua essência a materialidade da vivência histórica.

Em “A ideologia alemã” ([1846] 2007), Marx e Engels dizem que a relação entre a produção das ideias e seu movimento está diretamente ligada à atividade material e às relações sociais, afirmando que a realidade material é o que condiciona o pensamento, ainda que este, após externado, possa vir a aparecer como condicionante da realidade.

O pensamento é, portanto, resultado da realidade e não o ponto de partida para essa realidade.³ Essa noção é central para o materialismo histórico e para usarmos esse materialismo na compreensão da história do pensamento econômico.

Segundo José Paulo Netto, o conhecimento teórico consiste em “o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (Netto, 2011, p. 20, *itálicos originais do autor*).

³ Para maiores reflexões sobre esta questão, ver a Introdução feita por Florestan Fernandes à publicação brasileira de 1946 do livro *Contribuição à crítica da economia política* de Karl Marx ([1859], 2008).

Essa origem do conhecimento na existência concreta de seu objeto levanta uma questão importante, e que muitas vezes leva à confusão no processo de construção da abstração teórica.⁴ O método utilizado por determinado teórico implica em uma determinada perspectiva, e essa posição, essa perspectiva, pode ser extremamente relevante, afinal, é a partir dela que o observador analisa a realidade e extrai dela suas múltiplas determinações (*cf.* Netto, 2011, p. 53). A posição do observador influencia, inclusive, a sua compreensão do que é essencial na existência do objeto a ser analisado.

É importante destacar que a existência do objeto determina a sua essência. É fundamental que o observador consiga diferenciar o que é a aparência do objeto do que consiste a sua essência. O método de pesquisa que Marx propôs é aquele que parte da aparência do objeto buscando a sua essência. Conforme destaca José Paulo Netto,

[...] alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (Netto, 2011, p. 22, *itálicos originais do autor*)

Essa questão da distinção entre aparência e essência é muito importante dentro do debate acerca da história do pensamento econômico. Para muitos autores, como José Paulo Netto (2011) e Aloísio Teixeira (2000), um dos principais erros da economia política clássica britânica foi, na concepção de Marx, não diferenciar o que seria de fato a essência e a aparência de seus objetos de análise:

Marx não se cansa de repetir que “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (Marx, 1894, p. 939). E, mais uma vez: “todas as ciências, exceto a economia po-

⁴ “Ora, não é apenas como crítica à metafísica hegeliana que o pensamento de Marx se erige. É também por oposição ao método clássico de produção de conhecimento que ele se afirma. É, portanto, importante examinar contra que precisamente se contrapõe a dialética marxista” (Tolipan, 1982b, p. 2).

lítica, reconhecem que as coisas apresentam uma aparência oposta à sua essência” (Marx, 1867, p. 620). Ou: “o economista burguês cujo cérebro limitado não sabe distinguir entre a forma aparente e o que nela se oculta” (*id.*, p. 662). (Teixeira, 2000, p. 100)

Compreender os elementos da essência e da aparência dos fenômenos permite melhor compreender os próprios fenômenos. Na perspectiva dialética, isso significa compreender o objeto analisado como um todo, com todas as suas contradições, movimentos e processualidades. E essa seria a maneira de melhor analisar a realidade e seus fenômenos; logo, uma melhor forma de realizar análises teóricas, inclusive no campo da economia.

Como expõem Malta e Castelo (2012, p. 90), a dialética busca o movimento próprio do objeto sob análise, não sendo possível a compreensão desse objeto sem a compreensão de seu movimento. O objeto “era, é e tende a ser”, realizando um movimento contínuo. Esse movimento depende da contradição, e a contradição se faz presente em todos os objetos, assim, cada forma é uma “união de contrários”, uma “identidade de contrários”, o que “torna o movimento permanente, pois cada forma traz em si o germe de sua superação, a sua contradição”. O movimento, gerado pelas contradições, leva a um ponto de ruptura no qual ocorre “um salto de qualidade”, surgindo assim uma nova forma, que supera a anterior, mas também carrega em si alguns de seus elementos. Além disto, essa nova forma também se constitui em parte do germe que gerará a sua superação, ou seja, sua negação. Nessa lógica, o concreto surge no pensamento como uma síntese, sendo o resultado e não somente ponto de partida (ainda que seja o ponto de partida da intuição e da representação do concreto), é assim, o “concreto pensado” (Marx, [1857] 2008).

Neste método, a análise e a síntese estão unificadas, portanto, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto, agora compreendido (por meio do pensamento). Ou seja, a maneira como o sujeito observa a realidade e apreende dessa observação os elementos a serem abstraídos é um determinante fundamental do processo de compreensão da realidade. Nesta questão, a

diferenciação do que é essencial do que é acessório é relevante. Marx, ao contrário dos economistas clássicos que construía suas análises de maneira que “a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas” (Marx, [1857] 2008, p. 257), parte do real, do concreto, cuja análise das “determinações abstratas [que] conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (Marx, [1857] 2008, p. 257) por um processo de reconstrução compreendido. O concreto se manifesta no pensamento, portanto, como resultado dos processos de análise e síntese. O próprio pensamento quando formulado ganha característica de objeto real e concreto a ser compreendido também e merece, por sua vez, uma análise de suas múltiplas determinações para que seja compreendido após reformulação sintética enquanto ‘concreto pensado’.

A percepção da história do pensamento como objeto do método da controvérsia

O estudo da história do pensamento através do materialismo histórico e da dialética abre espaço para percebê-la como construída por diversas controvérsias, suscitadas a partir da realidade concreta nos diferentes momentos históricos e constituídas por diferentes formulações de pensamento que visam dar conta de analisar e sintetizar essas realidades concretas. Do ponto de vista apresentado neste capítulo, as controvérsias são elementos fundamentais para a organização dos debates no campo da história do pensamento. E esta percepção da organização da história do pensamento econômico tem em Marx sua principal referência.

A dialética do pensamento de Marx pode levar à interpretação de que a determinação a que se refere é um condicionamento da vida social, política e intelectual a partir das relações sociais de produção e do grau de desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, esse condicionamento se dá de maneira dialética, em interação permanente, e não linear-unidirecional. A partir disso, pode-se afirmar que os elementos econômicos, políticos, sociais, culturais, in-

telectuais e históricos devem ser articulados no processo de compreensão do fenômeno observado e analisado, cabendo sempre levar em conta a articulação dialética entre os elementos da estrutura e os da superestrutura. Aloísio Teixeira traz uma contribuição relevante neste sentido: “economia, política, antropologia e sobretudo a história – dos fatos e das ideias – são ângulos específicos e partes organicamente constitutivas da crítica da economia política, e não instrumentos mecanicamente justapostos” (Teixeira, 2011, p. 331).

Desta forma, compreende-se aqui que o objeto da economia transcende os elementos puramente econômicos – questionando inclusive a possibilidade de existência destes elementos puros⁵ – e incorpora também os elementos políticos, ideológicos, sociais e históricos. Conforme Dobb ([1973] 1977) destaca, Marx, ao enfatizar a importância da incorporação de questões ligadas à visão social de mundo, questões, portanto, ligadas ao campo da ideologia, segue um caminho diferente do tradicionalmente abordado.

Aqui cabe ainda uma observação sobre a questão da ideologia e a consciência dos sujeitos que formulam o pensamento. Ainda que o objeto possua uma existência objetiva, verificável no processo de prática social e histórica, que independe da consciência do observador, o processo do conhecimento teórico não pode ser compreendido isoladamente da realidade do observador e tampouco na existência real do observador – que é contextualizada historicamente. Sua análise estará eivada de suas experiências, visões de mundo, como também da práxis e da política, mesmo que não tenha clareza desta influência.

É possível perceber ao longo da produção teórica de Marx, e também na construção de seu método de estudo, muitos dos principais elementos de sua

⁵ Um amplo debate em HPE e metodologia econômica é sobre a possível dissociação positivista entre o que John Neville Keynes (1891) chamou de “ciência positiva” e posteriormente Milton Friedman (1953) chamou de “economia pura” – isto é, os elementos positivos, tidos como puramente teóricos e analíticos e sem a influência de fatores tidos como fora da economia, como os políticos, sociais e ideológicos – dos elementos que Keynes chamou de “economia política” e Friedman chamou de “economia normativa” – o que poderia ser entendido como a instância na qual os elementos políticos e ideológicos teriam espaço e influência no campo da economia e versariam sobre as questões ligadas ao dever ser da economia e da sociedade, tal como a orientação das políticas econômicas, e que, portanto, não teria o mesmo grau de cientificidade que a chamada “economia positiva” ou “ciência pura”.

análise em história do pensamento econômico. O processo de construção e formulação das ideias de Marx é um processo indissociável do seu estudo dos pensadores de sua época e seus predecessores. “Teorias da mais-valia” seria “por excelência, uma história crítica do pensamento econômico” (Sant’Anna, 1980, p. 9), podendo ser considerada, portanto, a principal obra que revela a abordagem de Marx para a HPE.

Trabalhar a história do pensamento a partir de uma perspectiva dialética implica a percepção da crítica como uma chave de leitura. Como destacam Paula e Cerqueira (2014, p. 15), Marx, seguindo o caminho aberto por Hegel, trata a crítica não como o que normalmente entende-se por crítica, isto é, como comentário a um objeto apreendido de maneira externa e superficial, mas, sim, aborda a crítica como “uma operação de apropriação, de suprassunção⁶, em que se preservam do objeto seus conteúdos emancipatórios, ao mesmo tempo que se descarta o que, no objeto, está perfeitamente morto”.

Paula e Cerqueira (2014, p. 15-6) também pontuam que, para a elaboração da crítica da economia política, Marx destacava a importância da diferenciação entre o método de investigação e o método de exposição, sendo o método de investigação anterior ao método de exposição, em um movimento em que associa os elementos da dialética e do materialismo histórico. Como método de investigação, compreende o processo de apreensão do conceito, revelação (desvelamento) de seu funcionamento, estrutura e dinâmica do real, ou seja, compreensão do objeto a ser analisado em sua essência e em sua aparência, como um todo. Com esse processo de investigação realizado, a exposição consiste na ordenação dos conceitos, no sequenciamento das formas necessárias de aparição do objeto, que devem ocorrer de maneira dialética e materialista, isto é, “passagem do simples ao complexo, da totalidade simples à totalidade

⁶ Suprassunção, do substantivo alemão *aufhebung*. Este termo aparece no original alemão como o verbo *aufheben*, que pode ter tradução direta como supressumir, abolir ou superar, “que remete às noções de levantar, sustentar, erguer, anular, abolir, destruir, revogar, cancelar, suspender, conservar, poupar, preservar” (Wood *apud* Paula, 2014, p. 302, itálicos originais do texto citado). Suprassunção remete ao mesmo tempo às noções de eliminação e conservação.

complexa, do abstrato ao concreto, movimento que ‘não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado’ (Marx, 1974, p. 123)” (Paula; Cerqueira, 2014, p. 15).

Os autores concluem que, para Marx, a exposição é “a totalização do conceito apreendido e reproduzido pelo pensamento que abre caminho para uma segunda operação fundamental – a apropriação crítica do conjunto do pensamento sobre o objeto em questão, a economia política” (Paula; Cerqueira, 2014, p. 15-6). A crítica é, portanto, para Marx, um passo fundamental da apresentação de seu argumento e, no que concerne à história do pensamento econômico, parte fundamental de sua compreensão do objeto da economia política.

A abordagem realizada por Marx no campo da história do pensamento econômico pode ser compreendida no âmbito crítico, diferenciando-se fortemente do que é entendido na visão tradicional da HPE.

Tradicionalmente, quando se aborda a história do pensamento econômico, a noção que permeia o imaginário popular dos economistas tem como ideia de história do pensamento aquela vinculada à visão que Schumpeter apresenta em seu livro “História da análise econômica” ([1954] 1964), no qual o autor separa a história das ideias no campo da economia em três níveis: a “história do pensamento econômico”, que seria o que geralmente se refere como ‘senso comum’, isto é, tudo que se afirma sobre economia em determinada conjuntura histórica, em determinada sociedade, ou seja, todas as opiniões e afirmações associadas a temáticas econômicas, proferidas por qualquer sujeito dessa determinada comunidade, cabendo nesse bojo as opiniões representadas na mídia, nas discussões cotidianas, nos mais variados espaços, por exemplo; em um outro nível, estaria a chamada “história dos sistemas de economia política”, que exprimiria os conjuntos de políticas econômicas, nas palavras do autor, “amplo conjunto de políticas econômicas que os autores sustentam tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos), como os princípios do liberalismo econômico, do socialismo, etc.” (Schumpeter, [1954] 1964, p. 64); e, finalmente, o nível teoricamente mais relevante da história das

ideias econômicas, a chamada “história da análise econômica”, que expressaria o que de fato, na concepção de Schumpeter, seria o mais relevante das ideias econômicas, a evolução do instrumental analítico – leia-se, modelos econômicos – de referência para a teoria econômica.

Existem algumas questões a serem problematizadas acerca desta visão tradicional da história do pensamento, como a separação positivista⁷ entre ciência/teoria, história e ideologia⁸, a noção de que a teoria é “um produto definitivo, livre de intervenções metafísicas, preocupações normativas ou juízos de valor” (Silva, 2013, p. 52).

De acordo com Ricardo Tolipan (1982a), a visão tradicional da HPE a enxerga como “curiosidade de eruditos”, relato conclusivo de “erros passados”, sendo considerada, até mesmo, “um apêndice incômodo que precisa ser neutralizado”:

a divulgação acadêmica da História do Pensamento Econômico é, quando não simplesmente evitada, reduzida à celebração póstuma do gênio, isto é, à descrição eclética e pontificante das circunstâncias que acompanham e “explicam” o surgimento das ideias; seu relato histórico. Isto tem uma curiosa consequência prática: o relato enciclopédico da origem das ideias exige, como qualidade fundamental de quem o pratica, a erudição. Ora, esta é também fruto de um processo que “toma tempo”, daí ser o economista-velho, o professor ideal para esta cadeira. Ele teve tempo para a erudição, nada mais natural que se “especialize” no passado. Além disto, sua erudição é um “algo mais” inessencial que pode agora ser aproveitado enquanto tal. O economista jovem não tem este direito, pois a vida intelectual ativa deve estar dedicada não à ruminação do passado, mas à confecção animada de algum detalhe futuro na base segura das espe-

⁷ Em um raciocínio muito próximo ao feito por Milton Friedman no ano anterior, quando advoga a separação entre economia positiva e economia normativa (Friedman, 1953). Raciocínio este altamente difundido na percepção do que é economia, estando presente em significativa parcela dos livros-texto ao redor do mundo.

⁸ No mesmo sentido que Schumpeter já havia afirmado em um artigo anterior sobre ideologia e ciência (Schumpeter, 1949).

cializações presentes. É apenas ao final (mito retrospectivo) de uma vida produtiva que se ganha o direito ao “relato histórico”. (Tolipan, 1988, p. 22)

Tolipan (1988) destaca também que a visão tradicional da HPE acaba relegando-a à posição secundária no campo teórico, sendo, inclusive, considerada tarefa exclusiva de ‘relato histórico’ de professores (e teóricos) mais velhos. Tornando, dessa forma, impossível a realização de formulações originais e expressivas nesse campo, o que seria um outro grande equívoco da visão tradicional.

Essa percepção mais tradicional da HPE a trata como “um elemento irreprimível de curiosidade sobre o passado, (que) poderia ser desvencilhada por inteiro da teoria econômica” (Arida, 2003, p. 16). Como Arida (2003) destaca, é possível associar essa perspectiva da HPE com a noção – tomada das chamadas ciências exatas – de fronteira do conhecimento, na qual a história do pensamento não tem importância para a formação do conhecimento no campo teórico em questão, já que as contribuições teóricas relevantes realizadas no passado já se encontram incorporadas no estado da arte contemporâneo do conhecimento, e as demais, que não foram incorporadas, são consideradas obsoletas.

Como destacado por Malta *et al.* (2011, p. 32), essa visão tradicional parte da noção de que há uma linha teórica contínua em economia que tem na contemporaneidade o seu maior grau evolutivo, no qual há uma acumulação progressiva do conhecimento, que marca o forte caráter evolutivo nessa percepção. Joseph Schumpeter pode ser considerado o maior expoente dessa percepção evolutiva da história do pensamento econômico, como pode ser observado nesta passagem de sua maior obra sobre a história do pensamento, “História da Análise Econômica”:

o trabalho da geração presente, pelo que penso, preserva do que foi executado pela geração precedente tudo quanto é ainda suscetível de uso. Conceito, métodos e resultados que não permanecerem por este modo, presumivelmente não terão grande interesse. (Schumpeter, [1954] 1964, p. 24)

Já a análise da HPE a partir do ponto de vista crítico considera que “o estudo da História do Pensamento seria uma análise de como uma ciência produz seu futuro – de como evolui sua fronteira – ao invés de uma descrição de seu passado” (Tolipan, 1988, p. 4).

Conforme Malta e Castelo (2012, p. 98) concluem em seu artigo “Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia”:

nesse sentido, a proposta de leitura da história do pensamento econômico por Marx é parte essencial de sua construção crítica. Estudar a forma de apreensão da realidade capitalista expressa pelos cientistas sociais de sua época era o caminho de acesso à compreensão histórica dos problemas de sua época. Sem abrir mão de ser um homem do seu tempo, Marx introduz a contradição no pensamento dominante com que se confrontara e constrói uma síntese única que se expressa em sua forma de interpretação das relações sociais vigentes.

A abordagem de Marx para a história do pensamento econômico pode ser considerada um movimento exemplar dessa análise crítica, visto que ele formula suas conclusões e interpretações acerca da economia e da sociedade capitalista a partir de seu estudo da HPE desenvolvido até então, buscando ir além da simples compreensão da formulação das análises dos demais teóricos a partir, somente, de sua lógica interna, mas também buscando compreender o processo de formulação dessas teorias, de forma a identificar seus limites – fazendo, posteriormente, a crítica. E também levando em consideração os ambientes sociais específicos nos quais foram formuladas, os contextos que levaram seus autores a desenvolvê-las. Isto é, considerando a visão social de mundo⁹ originária dos autores para formulação de suas interpretações da sociedade capitalista e de seus fenômenos.

⁹ Existe um amplo e polêmico debate em torno da questão da ideologia, em especial dentro do campo marxista. Para não fugir do escopo deste capítulo, será utilizado o termo ‘visão social de mundo’ para abordar as questões referentes ao campo da ideologia. Como ‘visão social de mundo’ segue-se a definição de Michael Löwy (1985, p. 13) que a compreende como “todos aqueles conjuntos estruturados de

O método de HPE a partir de Marx compreende a história do pensamento como um processo no qual a formulação da história do pensamento implica a formulação teórica e vice-versa. Como afirmado anteriormente, o processo da crítica em Marx é um processo de apropriação, de suprassunção do objeto em questão, no qual há preservação de alguns dos elementos do objeto e simultâneo descarte de outros elementos, construindo assim uma nova análise sobre o objeto, na qual há preservação e inovação. Ao trabalhar a história do pensamento econômico, Marx o faz de maneira a incorporar criticamente, a partir desta análise, alguns elementos da economia política, superando-os, apresentando sua crítica a esses e formulando sua visão teórica a respeito do objeto da economia política.

Neste sentido, Isaak Rubin, autor fortemente influenciado pela percepção de história do pensamento econômico apresentada por Marx e desenvolvida por ele em um trabalho de HPE nessa perspectiva, afirma que o estudo do desenvolvimento da HPE é um meio de compreender a economia política teórica (Rubin, [1929] 2014).

A visão crítica da história do pensamento econômico o sistematiza a partir do confronto dessas diferentes formulações que podem vir a ser formadas a partir dos elementos que se manifestam na realidade, constituindo, assim, as ‘controvérsias’. Suscitadas a partir de uma problemática concreta em seu contexto histórico particular, as controvérsias, no seu desenvolvimento, permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. Isto é, considera-se o processo histórico de formação do pensamento expresso na obra do autor, com suas fontes, suas inflexões e suas sínteses próprias ao longo do tempo, sem tomá-lo como algo fechado e acabado, impassível de mudança. Do nosso ponto de vista, as controvérsias são elementos fundamentais para a organização dos debates no campo da história do pensamento.

valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, de um ponto de vista social, de classes sociais determinadas”.

Essa abordagem tem como questão fundamental a compreensão do pensamento econômico como um objeto no qual a análise da realidade histórica e a visão de mundo sobre a qual esta análise é feita são indissociáveis, afinal, a teoria econômica é permeada de elementos ideológicos.

De um ponto de vista histórico, as doutrinas e ideias econômicas podem ser incluídas entre as mais importantes e influentes formas de ideologia. Como em outras formas de ideologia, a evolução das ideias econômicas depende diretamente da evolução das formas econômicas e da luta de classes. As ideias econômicas não nascem no vácuo. Frequentemente, surgem diretamente da agitação dos conflitos sociais, do campo de batalha entre diferentes classes sociais. Nessas circunstâncias, os economistas agiram como escudeiros dessas classes, fornecendo-lhes as armas ideológicas necessárias para a defesa dos interesses de grupos sociais particulares – muitas vezes deixando de se preocupar com o desenvolvimento de sua própria obra e de dar a ela uma fundamentação teórica mais aprofundada. (Rubin, [1929] 2014, p. 29)

Tratar a HPE a partir dessa perspectiva permite compreender as contradições, disputas e rupturas teóricas e metodológicas que estão na essência da história do pensamento. Dar espaço para a percepção da existência de elementos ideológicos, históricos e políticos na formulação teórica permite compreender a teoria em seu todo e, com isso, perceber os movimentos de ruptura e disputa que há na trajetória da história do pensamento. A visão tradicional de HPE, ao colocá-la como uma via única de formulação do pensamento, invisibiliza a percepção desses elementos que são constituintes do pensamento e de sua trajetória.

A partir da perspectiva crítica compreende-se que a construção da HPE seria, portanto, um processo de compreensão das formas de apreensão da realidade econômica estruturada em cada tempo histórico específico, substancialmente influenciada e determinada pelos valores sociais dessa época específica. Dessa forma, a presença dos elementos históricos, sociais, políticos e ideológicos não

pode ser ignorada no processo de formulação teórica em economia. Realizar estudos em história do pensamento econômico significa compreender as diversas interpretações e formulações econômicas de acordo com seu tempo histórico, seus elementos ideológicos e seus valores.

E essa tarefa é complexa, já que o objeto da história do pensamento econômico é um objeto complexo no qual os elementos teóricos e históricos se mesclam continuamente, e a realidade histórica na qual o pensamento é formulado é marcada pelas contradições.

O que torna particularmente difícil um tratamento da história do pensamento econômico é esta natureza dual de nossa tarefa: a necessidade de fornecer ao leitor, a um só tempo, uma exposição, tanto das condições *históricas* a partir das quais as diferentes doutrinas econômicas surgiram e se desenvolveram, quanto de seu *significado teórico*, isto é, da relação lógica interna entre as ideias. (Rubin, [1929] 2014, p. 30)

[...]

O leitor só poderá compreender corretamente esse processo se seu próprio pensamento se mover paralelamente à exposição histórica, procedendo a uma análise crítica e superando os problemas e contradições que confrontaram os economistas no curso da história. Para conduzir com sucesso essa análise crítica, não há outro recurso senão se voltar à economia política teórica. (Rubin, [1929] 2014, p. 33)

As abordagens críticas em HPE, tal como a realizada a partir das controvérsias, tem como elemento central a noção de ruptura teórica (Malta *et al.*, 2011; Malta, 2005), afinal, diferentes formulações teóricas com diferentes aparatos metodológicos constituem a história do pensamento:

Esta noção levanta o fato de que o pensamento econômico se desenvolve sob a disputa de diferentes visões de mundo, que se descortinam em concepções analíticas diversas sobre o funcionamento da economia. Há na HPE rupturas brutais entre os métodos de análise teórica que se sucedem

no tempo. Tais rupturas não implicam qualquer superação em termos lógicos. Para além da identificação da ruptura no desenvolvimento da teoria econômica, a contribuição da HPE crítica está, fundamentalmente, em desmistificar a ideia de que a história do pensamento seria essencialmente uma avenida de mão única, partindo de conceitos primitivos para chegar a conceitos mais sofisticados. Ao contrário, o que se estabelece é que a HPE seria uma história de controvérsias sob as quais florescem as contribuições científicas marcadas pela história e pela política. (Malta *et al.*, 2011, p. 32-33)

Abordar a história do pensamento econômico a partir das controvérsias permite explicitar a multiplicidade e heterogeneidade de concepções teóricas e metodológicas que existem no campo do conhecimento da economia, fazendo com que as análises formuladas a partir dessa abordagem deixem em evidência os elementos processuais e históricos do conhecimento, destacando a indissociabilidade entre teoria, contexto social e história.

A história do pensamento econômico brasileiro em controvérsia

É possível problematizar as consequências da visão dominante da HPE, baseada em Schumpeter (1954), para a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB). Alguns autores chegam a afirmar que não haveria uma significativa HPEB, por não haver um significativo desenvolvimento de teorias e/ou modelos econômicos aqui no Brasil. Amadeo (1989), ao comentar o tratamento e o espaço dado no Brasil às formulações teóricas de autores de grande importância para a teoria econômica, “como Ricardo, Marx, Marshall, Keynes, Kalecki e Steindl” (Amadeo, 1989, p. 8), alega que a produção na área de teoria econômica no Brasil não é rica, sendo pouco desenvolvida e objeto não prioritário da agenda de pesquisa dos economistas, por motivos como dificuldades em financiamento e priorização dos debates conjunturais sobre a economia brasileira.

Nesse mesmo sentido, Bielschowsky (1988), ao apresentar os objetivos e metodologia para seu trabalho sobre a história do pensamento econômico brasileiro entre os anos de 1930 e 1964, afirma que nesse período, com exceção da contribuição cepalina, não houve produção analítica relevante no campo da economia, não havendo espaço para a sistematização da história da análise econômica no Brasil no período, nos marcos do que fora sugerido por Schumpeter:

não há, no caso do período abordado, muito sentido em se fazer uma história da produção analítica brasileira no campo da ciência econômica. Essa produção, além de escassa, foi, no essencial, um simples desdobramento da única produção analítica latino-americana de monta do período, ou seja, a obra da Cepal, já amplamente avaliada. (Bielschowsky, [1988] 2000, p. 6)

Ou seja, por essa perspectiva, não haveria uma legítima “história da análise econômica brasileira”, no sentido de Schumpeter, e, assim, não seria tão relevante discutir, no âmbito da história do pensamento econômico geral, a história do pensamento econômico brasileiro.

Essa conclusão, a partir da perspectiva reivindicada neste capítulo, é problemática. Primeiro, por tratar a história das ideias econômicas a partir desta separação entre diferentes níveis que compõem as formulações econômicas, em um movimento positivista que tenta construir a formulação teórica como algo neutro, esvaziado de seu caráter histórico e da visão de mundo a partir da qual é formulada, tal como problematiza Dobb no seguinte trecho:

para sermos breves diremos que a distinção que Schumpeter tentou estabelecer entre economia como análise pura e como visão do processo econômico, em que entram inevitavelmente tendências e matizes ideológicos, não pode ser sustentada, a menos que a primeira se limite à estrutura formal, unicamente de afirmação econômica, e não à teoria econômica como afirmação substancial sobre as relações reais da sociedade econômica; visto que na formulação desta última, e no próprio ato de julgamento

do seu grau de realismo, não pode deixar de entrar a intuição histórica, a perspectiva e a visão social. (Dobb, [1973] 1977, p. 52)

Outra questão problemática daquele tipo de raciocínio de Schumpeter é seu caráter eurocêntrico. Revelando um posicionamento que coloca o que é desenvolvido teoricamente aqui subsumido ao pensamento dos grandes centros econômicos, supondo não haver grandes inovações ou contribuições ao pensamento econômico oriundas de espaços periféricos e dependentes – como a sociedade brasileira –, locais em que apenas se reproduziria o conhecimento e o instrumental analítico do centro, cabendo à criatividade das formulações aqui desenvolvidas se restringir ao âmbito das análises e formulações conjunturais – a chamada ‘história do pensamento econômico’ de Schumpeter – e ao âmbito das análises e formulações normativas das políticas econômicas – ‘história dos sistemas de economia política’ de Schumpeter. Isto é, limitando-se a adaptar os modelos teóricos formulados no centro às questões específicas da sociedade brasileira.

Ainda que seja possível problematizar o processo de organização e difusão de espaços de formação e pesquisa em economia no Brasil, mais notadamente os institutos de pesquisa e as universidades – a universidade, em geral, difundiu-se no Brasil a partir dos anos 1920/1930, os cursos de graduação em economia passam a ganhar maior dimensão no eixo Sudeste-Sul a partir dos anos 1940 e os cursos de pós-graduação em economia são instituídos a partir dos anos 1960 e 1970 (Loureiro, 1997) –, isso não significa que os debates sobre as questões econômicas, inclusive as questões teóricas, dos instrumentos analíticos, não fossem desenvolvidas.

As formulações relevantes para a história do pensamento econômico brasileiro foram (e são) elaboradas por sujeitos oriundos das mais variadas áreas de formação e atuação, não se restringindo aos ambientes acadêmicos. Existem especificidades que permeiam as formulações teóricas feitas no Brasil que são diferentes das especificidades que permeiam as formulações teóricas na Inglaterra, por exemplo, ainda que ambas se insiram em contextos capitalistas,

referindo-se ambas ao objeto geral da economia política. É necessário analisar os diferentes graus de abstração e de generalidade das formulações teóricas, tendo, no entanto, cuidado para não os dissociar da realidade concreta que as origina.

Mais precisamente, partindo da noção de ‘estilos nacionais de economia política’ apresentada por Paula, Cerqueira e Albuquerque (2007), é possível afirmar que a HPE precisa ser compreendida como sendo fruto do processo histórico de determinadas sociedades “isto é, que a economia política, em que pesem suas especificidades no referente a objetos-conceitos-métodos, é tributária da cultura, da fisionomia político-cultural de uma época e de uma região” (p. 357). As circunstâncias históricas e culturais nas quais as teorias são formuladas são elementos relevantes para a compreensão destas teorias:

[...] assume-se aqui que o pensamento econômico, em que pese certa autonomia discursiva, certas exigências metodológico-conceituais, reflete o seu tempo e o seu lugar, expressa-se segundo estilos, metáforas, referências, interesses que transcendem o específico da análise econômica. Trata-se, assim, de entender o pensamento econômico, como, em alguma medida, refletindo o contexto nacional, as circunstâncias históricas que o ensinaram. De tal modo que é isto que explicaria a existência de estilos, de certos cacoetes definidores das diversas escolas nacionais de pensamento econômico, que dizem respeito tanto à forma quanto ao conteúdo de suas respectivas elaborações teóricas. (Paula; Cerqueira e Albuquerque, 2007, p. 358)

Ainda que existam traços gerais que possam caracterizar as economias capitalistas como um todo, as diferentes economias possuem diferentes processos de desenvolvimento capitalista, e a formulação teórica realizada nesses espaços carrega forte influência dessas especificidades locais. É possível abordar a história do pensamento econômico a partir das formulações teóricas desenvolvidas nos diferentes espaços nacionais, ou seja, a partir dos diferentes estilos nacionais de economia política.

Nesse sentido, há uma história do pensamento econômico brasileiro. Há formulações teóricas nos mais diferentes níveis de análise e de abstração que se encarregam de compreender e explicar os processos econômicos. E não somente isso. É necessário ressaltar que não só há formulações de conteúdo teórico e analítico que originam uma história do pensamento, como também há formulações sistematizadas desta história do pensamento.

Existem três trabalhos de referência para a sistematização da história do pensamento econômico brasileiro: a tese de doutorado de Ricardo Bielschowsky, que foi publicada como livro em 1988 – “Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo” –; a tese, também de doutorado, de Guido Mantega, que foi publicada como livro em 1984 – “A economia política brasileira” –; e mais recentemente o livro “Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro” (2011), resultado de um esforço coletivo de pesquisa do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema) sob a coordenação de Maria Malta. Os dois primeiros trabalhos abordam o pensamento econômico brasileiro até a década de 1960. Já o terceiro trabalho visa analisar o pensamento econômico brasileiro entre os anos 1964 e 1989. Os três trabalhos trazem como elemento central organizador do pensamento econômico brasileiro a questão do desenvolvimento, ainda que apresentem essa questão de maneiras diferentes.

O trabalho coletivo realizado por pesquisadores e pesquisadoras do Lema no livro “Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro” (2011) parte de um diálogo crítico com os dois outros principais trabalhos de sistematização mais ampla e articulada da história do pensamento econômico brasileiro. Trabalhos que buscaram inclusive afirmar a mesma hipótese que aqui é trabalhada: que existe, de fato, uma história do pensamento econômico brasileiro e que este é um objeto de análise de grande importância, “configurando um projeto de recuperação do pensamento econômico nacional” (Malta *et al.*, 2011, p. 23):

[...] nestas obras, o projeto de sistematização de uma HPEB aparece pela primeira vez como um objeto tratado com profundidade, usando cortes

analíticos teoricamente fundamentados. Diferentemente do que fazem os trabalhos temáticos, os autores referidos prepararam sua pesquisa para desvendar a estrutura da HPEB e encontram em seu cerne a questão do desenvolvimento. Embora partam de matrizes teóricas diferentes, Bielschowsky e Mantega constroem suas histórias do pensamento econômico brasileiro convergindo em um ponto principal: identificar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como organizadores do pensamento e do debate econômico no país. (Malta *et al.*, 2011, p. 26)

Guido Mantega (1984, p. 22) analisa o pensamento econômico brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, destacando três principais correntes de pensamento, que, segundo o autor, permitiram a construção de três modelos analíticos que são eixos estruturais de sua chamada “árvore genealógica da economia política brasileira”, a saber: o modelo de substituição de importações; o modelo democrático-burguês; e o modelo de subdesenvolvimento capitalista. Todos esses modelos, para Mantega, se organizaram em torno de propostas de projetos de desenvolvimento para o país e agrupariam os trabalhos dos principais autores do campo da economia da época. Para o autor, a partir da publicação de “Formação Econômica do Brasil” (1959), de Celso Furtado, é possível falar em uma Economia Política Brasileira, momento no qual o “pensamento econômico brasileiro passa a ter uma produção de maior fôlego, quando os trabalhos se tornam mais abrangentes, sistemáticos e profundos, conforme se verifica a partir da década de 50” (Mantega, 1984, p. 19).

A Economia Política Brasileira “seria resultado de um embate ideológico entre duas frentes principais que defendiam interesses político-econômicos antagônicos do ponto de vista dos projetos para nossa economia” (Malta *et al.*, 2011, p. 30). Considerados por Mantega fora do campo da economia política, havia os autores associados ao *status quo* da época, que possuíam raízes teóricas neoclássicas e liberais, mas que, por conta da peculiaridade da economia subdesenvolvida brasileira, inseriam em suas análises elementos pró-intervenção do Estado, gerando assim o que Mantega chamou de modelo de desenvolvimento brasileiro.

Sua sistematização da história do pensamento econômico brasileiro partia de aportes marxistas e foi realizada, segundo o autor, com base nos mecanismos citados a seguir:

[...] assim, pretendo analisar, neste trabalho, a consolidação do pensamento econômico brasileiro, caracterizando a formação dos primeiros modelos analíticos, suas origens teóricas, suas principais fontes de inspiração e, sobretudo, suas hipóteses básicas e proposições fundamentais. Cada modelo foi alvo de uma apreciação crítica, em primeiro lugar, do ponto de vista de sua coerência interna; em segundo lugar, quanto ao seu poder explicativo e sua correspondência aos fatos; e, finalmente, do ângulo de uma visão alternativa do processo de desenvolvimento capitalista, que não se encontra totalmente explícita, mas apenas subentendida e disseminada ao longo do trabalho, para não desviar a análise do seu objetivo principal de reproduzir com fidelidade o pensamento econômico brasileiro da época. [...]

Para interpretar a economia brasileira, os analistas lançaram mão de várias concepções sobre a articulação dos sistemas econômicos, sobre sua dinâmica de funcionamento, ou sobre suas leis fundamentais e possibilidades de transformação, desembocando em diagnósticos diferentes, quando não conflitantes, sobre a mesma realidade. Coube aqui explicitar essas concepções embutidas nas análises concretas, ordená-las em sistemas teóricos e agrupá-los de acordo com sua proximidade e complementaridade, de modo a formar os modelos analíticos e as correntes de pensamento em questão. (Mantega, 1984, p. 18-19)

Ainda que tenha seus méritos, essa primeira sistematização de maior fôlego da história do pensamento econômico brasileiro, organizada a partir de um único referencial teórico, apresenta limites importantes:

(a) Mantega não apresenta considerações mais aprofundadas sobre a questão metodológica, não explicita com mais detalhes os aqui citados como base

de referência para os ‘modelos’, tampouco para a sistematização da ‘árvore genealógica da economia política brasileira’;

(b) Mantega também não discorre muito sobre os critérios por trás de sua periodização e da seleção dos autores que aborda, limitando-se a afirmar que somente a partir da obra de Celso Furtado, no final dos anos 1950 (1959), é possível identificar o início de uma economia política brasileira, que seria fruto do confronto ideológico entre os liberais agraristas e os desenvolvimentistas industrialistas, como também da influência da tradição marxista, em especial a organizada a partir do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e dos desenvolvimentistas cepalinos. Desta combinação (desenvolvimentistas industrialistas, marxistas e desenvolvimentistas cepalinos) resultaria a Economia Política Brasileira (o lado não neoclássico do debate sobre desenvolvimentismo no Brasil nos anos 1950 e 1960), que daria espaço nos anos 1960 aos três modelos de pensamento para o desenvolvimento brasileiro: modelo de substituição de importações; modelo democrático-burguês; e modelo do subdesenvolvimento capitalista. Do lado de fora da Economia Política Brasileira, a partir da matriz liberal (neoclássica), se desenvolveria o modelo de desenvolvimento brasileiro. E, isolada, sem ser devidamente encaixada nas categorias de sua árvore genealógica, Mantega coloca a teoria da dependência.

Em síntese, Mantega não apresenta um referencial metodológico claro para seu trabalho, apenas enumera os passos que tomou para construção de sua análise. Além disso, é importante destacar que Mantega não apresenta um critério claro para a escolha dos autores abordados, havendo arbitrariedade nessa escolha, elemento que ele próprio admite: “antes de começar a análise, convém chamar atenção do leitor para o caráter arbitrário envolvido na escolha dos Autores e na ordenação de suas teses em modelos de interpretação” (Mantega, 1984, p. 21).

Já Ricardo Bielschowsky (1988) analisa o período entre 1930 e 1964, justificando essa periodização por ser a época de estabelecimento do sistema industrial no país, e toma como conceito-chave para organizar e dar unidade ao pensa-

mento brasileiro o ‘desenvolvimentismo’.¹⁰ Sua sistematização do pensamento econômico brasileiro é realizada em torno desse marco conceitual e se dá a partir de cinco principais correntes de pensamento no período: o neoliberalismo; o desenvolvimentismo do setor privado; o desenvolvimentismo do setor público ‘não nacionalista’; o desenvolvimentismo do setor público ‘nacionalista’; e a corrente socialista. O autor também analisa a obra de Ignácio Rangel, mas o faz de maneira isolada por considerar que não seria possível encaixar Rangel em alguma dessas correntes. Além disto, o autor, a partir da noção de ‘ciclo ideológico do desenvolvimentismo’, propõe uma periodização para sua sistematização, tendo como baliza o movimento real da economia brasileira. São os períodos: 1930-1945 – as origens do desenvolvimentismo; 1945-1955 – o amadurecimento do desenvolvimentismo (subdividido em três subperíodos: 1945-1947, 1948- 1952 e 1953-1955); e 1956-1964 – o auge e a crise do desenvolvimentismo (também subdividido: 1956-1960 e 1961-1964).

É importante destacar que, diferentemente de Mantega, Bielschowsky deixa explícito seu referencial metodológico. O autor afirma tomar como referência a formulação de Schumpeter para a história do pensamento econômico. Como apresentado anteriormente, Schumpeter ([1954] 1964) faz uma separação entre a história da análise econômica, a história do pensamento econômico e a história dos sistemas de economia política. Partindo da noção de que o desenvolvimentismo é um princípio normativo unificador que organiza o pensamento econômico brasileiro e tendo como noção que o pensamento econômico brasileiro no período analisado não se deu nos meios acadêmicos, mas, sim, nas discussões no âmbito político sobre o processo de industrialização brasileira,

¹⁰ “Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente”. (Bielschowsky, [1988] 2000, p. 7)

Bielschowsky afirma que o melhor caminho para organizar o pensamento econômico brasileiro no período é a partir do que Schumpeter chamou de história dos sistemas de economia política. O autor faz as ressalvas de que parte de seu trabalho também implica organizar a história do pensamento econômico – no sentido que Schumpeter dá ao termo –, pois uma parte significativa das formulações do período não se dá em termos acadêmicos e de que há uma dimensão analítica nas reflexões econômicas analisadas no período, mas ressalta que este não é o foco de seu trabalho.

É possível fazer uma ressalva crítica à metodologia reivindicada por Bielschowsky. Ainda que tenha como referência Schumpeter ([1954] 1964), é possível perceber que o autor não segue exatamente o que ele propõe. Segundo a análise proposta por Borja (2013), Bielschowsky, mesmo negando a existência de uma história da análise econômica no Brasil no período, realiza uma junção do que Schumpeter chamou de história dos sistemas de economia política e de história do pensamento econômico, e, ao fazer esta junção, “acaba por abandonar os critérios schumpeterianos, afirmando ser impossível pensar a história do pensamento econômico ou dos sistemas de economia política sem os sistemas analíticos de referência” (Borja, 2013, p. 30).

Por fim, o trabalho realizado por Malta *et al.* (2011) se propõe a dar continuidade aos trabalhos de Mantega (1984) e Bielschowsky (1988), ao abordar o período subsequente (1964-1989) de maneira crítica, a partir de uma outra proposta de leitura teórica, sendo as controvérsias o elemento sistematizador da história do pensamento econômico brasileiro.

Essa proposta de leitura tem como referência a obra de Karl Marx, em especial “Teorias da mais-valia” ([1905] 1980), e as contribuições de Rubin ([1929] 2014) e Dobb ([1973] 1977), ou seja, se organiza a partir das noções de materialismo histórico e dialética que foram apresentadas anteriormente. Partindo da noção oposta à de Schumpeter – que separa a análise teórica da ideologia –, os autores afirmam não ser possível fazer tal separação. A proposta de sistematização da HPEB feita pelos autores é que esta seja feita “em nível teórico-analítico, histórico e político de maneira integrada” (Malta *et al.*, 2011, p. 35).

Sob essa perspectiva, é impossível dissociar ideologia, política, história, economia e análise teórica; “por serem umbilicalmente conectados, precisam ser articulados simultaneamente na definição dos conceitos e da periodização necessários para se construir o recorte de estudo da história do pensamento econômico” (Malta *et al.*, 2011, p. 51). A relevância fundamental dos processos históricos para o desenvolvimento do pensamento e, nesse sentido, o contexto social, a visão de mundo dos autores e seus referenciais teóricos fazem com que a formulação do pensamento esteja impregnada de elementos que não podem ser encaixados no que Schumpeter quis identificar como a teoria econômica pura. Analisar a HPE significa discutir esses elementos – ideologia, política, história, economia e análise teórica – de maneira indissociável, totalizante:

[...] em nossa visão, o método mais eficaz para se pesquisar a história do pensamento econômico combina o estudo do período histórico de referência com um estudo da teoria econômica elaborada até então, de modo a compreender a produção intelectual resultante destas influências. Esta perspectiva, emprestada de Rubin ([1929] 1989), tem como princípio o materialismo histórico, em contraponto com o idealismo hegeliano sob o qual seria possível existirem ideias provenientes de um “espírito absoluto”, sem a necessidade de uma base material que as originasse. As ideias de uma época são a expressão intelectual das relações sociais vigentes com todas as contradições e as influências herdadas da história, cuja dinâmica é dada fundamentalmente pela luta de classes. (Malta *et al.*, 2011, p. 34)

Esse também é o sentido geral da proposta de método para a história do pensamento econômico aqui apresentada. As controvérsias, nesse método, têm centralidade na organização do pensamento econômico por permitirem captar o movimento e a historicidade do pensamento. As controvérsias são suscitadas pelas questões da realidade material, e, por conta dessas diferentes questões ideológicas, teóricas, sociais e políticas, a realidade material pode ser analisada de diferentes formas, sendo a sistematização da HPE marcada pelas rupturas, descontinuidades e disputas teóricas.

No caso específico do artigo citado, a proposta de sistematização da história do pensamento econômico brasileiro no período 1964-1989 apresenta como eixo central para as controvérsias do período a questão do desenvolvimento; “a questão do desenvolvimento povoou o pensamento da imensa maioria dos economistas do Brasil e que a maior parte dos debates do período em estudo tem como referência fundamental um projeto de desenvolvimento para o país” (Malta *et al.*, 2011, p. 35). Os diferentes projetos de desenvolvimento em disputa, com suas diferentes orientações e formulações teóricas, diferentes referenciais analíticos e diferentes projetos políticos são o cenário no qual as controvérsias se estabelecem. É em torno dessa questão que as principais controvérsias econômicas elencadas se organizam, a saber: o debate sobre a tendência à estagnação; a controvérsia sobre a distribuição de renda; a controvérsia sobre a revolução brasileira; a controvérsia sobre as causas da inflação, entre outras.

Esse trabalho é retomado não tanto por conta dos pormenores das controvérsias analisadas no livro do qual faz parte, ou por conta das especificidades do período analisado (1964-1989). Retoma-se essa proposta por se considerar que esse caminho das controvérsias para a história do pensamento econômico brasileiro pode ser utilizado de maneira mais ampla em outros períodos da HPEB.

Por conta da forte marca da historicidade e da processualidade nessa abordagem, é possível pensar a sistematização do pensamento econômico brasileiro a partir das controvérsias em diferentes períodos. Por exemplo, podem-se analisar os desdobramentos dos debates sobre o desenvolvimento via industrialização ou pela via primária entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen nos anos 1940; as questões sobre a caracterização do modo de produção no Brasil que percorreu diversas décadas do século XX; as questões em torno da retomada da questão do desenvolvimento na primeira década do século XXI; a controvérsia sobre a inflação brasileira nos anos 1980 etc. Enfim, o ponto é que por conta das questões da realidade material nos diferentes períodos históricos surgem controvérsias que se organizam a partir das diferentes análises sobre a realidade, e é possível traçar uma história do pensamento econômico a partir das rupturas e disputas que essas controvérsias indicam.

Neste sentido, explorar os debates que permeiam a realidade da formação econômico-social do Brasil, destacando os elementos em que traçam uma interpretação acerca do funcionamento da estrutura econômica e da superestrutura jurídica, política e ideológica do país de forma articulada, amplia nosso objeto de sistematização, quando se fala em história do pensamento econômico brasileiro. Autores que seriam excluídos do campo do pensamento econômico, caso utilizássemos a metodologia indicada por Schumpeter (1954), Mantega (1984) ou Bielschowsky (1988), passam a compor o objeto de análise da história do pensamento econômico brasileiro. Destacam-se entre eles, aqueles que se convencionou denominar de intérpretes do Brasil.

Incorporando a contribuição dos 'intérpretes do Brasil' para a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB)

O que se entende como 'interpretações do Brasil' – um grupo significativo de contribuições formuladas para sistematizar a realidade histórica brasileira, em especial no final do século XIX e a partir da década de 1930 – geralmente é tratado no campo do pensamento social brasileiro, mas dificilmente no campo da história do pensamento econômico brasileiro (HPEB).

O campo que ficou conhecido como 'interpretações do Brasil' apareceu, conforme destaca Ricupero (2008, p. 21), no período iniciado com o debate abolicionista e republicano, no final do século XIX, desdobrando-se com o estabelecimento e o desenvolvimento mais amplo da universidade no Brasil, nas décadas de 1920/1930. É possível identificar nesses autores a questão da formação do Brasil como uma questão de fundo de seus trabalhos, isso é, preocupavam-se com o debate do estabelecimento de um quadro social nacional mais autônomo que se contraporía à origem colonial do Brasil, marcada por diversos tipos de domínio, como cultural, político e econômico.

A partir de nossas pesquisas, podemos dizer que:

geralmente suas obras tratam dos três momentos históricos, *o presente, o passado e o futuro*, isto é, começam com um grande balanço histórico – foco no passado –, analisam como os elementos desse balanço histórico e do processo de formação contribuíram para a construção do Brasil – o presente – e fecham com um programa político sobre como superar os problemas do país – futuro. (Curty; Malta; Borja, 2022, p. 82)¹¹

São formulações que mesmo quando tratam do passado, têm sempre em vista a investigação do “presente como história” (Hobsbawm, 1993).

O ponto aqui apresentado é que um intérprete do Brasil tem consigo uma missão intelectual, pois busca, através da pesquisa histórica, compreender a realidade presente do país. As interpretações do Brasil se apresentam como um primeiro pensamento propriamente brasileiro autônomo em relação às teorias dos principais centros mundiais, abrindo caminho para um tipo de análise específica que dará destaque, ainda que de formas diferentes, à estrutura produtiva para tentar compreender o Brasil e sua formação.

A preocupação com o estabelecimento de um quadro social autônomo, que se contrapusesse à situação de subordinação colonial, é a chave para um pensamento que coloca no seu centro dinâmico principal o que ocorre internamente no país. As interpretações do Brasil são marcadas pela análise das formas estruturais da produção social da vida material, que se expressam em determinadas relações sociais necessárias e independentes de sua vontade e às quais correspondem relações de produção referentes a uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais. Ao mesmo tempo um intérprete não poderá deixar de perceber que sobre essa estrutura se levanta uma superestrutura jurídica, política e correspondentes formas da consciência social que necessariamente compõem seu objeto. Assim, as tentativas de interpretar o Brasil não conseguirão escapar das artimanhas de seu objeto e acabarão cedendo lugar, aqui e ali, à dialética, ao radicalismo e à crítica.

¹¹ Ver capítulo 2 neste livro.

Para compreender a nação que aqui se formara ou que poderia vir a se formar era necessário dispor-se a desvendar a realidade brasileira e propor uma explicação para a formação econômico-social que se apresentava dentro das fronteiras do Estado Nacional. Ainda que não busquem tratar da economia de forma explícita – as exceções podem ser Caio Prado Junior e Celso Furtado –, os chamados intérpretes do Brasil têm nas questões econômicas (estruturais) elementos relevantes de sua análise; afinal, para abordar o processo de formação econômico-social deve se tratar esse processo como um todo, de forma totalizante, expondo suas características sociais, políticas, culturais e também econômicas, ou seja, a análise do processo de formação e constituição de suas estruturas produtivas e sociais. É possível, portanto, compreender a obra dos intérpretes do Brasil como parte da história do pensamento econômico brasileiro e inserir a contribuição desses intérpretes nas diferentes controvérsias que compõem a HPEB.

Tomando-se a percepção de pensamento econômico aqui reivindicada, as análises focadas na formação econômico-social como um todo podem servir de norte para o pensamento econômico brasileiro. Afinal, pensar os elementos da estrutura econômica, das relações sociais de produção e das forças produtivas não pode ser feito de forma dissociada dos elementos políticos, sociais e culturais. No entanto, conforme afirmado anteriormente, ao longo do século XX houve um fortalecimento do processo de especialização e fragmentação do conhecimento.¹²

Aloísio Teixeira (2002) afirma que, no âmbito do pensamento econômico, como também nos âmbitos do ensino e da prática da economia, esse processo foi ainda mais acentuado, já que os horizontes analíticos da teoria dominante no campo da economia enfocam as questões da aparência da realidade. Essa teoria está “dominada por uma visão pseudocientífica, cujos horizontes ana-

¹² Aqui cabe afirmar que não se está negando que esse processo de desenvolvimento da universidade e posteriormente da pós-graduação no Brasil tenha fomentado avanços expressivos na produção e difusão do conhecimento. No entanto, considera-se necessário expor os elementos limitadores que ele também desenvolveu.

líticos não ultrapassam as noções abstratas de mercado e de competitividade, na suposição de que o economista está sempre diante de sistemas econômicos em forma pura” (Teixeira, 2002, p. 57). Nesse sentido, Teixeira destaca a necessidade de retomada dessa visão mais ampla, totalizante, retomando estudos, análises e debates sobre a formação histórica da sociedade brasileira.

Seguindo o afirmado anteriormente a respeito da economia política como chave para pensar uma forma de interpretação do Brasil, autores como os já mencionados Celso Furtado e Caio Prado Jr., mas também Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, João Manuel Cardoso de Mello, entre outros e outras, produziram análises que podem ser vistas como interpretações do Brasil, pois versam sobre os elementos estruturais da produção social da vida material e sua relação condicionante com os elementos ligados à superestrutura política, jurídica e ideológica.

Há, portanto, uma relação dinâmica entre a contribuição de intérpretes do Brasil na história do pensamento econômico brasileiro e a contribuição de autores reconhecidos como economistas em formulações tidas como interpretações do Brasil, ampliando de modo significativo a possibilidade de se escrever uma ampla HPEB por meio do método das controvérsias.

Considerações finais

Buscou-se neste capítulo apresentar os elementos metodológicos que permitem sistematizar a história do pensamento econômico, em geral, e a história do pensamento econômico brasileiro, em particular, a partir das controvérsias. Tal como apresentado no capítulo, o referencial metodológico para essa abordagem da história do pensamento econômico tem como pontos de partida a dialética e o materialismo histórico e como autores de referência Karl Marx, Isaak Rubin ([1929], 2014), Maurice Dobb ([1973], 1977) e para o caso da história do pensamento econômico brasileiro, Malta *et al.* (2011).

Partindo de uma compreensão do pensamento econômico como uma formulação teórica que é expressão da realidade histórica, na qual a visão de mundo sob a qual essa análise é feita e o contexto histórico no qual se inserem são elementos indissociáveis do pensamento, a construção da história do pensamento econômico pode ser entendida como a sistematização das diferentes formas de apreensão da realidade econômica estruturada em cada tempo histórico específico, substancialmente influenciada e determinada pelos valores sociais dessa época específica. Logo, os elementos históricos, sociais, políticos e ideológicos fazem parte do processo de formulação teórica em economia. Fazer história do pensamento econômico significa, portanto, compreender as diversas interpretações e formulações econômicas de acordo com seu tempo histórico, seus elementos ideológicos e seus valores, e essas formulações e interpretações podem ser sistematizadas a partir das controvérsias.

No caso da história do pensamento econômico brasileiro, para a construção da abordagem das controvérsias para sua sistematização, adiciona-se a contribuição das chamadas ‘interpretações do Brasil’ como importantes formulações analíticas sobre o processo de formação econômico-social brasileiro. Essas formulações compõem diferentes controvérsias que fazem parte da história do pensamento e que podem contribuir para a sistematização da história do pensamento econômico brasileiro.

O debate em torno das diferentes abordagens em história do pensamento econômico não está fechado; afinal, é um debate continuamente incrementado pelo movimento histórico e pelos questionamentos metodológicos que suscita. Além disto, existem outras formas de sistematização da história do pensamento econômico que não foram abordadas neste capítulo.

A ideia deste capítulo é colocar a questão da história do pensamento econômico brasileiro em evidência para que a partir desses elementos seja possível fazer reflexões coletivas sobre como sistematizar o conhecimento no campo econômico. Considera-se que a abordagem das controvérsias é um método frutífero para fazer essa sistematização que amplia o objeto da história do pensamento econômico brasileiro, de forma a incluir a contribuição das in-

interpretações do Brasil, e revela uma HPEB mais rica do que a identificada pela metodologia utilizada até então.

Referências

AMADEO, Edward. Introdução: Vertentes da economia política moderna. *In*: AMADEO, Edward (org.). **Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

ARIDA, Pérsio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. *In*: REGO, José Marcio (org.). **A história do pensamento econômico como teoria e retórica**. São Paulo: Editora 34, 2003.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, [1988] 2000.

BLAUG, Marc. **Economic history and the history of economics**. Brighton: Wheatsheaf, 1986.

BORJA, Bruno. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CURTY, Carla; MALTA, Maria. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. *In*: COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (org.). **História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Hucitec, 2019. p. 97-134.

DOBB, Maurice. **Teorias do valor e da distribuição desde Adam Smith**. Lisboa: Martins Fontes, [1973] 1977.

FERNANDES, Florestan. Introdução. *In*: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1946] 2008.

FRIEDMAN, Milton. **A metodologia da economia positiva**. Edições Multiplic, v. 1, n. 3, [1953] fev. 1981.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2006.

HOBBSAWM, Eric. O presente como história. **Novos Estudos CEBRAP**, n.43, p. 103-112, [1993] 1995.

LOUREIRO, Maria Rita (org.). **50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

LUKÁCS, Györg. O processo de democratização. *In*: LUKÁCS, Györg. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1968] 2008.

MALTA, Maria Mello de. **Controvérsia sobre a teoria da acumulação de James Steuart**. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MALTA, Maria Mello de *et al.* A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. *In*: MALTA, Maria Mello de (coord.). **Ecoss do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p. 23-52.

MALTA, Maria Mello de; CASTELO, Rodrigo. Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia. *In*: GANEM, Angela; FREITAS, Fábio; MALTA, Maria Mello de (org.). **Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012. p. 85-100.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.

MARX, Karl. Introdução à Contribuição à crítica da economia política. *In*: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo, Expressão Popular, [1859] 2008.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1-3, [1905-1910] 1980.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos 1857-1859. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1857-1859] 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, [1846] 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULA, João Antonio de. **Crítica e emancipação humana**: ensaios marxistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PAULA, João Antonio de; CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. Nações e estilos de economia política. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 3 (107), jul./set. 2007.

PAULA, João Antonio de; CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. Apresentação: Sobre Isaak Rubin e sua História do pensamento econômico. *In*: RUBIN, Isaak Ilich. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014. p. 11- 24.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

RUBIN, Isaak Ilich. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1929] 2014.

SANT'ANNA, Reginaldo. Nota do tradutor. *In*: MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. v. 1-3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 9-12.

SCHUMPETER, Joseph. Science and ideology. **The American Economic Review**, v. 39, n. 2, mar. 1949.

SCHUMPETER, Joseph. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: USAID, [1954] 1964.

SILVA, Juliana Nascimento. **Distintas leituras da história do pensamento econômico**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

TEIXEIRA, Aloísio. Marx e a economia política: a crítica como conceito. **Revista Econômica**, v. 2, n. 4, p. 85-109, 2000.

TEIXEIRA, Aloísio. Raízes do Brasil: o lado oposto e os outros lados. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 149. Repensando o Brasil com Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, p. 55-73, 2002.

TEIXEIRA, Aloísio. Posfácio: Uma agenda para a (re)descoberta do Brasil. *In*: MALTA, Maria Mello de (coord.). **Ecos do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p. 329-352.

TOLIPAN, Ricardo. A necessidade da história do pensamento econômico. **Texto para discussão**, n. 3, IE/UFRJ, 1982a.

TOLIPAN, Ricardo. A questão do método em economia política. **Texto para discussão**, n. 5, IE/UFRJ, 1982b.

INTÉRPRETES DO BRASIL

influências na origem do pensamento econômico brasileiro¹

Carla Curty ■ Maria Malta ■ Bruno Borja

“A publicação de um livro não pode ser abordada como um evento, mas sim o resultado de um processo histórico”.

Tamas Szmrecsányi (1999)

Introdução

Pode-se indicar dois momentos históricos fundacionais referidos a problemáticas concretas que colocam a sociedade brasileira em posição crítica em relação à própria realidade e provocam um pensamento brasileiro desenvolvido a partir da reflexão sobre sua condição social e processo de formação histórica. Esses momentos são, no final do século XIX, a abolição da escravidão, solapando as bases da forma política do Império e, no início no século XX, a transição histórica do Brasil, de país agrário-exportador para urbano-industrial, tendo como ponto de referência a década de 1930.

Em ambos os casos tratam-se de épocas em que o processo de transformação produtiva teve implicações definitivas na estruturação da sociedade brasileira. No primeiro caso, a abolição da escravidão significava, do ponto de vista do capital, uma gigantesca expropriação de riqueza e, do ponto de vista do trabalhador, a necessidade de se estabelecer um novo quadro de relações

¹ Este capítulo é uma versão adaptada do artigo de mesmo título publicado no v. 24, n. 2 (2021) da Revista de História Econômica & História da Empresas da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE).

político-jurídicas sobre o trabalho no país. Os trabalhadores conquistaram sua liberdade pessoal, passaram formalmente a ter direito à voz, a frequentar escolas, a formular e apresentar propostas de mudança social, mas ainda lhes faltava obter efetivamente todos esses direitos. Por isso a luta por seus direitos, no caminho da libertação efetiva, deveria continuar².

No segundo caso, a transformação social em curso tinha como origem a transmutação do capital agrário em capital industrial, o que implicava uma reorganização da tradicional sociedade rural brasileira, tornando-se progressivamente uma sociedade urbana, questionando todas as relações sociais predominantes e difundindo dentro das fronteiras brasileiras o padrão industrial das relações sociais capitalistas, inclusive naquilo que concerne às lutas por direitos do trabalhador.

Além disso, o movimento que se desenrola no Brasil diz respeito à percepção dos limites do Estado liberal acompanhado da instituição do mercado autorregulável, que havia orientado a ação do Estado brasileiro desde a independência. A percepção desses limites levou o pensamento brasileiro à controvérsia da fundação de um Estado assentado, efetivamente, sobre a sociedade brasileira. É nesse bojo que se desenrola o necessário debate sobre processo de formação econômico-social no Brasil.

Assim, nosso objetivo neste capítulo é recuperar no pensamento de alguns dos intérpretes do Brasil os elementos da configuração das estruturas econômico-sociais brasileiras que ganham centralidade em suas visões sobre o Brasil e influenciam a origem do pensamento econômico brasileiro.

A noção de intérprete do Brasil

Coutinho ([1988] 2011) identifica o ‘mal-estar’ do final do século XIX e do início do século XX no Brasil, afirmando algo que vale para todo o pensamento

² Uma boa referência sobre história das lutas dos trabalhadores brasileiros desde o início do século XX está em Mattos (2009).

radical³ dessa época. O autor afirma que, mesmo quando trata do passado, aquele pensamento tem sempre em vista a investigação do ‘presente como história’, o que implica para ele uma análise dialética da gênese e das perspectivas desse presente. Ainda que poucos autores da época possam reivindicar a dialética como lógica, em muitos casos utilizando métodos autodeclarados como positivistas, não é difícil identificá-la, como uma invasão da lógica da história real, objeto do trabalho desses autores, no seu pensamento e formulação.

A primeira geração desses intérpretes está preocupada com a gestação do Brasil republicano da barriga do Império escravocrata, como uma formação que precisava finalmente dar conta de sua identidade nacional não colonial. Essa é a geração de Joaquim Nabuco, André Rebouças, Castro Alves, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim e Machado de Assis. Em Nabuco e Euclides percebe-se o importante questionamento do *status quo*, identificado pelos modernistas como ‘macaqueador’⁴ do pensamento europeu ou da República Federativa dos Estados Unidos da América. Essa geração trazia à tona a inadequação das instituições brasileiras à sua realidade social, fruto de um pensamento formulador totalmente copista (como descrevia Euclides quando se referia às populações do litoral⁵), ou decadente e dependente, como classificava Nabuco ([1884] 2012).

A geração dos anos 1920-1930 tem como ansiedade principal, em suas diferentes orientações teórico-políticas, a tentativa de compreender a formação socioeconômica do Brasil no contexto do início da transição de uma socieda-

³ Antonio Candido, em seu artigo “Radicalismos” de 1986, estabelece uma categorização dos pensadores no Brasil como podendo pertencer a três categorias segundo seu posicionamento político-social. Para Candido, os pensadores poderiam ser conservadores, revolucionários ou radicais. O pensamento radical seria um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes, um pensamento gerado na pequena burguesia e em setores esclarecidos das classes dominantes que se identifica em parte com os interesses das classes trabalhadoras, mas que se opõe à sua classe apenas até certo ponto. O radical pensaria os problemas e as soluções na escala da nação como um todo, passando por cima do antagonismo entre classes. Ainda assim, Candido afirma que o radical teve por muitas vezes papel transformador no pensamento brasileiro, pois foi capaz de avançar realmente, ou servir de fermento transformador em alguns contextos.

⁴ Sérgio Buarque de Holanda populariza esta terminologia para referência ao pensamento da elite brasileira em seu artigo “Ariel” (1920).

⁵ Ver Cunha (1902, seção II, item V). Para uma análise das implicações do termo, ver Lima (2009).

de agrário-exportadora para uma sociedade urbano-industrial. Essa geração formada pelos autores modernistas, na literatura, encontrava interseções com os pensadores das estruturas sociais, como no caso de Sérgio Buarque de Holanda. Desse grupo também fizeram parte autores mais conservadores, como Gilberto Freyre, mas cuja postura de revelação do padrão da formação social tornava radical. Vale destacar também a presença de Caio Prado Junior, que é identificado por vários autores⁶ como o autor que elaborou uma das primeiras tentativas bem-sucedidas de aplicar o método de Marx para a análise do Brasil, um marco no marxismo brasileiro⁷. Todos esses pensadores, das duas gerações, denunciavam a desconexão das formas institucionais vigentes no Brasil em relação à sociedade que efetivamente produzia suas relações sociais em território brasileiro.

O campo que ficou conhecido como ‘interpretações do Brasil’ apareceu, conforme destaca Ricupero (2008), exatamente neste período iniciado com o debate abolicionista e republicano, no final do século XIX, desdobrando-se com o estabelecimento e o desenvolvimento mais amplo da universidade no Brasil, nas décadas de 1920-1930. É possível identificar nesses autores a questão da formação do Brasil como uma questão de fundo de seus trabalhos, isto é, preocupavam-se com o debate do estabelecimento de um quadro social nacional mais autônomo que se contraporía à origem colonial do Brasil, marcada por diversos tipos de domínio, como cultural, político e econômico. Buscando compreender o Brasil de seu tempo, geralmente suas obras tratam dos três momentos históricos, o presente, o passado e o futuro, isto é, começam com um grande balanço histórico – foco no passado –, analisam como os elementos deste balanço histórico e do processo de formação contribuíram para a construção do Brasil – o

⁶ Entre os comentadores que sustentam essa opinião, destaca-se: Francisco Iglésias, 1982; Carlos Nelson Coutinho, [1988] 2011; e Bernardo Ricupero, 2008.

⁷ Octávio Brandão, em 1926, publicara “Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil”, que pode ser considerada uma primeira interpretação marxista do Brasil (ver Pinheiro, 2022, neste livro). No entanto, há polêmicas sobre a obra, o próprio autor nos anos 1950 reconhece os limites do seu trabalho em virtude da aplicação mecânica de uma visão stalinista do marxismo.

presente – e fecham com um programa político sobre como superar os problemas do país – futuro.

Nosso ponto é que um intérprete do Brasil tem consigo uma missão intelectual, pois busca, por meio da pesquisa histórica, compreender a realidade presente do país. Dessa forma, não se pretende afirmar que no final do século XIX ou nos anos 1920-1930 se apresente o primeiro pensamento propriamente brasileiro, autônomo em relação às teorias dos principais centros mundiais. O que se pretende é identificar um tipo de interpretação que dará destaque, ainda que de formas diferentes, à estrutura produtiva para tentar analisar e compreender o Brasil e sua formação. Ou ainda, desejamos afirmar que os autores desses estudos devem ser entendidos como intérpretes do Brasil, por colocarem a formação da nação em perspectiva histórica. E, nesse processo, esses autores constroem uma interpretação do Brasil.

Cabe ainda a proposição de mais uma hipótese: se o cerne do movimento interpretativo desses autores é a produção e as relações sociais estruturais e superestruturais a ela relacionadas, poderíamos identificar este momento como fundacional do pensamento econômico brasileiro.

Tomamos o método apresentado por Curty e Malta (2022, neste livro) para a compreensão e sistematização da história do pensamento econômico brasileiro. Mais especificamente, a processualidade do pensamento, em que diferentes experiências históricas, teóricas e posicionamentos políticos, sociais e ideológicos configuram fortes influências sobre o pensamento. Entendemos que os âmbitos teórico, histórico e ideológico não podem ser dissociados e que a história do pensamento econômico deve ser contada e sistematizada a partir de controvérsias. Também abordamos o pensamento econômico de forma mais ampla do que as visões economicistas e positivistas de compartimentação do campo da economia levam a crer. O entendimento de objeto do pensamento econômico aqui trabalhado se constitui das questões ligadas aos elementos estruturais da produção: o trabalho, a tecnologia, a disponibilidade de recursos naturais, associados à organização da sociedade de classes. Compreendemos

os autores aqui analisados como parte da história do pensamento econômico brasileiro, podendo incluí-los em seu movimento de origem.

Se tomarmos emprestado de Ricupero (2008) a ideia de que a formação seja um tema recorrente em um país com passado colonial e persistente situação de dependência, e se somarmos a noção de que a missão intelectual de um intérprete do Brasil é compreender a formação da nação em perspectiva histórica, encontramos um típico desafio de cientista social em geral, e de economista marxista em particular: compreender a realidade para transformá-la.

É bem verdade que no caso brasileiro essa missão intelectual não foi tomada apenas, e nem mesmo em sua maioria, por autores marxistas. Nem por isso os trabalhos desenvolvidos pelos intérpretes do Brasil deixam de ter seu viés radical ou crítico, na medida das questões que se propõem a responder. Mesmo assim, tomar como objeto o pensamento econômico brasileiro e afirmar o método do materialismo histórico-dialético como referência é buscar uma forma de análise do pensamento brasileiro poucas vezes utilizada, em especial no campo da economia política.

Por outro lado, a preocupação com o estabelecimento de um quadro social autônomo, que se contrapusesse à situação de subordinação colonial, é a chave para um pensamento que coloca no seu centro dinâmico principal o que ocorre internamente no país. Por isso as interpretações do Brasil são marcadas pela análise das formas estruturais da produção social da vida material, que se expressam em determinadas relações sociais necessárias e independentes de sua vontade e às quais correspondem relações de produção referentes a uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais.

Ao mesmo tempo, um intérprete não poderá deixar de perceber que sobre essa estrutura se levanta uma superestrutura jurídica, política e correspondentes formas da consciência social (Marx, [1859] 2008) que necessariamente compõem seu objeto. Assim, as tentativas de interpretar o Brasil não conseguirão escapar das artimanhas de seu objeto e acabarão

cedendo lugar, aqui e ali, à dialética, ao radicalismo e à crítica. (Curty; Malta, 2022, p. 71)⁸

Conforme já mencionado, o recorte de Candido (1986) apresenta o radicalismo brasileiro como um conjunto de ideias e atitudes formando um contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou no Brasil. Essa versão de radicalismo à brasileira inclui a definição de um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes em oposição ao modo conservador.

O radicalismo contido nas interpretações do Brasil revela-se na preocupação desses autores com a formação da nação. Para compreender a nação que aqui se formara ou que poderia vir a se formar era necessário dispor-se a desvendar a realidade brasileira e propor uma explicação para a formação econômico-social que se apresentava dentro das fronteiras do Estado Nacional. A realidade, a base material, tinha que ser o ponto de partida desses autores e o foi.

Nessa perspectiva, escolhemos autores representativos das duas gerações mencionadas para destacar como seu pensamento pode ser visto como portador de elementos fundantes do pensamento econômico brasileiro.

A primeira geração de intérpretes: os abolicionistas e os trabalhadores

Joaquim Nabuco foi o abolicionista mais referido em seu tempo, apesar de ter feito parte de um movimento muito mais amplo que possuía facetas mais extremadas e mais moderadas que a posição que assumia. Nascido em 1849 em Pernambuco, ano seguinte e local da Revolução Praieira, a última das revoltas provinciais de caráter liberal, foi filho de uma família abastada, dona de terras e escravos, e frequentava os salões da corte. Era um jovem de seu tempo, formado em direito no seio da doutrina liberal e americanista que frequentava os debates de sua geração. Na Faculdade de Direito em São Paulo foi colega de sala e debate de Castro Alves, Rui Barbosa, Rodrigues Alves e Afonso Pena. Porém, acabou por se transferir para a Faculdade de Direito do Recife para terminar

⁸ Ver no capítulo 1 neste livro.

seus estudos e escandalizou a elite local, por defender, em um júri, uma pessoa escravizada negra que assassinara o seu senhor.

Mesmo sendo queridinho dos salões do Império, tal atitude criou uma grande oposição da elite local ao seu trabalho e seu pensamento, só conseguindo emprego em 1876, quando foi nomeado para posto diplomático por intermédio da mãe. Porém, o movimento da realidade brasileira o colocou no centro da ação nos anos posteriores, quando foi eleito deputado pelo Partido Liberal e instalou em sua residência a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Assim, ele aprofundou as divergências com o seu partido e inviabilizou a sua reeleição. Sem mandato, foi passar uma temporada em Londres, onde escreveu “O Abolicionismo” e se preparou para em 1885 eleger-se para um novo mandato como abolicionista e monarquista federalista, tomando o modelo liberal inglês como referência política.

Em “O Abolicionismo”, Nabuco denuncia o senso comum sobre a escravidão no Brasil no século XIX. Afirmava que se encontrava nos jornais e em toda a sociedade “declarações repetidas de que a escravidão entre nós é um estado muito brando e suave para o escravo, de fato melhor para este que para o senhor, tão feliz pela descrição, que se chega a supor que os escravos, se fossem consultados prefeririam o cativeiro à liberdade; (...)” (Nabuco, [1884] 2012, p. 97), e acidamente concluía: “(...) o que tudo prova, apenas, que os jornais não são escritos por escravos, nem por pessoas que se hajam mentalmente colocado, por um segundo, na posição deles” (Nabuco, [1884] 2012, p. 97).

Esse é o ponto de partida para uma reflexão que contribuirá de forma decisiva para a compreensão do que era e do que poderia ser uma nação brasileira marcada pelo signo da escravidão. Para Nabuco, um país cujos principais produtores da riqueza e a maior parte da população era formada por “uma classe sem direito algum: a dos escravos”⁹ (Nabuco, [1884] 2012, p. 98) estaria condenada à decadência.

⁹ Nabuco ([1884] 2012) nos informa que não há menção às pessoas escravizadas em qualquer código da nação, seja na Constituição de 1824 ou em qualquer outro ponto da legislação. Não havia nem mesmo

Sua questão é que os escravos constituem o maior grupo formador do povo brasileiro e sua condição de submissão ao terror e à falta de qualquer tipo de direito é tão nociva e destruidora para eles próprios quanto para a formação da nação. De seu ponto de vista, a primeira ‘vingança das vítimas’ da escravidão é que os principais habitantes, o futuro do povo brasileiro, seria composto na sua maioria de descendentes de pessoas escravizadas¹⁰, classe submetida pela brutalidade. Além disso, segundo Nabuco, a escravidão não era nociva apenas ao escravo, mas também aos senhores, que se degradavam pela brutalização de seus costumes na relação com os escravos. Nas palavras do autor: a consequência para a formação do povo era “(...) o cruzamento dos caracteres da raça negra com os da branca, tais como se apresentam na escravidão; a mistura da degradação servil de uma, com a imperiosidade brutal da outra” (Nabuco, [1884] 2012, p. 107).

Ainda, alertava para o fato de que a pessoa escravizada era o grande sustentador da produção no Brasil, e não apenas nas fazendas. Era a pessoa escravizada quem cuidava da família do senhor, quem ensinava seus filhos, quem transmitia parte relevante da moral e dos costumes aos cativos e aos livres.

O território também sofria com a organização escravista da produção, pois o regime da terra sob a escravidão era uma divisão de todo solo explorado em certo número de grandes propriedades rurais que se caracterizavam como verdadeiras colônias penais, refratárias ao progresso, espaços senhoriais em que imperava uma só vontade, a do senhor. O problema dessa construção social

um código negro. Segundo Martins (2017), embora seja verdade que não havia um código negro que versasse sobre a administração e tratamento das condições de vida da população escravizada, em Portugal havia ampla legislação sobre esse tráfico de pessoas, incluindo dois códigos negreiros ligados a essa questão, um no século XVII, e o outro no século XIX. Esse ordenamento jurídico que visava regulamentar o trabalho do regime escravocrata na colônia incluía leis, cartas de lei, alvarás, regimentos, estatutos, cartas régias, decretos, provisões, avisos, resoluções e outras peças sobre a administração e a economia escravista de Portugal na colônia.

¹⁰ Os intérpretes do Brasil abordados neste capítulo utilizam sempre a palavra escravo para se referir a uma pessoa escravizada. Estamos de acordo com o entendimento atual sobre a condição de pessoas escravizadas, e não de escravos. No entanto, esta não é a posição desses intérpretes, o que gera uma dificuldade significativa de expressão. Assim, optamos por manter, na maioria dos casos, a referência a escravos, no sentido de expressar a posição dos intérpretes.

identificada por Nabuco é que essa estrutura se mantém pela dependência e por isso não pode buscar progredir ou beneficiar a população livre que nela mora sob o risco de destruir a base social sobre a qual se assenta. Assim, o território tende a criar formações isoladas e autossuficientes em um nível de subsistência muito básico, com poder descentralizado local e refratárias ao funcionamento e às normas do Estado Nacional. Dessa forma, gesta-se uma nação em que faltam centros locais e cidades, havendo um embotamento do comércio e das profissões liberais e não havendo espaço para as classes médias.

Unindo esses fatores em sua análise, o abolicionista aponta para uma síntese sobre a economia de uma nação escravista afirmando que “(...) o resultado final daquele sistema [escravista] é a pobreza e a miséria do país. Nem é de admirar que a cultura do solo por uma classe sem interesse algum no trabalho que lhe é extorquido dê estes resultados” (Nabuco, [1884] 2012, p. 116).

Assim, podemos afirmar que Nabuco contribui e influencia o pensamento econômico brasileiro na medida em que identifica na forma da organização do trabalho a fonte das mazelas e das possibilidades de melhoria da formação social e econômica do Brasil.

Euclides da Cunha representa uma segunda fase dessa primeira geração: a fase republicana. Se Nabuco se preocupava em modificar as bases da monarquia que defendia, Euclides buscava construir os argumentos de sustentação da nova ordem republicana da nação.

Euclides é um personagem cheio de contrastes e contradições, mas sem dúvida um autêntico republicano. Nasceu em 1866, na Província do Rio de Janeiro e ficou órfão aos 3 anos de idade, tendo sido criado pelas tias. Estudou em S. Fidelis, depois na Bahia e finalmente no Rio de Janeiro até que em 1886 prestou exames na Escola Politécnica, curso que abandonou um ano depois, transferindo-se para a Escola Militar. A Escola Militar era em sua época um polo irradiador de ideias republicanas, marcando a influência de Benjamin Constant, positivista e que viria a ser um dos líderes da Proclamação da República, em seu pensamento. Sua adesão às ideias republicanas e antiescravistas o levou a

protagonizar um episódio que acabou marcando sua vida e lhe dando fama. Para impedir a participação dos cadetes em uma manifestação de apoio a Lopes Trovão, notório republicano que voltava da Europa, foi marcada uma inspeção às tropas pelo Ministro da Guerra, Tomás Coelho. Durante a revista, Euclides saiu de formação, tentou quebrar o espadim e o atirou aos pés do Ministro, desacatando-o. Procurou-se abafar o ocorrido, mas Euclides foi desligado do Exército, em dezembro de 1888, sob a alegação de incapacidade física. No entanto, famoso pelo episódio do espadim, foi convidado por Júlio de Mesquita, ainda em 1888, para escrever em O Estado de São Paulo (na época, “A Província de São Paulo”), onde passa a defender abertamente as ideias republicanas. Com a Proclamação da República é anistiado, reintegrado à Escola Militar (na sua turma) e forma-se oficial. Em 1896 abandona definitivamente o Exército e vai trabalhar como engenheiro civil em São Paulo quando eclode a Guerra de Canudos, que muda novamente sua vida, na medida em que, no ano seguinte, parte para a Bahia, como enviado especial do jornal “O Estadão”.

A visão de Euclides era fortemente influenciada pela ciência da sua época, mas carregava uma contradição. A ciência que conhecia era altamente justificadora, em última instância, da empresa colonial e da exploração dos povos da periferia, apresentava os conceitos de clima e de raça para afirmar a superioridade dos países do centro capitalista sobre o resto do mundo e afirmava que o clima dos trópicos jamais permitiria formas modernas de organização social, econômica ou política. De outro lado, sua vivência pessoal e histórica o fazia não aceitar essas ideias inteiramente, mesmo não dispondo dos instrumentos para criticá-las ou superá-las. Nelson Werneck Sodré chega a observar sobre esse tema que “existe em Euclides um dualismo singular” (Sodré, 1961, p. 142), que afasta seu testemunho de sua reflexão.

É possível perceber esse dualismo nas linhas de “Os Sertões”. Se seu trabalho é organizado nos marcos da teoria da história de Von Martius (raça, meio e momento histórico como determinantes do movimento da história), sua solução para a superação dos problemas que identifica no Brasil contemporâneo

está vinculada a uma visão de que o mestiço brasileiro concebido no clima do sertão é o herói nacional.

O sertanejo de Euclides representa o setor da classe trabalhadora que não encontra lugar na produção central de sua época. Seu modo de produção social da vida aparece como uma forma de resistência aos limites do clima e da sociedade que o colocam em situação de expropriação permanente. Sua descrição da sociedade vigente em Canudos mistura um horror pela forma bárbara de sociabilidade com uma admiração por seu potencial de criar a vida a partir de condições hostis. Organizações sociais do tipo de Canudos seriam formas de resistência do expurgo do setor da produção central.

Contradições à parte, Euclides acaba encaminhando sua análise para afirmar que uma nação efetivamente brasileira e capaz de realizar um projeto nacional autônomo teria que se originar na população sertaneja. De seu ponto de vista, as organizações sociais do tipo que se encontrava no litoral limitavam-se a copiar as formas europeias, destinando o país à submissão permanente.

Diferentemente de Nabuco, com sua visão liberal de sociedade e progresso, a nação de Euclides não poderia vir de fora, ou de setores copistas situados no litoral, teria que se organizar a partir da produção de resistência do sertanejo.

A segunda geração (1920-1930): os demiurgos e a centralidade das relações sociais de produção

A geração seguinte vai discutir o Brasil republicano que, influenciado pela recente Primeira Guerra Mundial e pela crise de 1929, começa a organizar no entorno das cidades da República pequenas manufaturas de produção de bens de consumo dos trabalhadores, tais como têxteis, alimentos processados e olarias. A discussão dos intérpretes desse período já ganha a dinâmica daquilo que Francisco de Oliveira e Antonio Candido acabaram por intitular de demiurgos do Brasil. A ideia de demiurgos considera que esses autores estariam discutindo um novo Brasil, que pretendia estar na rota de se tornar um país majoritariamente urbano e industrial.

A tríade tradicionalmente eleita para representar os intérpretes dessa geração são Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. Em comum, estes autores possuem a eleição de um ponto de partida para buscar compreender o Brasil: a colonização portuguesa. Nenhum deles vai buscar as origens do Brasil nos povos originários existentes no território quando os portugueses chegaram. Essa opção revela um entendimento específico do que deve ser considerado como origem do Brasil: a ocupação portuguesa nos trópicos, seja ela 'cordial', como quer Sérgio Buarque, seja ela exploratória como aponta Caio Prado.

O presente é descrito por cada um desses intérpretes como um momento de crise, já bem diferente do Brasil da época da colonização portuguesa. Gilberto Freyre fala de uma nação patriarcal ameaçada por conta de uma 'reuropeização' do país, uma tentativa de importar as formas sociais e políticas vigentes na Europa do início do século XX e que não correspondiam ao processo histórico vivido pelo Brasil. Já Sérgio Buarque descreve um país em crise por estar em contradição entre o que é e o que precisa ser. O Brasil de Buarque de Holanda é um território de desterro do europeu que aqui se constitui enquanto homem cordial e se organiza pelo personalismo, patriarcalismo e autoritarismo, porém que precisa se tornar uma democracia. Caio Prado ainda afirma algo diferente sobre a crise que também identifica no presente do país. Indica haver um desacordo entre o sistema econômico legado pela colônia e a nova necessidade de uma nação livre e politicamente emancipada, uma verdadeira contradição entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

Mais interessante ainda é o futuro imaginado por esses autores como a verdadeira nação brasileira. Gilberto Freyre aponta que a revelação do verdadeiro Brasil está posta. Seria a sociedade patriarcal a ser recuperada de nossas origens coloniais, já adaptadas pelo tempo de relação entre as várias raças na forma de produção social da vida no Brasil. Tal processo, segundo Freyre, ocorreria de forma original e diferente da europeia. Sérgio Buarque de Holanda olha para o passado de forma muito semelhante a Freyre. Seu homem cordial tem vários pontos de contato com o senhor da Casa Grande do pernambucano. No en-

tanto, afirma não haver ônus em perder as raízes do Brasil para que este país possa se constituir como um espaço democrático verdadeiramente nacional. Pois, em sua concepção, o espaço da política democrática criadora da nação seria urbano e público, que não derivam das raízes por ele identificadas. Caio Prado, por sua vez, radicaliza a ideia de que não há nação no Brasil. Seu ponto é que o futuro do país precisa ser democrático e nacional, sendo necessário fazer uma revolução brasileira para constituir a nação, que não existiria por termos organizado toda a vida orgânica do país voltada para fora.

Do nosso ponto de vista, essa geração contribui para o pensamento econômico brasileiro na medida em que dá centralidade à história e às relações sociais que se estabeleciam no bojo da organização produtiva do país para sua compreensão.

“Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal” carrega em seu título o recorte que mencionamos. Os espaços sociais indicados no título são os espaços de convivência do privado na estrutura de classe estabelecida pela forma de produção desenvolvida no Brasil. Apesar de um maior interesse pelo detalhamento das relações desenvolvidas no âmbito da família, o trabalho de Freyre abre um caminho novo na historiografia brasileira. Porque até então a história da maioria dos povos limitava-se a episódios grandiosos: era um registro cronológico de guerras e coroações, de atos de heroísmo e rebeldia, ilustrados com monumentos, estátuas equestres e condecorações. Esse novo caminho coloca o povo como o ator da história e põe a história em movimento a partir do modo habitual de se produzir e reproduzir a vida material.

Freyre fez parte de um movimento intelectual que, baseado no trabalho de Franz Boas, criticou com veemência os determinismos biológicos e geográficos, além da crença no evolucionismo cultural. Boas apontava que cada cultura é uma unidade integrada, fruto de um desenvolvimento histórico peculiar. Enfatizou a independência dos fenômenos culturais com relação às condições geográficas e aos determinantes biológicos, afirmando que a dinâmica da cultura está

na interação entre os indivíduos e a sociedade. Freyre, então, propõe substituir o conceito de raça pelo conceito de cultura. No entanto, acaba caindo em um neolamarckianismo¹¹ em que as raças se modificam ao se adaptarem ao meio (em especial ao clima), o que o colocou no campo da tropicologia por algum tempo.

Outro ponto muito interessante do projeto de Freyre que se inicia com “Casa Grande & Senzala” é o uso de pares antagônicos para compreender a dinâmica brasileira. São exemplos dos pares antagônicos que dão a dinâmica de seu argumento: casa grande e senzala; cultura europeia e cultura indígena; cultura europeia e cultura africana; o jesuíta e o fazendeiro; economia agrária e economia pastoril; o senhor e o escravo. No entanto, sua apresentação sintética não é exatamente de uma unidade de contrários, mas de um equilíbrio estabelecido entre esses opostos, uma síntese na docilidade acompanhada pelo mando. Estas seriam “duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas” (Freyre, [1933] 2000, p. 439), ainda que por meio de descrições de sadismo, violência sexual e submissão. É nesse contexto que aparece a miscigenação como solução para a integração harmônica de contrários no Brasil, como um encontro intercultural nos trópicos. É o encontro entre o português, visto como contemporizador e plástico, um homem sem ideias absolutas nem preconceitos inflexíveis, e as pessoas escravizadas africanas. Esse encontro é tornado possível pelo que Freyre imagina ser a especificidade da escravidão brasileira, que, apesar de violenta, admitiria proximidade e influência recíproca. No entanto, esse é um encontro entre dominantes e dominados, regado de perversão e sadismo, no qual a igualdade nunca se faz presente.

É desse processo de equilíbrio pela dominação que Freyre retira o que considera ser a singularidade da formação social brasileira: a família patriarcal. A referência principal da organização social brasileira, conforme descrita por Freyre, é a unidade produtiva da fazenda, grande produtora da riqueza social.

¹¹ Noção neolamarckiana de raça: caracteres adquiridos pelos seres ao se adaptarem ao meio definem sua raça.

Assim, a família patriarcal e sua fazenda formam a célula social do Brasil. De seu ponto de vista há uma extraordinária influência da família na organização social brasileira, pois ela reunia em si todas as dimensões da sociedade, dada a distância do Estado português. Ao mesmo tempo, indica que existe uma permanente ‘ambiguidade’ cultural brasileira dada pelo embate entre a tradição patriarcal (séculos XVI a XVIII) e o processo de ocidentalização influenciado pela Europa ‘burguesa’ (século XIX).

Sérgio Buarque de Holanda tem uma contribuição diferente. Como já adiantamos, nos anos 1930, já era um modernista crítico. Tão crítico que havia sido alijado até mesmo pelos modernistas a partir da publicação de seu texto “O lado oposto e os outros lados”, em 1926. Nos anos 1930 vai para Berlim, onde toma contato com a sociologia ensinada e debatida na Alemanha da época – Max Weber, Georg Simmel, Wilhelm Dilthey, Karl Mannheim, György Lukács, Croce, Vico, Krakauer, Sombart, entre outros. É na Alemanha que escreve os textos que seriam publicados como “Raízes do Brasil” em 1936. Para Antonio Candido, Sérgio Buarque possui:

A única das explicações do Brasil daquele tempo composta em função do presente. (...) a referência ao presente se orientava por uma percepção aguda da dialética latino-americana em geral, brasileira em particular, da insubordinação e da submissão, cuja consequência política é o jogo de autoritarismo e rompante libertário. (Candido, 2008, p. 35)

Teixeira (2002) aponta que o trabalho de interpretação do Brasil de Sérgio Buarque nos anos 1930 pode ser encarado como ‘meio alemão’, pois nutre-se de um hegelianismo difuso e de uma forte influência da escola histórica alemã. Os autores dessa tradição eram críticos ao liberalismo inglês; lutavam pela reforma social, embora, no plano teórico, fossem avessos a receitas (típicas do liberalismo que criticam); recusavam as generalizações amplas, peculiares a todas as filosofias da história: “a própria ideia de uma teoria simples da evolução histórica lhes parecia errônea e não científica” (Teixeira, 2002, p. 65); criticavam

análises isolantes dos fenômenos econômicos, acreditando que se perdia a sua essência quando os isolávamos.

O sentido de “Raízes do Brasil” é avaliar as dificuldades e possibilidades de se estabelecer a democracia no Brasil. Tal como já destacado, Buarque de Holanda parte da colonização portuguesa, no entanto, não se furta a caracterizar o português como um homem socialmente plástico e Portugal como uma nação entre Europa e África. Aponta que o sucesso da colonização portuguesa nos trópicos tem relação com seu desleixo, a disposição de confundir-se com as linhas da paisagem, ao mesmo tempo em que não visa criar nada aqui, apenas explorar comercialmente. Ainda caracteriza a colonização como se assentando sobre a cultura da personalidade, na qual a ética aristocrática de pouco valor ao trabalho criou a dificuldade de fazer vingar o associativismo e a solidariedade, determinando uma prevalência do espaço privado sobre o público. Tal hipertrofia do ambiente doméstico implicaria uma herança rural de forma política autoritária. Essa forma política teria em sua origem a ‘natureza’ do povo brasileiro: a cordialidade. O sentido dessa cordialidade é normativo, implica que os brasileiros obedecem ao imperativo do coração e não a normas impessoais abstratas, tornando a democracia no Brasil “um mal entendido” (Buarque de Holanda, 1936, p. 113), já que o princípio liberal fundamental de que todos são iguais perante à lei fica subordinado aos laços pessoais de origem privada.

Assim, a interpretação do autor surge como um contraponto às visões conservadoras de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, cuja valorização da herança ibérica é notória. Para Sérgio Buarque, nossa revolução, que estaria em curso e seria lenta e gradual, era a libertação das raízes ibéricas: abrindo espaço para organizações sociais democráticas com conteúdos novos, diferentes dos europeus.

A grande formulação do intérprete é que o Brasil não é suas raízes. O Brasil é um local de desterro: um projeto de futuro sem passado ou presente, com um povo em eterno movimento indicando que nossa identidade está projetada em um futuro que ainda não se sabe o que é.

Porém, Teixeira (2002) nos faz perceber que exatamente o que dá força à interpretação de Holanda para renovar a trajetória de sua atividade é também a origem de seus limites.

Seu método será sempre o da composição de painéis totalizantes, nos quais a singularidade dos fenômenos contemplados não permite a generalização das leis de movimento; sua visão do presente nunca se apresentará claramente e sua proposta de futuro nunca assumirá contornos concretos, pois supõe um Estado abstrato e virtual visto como realização da liberdade; sua dialética jamais deixará de ser a dialética da razão. (Teixeira, 2002, p. 68)

Podemos agora afirmar que Sérgio Buarque de Holanda influencia o pensamento econômico brasileiro na medida em que abre espaço para a percepção do Brasil como uma formação social nova, não identificável com a europeia, apesar de herdeira e submetida a ela. Afirma nossas relações sociais de produção como específicas e a necessidade de constituí-las como objeto delimitado e a ser analisado com método próprio. Tal postura tem forte reverberação no entendimento, por exemplo, do Brasil como uma estrutura subdesenvolvida, dependente do capitalismo central, porém com história e formação próprias nesse contexto e não como um simples reflexo da economia e das formações sociais europeias.

Entretanto, as influências mais profundas dos intérpretes do Brasil sobre o pensamento econômico brasileiro precisam ser recuperadas no pensamento de Caio Prado Junior. “Evolução Política do Brasil” (1933), seu primeiro texto de intervenção no debate, já continha os elementos que se desenvolveram na interpretação histórica dominante sobre a colonização brasileira.

Caio Prado Junior (1907-1990) foi filho da burguesia cafeeira paulistana, os Silva Prado, recebendo toda criação e educação de sua classe social à época. No entanto, sua trajetória política e intelectual se dá a partir do marxismo e da militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual se filia em 1931 e permanece vinculado ao longo de quase toda sua vida, ainda que em boa parte de

sua trajetória no partido fosse voz dissonante da linha hegemônica. Fortemente influenciado pela efervescência política, intelectual e cultural dos anos 1920 e 1930, cursou direito na tradicional Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, entre 1924 e 1928, momento em que inicia sua atuação política direta.

Em 1928 ingressou no Partido Democrático (PD), partido de orientação liberal. O PD e Caio Prado Junior fizeram oposição a Júlio Prestes e apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1930. Havia suspeita de que as eleições haviam sido fraudadas, a fim de colocar Júlio Prestes como vitorioso, e Caio Prado apoia¹² o movimento armado, de contestação ao resultado das eleições de 1930, que leva Vargas ao poder. Mas logo se desilude com os rumos do movimento e do governo e passa a adotar postura mais crítica e radical, ocasião em que se filia ao PCB.

Ao longo dos anos 1930, após a publicação de “Evolução Política do Brasil”, se aproxima da história e da geografia, participando das aulas destas áreas na Universidade de São Paulo (USP), à época, recém-fundada. São essas áreas que marcarão fortemente suas reflexões sobre o Brasil. Nessa época também assume a posição de vice-presidente da seção paulista da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e participa da organização de maneira intensa, sendo um dos principais articuladores da ANL no Estado de São Paulo.

Logo a ANL é colocada na ilegalidade e desfeita, seus principais militantes, incluindo Caio Prado Junior, são presos. Caio Prado permanece dois anos na prisão e, após sua libertação, exila-se na França entre 1937 e 1939, onde começa a redação de sua obra mais emblemática no que concerne à sua interpretação do Brasil, “Formação do Brasil Contemporâneo: colônia” (1942). Estuda na Sorbonne, aproxima-se do Partido Comunista Francês e participa dos movimentos antifascistas no contexto da Guerra Civil espanhola. No retorno ao Brasil, publica o livro em 1942 e, no mesmo ano, funda a Editora Brasiliense, que será de grande importância para a esquerda e para os intelectuais críticos, em especial, os marxistas e comunistas. Neste retorno ao Brasil, retorna

¹² Nesse período, Caio Prado Junior é preso pela primeira vez. Ao longo de sua vida, por conta de sua militância política, será preso muitas outras vezes. Ver Pericás (2016).

também à militância política, em um contexto delicado, pois o PCB estava na ilegalidade durante a ditadura do Estado Novo.

Muitas das teses de Caio Prado Junior são tão difundidas que quase mais ninguém sabe que foi ele seu autor. É raro encontrar alguém que ainda pesquise a história econômica do Brasil e pense que houve um passado feudal no país. Ao mesmo tempo, todos percebem a colonização brasileira não como algo particular, mas no contexto da expansão marítima europeia. No entanto, poucos sabem que ambas as noções foram formuladas por Caio Prado Junior.

Em sua época, essas teses foram recebidas a quente: dentro de seu partido, o Partido Comunista Brasileiro, houve quem afirmasse que “negar restos feudais sem provar [...] é clara manifestação do que se pode chamar ideologia estranha ao proletariado infiltrada no partido” (Martins, 1947). Porém, a questão em Caio Prado era metodológica. O autor não viu o materialismo histórico como um conjunto de fórmulas com pretensão valor universal e não aceitou as teses da 3ª Internacional para os ‘países coloniais, semicoloniais e dependentes’ transmitidas de Moscou para o Bureau Sulamericano da Internacional Comunista (localizado em Montevideú) e irradiadas de lá como modelo único, recomendando a todos a criação das condições para a realização de uma revolução burguesa.

No entanto, nunca foi relativista ou adaptacionista teórico, “até porque se seu marxismo fosse capaz de absorver qualquer forma referente às mais variadas sociedades, não seria mais marxismo, nem mesmo teoria, mas apenas uma expressão quase não mediatizada da realidade” (Ricupero, 2009, p. 230). Assim, Caio Prado Junior não deixa de afirmar o marxismo como método para a interpretação de diferentes experiências históricas. Realiza o abramileiramento do marxismo, a tradução desta teoria para as condições da realidade brasileira.

É a partir dessa interpretação do Brasil, sob a batuta do marxismo, que Caio Prado Junior coloca a centralidade de sua pesquisa na relação entre colônia e nação. Dessa forma, um dos seus principais eixos de discussão é a transição entre a situação colonial e a situação nacional. Para tanto, era necessário o diagnóstico da situação colonial. Caio Prado vê o Brasil Colônia, formado no

contexto da expansão ultramarina europeia, sendo uma colônia de exploração. Tais colônias teriam como característica a produção monocultora de bens de alto valor no mercado externo, organização produtiva em grandes unidades (grandes propriedades) e utilização preponderante de trabalho escravo. O sentido da colonização brasileira seria a produção em larga escala de gêneros tropicais para o mercado mundial, como apresentado em “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942).

Essa estrutura econômica teria consequências fortes sobre o Brasil, pois a sociedade e a economia se organizavam a partir desse objetivo externo e desconheciam as necessidades da população. Os homens e as poucas mulheres que para cá vieram da metrópole seriam movidos apenas por considerações mercantis, não pensariam em criar uma sociedade aqui. Seriam aqueles que desejavam, sobretudo, ser dirigentes e não ‘meros’ trabalhadores.

É a partir dessa avaliação da realidade histórica brasileira que Caio Prado propõe que as colônias de exploração se reduziam a uma ‘vasta empresa comercial’, com ausência quase total de superestrutura: a escravidão estava baseada em relações de força. Lembrando-nos do estudo de Joaquim Nabuco, Caio Prado afirma que de fato não havia nenhuma lei que falasse de escravos. Simplesmente não havia referência do Estado à existência de escravos. Não havia nem mesmo um código negreiro que versasse sobre a administração e tratamento das condições de vida da população escravizada. Mas, de acordo com Martins (2017), havia amplo ordenamento jurídico em Portugal que visava regulamentar o trabalho do regime escravocrata na colônia e as questões econômicas, em especial fiscais, ligadas à exploração da escravidão.

Assim, a vida orgânica da colônia era ligada à grande exploração que produzia os bens demandados pelo mercado externo. Como as necessidades da população eram ignoradas para esse fim, o consumo dessa população era atendido pelo setor inorgânico. O setor inorgânico era aquele que não pertencia à grande exploração e a ela tinha papel subalterno.

A estrutura social colonial refletia essa divisão do setor orgânico da colônia: senhores rurais e escravos. Porém, com o tempo, vai aumentando o número

daqueles cuja situação social é pantanosa, os ‘desclassificados’, aqueles que não têm lugar nesta divisão social. É neste grupo social crescente que Caio Prado deposita suas esperanças de transformação. Para ele, é esse grupo social que aponta para a orientação que a nação brasileira deve seguir no futuro.

Conforme já afirmamos, o conceito de nação é central na pesquisa do historiador paulista. Em sua concepção, a nação para existir deverá atender às necessidades internas da população. Porém, ressaltava que o Brasil tinha enormes dificuldades de constituir-se como nação, porque, mesmo após a independência, a orientação principal da vida brasileira continuava a estar voltada para fora. Mesmo assim destaca o fato de que a formação do Estado Nacional marca uma nova fase na história brasileira.

Na formulação de Caio Prado, o movimento da transformação viria da contradição fundamental presente no Brasil de seu tempo: um desacordo entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada. Era a contradição entre a estrutura econômica e a organização político-jurídica copiada dos Estados liberais do centro capitalista.

Do nosso ponto de vista, a interpretação de Caio Prado sobre o Brasil deixa, além de toda uma nova perspectiva de história econômica, dois grandes legados para o pensamento econômico brasileiro. O primeiro se refere à sua visão sobre a continuidade com o passado, presente nas estruturas agrárias brasileiras e nas permanências escravistas nas relações sociais de produção. Por outro lado, a revelação da necessidade de se pensar o Brasil como parte de um sistema mundial e não ficar em busca das idiossincrasias e individualidades do país, movimento preponderante das interpretações do Brasil até então.

Considerações finais

O objetivo deste texto foi destacar no pensamento dos intérpretes do Brasil das duas gerações analisadas (final do século XIX e anos 1920-1930) os ele-

mentos mais importantes que tivessem influenciado a origem do pensamento econômico brasileiro.

Nesse sentido, buscou-se enfatizar como alguns dos autores dessas duas gerações deram ênfase para as questões da estrutura produtiva, isto é, para as questões da produção e das relações sociais estruturais e superestruturais a ela relacionadas. Dessa forma, tais interpretações tratam de temas do campo da economia, e, em especial, da economia política, antes mesmo de haver uma formalização do conhecimento nesta área no Brasil. As formas pelas quais essas interpretações foram construídas variaram nos diferentes momentos históricos em que os autores realizaram suas análises, assim como variaram do ponto de vista teórico, mas todos colocaram suas interpretações a partir de uma perspectiva histórica e da estrutura econômico-social brasileira.

Os autores da primeira geração construíram sua análise tendo como cenário o processo de transição da estrutura do Império escravocrata para o Brasil republicano, no qual haveria mudanças nas formas de organização do trabalho e das relações sociais de produção. Joaquim Nabuco organizou sua interpretação a partir das questões referentes ao processo de trabalho e da constituição do povo brasileiro, partindo da noção de que os escravos constituíam a maior classe formadora do povo no Brasil e que as mazelas relacionadas a suas condições de submissão e à ausência completa de direitos seriam questões problemáticas não somente para as pessoas escravizadas, mas para a formação da nação como um todo. Dessa forma, em sua análise, qualquer possibilidade de mudanças no processo de formação econômica e social brasileira teria que passar por alterações profundas na forma de organização do trabalho, bem como nos elementos superestruturais desta nação, que se articulam à estrutura econômica. Euclides, por sua vez, ia mais longe, afirmando que não bastava superar a forma escravista, mas era necessário definir uma forma de produção e de sociabilidade efetivamente correspondente à realidade brasileira que, como em Canudos, caracterizava-se por ser uma forma de resistência. Em seu trabalho destaca o sertanejo como o personagem histórico capaz de carregar a formação da nação autônoma.

A segunda geração analisada no texto parte da tentativa de compreender a formação econômica e social brasileira a partir do processo, que se iniciava naquele período, de transição de uma sociedade agrário-exportadora para uma sociedade urbano-industrial. Pode-se destacar nos três autores considerados emblemáticos três formas distintas de análise desse processo, tanto do ponto de vista teórico, quanto do político e do ideológico. Mas há elementos comuns em suas interpretações: nas três, há a centralidade da análise no padrão de formação social brasileiro, assim como o diagnóstico do descolamento, naquele período, entre a estrutura produtiva de fato existente no Brasil e as formas institucionais aqui vigentes.

É possível destacar, sinteticamente, das interpretações desses autores, alguns elementos que possuem articulação com o pensamento econômico brasileiro: Gilberto Freyre organiza sua interpretação em torno da análise da articulação entre a organização dos espaços privados (a família patriarcal, que é a base da sua caracterização do Brasil) com a estrutura de classe estabelecida a partir da forma de produção existente no Brasil. Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, traz como contribuição a percepção de que o Brasil se constitui como uma formação social nova, ainda que submetida à europeia, afirmando que as relações sociais de produção aqui existentes são específicas e que devem ser analisadas a partir de um método próprio. Por fim, Caio Prado Junior é um dos primeiros autores a utilizar o referencial analítico marxista para a análise da situação do Brasil. Além disso, possui ampla influência na construção do pensamento econômico brasileiro, sendo algumas de suas formulações consideradas pilares da análise do processo histórico da economia brasileira. Destacamos como principais contribuições a sua noção sobre a continuidade na contemporaneidade do passado existente nas estruturas agrárias no Brasil e a percepção da importância de se analisar o Brasil como parte integrante de um sistema mundial, em detrimento da noção anteriormente prevalecente de análise do processo de formação brasileiro a partir, somente, de seu movimento interno.

Em suma, nossa pesquisa pretendeu encontrar nesses autores as discussões das estruturas econômico-sociais brasileiras que ganham centralidade em suas

visões sobre o Brasil e que dão origem ao campo de reflexão que será encampado pelo pensamento econômico brasileiro.

Conforme afirmou Lapa, para analisarmos o pensamento econômico brasileiro engendrado por esse debate, precisamos perpassar diversos elementos,

[...] as acirradas discussões sobre a estrutura fundiária, a renda da terra e o lucro agrícola, o papel do Estado, a natureza das relações de produção, o desempenho das forças produtivas, a expropriação dos produtores diretos, a forma da propriedade (o proprietário fundiário e o capitalista), os fugidios processos de acumulação, a origem e/ou destino dos excedentes, o caráter e a dinâmica do capital, o alcance de sua dominação, o processo e condições da organização do trabalho, e por aí afora, se quisermos ficar ao nível econômico-social, têm-nos levado aos exercícios teóricos mais refinados para ajustá-los às nossas concepções conceituais e/ou a investigações empíricas – macro ou microeconômicas – objetivando surpreender dados concretos que nos remetam à reelaboração daquelas concepções. (Lapa, 1980, p. 20)

Propomos então que, para continuar esta pesquisa e chegar à compreensão dos trabalhos dos intérpretes do Brasil, buscando acessar os elementos econômicos de seu pensamento, seria um bom método mergulhar em seus textos, sob a inspiração de Candido (1986), buscando encontrar:

- a) Sua visão sobre a população;
- b) A forma como encaram o trabalho;
- c) A maneira como descrevem a oligarquia;
- d) Seu modo de avaliar o imperialismo;
- e) A forma como pensam a produção;
- f) E sua concepção sobre a estrutura da sociedade.

Imaginamos que essas seriam boas chaves de acesso ao pensamento econômico brasileiro contido nas interpretações do Brasil e pretendemos explorá-las.

Referências

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, [1988] 2000.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOTELHO, André. Prefácio: Intérpretes do Brasil, nossos antepassados? *In*: RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008. p. 7-18.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26. ed., 36. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, [1936] 2011.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Ariel. *In*: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, [1920] 1989. p. 43-46.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. O lado oposto e os outros lados. *In*: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, [1926] 1989. p. 85-88.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. v. 1: 1750-1836; v. 2: 1836-1880. 8. ed. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia Ltda., [1959] 1997.

CANDIDO, Antonio. O significado de raízes do Brasil. *In*: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, [1967] 2011. p. 9-21.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Estudos Avançados**, v. 4, n. 8, p. 4-18, 1986.

CANDIDO, Antonio. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. *In*: MONTEIRO, Pedro M. & EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Sérgio Buarque**

de Holanda: perspectivas. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. André Rebouças e a questão da liberdade. *In:* BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. **Um enigma chamado Brasil:** 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 46-59.

COUTINHO, Carlos Nelson. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Junior. *In:* COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil** – ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1988] 2011. p. 219-24.,

CUNHA, Euclides. **Os Sertões, Coleção Intérpretes do Brasil**, Rio de Janeiro: Nova Aguillar, [1902] 2000.

CURTY, Carla; MALTA, Maria. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. *In:* MALTA, Maria; LEÓN, Jaime; CURTY, Carla; BORJA, Bruno. (org.). **Controvérsias sobre história, desenvolvimento e revolução no Brasil:** pensamento econômico em interpretação crítica, 2022. (neste livro)

CURTY, Carla; MALTA, Maria; BORJA, Bruno. Intérpretes do Brasil: influências na origem do pensamento econômico brasileiro. **História econômica & História de empresas**, v. 24, n. 2, p. 463-489, 21 jun. 2021.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político Brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, [1975] 2005.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. **Coleção Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, [1933] 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2006.

HOBBSAWM, Eric. O presente como história: escrever a história do seu próprio tempo. **Novos Estudos Cebrap** n. 43, p. 103-112, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. Celso Furtado, pensamento e ação. *In*: IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 159-234.

LAPA, José Roberto do Amaral. Introdução ao redimensionamento do debate. *In*: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, p. 9-42, 1980.

LIMA, Nisia Trindade. Euclides da Cunha: O Brasil como sertão. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**, São Paulo: Companhia das Letras, p. 104-117, 2009.

MARTINS, Ivan. Sobre o camarada Caio Prado Junior. *In*: **A classe operária**, p. 3, 04/05/1947.

MARTINS, Roberto Borges. A obsessão com o tráfico, a legislação escravista e os códigos negreiros portugueses. *In*: **Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói: UFF/ABPHE, 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, [1859] 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, [1884] 2012.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Junior: uma biografia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

PINHEIRO, Filipe Leite. Revisitando as origens da controvérsia da revolução brasileira: um debate entre Octavio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio

Xavier. *In*: MALTA, Maria; LEÓN, Jaime; CURTY, Carla; BORJA, Bruno (org.). **Controvérsias sobre história, desenvolvimento e revolução no Brasil: pensamento econômico em interpretação crítica**, 2022. (neste livro)

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [1933] 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia, Coleção Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, [1942] 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, [1995] 2013.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, [1940] 1970.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o Pensamento Social Brasileiro. **Estudos Avançados**, n. 19 (53), p. 371-377, 2005.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Junior e o lugar o Brasil no mundo. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. **Um enigma chamado Brasil: 29 interpretações e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 226-239, 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Ordem burguesa e liberalismo político**, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

SZMRECSÁNYI, Tamaz. Sobre a Formação da Formação Econômica do Brasil de C. Furtado. **Estudos Avançados** 13 (37), p. 207-214, 1999.

TEIXEIRA, Aloísio. Raízes do Brasil: o lado oposto e os outros lados, Revista Tempo Brasileiro, n. 149, **Repensando o Brasil com Sérgio Buarque de Holanda**, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, p. 55-73, 2002.

VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Brasil, **Coleção Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, (1920) 2000.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **A Ideologia do Colonialismo**. Rio de Janeiro: ISEB, 1961.

A HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL EM CONTROVÉRSIA

Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado

Bruno Borja

Introdução

O pensamento brasileiro tem um marco fundamental na transição histórica do país agrário-exportador para urbano-industrial ao longo da primeira metade do século XX, tendo como ponto de referência a década de 1930. Os estudos sociais desta época expressam essa transição da sociedade e são portadores dessa particularidade, sendo influenciados pelas teorias difundidas no mundo. Os autores desses estudos podem ser entendidos como intérpretes do Brasil, colocando a formação da nação em perspectiva histórica. Ao captar o sentido de formação do passado, analisar a conjuntura presente e apresentar um programa político para o futuro, constroem uma interpretação do Brasil.

Nesses estudos, cabe destacar as pesquisas sobre história econômica do Brasil, ou sua formação econômica. São trabalhos que constituem as bases da historiografia econômica brasileira, ditando o rumo da pesquisa na área (Freitas Filho, 1988; Szmrecsányi, 2004; Saes, 2009). Entre 1930 e 1960, forma-se esse pensamento econômico, com destaque para três expoentes: Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Apresentar esse debate pioneiro em termos de controvérsia da história econômica significa ressaltar que cada um dos autores tem sua própria perspectiva teórica, com visões de mundo distintas.

Simonsen adota uma interpretação fundada na análise dos ciclos de produção, subsidiada pela visão de mundo da burguesia industrial em ascensão. Caio Prado adere ao materialismo histórico, para fazer uma interpretação marxista da

história brasileira, a partir de uma visão de mundo atenta às questões da classe trabalhadora. Já Furtado inaugura no país o estruturalismo latino-americano, construindo uma interpretação do Brasil baseada no método histórico-estrutural, com visão de mundo pequeno-burguesa e inserção social na burocracia estatal e em instituições internacionais.

Tais autores vão apresentar respostas diferentes para perguntas comuns à época, dentre as quais talvez a principal fosse: por que tomaram rumos tão distintos Brasil e Estados Unidos? Se ambos tiveram uma origem histórica comum na colonização pelos europeus, qual seria a razão de os EUA terem se firmado como a principal nação industrial do século XX, enquanto o Brasil era uma área atrasada, subdesenvolvida e dependente? Como isso poderia ser mudado? Para compreender essas questões, são produzidas as interpretações do Brasil do período, consolidando a historiografia econômica brasileira.

Roberto Simonsen: interpretação dos ciclos de produção

Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) é reconhecido como um dos maiores industriais brasileiros. Em geral, credenciado de “industrial nacionalista e progressista” e “grande ideólogo do desenvolvimentismo” (Bielschowsky, 2000, p. 80). Porém, não é com a indústria que começa sua trajetória profissional e política. Nascido numa influente família de origem inglesa, com participação ativa nos negócios e na política do Império e da Primeira República, Simonsen iniciou sua atuação empresarial junto à produção cafeeira para exportação.

Após se formar engenheiro na Escola Politécnica de São Paulo, trabalhou na Southern Brazil Railway e, em 1911, ocupou a diretoria geral de obras da Prefeitura de Santos. Deixando a prefeitura no ano seguinte, fundou a Companhia Construtora de Santos e a Companhia Santista de Habitações Econômicas, empresas destinadas a realizar a urbanização da então maior zona portuária brasileira, ponto de saída de mais da metade do café exportado pelo país.

A década de 1920 seria um marco de suas atividades industriais, fundando diversas companhias, porém sem perder ligação com a exportação, se associando à Casa Comissária Murray Simonsen Co. e ao banco inglês Lazard Brothers, financiadores do Instituto do Café (Carone, 1973). Em 1928, já reconhecido como uma liderança industrial, participa da cisão da Associação Comercial de São Paulo que deu origem ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), sendo seu vice-presidente. Isso não o impede de tentar conciliar interesses industriais e agroexportadores, buscando apoio dos cafeicultores, que dominavam a política da Primeira República.

A quebra da bolsa de Nova York em outubro 1929 e o movimento de 1930 representariam uma inflexão na história brasileira, e Simonsen se posicionou. A princípio, fez coro com as classes dominantes paulistas contra Getúlio Vargas, sendo inclusive preso após a queda de Washington Luís. Perseguido pelo governo provisório, foi parte ativa da mobilização industrial na chamada “revolução constitucionalista” de 1932¹. Eleito deputado pelo Partido Constitucionalista de São Paulo para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933, não saiu mais da vida política.

Também em 1933 participou da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, projeto de classe para a formação das elites dirigentes de São Paulo. Em 1935, assumiu a presidência da Confederação Industrial do Brasil (futura Confederação Nacional da Indústria – CNI). E, definida a postura industrialista de Vargas, se aproximou do governo, apoiando o golpe que instituiria a ditadura em 1937. Foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) durante todo o ‘Estado Novo’, criando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Social da Indústria (Sesi). Toma parte em vários órgãos de centralização da política nacional criados por Vargas, como o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, ligado ao Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio. Nesse âmbito, trava

¹ Sublevação em armas ocorrida no estado de São Paulo contra o governo provisório de Getúlio Vargas.

com Eugênio Gudín o debate precursor do planejamento econômico no Brasil em 1944 e 1945 (Teixeira & Gentil, 2010).

Foi na Escola de Sociologia e Política de São Paulo que elaborou seu trabalho intelectual de maior envergadura: “História Econômica do Brasil”, publicado em 1937. A escola foi pioneira no Brasil ao incluir esta cadeira em sua grade curricular, com Simonsen como professor titular. Tratava-se de uma interpretação da economia colonial, abordada pela ótica dos ciclos de produção, contextualizando os diferentes momentos internacionais e comparando a trajetória brasileira com as demais colônias da América.

Simonsen compartilhava os anseios e aspirações políticas da nascente burguesia industrial paulista, e sua atuação na escola buscava criar e legitimar essa ideologia – intenção explicitada pelo autor já no primeiro parágrafo da introdução:

Em princípios de 1933, numa atribulada fase da vida paulista, considerável plêiade de intelectuais lançava, nesta cidade, um manifesto, que se há de tornar memorável com o correr dos tempos. Nesse documento, demonstravam que não tendo podido ver triunfante pela força das armas o seu ponto de vista, compreendiam, mais do que nunca, a profunda desarmonia existente entre as nossas aspirações e a realidade político-econômico-social do país. Pregavam a urgente necessidade de se criarem escolas de formação de “elites”, em que se divulgassem as noções de política, sociologia e economia, despertando e criando uma consciência nacional, capaz de orientar a administração pública, de acordo com a realidade do nosso meio, concorrendo, assim, para fazer cessar, dentro do Brasil, a incompreensão reinante de que São Paulo era, e é, a vítima principal. (Simonsen, [1937] 1978, p. 19)

Nitidamente um trabalho de legitimação da burguesia industrial paulista na ‘consciência nacional’, formando sua elite dirigente para comandar os rumos do país. Essa ambição norteia a pesquisa em torno da formação do Brasil, para compreensão do significado histórico das transformações observadas nos anos

1930. Isso leva o autor a fazer história comparada, ressaltando a condição de ‘atraso’ em que se encontrava a economia brasileira frente aos demais países capitalistas, especialmente os EUA.

A motivação dominante na exploração da América teria sido, para ele, de ordem econômica, visando ao lucro comercial. Entretanto, mesmo partindo de um objetivo comum, os países europeus instituiriam suas colônias na América em condições e com resultados bem distintos. Os domínios espanhóis tiveram sua colonização assentada na exploração dos metais preciosos e no trabalho servil indígena. Nos Estados Unidos, a colonização só teria início no século XVII, quando as disputas religiosas na Europa motivaram um grande fluxo migratório para o norte do continente americano, em condições de clima, produção e riquezas naturais semelhantes às da Europa.

Simonsen se mostra convicto quanto ao caráter capitalista das capitânicas hereditárias no Brasil, negando seu traço feudal. Ou seja, tratava-se de adotar processos caracteristicamente capitalistas para a ocupação do Brasil, uma vez que as concessões de terras e de direitos políticos especiais aos donatários teriam servido como um incentivo ao investimento nesta empresa de alto risco e lucro incerto. Portanto, atribui à colonização o caráter de empreendimento capitalista com a preocupação mercantil do lucro. Argumenta que o feudalismo europeu se encontrava desestruturado pelo grande comércio do Mediterrâneo e que a expansão marítima seria um fator de consolidação dos Estados e economias nacionais, coincidindo a ‘descoberta’ do Brasil com a revolução comercial.

Sobre a concepção dos ciclos de produção, o autor não desenvolve nenhuma formulação própria. Segue a perspectiva de João Lúcio de Azevedo, em “Épocas de Portugal Econômico” (1929), ao descrever os ciclos econômicos de Portugal. A produção de açúcar em larga escala no Brasil seria, a partir de meados do século XVI, o grande negócio do Império português, servindo de fundamento econômico para a ocupação do território e sendo o primeiro grande ciclo da economia brasileira. No entanto, Simonsen não restringe a análise aos ciclos econômicos do Império português, incluindo também os que foram impor-

tantes para a formação do Brasil. Ciclos que serviram de base econômica para a ocupação do interior: o ciclo do gado, o ciclo da caça ao indígena, o ciclo do ouro e o ciclo das especiarias da floresta amazônica.

A pesquisa foi completada em outras publicações, onde o autor expande a interpretação da história econômica brasileira por meio dos ciclos de produção, perpassando os séculos XIX e XX. “Aspectos da História Econômica do Café” foi apresentado como tese ao III Congresso de História Nacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1938 (Carone, 1973). De acordo com Simonsen, o café começou a ser exportado nas primeiras décadas do século XIX e, em 1830, o país chegaria ao topo da produção mundial. Coincidindo com o consumo de café em larga escala na era industrial, a ascensão da produção brasileira permitiu a recuperação econômica do centro-sul após a crise da mineração, revertendo o capital acumulado para a produção cafeeira.

O café, portanto, constituiu a base econômica da formação do Império e da nação independente. Sua produção no Vale do Paraíba, aproveitando os recursos acumulados na mineração e na pecuária, aumentou muito a oferta mundial do produto, fazendo o preço internacional cair. A exaustão das terras é apresentada como um fator decisivo no declínio da produção cafeeira do Rio de Janeiro, com a modificação das regiões produtoras, migrando para Minas Gerais e o oeste paulista.

A partir de 1870 começa a grande expansão paulista, embora o domínio permaneça com a produção fluminense até 1890. Houve um período de transição, com a construção de ferrovias e a progressiva introdução do trabalho livre dos imigrantes nas plantações de São Paulo. Para o autor, a abolição da escravidão em 1888 representou um golpe na economia fluminense, já ameaçada pela concorrência dos cafezais paulistas. A Proclamação da República coincide com a hegemonia de São Paulo na cafeicultura.

Alguns pontos são elencados para o grande crescimento da produção em São Paulo: condições ideais de clima e solo; clima propício ao colono europeu; facilidades de crédito; o sistema de remuneração dos colonos; facilidades de transportes com as ferrovias; concentração das atividades na monocultura do

café; e a grande alta de preços verificada entre 1886 e 1896. A partir de 1897, enquanto a produção se multiplicava, houve queda no preço internacional, levando o país à crise de superprodução.

Em 1902, o estado de São Paulo instituiu um imposto sobre os novos cafezais, e, em 1906, organizou no Convênio de Taubaté² a primeira intervenção no mercado. Na avaliação do autor, as seguidas operações de valorização do café foram bem-sucedidas, mantendo a cotação do produto e dando retornos positivos. Mas essa postura permitiu que outros países produtores entrassem no mercado internacional, enquanto, no plano interno, São Paulo via declinar sua hegemonia política na federação.

Fechando sua interpretação do Brasil, Simonsen apresenta uma análise de conjuntura para assentar as bases de seu programa político. “Evolução Industrial do Brasil”, publicado em 1939, foi escrito a convite do Conselho Federal de Comércio Exterior para uma missão universitária dos EUA em visita ao país (Carone, 1973). Nesse momento, Simonsen era presidente da Fiesp e professor de história econômica do Brasil na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. O texto traz a intenção de atrair capitais estadunidenses para auxiliar a industrialização pesada, além da perspectiva comparada entre a história dos dois países. Afirma que, do ponto de vista da produção econômica, o Brasil já foi bem maior do que os Estados Unidos no passado, especialmente em termos de produção agrícola para exportação no período colonial. Assim, entendendo a indústria como etapa superior de desenvolvimento da agricultura, pergunta:

Por que, pois, tem sido tão diversa a evolução econômica que se vem processando nos dois países nestes últimos 150 anos, e na qual as atividades industriais representam tão importante papel? [...] E por que a produção industrial norte-americana é hoje mais de 100 vezes superior à brasileira,

² Acordo realizado na cidade de Taubaté entre os governadores dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, então maiores produtores de café do Brasil. Visava intervir no mercado de café, elevando os preços de venda do produto através do controle da oferta.

que no entanto ocupa o primeiro lugar na produção industrial sul-americana? (Simonsen, [1939] 1973, p. 6)

Esta questão, comum aos intérpretes do Brasil, norteia o trabalho de Simonsen, e sua primeira resposta aponta para os “determinismos de ordem geológica e geográfica” (Simonsen, [1939] 1973, p. 5). Além dos determinismos, indica também a política protecionista industrial como elemento de diferenciação entre os dois países. Se, na era colonial, o Brasil se viu impossibilitado de desenvolver manufaturas, após a independência, por motivos de política internacional, vigorou o livre-comércio até 1844. Os tratados comerciais impostos à Coroa portuguesa pelos ingleses em 1810 aumentaram a importação, inviabilizando a evolução industrial e criando déficits na balança comercial.

Somente em 1860 o país conheceria saldos comerciais positivos, com a elevação das tarifas de importação e das exportações de café. Nessa segunda metade do século, de acordo com Simonsen, a política tarifária oscilou entre liberalismo e protecionismo. Com o fim da escravidão, a imigração de europeus e o crescimento da cafeicultura, houve formação de mercado interno para a produção industrial. E, no início do século XX, após a superprodução de café, com diminuição das divisas para importação e queda da taxa de câmbio, observou-se um incentivo ao desenvolvimento industrial.

O autor identifica o primeiro surto industrial brasileiro entre 1885 e 1895, período das maiores exportações de café, o que permitiu a formação de capitais. Esse crescimento industrial concentrou-se no Rio de Janeiro, dada a liderança econômica exercida pela economia cafeeira do Vale do Paraíba. Nos primeiros anos do século ocorre novo surto industrial, o primeiro paulista, que contou com uma rede ferroviária bem desenvolvida no estado e com a introdução da eletricidade, substituindo o vapor como principal energia motora. De 1910 em diante, São Paulo seria o maior centro industrial do país.

Diferente dos EUA, nessas décadas de desenvolvimento industrial mais intenso, não houve no Brasil, para o autor, uma política protecionista de caráter industrializante. A proteção tarifária teria sido muito menos decisiva do que a desvalorização cambial, e o rápido aumento do mercado interno, determinado

pelo crescimento populacional. A indústria surgiu das necessidades de consumo não satisfeitas pela importação, formando um parque industrial focado em bens de consumo, sem desenvolver a indústria de base. Esta dependeria de ação governamental e apoio do capital estrangeiro.

Alisto-me, sinceramente, entre os que nutrem esperanças de que os Estados Unidos poderão manter realmente conosco, no terreno econômico e industrial, uma cooperação e uma aproximação, em harmonia com as ligações de ordem política, por que todos almejamos. (Simonsen, [1939] 1973, p. 49)

Tido, em geral, como o expoente maior da burguesia nacional, Simonsen, na verdade, expressa o interesse particular da burguesia industrial paulista na tentativa de afirmação nacional. Para tanto não se nega a demandar o auxílio do capital estrangeiro. No caso, em nítida troca de favores com os EUA, conjugando alinhamento político e ajuda econômica no momento em que iniciava a Segunda Guerra Mundial. Registra-se a intenção de associação ao capital estrangeiro. Essa postura política é condizente com a interpretação que Simonsen faz da história econômica brasileira, baseada nos ciclos de produção, sob a visão de mundo da classe proprietária.

Bielschowsky (2000) considera que Simonsen foi um desenvolvimentista do setor privado, que defendia a industrialização integral planejada pelo Estado, porém conjugada à manutenção do lucro privado. Elenca entre suas convicções teórico-políticas a necessidade do protecionismo, da intervenção estatal e do apoio do capital estrangeiro para a formação da indústria nacional, priorizando, sempre que possível, a atuação do capital privado local. Como legítimo intelectual orgânico da burguesia, também criticava qualquer tipo de tributação sobre a produção ou de elevação permanente dos salários e encargos trabalhistas.

Em 1945, eleito deputado e, em 1946, senador pelo Partido Social Democrático, apoia, em 1947, a cassação do Partido Comunista Brasileiro³. Também neste ano faz uma crítica veemente ao Plano Marshall como repre-

³ Ao longo do século XX, o PCB oscilou entre períodos de legalidade e ilegalidade. Com o fim do 'Estado Novo' em 1945, ele conquista a legalidade por um breve período até 1947, quando começa a Guerra Fria.

sentante brasileiro no Conselho Interamericano de Comércio e Produção, argumentando pela necessidade de um plano similar de auxílio dos Estados Unidos para a América Latina.

Caio Prado Jr.: interpretação marxista do Brasil

Nascido na burguesia cafeeira paulista, Caio Prado Jr. (1907-1990) acabou por se tornar um dos mais importantes intelectuais comunistas do Brasil. Imerso no ambiente dos anos 1920 e 1930, sua formação foi influenciada pela ascensão do proletariado na cena política, pelo movimento modernista na cultura e pelos novos estudos sociais com a organização das universidades. Militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante décadas, embora seja colocado à margem da linha hegemônica do partido.

Cursou a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, entre 1924 e 1928. Sua família era exportadora de café, com grande participação na Primeira República, e sua iniciação na vida política se dá no Partido Democrático, de orientação liberal, fundado em 1926 pela fração dissidente da oligarquia e das camadas médias paulistas (Iglésias, 1982; Ricupero, 2008). O partido fez oposição a Júlio Prestes, apoiando a candidatura de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1930⁴. Caio apoiou o movimento de 1930, mas cedo se desiluiu com seus rumos. Adota uma postura mais crítica e radical, filiando-se ao PCB em 1931. Ao contrário de seu grupo social de origem, não participa da ‘revolução constitucionalista’ de 1932.

Em 1933, escreve “Evolução Política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira”, considerado por muitos uma das primeiras tentativas bem-sucedidas de aplicar o método de Marx no Brasil, um marco no marxismo brasileiro (Coutinho, 1988; Ricupero, 2008; Pericás & Wider,

⁴ Data da campanha eleitoral de 1930 a primeira prisão de Caio Prado, seriam várias ao longo da vida. (Pericás & Wider, 2014)

2014)⁵. Trata-se de análise de síntese, onde busca contestar a ‘história oficial’ das classes dirigentes, como indica no prefácio à primeira edição. Apesar de ser um estudo voltado à questão política, a perspectiva materialista direciona Caio Prado à pesquisa da estrutura econômica da sociedade, apontando o rumo que tomaria sua obra.

Para a história econômica, o que parece mais significativo neste livro é a compreensão do processo histórico em termos da dialética entre estrutura econômica e superestrutura política. Isso é, partindo da análise da produção, compreender a estrutura social e sua expressão em termos de disputas políticas entre as classes sociais. Este procedimento é particularmente bem elaborado para o período colonial, extraindo daí as contradições internas que conduziram à independência do país.

O autor começa por discordar da tese, dominante até então, de que haveria no Brasil feudalismo, tal qual experimentado pela Europa. Constata que a expansão marítima portuguesa foi fruto da ambição de lucro da burguesia comercial e que o início da colonização, fundado na exploração privada do território com as capitanias hereditárias, guardava características feudais no regime de propriedade da terra, mas que não ficariam marcadas na formação brasileira, especialmente porque o sistema de capitanias não teve sucesso e foi revertido com a instituição do governo geral em 1549. O fator determinante da colonização brasileira não seria a propriedade da terra em si, mas também a disponibilidade de capitais para empreender uma produção lucrativa. Assim, o empreendimento colonial no Brasil se diferenciava do feudalismo europeu, pois dependia do acúmulo de capital necessário à produção em larga escala para o comércio.

Define-se, portanto, a base econômica da colônia, fundada na grande exploração rural para exportação, com regime de trabalho escravo. Daí deriva a estrutura social, ou seja, na sociedade colonial haveria duas classes fundamentais,

⁵ Interpretações marxistas foram desenvolvidas antes no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, com destaque para “Agrarismo e Industrialismo” (1926), de Octavio Brandão. Ver Pinheiro (2022, neste livro).

os grandes proprietários de terra e a massa de escravos. Para uma economia colonial pouco diversificada, aponta a baixa estratificação social e a superestrutura política incipiente. Até meados do século XVII, o Estado colonial reduzia-se ao domínio do grande proprietário, ficando o poder concentrado nas câmaras municipais. O autor ressalta que havia uma comunhão de interesses entre os grandes proprietários e a metrópole, ambos voltados para a ocupação produtiva do território e para a expansão do comércio de exportação.

A inflexão na política colonial portuguesa viria após as guerras holandesas. Com a União Ibérica (1580-1640)⁶, Portugal teve seu Império colonial desmontado, e cresceu de importância a colônia americana, firmando-se como núcleo econômico do Império. Portugal se transformava em entreposto comercial e tomava todas as medidas para fortalecer o comércio, restringindo a liberdade da colônia. O reino estava em decadência e se inicia um fluxo migratório para o Brasil. Em termos da estrutura social, a principal mudança foi a formação de uma nova classe social na colônia: a burguesia mercantil portuguesa, que passou a disputar o poder com os proprietários de terra.

Segundo Caio Prado, de meados do século XVII em diante há uma contínua concentração do poder na autoridade metropolitana, em detrimento das câmaras municipais. Rompia-se o equilíbrio político da colônia e explicitava-se a diferenciação de interesses: o regime colonial passava a se contrapor aos interesses dos produtores e a favorecer os comerciantes portugueses. Essa contradição entre interesses de classe vai gerar tensões sociais que se agudizam muito ao longo do século XVIII, em função do rígido controle metropolitano sobre a produção de ouro e diamantes na colônia (Pericás & Wider, 2014).

A vinda da família real em 1808 indica a centralidade do Brasil no sistema colonial português. Ao transformar o Rio de Janeiro em capital do Império e romper o estatuto colonial pela abertura dos portos, o governo vai criando

⁶ União política dos reinos de Portugal e Espanha entre 1580 e 1640. Após conflitos na sucessão do reino de Portugal, a dinastia dos Habsburgo, que reinava na Espanha, conquista a unificação dos reinos, e Portugal perde temporariamente sua autonomia política.

vínculos no Brasil e se aproxima dos interesses locais, deixando insatisfeitos os comerciantes portugueses. Para Caio Prado, essa divergência de interesses motivou a revolução constitucionalista do Porto de 1820⁷, explicitando a polarização de forças que levaria à independência do Brasil.

Evidenciando sua interpretação marxista, o autor identifica a disputa entre grandes proprietários brasileiros e comerciantes portugueses como ponto focal da luta de classes e afirma: a “superestrutura política do Brasil-Colônia que, já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infraestrutura econômica do país, se rompe [...]” (Prado Jr., [1933] 2007, p. 51-52). Conclui então que o novo Estado nacional instaurado é resultado de um “arranjo político” entre a corte portuguesa e os grandes proprietários da colônia, determinando o caráter conservador da independência.

Após a publicação de “Evolução Política do Brasil”, Caio Prado faz uma viagem à União Soviética. Depois, passa por um período de estudos no curso de História e Geografia da recém-fundada Universidade de São Paulo, onde trava contato com importantes intelectuais europeus em missão ao Brasil, especialmente os franceses. Atua com destaque na Aliança Nacional Libertadora (ANL) de 1935, quando assumiu a posição de vice-presidente da seção paulista. É um dos principais líderes da ANL em São Paulo, percorrendo o estado para fazer comícios e palestras, publicando artigos e sendo redator de órgãos da imprensa partidária (Ricupero, 2008). Colocada na ilegalidade, a ANL é dissolvida e seus líderes são presos. Caio fica no cárcere por dois anos, saindo em 1937 para o exílio na França. Junto ao Partido Comunista Francês colabora com a luta antifascista, em apoio aos republicanos na guerra civil espanhola (Iglésias, 1982).

No exterior dá início à redação de sua obra histórica mais reconhecida: “Formação do Brasil Contemporâneo: colônia”. Livro lançado em 1942, mesmo ano em que funda a Editora Brasiliense, de grande importância na difusão da

⁷ Movimento de caráter liberal, que acabou com a monarquia absolutista em Portugal e estabeleceu sua primeira Constituição. Por outro lado, a Revolução do Porto demandava restauração do pacto colonial entre Portugal e Brasil, fato que conduziu à declaração de independência do Brasil.

produção intelectual crítica. Caio retornara ao Brasil em 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, e, com o PCB na ilegalidade, se dedica à pesquisa e à organização da editora.

“Formação do Brasil Contemporâneo” busca, através da pesquisa histórica, compreender a realidade presente do Brasil. Embora planejasse dar sequência ao trabalho em outros volumes, Caio Prado se restringe ao período colonial, adotando como ponto de vista histórico a virada entre os séculos XVIII e XIX, tomada enquanto momento de síntese da obra colonizadora de Portugal. Para o autor, este período histórico, que se encerra com a vinda da família real em 1808, constitui o marco fundamental da formação da nacionalidade, conjugando os elementos que se propagariam ao longo do século XIX para determinar o essencial do século XX. Em sua avaliação, o Brasil da década de 1940 ainda não teria concluído a transição entre a economia colonial e a economia nacional.

A linha de interpretação segue de perto o método de Marx para construir a categoria ‘sentido da colonização’: abstraindo o que se considera acidental, encontra-se o essencial que dá inteligibilidade à determinada formação histórica. Este seria o ‘sentido’ que estaria entremeado e direcionaria todos os fatos mais relevantes na história da colonização brasileira, que englobaria diferentes momentos e aspectos particulares dentro de um todo unitário⁸. Nesses termos Caio Prado vai construir sua categoria de análise fundamental, o sentido da colonização.

A análise parte da expansão marítima europeia, entendida como um desenvolvimento do comércio, deslocado da rota terrestre para a rota marítima que contorna o continente pelo Mediterrâneo. Desta revolução na navegação e no comércio deriva o impulso que lançaria os europeus na busca de novas rotas comerciais marítimas para África e Ásia, e que por fim daria origem ao ‘descobrimento’ da América. Isto determina o espírito de empresa comercial com que colonizam os novos territórios alcançados.

⁸ Ricupero (2008) associa o ‘sentido’ de Caio Prado à ‘totalidade’ de Marx.

Portugal, que tivera papel pioneiro nesta empreitada, tenta reproduzir na América o tipo de feitoria comercial já empregada na África e na Ásia, mas sem obter sucesso, fora o pequeno comércio de pau-brasil. Segundo Caio Prado, nenhum país europeu estava em condições, no século XVI, de empreender uma colonização efetiva da América, pois sua população foi dizimada pela peste bubônica no século XIV. A iniciativa de colonizar surgiu como uma contingência, uma necessidade para viabilizar a empresa comercial. Portugal reproduz em larga escala no Brasil a experiência que já desenvolvera nas ilhas de São Tomé e Príncipe, na base de capitâneas voltadas para a produção de gêneros tropicais, no caso, o açúcar⁹.

Caio Prado adota a distinção feita pelo francês Leroy-Beaulieu, para determinar as características da colonização da América. Além da colonização espanhola, fundada na exploração dos metais preciosos, distingue duas áreas específicas: colônias de povoamento nas regiões temperadas e colônias de exploração nas regiões tropicais.

A zona temperada da América do Norte teria despertado pouco interesse econômico, subsistindo das atividades extrativas de madeira, peles e pesca. Somente seria ocupada no século XVII, servindo de escoadouro para a população repelida pelas lutas político-religiosas na Europa e pelo cercamento dos campos na Inglaterra. Seriam colônias de povoamento, sem vínculo direto com o objetivo comercial, simplesmente reproduzindo a sociedade europeia em condições físicas similares, com objetivo político de ocupar o território.

Bem diversa foi a colonização tropical, permeada desde o início pela motivação mercantil do lucro. Se o meio físico se apresentava hostil ao europeu, por outro lado abria novas possibilidades para a produção de gêneros tropicais de alto valor comercial. Serão atraídos para os trópicos empresários de um gran-

⁹ Aqui, uma inflexão na interpretação: em “Evolução Política do Brasil” o determinante para a colonização é a defesa do território contra as ameaças francesas, na expectativa de um futuro ganho comercial; em “Formação do Brasil Contemporâneo”, desde o princípio a motivação mercantil se impõe como prioridade da colonização, viabilizando a empresa comercial nos trópicos. Este parece ser o movimento geral de seu pensamento, rumando para a determinação econômica dos acontecimentos históricos.

de negócio lucrativo, tomando o caráter de produção em larga escala baseada no trabalho escravo dirigido pelo europeu. Sobre essa base de colônia de exploração surgirá uma nova sociedade, inédita até então no mundo, mas cujo sentido será a produção de gêneros tropicais para o mercado.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (Prado Jr., [1942] 1995, p. 31)

Todas as atividades econômicas levariam a marca do sentido da colonização, e apresentariam uma organização social da produção fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. Estas são as três características centrais apontadas: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Esses três elementos se conjugam num sistema de produção típico, a grande exploração rural. Esta será a unidade fundamental da economia brasileira, base sobre a qual se assenta a estrutura social e política. Caio Prado faz uma distinção significativa entre grande propriedade e grande exploração: a grande propriedade poderia ser explorada de forma parcelada, como no feudalismo; já a grande exploração combina grande propriedade com direção única da produção em larga escala.

Desse sistema de organização da produção deriva a extrema concentração de riqueza e o lento desenvolvimento do mercado interno. Além disso, o sentido da colonização também implica a dependência do mercado externo e a evolução cíclica da economia. Fundada na produção em larga escala para exportação, a economia colonial brasileira se organizou em função de objetivos completamente alheios à população, sem ao menos conseguir prover os recursos necessários à sua subsistência.

Consolidando sua interpretação do Brasil, em 1945, Caio Prado publica “História Econômica do Brasil”. Este livro oferece, de forma inédita até então, uma análise da história econômica desde a conquista até o processo de industrialização mais intenso dos anos 1930. A obra apresenta o argumento sobre a situação de dependência da economia brasileira frente ao mercado e às finanças internacionais. Nessa perspectiva, traça uma linha de continuidade entre o passado colonial e a dependência contemporânea, dando ênfase ao caráter conservador das mudanças. A transição incompleta entre economia colonial e economia nacional é retomada como chave de interpretação. Tanto a independência em 1822 quanto a República em 1889 teriam sido momentos de perpetuação do sistema colonial por outros meios, primeiro pelo liberalismo de livre-comércio e depois pela ação direta do imperialismo.

Caio Prado salienta as contradições que mantiveram o sentido da colonização na estrutura econômica brasileira após a independência. O livre-comércio abriu novas possibilidades de consumo à população, aumentando a importação e descambando rapidamente para um desequilíbrio comercial, com desvalorização cambial e instabilidade do sistema monetário. As finanças públicas sentiram as baixas tarifas: sendo o imposto de importação a principal receita do Estado, houve crise fiscal. Num Estado em formação, a expansão dos gastos públicos, inclusive com guerras de fronteira e revoltas internas, não encontrou cobertura na arrecadação. O déficit comercial e fiscal foi coberto por empréstimos ingleses, tornando a economia brasileira dependente de seus capitais.

Além disso, a concorrência dos produtos industriais ingleses inviabilizou qualquer projeto de industrialização. Reforçava-se assim a especialização produtiva em gêneros tropicais para exportação, dependente do mercado externo para realização da produção e para a importação dos bens necessários à subsistência da população. A Inglaterra consolidava seu domínio comercial e financeiro: controlava o comércio externo brasileiro e fornecia os empréstimos de estabilização da economia.

Prolongava-se e se agravava assim, embora por efeito de outras circunstâncias, o sistema econômico colonial a que já nos temos referido. O Brasil,

já com tantas dificuldades para sair deste sistema que lhe tinham legado três séculos de formação colonial, e em função de que se organizara a sua vida, assistia agora a seu reforçamento: em lugar das restrições do regime de colônia, operava agora a liberdade comercial no sentido de resguardar e assegurar uma organização econômica disposta unicamente para produzir alguns poucos gêneros destinados à exportação. (Prado Jr., [1945] 1970, p. 134-135)

A posição de exportador de gêneros tropicais se reafirma no Império. Primeiro, pelo restabelecimento da produção de açúcar e algodão no Nordeste, e depois com o surgimento de um novo produto: o café. O ponto de inflexão é a proibição do tráfico negreiro. Apesar de ser o principal comerciante de escravizados do mundo, a partir de 1807 a Inglaterra começara uma campanha contra o tráfico. A classe de proprietários de terra, dominante na política do Império e interessada na manutenção da escravidão, se opõe à política inglesa, dando início a uma série de batalhas diplomáticas, que só terminaria em 1850 com a efetiva proibição do tráfico.

A transformação do regime de trabalho se acelera na década de 1870, quando há uma mudança no sistema de imigração para o Brasil. O novo sistema configura-se como algo inédito na história brasileira: uma política de imigração em massa de trabalhadores europeus para a grande lavoura. Este sistema de imigração subvencionada, em que o Estado pagava os custos de transporte do imigrante, era baseado no trabalho livre e incentivou a abolição da escravidão. A conjuntura internacional favoreceu: os EUA começam a restringir a entrada de estrangeiros e o processo de unificação italiana abre uma nova fonte de trabalhadores.

A partir de 1870 ocorre a expansão do café no oeste paulista, onde será introduzido o assalariamento. A reboque da exportação se desenvolvem a manufatura e o comércio. Junto ao capital privado, Caio Prado destaca o papel do Estado e do capital estrangeiro nos empreendimentos industriais e urbanos, que conduzem o país ao moderno capitalismo. Era o apogeu do sistema de

produção em larga escala de gêneros tropicais para exportação. Solucionado o problema da força de trabalho e contando com a entrada maciça de capitais estrangeiros, o país embarca na onda de liberalismo e crescimento do comércio internacional. Obtém os maiores saldos comerciais da história, porém à custa de especialização produtiva e dependência do mercado externo.

Sendo a força política em ascensão, a classe cafeicultora paulista terá um peso importante na abolição da escravidão e na fundação da República, processos, aliás, intimamente relacionados. Em 1889, a República seria a mudança superestrutural correspondente ao desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, a crise não tardaria a vir, afetando a exportação de café já nos últimos anos do século. Em meados dos anos 1890 ocorre uma retração dos mercados internacionais e o país passa a enfrentar uma crise de superprodução, acumulando estoques.

Em 1906, dá-se a primeira intervenção no mercado de café. Os produtores, reunidos no Convênio de Taubaté, tomam a iniciativa de estocar parte da produção com recurso a empréstimos externos. Caio Prado salienta que este é um momento de entrada em massa da finança internacional na economia brasileira, controlando sua principal atividade produtiva: financiam a operação de valorização e manobram a especulação comercial com os estoques retidos, de forma que os interesses financeiros são os grandes beneficiados pela política de valorização, mais que os produtores brasileiros. O domínio seria do Lazard Brothers, de Londres, através do Instituto do Café. A sustentação dos preços incentiva a entrada de concorrentes e, com a crise de 1929, declina mais um ciclo de exportação de gêneros tropicais na história econômica brasileira.

Caio Prado aponta as dificuldades para o surgimento da indústria num país sem tradição manufatureira, emperrada pelas restrições coloniais e pelo livre-comércio pós-independência. Considera que essa industrialização era frágil, pois se baseava num restrito mercado interno e numa fraca acumulação capitalista. Assim, avalia que a sorte da indústria brasileira estaria associada à conjuntura do comércio e das finanças internacionais, em caso de melhora das exportações e folga na capacidade de importar, haveria reversão colonial.

Somente um setor industrial teria base mais sólida: as subsidiárias das grandes empresas estrangeiras, que se instalam no país para contornar as tarifas de importação e explorar a força de trabalho.

Essa será a forma de atuação do imperialismo no Brasil a partir de fins do século XIX, primeiro controlando a produção de café e fazendo especulação, depois penetrando com empresas industriais e de serviços públicos. Para o autor, o investimento do capital estrangeiro na indústria conduz à internacionalização da economia brasileira, transformando o capital nacional em sócio menor de suas iniciativas. Por esta via a nação perde potencial de acumulação e fica refém dos objetivos do imperialismo.

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país [...]. Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominamos economia “nacional”, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa. Esta é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a esta fase do seu desenvolvimento. (Prado Jr., [1945] 1970, p. 270)

A economia brasileira estaria, portanto, condicionada pela atuação do imperialismo e pelas possibilidades do comércio internacional. Entretanto, a crise de 1929 abalou os fundamentos do sistema econômico que se perpetuava por mais de quatro séculos. Nos anos 1930, a fuga dos capitais estrangeiros e a retração do mercado externo colocaram o país em uma situação de forte restrição na capacidade de importar, favorecendo a indústria nacional substitutiva

de importações. Esse processo se consolida com o aumento da população urbana, desenvolvendo o mercado interno, e a economia brasileira, que tradicionalmente produzia para a exportação, começou a produzir para consumo próprio. No entanto, o autor nunca deixaria de lembrar a potencial reversão colonial em um país dependente, depois de séculos de colonização.

No momento da publicação do livro, Caio Prado participa da campanha pela redemocratização. Elege-se deputado estadual pelo PCB em 1947, mas, com o início da Guerra Fria, o PCB é posto novamente na ilegalidade em 1948. Caio tem seu mandato cassado e é preso mais uma vez. A partir daí, articula um grupo de intelectuais e funda a “Revista Brasiliense” em 1955. Através da revista, publica importantes contribuições ao debate da questão agrária, em momento decisivo da luta pela reforma agrária e da articulação dos trabalhadores rurais nas ligas camponesas.

O golpe de 1964 fecha a revista. Ainda no rescaldo do golpe, Caio Prado escreve seu livro mais impactante: “A Revolução Brasileira” (1966), que o levaria outra vez à prisão. Uma contribuição de destaque, onde mantém os argumentos desenvolvidos desde os anos 1930 sobre a característica capitalista da economia brasileira, criticando a tese feudal do PCB e sua estratégia de aliança com uma suposta ‘burguesia nacional’ interessada na autonomia do país frente ao imperialismo¹⁰.

Celso Furtado: interpretação estruturalista do Brasil¹¹

A trajetória de Celso Furtado até a publicação de “Formação Econômica do Brasil” (FEB), em 1959, tem ponto de partida na tese de doutorado defendida na Universidade de Paris – Sorbonne, em 1948, atravessa quase uma década de

¹⁰ Esta interpretação sobre a tese feudal e a estratégia da revolução do PCB, especialmente na perspectiva de Nelson Werneck Sodré, assim como a posição crítica de Caio Prado, são analisadas em detalhe neste livro. Ver Borja; Curty; León (2022).

¹¹ Para uma análise mais detalhada, ver Borja (2013).

serviços na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e se conclui em Cambridge, onde redigiu seu famoso livro. FEB é a síntese de mais de dez anos de pesquisa sobre a história econômica brasileira. Como aponta Szmrecsányi (1999), a publicação de um livro não pode ser abordada como um evento, mas sim o resultado de um processo histórico.

No início dos anos 1940, na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro o autor toma contato com historiadores da economia capitalista, particularmente o belga Henri Pirenne e o português António Sérgio. Também aprofunda o estudo da sociologia, especialmente de Max Weber e Karl Mannheim (Furtado, [1972] 1997). Ao ingressar no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) em 1943, Furtado encaminha sua pesquisa para o campo teoria da organização e do planejamento. Estas influências da história e do planejamento o conduzem finalmente ao estudo da economia.

Após servir na Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, se empenhou em voltar à Europa para ver a reconstrução do continente. Através de Maurice Byé, seu futuro orientador, então integrante da missão francesa na Universidade do Brasil, ingressou no doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Na França, também se inscreveu no Instituto de Ciências Políticas, estudando a obra de Marx e Engels com o professor Auguste Cornu.

A primeira coisa a ser analisada na tese de Furtado é o título: “Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais”. Aí explicita a adesão ao conceito de economia colonial, desenvolvido por Caio Prado, e, no subtítulo, revela a intenção da abordagem histórica: buscar na história econômica elementos para compreender o Brasil contemporâneo – preocupação central dos intérpretes do Brasil. Na tese, há uma seção com as fontes. A notória omissão das fontes em FEB confere grande importância a esta seção, onde o autor expõe suas influências. Além de Pirenne, figura central no pensamento de Furtado, destacam-se os historiadores portugueses António Sérgio e Jaime Cortesão,

e também Gilberto Freyre. Quanto às influências mais diretas de Simonsen e Caio Prado, Furtado é explícito:

Uma das ideias dominantes deste trabalho – a inexistência de feudalismo no Brasil – está indicada na História Econômica do Brasil, de Roberto Simonsen, São Paulo, 1937. De posse dessa indicação, procuramos desenvolver um corpo de ideias coerentes com a moderna definição econômica das instituições feudais e fiel à realidade social e econômica do Brasil Colônia. A ideia, também dominante no presente trabalho, de que a monocultura, fundamento da organização econômica colonial brasileira, era um imperativo do meio tropical encontra-se desenvolvida na obra de Caio Prado Jr., Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia). (Furtado, [1948] 2001, p. 19)

Na seção intitulada “o sentido da colonização” – conceito de Caio Prado – argumenta que a concessão das capitanias representava um incentivo à iniciativa privada, com objetivo de investir na produção de açúcar para o mercado externo. Assim, as capitanias seriam empreendimentos capitalistas para o comércio, embora com roupagem jurídica feudal. Tal como Caio Prado, Furtado resgata a concepção de Leroy-Beaulieu sobre os tipos de colonização da América e apresenta o Brasil como colônia de exploração. Defende que a economia do açúcar foi a base econômica da colonização: a produção em larga escala para o mercado era o sentido da colonização. Na caracterização da economia colonial estão três elementos apontados por Caio Prado: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo.

Tal como Simonsen, apresenta uma visão cíclica da economia colonial, passando do ciclo do açúcar ao ciclo do ouro, e deste ao ciclo do café. A queda do preço do açúcar com a concorrência antilhana provoca uma crise na produção brasileira e a colônia transfere seus recursos à mineração. O mesmo ocorre na passagem da mineração ao ciclo do café. Mesmo após a independência, a economia brasileira teria conservado a forma colonial, dirigida pela classe de proprietários de terra, mas subordinada aos interesses externos.

Desta interpretação do Brasil à luz da formação colonial, o autor deriva duas conclusões sobre a conjuntura política brasileira dos anos 1940, logo após a ditadura do 'Estado Novo'. Primeiro, a distinção entre agricultura de exportação e de subsistência, defendendo a reforma agrária para melhorar as condições da produção de alimentos. E, segundo, as consequências políticas da grande propriedade, implicando uma concentração do poder que corrobora o autoritarismo.

De volta ao Brasil depois do doutorado, informa-se do cargo na Cepal e segue para Santiago do Chile em fevereiro de 1949. Os anos na comissão foram de profunda importância na trajetória de Furtado, formando sua compreensão do Brasil e da América Latina. Trabalha com Raúl Prebisch nas primeiras pesquisas sobre as economias da região e percebe o atraso relativo do Brasil. Ali escreve o artigo "Características Gerais da Economia Brasileira" (1950), publicado na "Revista Brasileira de Economia".

Este artigo é o primeiro trabalho de Furtado após ingressar na Cepal e já apresenta a influência de Prebisch, que seria crescente a partir de então. No entanto, chama atenção o fato de não utilizar o conceito de periferia, mas o de economia colonial. Tem-se aqui uma mescla da teoria do desenvolvimento da Cepal com a interpretação da formação histórica brasileira, marca distintiva do pensamento do autor e sua grande contribuição tanto à Cepal quanto ao pensamento econômico brasileiro.

Furtado confere centralidade à deterioração dos termos de troca dos produtos primários, tendência da divisão internacional do trabalho. Esta seria a origem dos desequilíbrios externos que se propagavam através da desvalorização da moeda e da inflação. Sendo a economia colonial essencialmente monocultora e com domínio político dos grandes proprietários, a tendência à queda dos preços de exportação era combatida com desvalorização cambial, para sustentar o preço em moeda nacional e garantir o lucro do produtor. Consequentemente, transfere-se a perda dos exportadores para o conjunto da população, extremamente dependente da importação de bens de consumo, pois a desvalorização

cambial encarece o produto importado, gerando inflação. Tal procedimento é denominado pelo autor de socialização das perdas, e é analisado dentro da dinâmica de flutuações cíclicas da economia colonial.

A condição de economia colonial seria superada no período entreguerras, com ponto de inflexão na crise de 1929 – o argumento cepalino dos choques externos. A depressão dos anos 1930 alterou os preços relativos em favor da indústria brasileira, com menor entrada de divisas e desvalorização cambial, criando uma barreira à importação e favorecendo a indústria de forma não intencional. A Segunda Guerra Mundial consolidaria a posição da indústria, gerando proteção do mercado e expansão da produção.

Furtado avalia que a industrialização teve efeito positivo sobre a economia, tornando-a menos dependente das flutuações cíclicas dos preços dos produtos primários. A agricultura sofreu modificações: o sistema colonial de monocultura para exportação foi progressivamente substituído pela policultura para o mercado interno. Os processos de industrialização e urbanização integraram economicamente as regiões do país. Se, no passado colonial, a economia brasileira se desenvolveu por ciclos de exportação, agora o faria através do mercado interno, concluindo o processo de formação nacional.

O Brasil, ao entrar em sua nova fase de desenvolvimento econômico, não só encerrava seu ciclo colonial, mas ainda fundia todos os ‘ciclos’ anteriores em uma unidade econômica integrada, e concluía o processo histórico de sua formação nacional. (Furtado, 1950, p. 31)

Momento importante da passagem de Furtado pela Cepal é a direção do Grupo Misto Cepal-BNDE (1953-1955), no recém-fundado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico¹². Ali publica o livro “A Economia Brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)”, de 1954. Nele, faz uma primeira

¹² Grupo de trabalho organizado em parceria entre a Cepal e o BNDE. Visava à formação de quadros técnicos em planejamento econômico e produziu um estudo que subsidiou posteriormente a elaboração do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

tentativa de formulação teórica do subdesenvolvimento e consolida sua interpretação da crise da economia cafeeira e do processo de industrialização por substituição de importações, apresentando uma interpretação do desequilíbrio estrutural da economia brasileira.

O livro sintetiza a convergência entre a interpretação histórica do Brasil e a teoria do desenvolvimento. Observa-se uma mudança na abordagem da história, privilegiando a análise dos fluxos de renda e das flutuações cíclicas, com nítida influência de Keynes. A reflexão da Cepal começava a dar autonomia para o autor se distanciar de suas principais fontes da história econômica: Roberto Simonsen e Caio Prado Jr.

Na economia colonial, o investimento era induzido pela demanda externa, sem articulação entre o sistema produtivo e o consumo local. “É neste sentido que a economia colonial não constitui, propriamente falando, um ‘sistema econômico’ e sim parte dependente de um sistema” (Furtado, 1954, p. 63). O lucro da classe proprietária era a única renda local e seus gastos de consumo estavam vinculados à importação. Portanto, não havia fluxo de renda interno à economia colonial escravocrata, o fluxo se estabelecia entre a unidade produtiva e o exterior, inviabilizando o mercado interno.

A expansão cafeeira de fins do século XIX contou com a imigração europeia e introduziu o assalariamento. O impulso externo continuava sendo o elemento dinâmico, mas agora ele era multiplicado pelos gastos de consumo dos assalariados, movimentando a produção interna. Tem-se, então, um fluxo de renda interno que excede o impulso da exportação. Embora possibilitasse a formação do mercado interno, a multiplicação do impulso externo gerava desequilíbrios no balanço de pagamentos, pois o crescimento da demanda também aumentava as importações, que tendiam a exceder a disponibilidade de divisas. Esta tendência era agravada pela piora nas relações de troca dos produtos primários, ocasionando desvalorização cambial e inflação.

No início do século XX, a defesa dos interesses cafeicultores, via política cambial e compra dos estoques invendáveis, sustentou a rentabilidade da

exportação em crise e garantiu a manutenção do nível de emprego e renda da economia. A crise de 1929 romperia essa situação, conjugando duas crises: crise de superprodução e crise de demanda. Houve, então, uma mudança na política de defesa do café. Em meio à crise, sem conseguir empréstimos externos, a retenção e queima de estoques foi financiada via expansão do crédito em moeda nacional. Antes, o financiamento com empréstimo externo garantia a entrada de divisas, agora, a manutenção do nível de emprego e renda via crédito sustentava a demanda sem cobertura cambial.

A sustentação da demanda pressionava as importações e agravava o desequilíbrio externo, gerando desvalorização cambial. Isso provocou uma mudança significativa dos preços relativos, comprimindo o coeficiente de importações. Há substituição de importações, tornando o mercado interno elemento dinâmico da economia e dando à indústria a liderança na formação de capital. Observa-se o deslocamento do centro dinâmico para o interior da economia, atraindo para a indústria os capitais do café. Segundo Furtado, a defesa dos exportadores favoreceu a indústria, de modo não intencional, através da política anticíclica.

A regularização do comércio no pós-guerra e a política liberal adotada conduziram ao aumento das importações. Tendo em vista o receio da desvalorização cambial ampliar a inflação, o desequilíbrio externo foi combatido, a partir de 1948, pela política de controle seletivo das importações, favorecendo duplamente os industriais: controlando a entrada de bens de consumo com similar nacional e definindo um câmbio especial para importação de bens de capital. Ao mesmo tempo em que reduzia a concorrência externa, permitia o reaparelhamento da indústria¹³.

Em 1956, trabalhando pela Cepal no México, Furtado conhece Nicholas Kaldor, professor de Cambridge, que lhe convida a passar um ano como pesquisador visitante. Furtado relata que já se sentia cerceado na Cepal, daí o interesse

¹³ Ainda assim, o autor segue afirmando que esta política não tinha a intenção direta de fomentar a indústria.

em buscar novos espaços de reflexão (Furtado, [1985] 1997). A temporada em Cambridge foi marcante, travando contato com intelectuais da universidade, participando de cursos e seminários sobre dinâmica econômica e sobre história econômica.

A obra mais conhecida de Furtado foi escrita em Cambridge entre 1957 e 1958, sintetizando mais de uma década de pesquisa sobre a “Formação Econômica do Brasil”. Publicado em 1959, o livro é um momento de consolidação do método histórico-estrutural e da interpretação estruturalista da formação histórica do Brasil.

A primeira parte do livro, sobre os fundamentos econômicos da ocupação territorial, faz uma síntese do período colonial. Ampliando a perspectiva sobre o sistema capitalista mundial, entende a colônia como parte integrante da economia reprodutiva europeia, isto é, os portugueses aplicariam técnicas e capitais na produção agrícola para venda no mercado europeu. A primeira empresa colonial agrícola obteve êxito, pois contou com a experiência pretérita de Portugal na produção de açúcar das ilhas atlânticas, garantindo domínio das técnicas produtivas. Furtado argumenta que Portugal contou com a contribuição dos holandeses, que organizavam a distribuição e comercialização do produto na Europa, e também financiavam a produção – detendo parte do negócio do açúcar. Por último, a inserção portuguesa no mercado africano de escravizados forneceu a quantidade necessária de trabalhadores para realizar tal empresa.

Esses fatores deram a Portugal o monopólio do açúcar, perdido posteriormente com a desarticulação do sistema. A independência da Holanda frente ao Império espanhol, concomitante à anexação de Portugal a este Império, transformou a cooperação holandesa em competição. A guerra entre Espanha e Holanda afetaria Portugal¹⁴, que viu a colônia produtora de açúcar ser invadida

¹⁴ A atual Holanda era parte do Reino da Espanha até 1581, quando conquista sua independência, depois de décadas de guerra com a Espanha. Porém, em 1580 ocorre a União Ibérica, quando Portugal perde sua autonomia política e passa a ser governado pelo rei da Espanha. Assim, Portugal e Holanda, que eram importantes parceiros comerciais, se tornam inimigos de guerra. O que resultou a invasão holandesa aos territórios coloniais portugueses, dentre eles o Brasil.

pelos holandeses. Após o fim da União Ibérica em 1640, os holandeses são expulsos do Brasil, mas levam consigo as técnicas de produção, instalando nas Antilhas uma indústria concorrente e quebrando o monopólio português.

Na tese de 1948, o autor havia argumentado que a introdução da produção de açúcar nas Antilhas alterou sua característica de colônia de povoamento para colônia de exploração. Ampliando a análise, avalia a relação entre a agricultura de exportação antilhana e as colônias de povoamento da América do Norte. Defende que se formou um comércio triangular entre os EUA, as Antilhas e a Europa. Instalada a monocultura de açúcar nas Antilhas, inviabilizou-se a produção local de alimentos, desviando a demanda para importação. A Inglaterra, em meio à guerra civil, era incapaz de suprir a demanda, então os EUA passaram a vender alimentos, madeira e gado às Antilhas.

Essas circunstâncias históricas propiciaram, nos EUA, um fenômeno completamente estranho ao sistema colonial: uma economia com propriedade pouco concentrada, produtora de gêneros de subsistência, sem distinção entre produção de exportação e de consumo interno, onde a menor concentração de renda permitiu o desenvolvimento do mercado interno. O autor também aponta diferenças sociais, defendendo que as classes dominantes nos EUA, por controlarem o comércio, tomaram consciência da divergência de interesses com a metrópole, enquanto nas colônias de exploração havia a comunhão de interesses entre a classe dominante e a metrópole.

A segunda parte do livro apresenta a economia escravista de agricultura tropical dos séculos XVI e XVII, analisada da perspectiva do fluxo de renda. O autor caracteriza a economia do açúcar: alta concentração de renda, rigidez estrutural às flutuações cíclicas e fluxo de renda entre a unidade produtora e o exterior. Argumenta que se formou, junto à exportação, a pecuária para o fornecimento de gado aos engenhos. A relação entre a economia do açúcar e a pecuária define a formação do complexo econômico nordestino. Quando inicia a crise do açúcar, Furtado apresenta um quadro de redução da renda e de reversão da pecuária em economia de subsistência.

A terceira parte do livro trata da economia escravista mineira que se formou no centro-sul no século XVIII. A mineração é um ponto de grande influência de Simonsen no pensamento de Furtado, distanciando-o da interpretação de Caio Prado, especialmente no que concerne à organização da produção de ouro e à integração econômica da pecuária sulista. Muito lucrativa, a mineração concentrava todos os recursos disponíveis, acarretando enorme especialização produtiva. Assim, a demanda por alimentos e animais de transporte era encaminhada às regiões de pecuária: o sertão nordestino e a região sul. A mineração, novo núcleo dinâmico da economia, teria propiciado a integração econômica das diferentes regiões da colônia a partir de seu mercado consumidor.

Furtado destaca alguns elementos da mineração que a capacitavam à formação de mercado interno e ao desenvolvimento da manufatura, no entanto, este foi praticamente nulo. Dentre os motivos, o autor minimiza a proibição das manufaturas na colônia em 1785. A principal causa teria sido a incapacidade técnica da metrópole portuguesa: fraca manufatura em Portugal implicou pouco desenvolvimento da colônia. A relação entre Portugal e Inglaterra explicaria o retrocesso da industrialização portuguesa, uma vez que o Tratado de Methuen (1703)¹⁵ havia reduzido Portugal à condição de dependência agrícola da Inglaterra. O tratado criou um desequilíbrio comercial a favor da Inglaterra, e o ouro brasileiro veio cobrir os déficits portugueses. Sem alcançar desenvolvimento endógeno, a produção de ouro seria desarticulada com o esgotamento das jazidas, regredindo rapidamente em economia de subsistência.

A quarta parte do livro trata da economia de transição para o trabalho assalariado no século XIX, quando o assalariamento permitiria a formação de mercado interno.¹⁶ A independência política foi conquistada, mas junto se estabelece a dependência econômica da Inglaterra, abrindo o mercado às mercadorias inglesas. Os efeitos do liberalismo no Brasil independente levaram muitos

¹⁵ Também conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos, onde Portugal se comprometia a comprar tecidos ingleses em troca da abertura do mercado inglês aos vinhos portugueses.

¹⁶ Vínculo entre assalariamento e formação do mercado interno é clara influência de Marx (Paula, 2009).

intérpretes a perguntar se seria possível uma política protecionista no início do século XIX. Furtado defende que era inviável seguir os passos dos EUA rumo à industrialização, e explicita o mote central da pesquisa e do livro:

A suposição de que estaria ao alcance do Brasil – na hipótese de total liberdade de ação – adotar uma política idêntica à dos EUA, nessa primeira fase do século XIX, não resiste a uma análise detida dos fatos. Esse problema encerra particular interesse e pode sintetizar-se numa pergunta que muitos homens de pensamento se têm feito no Brasil: por que se industrializaram os EUA no século XIX, emparelhando-se com as nações europeias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida? (Furtado, [1959] 2003, p. 100)

Brasil e EUA e a tentativa de compreender por que tomaram rumos tão diferentes são a preocupação central de Furtado – e, de um modo geral, dos intérpretes do Brasil. O autor ressalta as diferenças econômicas e sociais entre os dois países na primeira metade do século XIX. Ao contrário dos EUA, não havia no Brasil uma base técnica desenvolvida que permitisse a industrialização. Além disso, as diferenças entre as classes dominantes implicavam políticas econômicas distintas. Enquanto os EUA eram controlados por grandes comerciantes urbanos e pequenos agricultores, no Brasil, o domínio dos grandes agricultores escravistas exportadores se expressava na adoção de políticas liberais no comércio exterior e na dependência da Europa.

Essa situação só seria revertida em meados do século, quando há uma importante mudança na economia brasileira. Junto à expansão da exportação de café, ocorre uma inflexão na política comercial, com elevação das tarifas de importação em 1844. Outro marco é o fim do tráfico de escravizados em 1850, colocando em pauta o debate da abolição e encaminhando a introdução do trabalho assalariado. A gestação da economia cafeeira conduz à formação de uma classe dirigente mais consciente do conjunto do negócio exportador. A proximidade da capital possibilitou a instrumentalização do Estado por parte

dos cafeicultores, quando o governo imperial organizou e financiou a imigração de trabalhadores europeus para a lavoura de café em São Paulo.

No final do século XIX, houve uma diferenciação entre as regiões brasileiras, acentuando o processo de concentração econômica no centro-sul. Se há o crescimento vertiginoso da produção cafeeira no Sudeste, absorvendo parte da economia de subsistência e elevando a produtividade geral na região; também há lenta desarticulação da produção de exportação no Nordeste, com reversão em economia de subsistência, caracterizando a desigualdade regional brasileira.

A quinta parte do livro analisa a economia de transição para o sistema industrial no século XX, saída justamente da crise do café e seus mecanismos de defesa. Tema já desenvolvido no livro de 1954, a novidade em FEB viria no último capítulo, quando o autor vislumbra as perspectivas dos próximos decênios. Se o deslocamento do centro dinâmico retirou do comércio exterior seu papel central na determinação do nível de renda da economia, por outro lado fez crescer sua importância para a formação de capital. Isso é, iniciada a industrialização, cabe ao comércio exterior viabilizar as divisas necessárias para assimilação de progresso técnico via bens de capital. Daí que Furtado ressalte a mudança na composição das importações, crescendo a dependência externa para ampliação da produção.

Outra característica destacada pelo autor foi o aumento das desigualdades regionais. Se a formação do mercado interno e o deslocamento do centro dinâmico permitiram a articulação das regiões num sistema comum, também incentivaram a concentração de renda no Sudeste, aglomerando a atividade industrial em São Paulo. Entregue às forças do livre mercado, a economia tende a reproduzir a concentração e as desigualdades regionais e sociais. A conclusão do livro explicita a visão política de Furtado: necessidade de intervenção estatal para completar a industrialização, reduzindo a dependência externa e combatendo as desigualdades regionais e sociais.

Não é por acaso que, ao retornar ao país em 1959, assume uma diretoria especial no BNDE para orientar o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento

do Nordeste e elabora o projeto Operação Nordeste. Estes trabalhos subsidiam a proposta, encampada pelo presidente Juscelino Kubitschek, de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), ainda no ano de 1959, tendo Furtado como superintendente. No governo João Goulart, Furtado inauguraria o Ministério do Planejamento e seria uma das principais lideranças do movimento pelas reformas de base. Com o golpe de 1964, foi cassado no Ato Institucional nº 1 e saiu para o exílio¹⁷.

No entanto, partindo de uma visão de mundo pequeno-burguesa, integrante da burocracia estatal e atuante nos principais postos do Estado, Furtado não vai propor qualquer tipo de ruptura radical com o sistema capitalista. Ao contrário, vai se identificar e defender os interesses da burguesia industrial, entendida como portadora do progresso social. Fica nítida a posição do autor quando vê na industrialização e na ascensão da burguesia industrial ao comando do Estado elementos de superação da sociedade agroexportadora. O reformismo, que apoia a industrialização com maior participação econômica e política da classe trabalhadora, afirma-se como seu horizonte político.

Balanço da controvérsia

Feito este esforço de síntese das interpretações, torna-se possível realizar um balanço desta controvérsia da história econômica do Brasil. Simonsen, Caio Prado e Furtado guardam alguns traços em comum, que os distinguem da historiografia até então produzida. O principal talvez seja a caracterização da economia colonial brasileira como capitalista, se opondo às teses feudais prevalentes. Outro ponto comum é a comparação entre as trajetórias de desenvolvimento de Brasil e EUA. Contudo, suas interpretações são diferentes, especialmente quanto ao programa político defendido.

¹⁷ O Ato Institucional nº 1, publicado em 09 de abril de 1964, foi a primeira ação institucional da Ditadura Civil-Militar para cassar direitos políticos de seus inimigos, dentre eles, Celso Furtado.

Roberto Simonsen representa a transição da burguesia brasileira entre exportação de café e indústria. Foi um intelectual orgânico da burguesia industrial, no momento histórico de consolidação de sua hegemonia. Atuou nas organizações de classe e no Estado, especialmente após a centralização política do 'Estado Novo'. Produziu estudos sobre a formação da economia brasileira, fundando a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, onde inaugurou a disciplina História Econômica do Brasil.

Simonsen parte da visão de mundo da classe dominante, legitimando sempre o poder estabelecido. Isso se expressa na forma como organiza a história econômica, estruturada pelos ciclos de produção, fazendo cortes transversais na história para analisar cada ciclo. Seu programa político defende o lucro e a industrialização, por meio do planejamento estatal, do protecionismo e da associação ao capital estrangeiro. A ação estatal estaria subordinada aos interesses da burguesia industrial, criando infraestrutura para expansão do capital privado e praticando políticas protecionistas. O capital estrangeiro seria demandado para a indústria pesada, onde a necessidade de capital e tecnologia estaria além da capacidade da iniciativa privada nacional. O objetivo do autor com a industrialização planejada pelo Estado era a afirmação da burguesia industrial paulista, aumentando a concentração econômica e o poder de São Paulo na federação.

Caio Prado tem uma origem social muito próxima de Simonsen, no entanto, sua visão de mundo foi profundamente influenciada pelo Partido Comunista Brasileiro e pela ação da classe trabalhadora. É assim que se afasta da posição política de sua classe de origem para produzir uma interpretação marxista do Brasil, criticando a 'história oficial' das classes dominantes e defendendo a revolução socialista. Sua interpretação busca captar a estrutura econômica e a forma de organização da produção, a estratificação social e as disputas políticas entre as classes. Tem como categorias centrais de análise o sentido da colonização e a grande exploração rural. O sentido da colonização pode ser compreendido como uma busca de totalidade histórica, determinando o rumo

do país, atrelado ao objetivo de produzir gêneros tropicais para exportação. Assim se definiria a economia colonial, comandada por interesses externos e dependente do mercado mundial.

O autor ressalta o caráter de conservação contido na independência e na República, perpetuando o sistema colonial por outros meios: pelo liberalismo no Império e pelo imperialismo na República – impedindo a transição da economia colonial em economia nacional. Nesta chave, a indústria substitutiva estaria subordinada aos interesses externos do imperialismo e a economia brasileira sujeita à reversão colonial. Para superar o sistema colonial e completar a transição em economia nacional, defende o planejamento estatal para industrialização. No entanto, seus objetivos são diferentes dos de Simonsen: uma economia nacional deveria produzir para a satisfação das necessidades da população.

Celso Furtado tem a visão de mundo da pequena-burguesia, com inserção social na burocracia estatal, como servidor público e funcionário internacional. Inaugura a interpretação estruturalista do Brasil, aplicando o estruturalismo latino-americano da Cepal. Furtado toma a interpretação dos ciclos de produção de Simonsen e da economia colonial de Caio Prado enquanto fontes, para então fazer uma superação dialética: processo de conservação, negação e nova síntese.

“Formação Econômica do Brasil” é o momento de síntese de sua interpretação estruturalista do Brasil. A mescla de interpretação histórica e teoria do desenvolvimento é sua característica distintiva – o método histórico-estrutural. A proposta política também se distingue das outras. Ao identificar o desequilíbrio do balanço de pagamentos e a concentração social e regional da renda como características da industrialização brasileira, o autor propõe o planejamento estatal para conduzir essa industrialização. Os objetivos centrais seriam o rompimento da dependência externa e a redução das desigualdades sociais e regionais, operando a desconcentração econômica através de reformas estruturais.

O consenso em torno do planejamento estatal da industrialização tem conduzido os historiadores do pensamento econômico a afirmarem uma hegemonia

da ideologia desenvolvimentista no Brasil entre 1930 e 1964. De fato, estes autores expressam o sentido da transformação observada no país com a emergência da sociedade urbano-industrial, defendendo-a. No entanto, faz-se necessário destacar que, embora a industrialização planejada seja de fato consensual, há diferenças significativas entre os objetivos desta industrialização. Diferenças que tem origem nas distintas visões de mundo e que se explicitam na interpretação histórica e na posição política dos autores.

Referências

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BORJA, Bruno. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARONE, Edgar. Seleção, notas e bibliografia. *In*: SIMONSEN, Roberto. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional e EdUSP, 1973.

COUTINHO, Carlos Nelson. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Junior. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 201-220.

FREITAS FILHO, Almir Pita. A historiografia sobre a formação econômica do Brasil e a problemática do modo de produção escravista colonial: notas de aula. **Texto Didático**, n. 35, FEA/UFRJ, 1988.

FURTADO, Celso. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais**. São Paulo: Hucitec/Abphe, [1948] 2001.

FURTADO, Celso. Características gerais da economia brasileira. *In: Revista Brasileira de Economia*, v. 4, n. 1, p. 7-37. Rio de Janeiro, 1950.

FURTADO, Celso. **A economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1959] 2003.

FURTADO, Celso. As aventuras de um economista brasileiro. *In: FURTADO, Celso. Obra Autobiográfica de Celso Furtado*, tomo II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1972] 1997.

FURTADO, Celso. A fantasia organizada. *In: FURTADO, Celso. Obra autobiográfica de Celso Furtado*, tomo I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1985] 1997.

IGLÉSIAS, Francisco. Um historiador revolucionário. *In: IGLÉSIAS, Francisco (org.). Caio Prado Junior: história*. São Paulo: Ática, 1982. p. 7-44.

PAULA, João Antonio de. A formação do mercado interno e a superação do subdesenvolvimento em Celso Furtado. *In: COELHO, Francisco; GRANZIERA, Rui (org.). Celso Furtado e a formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009.

PERICÁS, Luiz Bernardo; WIDER, Maria Célia. Caio Prado Junior. *In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.p. 193-214.

PINHEIRO, Filipe Leite. Origens da controvérsia da revolução brasileira: um debate entre Octavio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio Xavier. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 51, p. 98-120, set-dez 2018.

PINHEIRO, Filipe Leite. Revisitando as origens da controvérsia da revolução brasileira: um debate entre Octavio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio Xavier. *In: MALTA, Maria; LEÓN, Jaime; CURTY, Carla; BORJA, Bruno (org.).*

Controvérsias sobre história, desenvolvimento e revolução no Brasil: pensamento econômico em interpretação crítica, 2022. (neste livro)

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, [1933] 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo: Brasiliense, [1942] 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, [1945] 1970.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil.** São Paulo: Alameda, 2008.

SAES, Flavio Azevedo Marques de. A historiografia econômica brasileira: dos pioneiros às tendências recentes da pesquisa em história econômica do Brasil. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 2 n. 1, p. 182-203, jan./jun. 2009.

SECCO, Lincoln. Tradução do marxismo no Brasil: Caio Prado Junior. *In:* PINHEIRO, Milton (org.). **Caio Prado Junior:** história e sociedade. Salvador: Quarteto, 2011. p. 57-72.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil (1500/1820).** São Paulo: Editora Nacional, [1937] 1978.

SIMONSEN, Roberto. Aspectos da história econômica do café. *In:* SIMONSEN, Roberto. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Companhia Editora Nacional e EdUSP, [1938] 1973.

SIMONSEN, Roberto. Evolução industrial do Brasil. *In:* SIMONSEN, Roberto. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, [1939] 1973.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação da Formação Econômica do Brasil de C. Furtado. **Estudos Avançados**, n. 13 (37), 1999.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. **Nova Economia**, v. 14, n. 1, p. 11-37. Belo Horizonte, jan./abr. 2004.

TEIXEIRA, Aloisio; GENTIL, Denise. O debate em perspectiva histórica: duas correntes que se enfrentam através do tempo. *In*: TEIXEIRA, Aloisio; MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise. **Desenvolvimento**: o debate pioneiro de 1944-1945. Brasília: Ipea, 2010.

PARTE 2

REVOLUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA
a história de um brasil que poderia ter sido

REVISITANDO AS ORIGENS DA CONTROVÉRSIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

um debate entre Octávio Brandão,
Mario Pedrosa e Lívio Xavier¹

Filipe Leite Pinheiro

Introdução

Uma hipótese muito difundida na historiografia do pensamento econômico brasileiro atribui a Caio Prado Jr. o pioneirismo na elaboração de uma imagem marxista da realidade brasileira. De acordo com seus defensores, Caio Prado teria sido o primeiro autor a estabelecer uma articulação correta para o trânsito histórico da formação social brasileira da colônia aos dias de hoje a partir de um referencial teórico marxista. Por isso, o autor é laureado com o título de fundador desta tradição de pensamento no Brasil. Essa hipótese padece de um equívoco frequente na historiografia do pensamento: utiliza como critério de demarcação para a origem do marxismo brasileiro unicamente fatores de natureza teórica, esquecendo-se das condições materiais que facultam a existência de tais interpretações.

Neste capítulo pretendo argumentar em sentido oposto, defendendo a hipótese de acordo com a qual as interpretações marxistas da realidade brasileira surgem não com a síntese teórica mais ou menos correta de um ou outro autor, mas, sim, com o enfrentamento de diferentes formulações teórico-políticas de

¹ Este capítulo é uma versão adaptada do artigo “As origens da controvérsia da revolução brasileira: um debate entre Octavio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio Xavier”, publicado no no 51 da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política.

intelectuais orgânicos da classe trabalhadora brasileira que tinham como propósito intervir politicamente no aqui e agora. Esse enfrentamento se dá nos últimos anos da Primeira República (1889-1930), sob influência do impulso à organização política da classe trabalhadora fornecido pela Revolução Russa e da crise econômica e política do regime republicano dominado pelas oligarquias cafeeiras. No decurso desses acontecimentos históricos, transcorre o debate entre Octávio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio Xavier, autores que procuraram compreender o sentido do processo histórico brasileiro para transformar o presente em um sentido socialista, itinerário teórico que culmina na elaboração de imagens marxistas do Brasil, para usar a terminologia empregada por Coutinho (2011a; 2011b) para tratar de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes.

Para demonstrar a validade desse ponto de vista sobre a origem do marxismo brasileiro, começo apresentando a posição de Octávio Brandão (1896-1980), formulador teórico-político do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em “Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924” ([1926] 2006), sua principal obra, o autor caracteriza a burguesia brasileira como liberal e industrialista, e a oposição entre agrarismo e industrialismo como contradição básica da formação social brasileira. Paralelamente, transcorre um processo de proletarização da pequena-burguesia, consequência da política econômica que visava sustentar a renda interna dos cafeicultores a partir de sucessivas desvalorizações cambiais. A baixa permeabilidade do regime político às reivindicações da pequena-burguesia levou à sua radicalização política, algo que pode ser observado nos dois levantes tenentistas de 1922 e 1924. Desse modo, a revolução brasileira seria caracterizada por Brandão como democrática pequeno-burguesa, isto é, teria um conteúdo democrático burguês, ao mesmo tempo em que teria na pequena-burguesia sua principal força motriz.

Em seguida, trato da posição de Mario Pedrosa (1900-1981) e Lívio Xavier (1900-1988), formuladores do Grupo Comunista Lenin (GCL), grupo trotskista crítico ao posicionamento do PCB. Em “Esboço para uma análise da situação

econômica e social brasileira” ([1931] 2015), os autores inauguram a caracterização da burguesia como agrária, antiliberal e dependente, que galvaniza uma aliança com setores urbanos da burguesia com o intuito de subalternizar a classe trabalhadora urbana e rural. Ao invés de forjar sua unidade política em torno dos princípios liberais em uma luta contra o feudalismo, a burguesia brasileira forja sua unidade no combate à classe trabalhadora, lançando mão de uma ideologia fundamentalmente conservadora. Conseqüentemente, a revolução brasileira seria caracterizada como uma revolução socialista, tendo na classe trabalhadora sua principal força motriz.

Concluo minha argumentação com algumas considerações sobre a controvérsia que corroboram com a hipótese defendida sobre seu estudo como ponto de partida materialista para narrar a história do marxismo brasileiro. Para além disso, aponto relações entre esse debate fundacional do marxismo brasileiro e as formulações teóricas posteriores no campo das interpretações marxistas do Brasil.

A imagem do Brasil de Octávio Brandão

Resultado do esgotamento do ciclo de greves ocorrido entre 1917-1921², o PCB seria fundado, em 1922, a partir de uma cisão entre ‘bolchevistas’ e ‘anarquistas puros’ no movimento sindical. Sem ter qualquer tradição marxista ou socialista previamente estabelecida³, e muito menos uma cultura política burguesa pujante, com as quais dialogar, os militantes anarquistas emularam os métodos organizativos bolcheviques, sob influência da Revolução Russa (Antunes, 1995,

² Ocorre entre 1917 e 1921 o segundo ciclo de greves da Primeira República. Segundo Mattos (2009, p. 53), ocorreram no Rio de Janeiro: 1917 – 13 greves; 1918 – 29; 1919 – 26; 1920 – 26; 1921 – 4. Nota-se que o desaquecimento das greves coincide com as análises do IV Congresso da IC sobre a perda de força da revolução mundial; ou seja, o PCB já emerge em um momento de afluxo do movimento operário e de virada de IC para a linha de frente única.

³ Existiram tentativas de organizar um movimento sindical socialista no Brasil ainda no final do século XIX e nas primeiras décadas dos anos 1900. Mattos (2009, p. 46) atribui a má fortuna dos socialistas à sua ênfase na luta política em detrimento da luta sindical.

p. 27). Os comunistas viam a necessidade da organização política e eleitoral da classe trabalhadora, mas, ao mesmo tempo, pela origem sindical da maioria dos seus quadros, viam nestas organizações o local ideal para aglutinar trabalhadores e formar uma vanguarda revolucionária (Mattos, 2009, p. 50).

Esses militantes e intelectuais eram formados em um caldo cultural em que Marx era apenas mais uma referência associada ecleticamente a uma miríade de outros pensadores anarquistas, como Bakunin e Kropotkin, ou positivistas, como Comte e Spencer (Aricó, 1987, p. 422; Batalha, 2014, p. 12). O positivismo era influente nesses meios como ferramenta de análise do cenário histórico, econômico, político e nacional, e assume, paradoxalmente, nessa configuração, papel de visão de mundo progressista⁴, em um contexto de predomínio do pensamento conservador (Zaidan, 1985, p. 19-20).

Octávio Brandão encarna a trajetória típica de seus pares, pioneiros na construção do movimento comunista brasileiro (Bianchi, 2012, p. 136). Nascido em Viçosa/AL em 12 de setembro de 1896, conhecida região canavieira ao centro de Alagoas, situada nas proximidades do Quilombo dos Palmares, sua paisagem e sua gente serviram de inspiração para romances do colega de classe no primário, Graciliano Ramos (Brandão, 1978, p. 58). O realismo de sua trajetória poderia facilmente pertencer aos romances de Graciliano, e sua chegada ao marxismo e ao comunismo traz as marcas de uma visão de mundo fundada teoricamente no positivismo e politicamente no anarquismo.

Farmacêutico de formação, Brandão estudou em Recife entre 1912 e 1914, época em que o ambiente político-intelectual da cidade passava por uma renovação cultural com a assimilação do positivismo (Zaidan, 1985, p. 33). Em Recife travaria seu primeiro contato com o positivismo e o materialismo evolucionista, que logo aplicou aos problemas da realidade brasileira, como no

⁴ Os exemplos da relação entre marxismo e positivismo vão muito além das formulações de Brandão. Por exemplo, Leônidas de Rezende, autor de “A formação do capital e seu desenvolvimento” ([1932] 2011), e Edgardo de Castro Rebello, autor de “Mauá e outros estudos” ([1931] 1975), ambos professores da Faculdade Nacional de Direito influentes na formação de Mario Pedrosa e Lívio Xavier, eram adeptos de uma interpretação positivista do marxismo.

artigo “Aspectos Pernambucanos nos Fins do Século XVI”. Transparece no texto a assimilação de Buchner, Haeckel, Humboldt e Darwin, empregados para “descrever as paisagens naturais e as condições históricas, econômicas e sociais de Pernambuco na época” (Brandão, 1978, p. 75).

Brandão se interessa simultaneamente pelas ciências naturais e históricas, vistas como tratando de formas de ser qualitativamente semelhantes, articuladas em uma evolução contínua. Em seu primeiro trabalho de fôlego, “Canais e Lagoas” ([1919] 2001), o autor descreve a terra e a gente das lagoas de Manguaba e do Mundaú, em Maceió. Inspirado em Euclides da Cunha, o livro marca a maturação da visão de mundo de sua juventude, abarcando em um mesmo referencial teórico a terra e a gente das lagoas, e tratando de aspectos geológicos, botânicos, antropológicos e sociais em 12 ciclos evolucionários (Lacerda, 2015, p. 15).

Desta pesquisa, Brandão realizou duas palestras em 1917 em Maceió, nas quais expunha os processos geológicos que haviam produzido as Lagoas do Mundaú e de Manguaba. Tais processos indicavam que os sedimentos acumulados nas lagoas e em seus canais de ligação com o mar eram indícios da possibilidade de descoberta de petróleo comercializável. Sua explicação científica para a formação das lagoas, calcada na geologia, desagradou profundamente a Igreja Católica, extremamente influente no meio social local, ao passo que seu posicionamento político nacional-popular desagradou profundamente as elites locais, alinhadas com o imperialismo⁵.

Participando da luta pela redução da jornada de trabalho e por aumentos salariais com camponeses e operários de Alagoas, Brandão seria alvo de perseguição policial. A publicação de um artigo no jornal “A Semana Social” com posicionamento contrário à entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, uma guerra imperialista, levaria ao fechamento do jornal por ordem do go-

⁵ Nas palavras do autor: “Já é tempo de abrirmos os olhos para as nossas riquezas e confiarmos antes nelas, do que nos clássicos empréstimos indecentes ou nas promessas falazes dos nossos pretendidos irmãos latinos ou amigos britânicos, que afinal não passam de sanguessugas insaciáveis” (Brandão, [1919] 2001, p. 133; grifos meus).

verno federal, e agravaria esse quadro. O autor seria jurado de morte por um pistoleiro, que, caso o executasse, receberia o cargo de chefe de polícia (Moraes, 2014, p. 16-17).

Escondido em um navio, Brandão fugiria para o Rio de Janeiro em 1919, onde assume a linha de frente das lutas sindicais, escrevendo artigos na imprensa, realizando conferências para os trabalhadores, panfletando nas portas de fábrica e proferindo discursos em comícios⁶ (Del Roio, 2004, p. 119). A aproximação ao PCB seria um processo tortuoso: sua adesão estaria hipotecada à constatação de que a crise do segundo ciclo de greves resultou das debilidades organizativas do anarcossindicalismo. Era preciso uma forma organizativa capaz de enfrentar os métodos policiais empregados pela burguesia, e esta forma era o bolchevismo⁷. Ao ingressar no PCB, Brandão foi designado para as tarefas de formulação teórica, elaborando uma defesa do movimento comunista internacional e da Revolução Russa (Konder, 2009, p. 181).

Entre estas, duas contribuições se destacam. A primeira é a redação de “Rússia Proletária” (1923), obra de transição, na qual é feita uma apaixonada defesa da Revolução Russa. Publicada pelo jornal “A Voz Cosmopolita”, a obra divide-se em duas partes, a primeira tratando dos indígenas, elementos pré-históricos nos termos do autor, e a segunda dos elementos históricos. Esta última subdivide-se em quatro ciclos evolutivos: Primitivo, Medieval, Medievo-moderno e Moderno. Essa evolução culmina em uma última etapa, a Revolução Comunista, ainda por ocorrer, mas já previamente estabelecida. Com exceção

⁶ Em 1919 ocorre a primeira fundação do PCB, uma organização que seguia basicamente os moldes anarquistas e se dissolve com a disseminação de notícias sobre o verdadeiro teor do processo revolucionário russo. São da época o texto de Helio Negro e Edgard Leuenroth, “O que é o maximismo ou bolchevismo. Programa comunista” ([1919] 2017) e “Princípios e Fins” (1919), de José Oiticica. Tais textos tangenciam o problema da revolução brasileira, sem, contudo, tomar uma análise da formação histórico-social por base. Para isso, ver Bandeira et al. (1967, p. 280-284).

⁷ Sobre a perseguição política aos trabalhadores ao longo da Primeira República, ver Pinheiro (1991, cap. 5). Neste capítulo o autor destrincha os métodos policiais de repressão à classe trabalhadora, destacando a deportação e o desterro para campos de concentração, como o de Clevelândia, no Oiapoque. Os trabalhadores muitas vezes eram presos por vadiagem, ou escolhidos a esmo, entre os desafetos pessoais das autoridades policiais. As condições de transporte até o campo, assim como as condições desumanas de vida testemunhadas, faziam com que, na prática, o desterro fosse uma sentença de morte.

do último, a ditadura do proletariado, todos os demais ciclos possuem uma divisão entre classes exploradoras e classes exploradas, que, na perspectiva do autor, são contradições moventes da evolução histórica brasileira. São avanços em “Rússia Proletária” a introdução dos conceitos de classe social e imperialismo, que passam a dividir espaço com os conceitos de povo e nação. Contudo, permanecem a aplicação dos ciclos evolutivos e a visão monista da realidade histórico-social, trazendo embrionariamente a interpretação apresentada em “Agrarismo e Industrialismo”.

Outra contribuição importante associada à atuação de Brandão é a primeira tradução integral de “O manifesto comunista”, publicada em 1924 no jornal “A voz cosmopolita”. O trabalho de difusão do marxismo realizado por Brandão raramente é lembrado como um aspecto importante do seu trabalho. Mesmo Konder, pouco simpático ao marxista alagoano, reconhece que: “Ao que tudo indica, nenhum outro marxista brasileiro, naquele momento, dispunha de uma bagagem de conhecimento comparável à Brandão” (Konder, 2009, p. 182). Algumas das escassas leituras, disponíveis apenas em língua estrangeira, eram: “Miséria da filosofia”, “O Anti-Dühring”, “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”, “As lutas de classe na França”, e o resumo de “O capital” de Carlos Cafiero.

Por último, vale destacar a influência decisiva de Lenin na adesão de Brandão ao marxismo, através de textos como “O Estado e a revolução e Imperialismo, estágio superior do capitalismo”. Tal influência transpareceria inclusive no título de “Agrarismo e Industrialismo”, que antes mesmo do termo marxismo-leninismo ser usado, já se pretendia um ensaio marxista-leninista de interpretação histórica⁸. Perseguido pela polícia política no estado de sítio de Arthur Bernardes,

⁸ Os comentadores divergem sobre o primeiro uso da expressão marxismo-leninismo. Enquanto Moraes (2007, p. 41-43) afirma que Deborin empregou pela primeira vez a expressão em março de 1928, e que Stalin só a utilizou em 1930, Bianchi (2012, p. 138) diverge, afirmando que a expressão foi utilizada por Zinoviev, em 1927, nas teses sobre a revolução chinesa, e Stalin só a empregaria em 1928. O que interessa aqui é que todas as datas são posteriores à “Agrarismo e Industrialismo”, endossando o uso ‘pioneiro’ do termo por Brandão.

escondido na casa de um camarada⁹, Brandão acompanhava atentamente o levante tenentista de 1924, que começaria localmente, assim como o levante dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, para então ganhar magnitude nacional, originando a Coluna Prestes.

Uma análise marxista-leninista da formação social brasileira

Impactado pelo levante tenentista que desencadearia a Coluna Prestes, Brandão iniciou a redação daquilo que viria a se tornar o primeiro ensaio marxista de interpretação da realidade nacional. Seu objetivo era compreender o significado das revoltas tenentistas de uma mirada totalizante, para isto recorrendo ao referencial teórico ‘marxista-leninista’. A influência do movimento dos tenentes transparece em seus primeiros parágrafos: “Enquanto a batalha se prolonga pelo interior, através de guerrilhas, procuraremos fazer a análise dessas lutas sob o ponto de vista do marxismo-leninismo” (Brandão, [1926] 2006, p. 25).

Mas “Agrarismo e Industrialismo” não se limita à análise teórica do objeto, trazendo também uma convocatória à ação da classe trabalhadora nos acontecimentos políticos que sucediam, de modo que o texto oscila entre um ensaio de interpretação histórica e um panfleto de agitação política. Seu estilo é direto, procurando com isso atingir seu público-alvo, as massas trabalhadoras e a pequena burguesia urbana, mas “nem por isso deixava de ser confuso, disperso e pretensioso” (Bianchi, 2012, p. 139), pecando na forma de apresentação, na disposição e no desenvolvimento do argumento.

⁹ “Na clandestinidade, Octavio Brandão, a 28 de julho de 1924, se encontrava na casa do jornalista Rodolfo Mota Lima, quando chegaram ao Rio as notícias de que as tropas de Isidoro tinham evacuado São Paulo. Rodolfo Mota Lima entra pela casa completamente desesperado pela notícia da derrota. Brandão acabara de ler uma tradução francesa de Imperialismo, estágio superior do capitalismo; sentado ao fundo da sala de jantar, começou a redigir um estudo a respeito da revolta de 1924, conforme a interpretação marxista.” (Dulles, 1977, p. 222)

Isso tem relação com a forma como foi redigido. A primeira parte da obra, que contém seus elementos fundamentais, foi terminada em agosto de 1924, e serviu como base para a formulação das teses do II Congresso do PCB¹⁰, em 1925. As duas últimas partes, que complementam a discussão anterior, foram escritas, respectivamente, em 1925 e 1926. A ausência de uma exposição clara de suas teses e a construção da argumentação por enumeração, levantando fatos e dados aparentemente sem nenhuma conexão interna para dar volume ao argumento, obscurecem muitos pontos da obra, obstaculizando uma compreensão adequada das formulações do autor.

O método marxista-leninista empregado por Brandão foi duramente criticado. Aristides Lobo, ao comentar “Agrarismo e Industrialismo” no jornal da Liga Comunista Brasileira (LCB), considera que a obra teria sido “a tentativa mais séria, mais meticulosa e mesmo mais heroica” (Lobo, [1931] 2015, p. 75) de tratar da situação brasileira até então, mas, ao mesmo tempo “a mais antimarxista e desastrosa [...] um bazar de monstruosidades teóricas” (Lobo, [1931] 2015, p. 76). Entre seus comentadores, Konder (2009, p. 183) insiste no mecanicismo do pensamento do autor, que compreende a dialética de Marx como o emprego da tríade tese-antítese-síntese para a explicação do desenvolvimento histórico, tendo um entendimento da dialética que mais se aproxima de Aristóteles do que de Marx. Outros, como Moraes (2006, p. 15), consideram injusto punir Brandão por esses equívocos, dadas as condições de sua reflexão, destacando o tratamento acertado de Brandão das questões especificamente histórico-concretas. Mesmo Konder é forçado a assumir, aparentemente à contragosto, que, nesses momentos, o autor faz “algumas observações empíricas não desprovidas de interesse a respeito da sociedade brasileira” (Konder, 2009, p. 184).

Embora tenha uma compreensão mecânica da dialética e uma base filosófica monista e evolucionista herdada de sua formação – o que compromete

¹⁰ Mesmo tendo servido de base para a redação das teses do II Congresso do PCB, não há qualquer menção a “Agrarismo e Industrialismo” em “A formação do PCB”, de Astrojildo Pereira. Narrando o II Congresso, o autor resume o argumento de Brandão sem citar a obra (Pereira, [2012] 1962, p. 92).

sua análise em níveis de abstração mais elevados –, indubitavelmente, Brandão avança na análise da especificidade brasileira. Isso é válido tanto para o marxismo brasileiro, que dava os primeiros passos nesse debate com a contribuição de Brandão, quanto para o pensamento social brasileiro, no qual, em geral, imperava o determinismo naturalista e o racismo do darwinismo social¹¹ (Silva, 1997, p. 44).

Brandão parte do predomínio histórico das forças agraristas, ora designadas como feudais ou semi-feudais, ora designadas como uma burguesia agrária, sendo a terminologia empregada oscilante ao longo do texto e das edições da obra. Tais forças se consolidariam através do tripé: Igreja Católica, exército e Estado. Externamente, se associariam ao imperialismo britânico, primeiro, por intermédio de Portugal, e, depois, passando à dominação direta britânica. Ao longo do Império e da República o domínio britânico seria estabelecido pelo endividamento do Estado com a Banca inglesa, tornando o Brasil uma colônia dos capitais ingleses. Os empréstimos, as finanças e concessões eram dominados pelos Rothschild, aliados dos agrários, que, em troca de seu apoio, lhes davam cargos de diretoria nessas companhias. Além disto, politicamente, tratavam de impor a agenda britânica de desenvolvimento para o Brasil, naqueles anos, sintetizada no Relatório Montagu¹².

Para Brandão, dominado pelo “agrarismo econômico [...] o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, consequência direta daquele” (Brandão, [1926] 2006, p. 36). O agrarismo político é a dominação política dos grandes proprietários, que tomam o Estado como uma ferramenta “empregada em

¹¹ Leandro Konder afirma que: “Até preconceitos raciais emergem no pensamento de Brandão. Ele lamenta que o Brasil seja prejudicado pela proliferação de ‘intermediários’. Os intermediários – explica – são ‘tipos que, geralmente, não possuem as qualidades dos extremos, tendo só defeitos de ambos’ (Konder, [1988] 2009, p. 185); Ângelo José da Silva, por outro lado, diverge: “Os estudos baseados na raça, no meio físico-geográfico etc., embora apareçam em Agrarismo e industrialismo, não compõem a tônica do trabalho. Ou seja, no mínimo afirmo que o trabalho em pauta é uma ruptura com tudo aquilo que havia sido feito até então, como tentativa de interpretação da sociedade brasileira” (Silva, 1997, p. 44).

¹² Missão econômica inglesa (1923-1924) enviada pelos Rothschild, e dirigida por Lord Montagu, para avaliar as condições financeiras do Brasil e as garantias ao capital estrangeiro, visando concretizar a rolagem da dívida externa.

proveito egoísta, individual, com o fim de multiplicar seus lucros, embora o estado e povo sejam sacrificados” (Brandão, [1926] 2006, p. 28). Todas as decisões políticas do Estado eram voltadas para o interesse da burguesia agrária: o endividamento externo para financiar a política da valorização do café, o emprego das desvalorizações cambiais como mecanismo de sustentação da renda dos cafeicultores e a ausência de tributos que incidissem sobre a propriedade fundiária.

A Primeira Guerra Mundial abalaria o domínio britânico, colocando a luta pela supremacia no mercado brasileiro, que lança as burguesias inglesa e norte-americana em uma guerra mortal. De acordo com a periodização proposta pelo autor:

Desenha-se, pois, uma luta mortal, com fluxos e refluxos, entre os dois grandes imperialismos: 1822-1891 supremacia da Inglaterra, 1914-1922 supremacia dos Estados Unidos, 1923-1924 rivalidade imperialista anglo-americana, pendendo a balança para o lado da Inglaterra. (Brandão, [1926] 2006, p. 94)

Associada ao imperialismo estadunidense, uma burguesia industrial urbana politicamente liberal e industrialista. Até então sufocadas pela hegemonia agrarista, estas forças disputam os rumos do Estado e da definição de política econômica, até então pautada pelos cafeicultores. Contudo, para Brandão, a virada da rivalidade imperialista para o lado britânico no plano externo e a resistência das forças agrárias no plano interno com o governo de Arthur Bernardes contribuíram para sua desorganização política.

Segundo Brandão: “Há uma numerosa pequena-burguesia – rural, comercial, industrial, burocrática – procurando sempre conciliar: nos campos, o interesse dos colonos-servos com os fazendeiros; nas cidades os interesses dos operários com o dos grandes burgueses industriais” (Brandão, [1926] 2006, p. 33). Nos campos e nas cidades, a pequena-burguesia demanda a melhoria de sua situação econômica e maior participação política. No primeiro plano, há o

processo de proletarização desta fração de classe, como resultado das sucessivas desvalorizações cambiais para garantir a renda de exportação dos cafeicultores, o que nos marcos de uma economia agrário-exportadora, com alto coeficiente de importação, provoca uma elevação do custo de vida. Essas condições agravaram também problemas como a falta de infraestrutura urbana, saneamento básico e o déficit habitacional¹³.

No plano político, há “[a] desilusão da pequena-burguesia, de obter melhorias pelos canais competentes; isto é, pela via legal, jurídica, pacifista, reformista” (Brandão, [1926] 2006, p. 26), apontando para baixa permeabilidade do sistema político democrático às demandas dos diversos setores sociais e a impossibilidade de conciliação. Nas palavras do autor: “Desagrega-se a pequena-burguesia. Economicamente rolando para a miséria. Politicamente, hesitando entre o proletariado e a grande burguesia” (Brandão, [1926] 2006, p. 143). Esse fator explicaria a gradual radicalização política desta fração, algo atestado pelos levantes tenentistas de 1922 e 1924, o primeiro deles local, e o segundo de magnitude nacional, que levou à formação da Coluna Prestes.

O incipiente desenvolvimento industrial origina um proletariado urbano numericamente reduzido, que, de acordo com Brandão, procurará se organizar politicamente. A parte final do livro apresenta uma história do proletariado brasileiro dividida em três partes:

1a, A história da escravidão dos índios e dos negros. 2a, A história da servidão do trabalhador rural (na primeira edição: proletário rural). 3a, a história do salariado (proletariado). (Brandão, [1926] 2006, p. 113)

A tarefa dos intelectuais revolucionários nesse campo seria tratar da segunda e da terceira etapas, na medida em que os historiadores burgueses “tem-se

¹³ Mattos (2009, p. 43) apresenta uma tabela que aponta para um descolamento do índice de salários e de custo de vida após 1917, tomando 1914 por ano base. O índice se desloca de 128, em 1917, para 167, em 1921. O autor conclui: “Trabalhava-se muito, ganhava-se pouco e pagava-se caro para viver mal. As descrições dos locais de moradia dos trabalhadores no início do século conduzem-nos a realidades miseráveis, insalubres e superpovoadas” (Mattos, 2009, p. 43).

ocupado da primeira parte, embora atenuando as cores”¹⁴ (Brandão, [1926] 2006, p. 113). Nos termos do autor, a luta do trabalhador rural e de sua servidão seria ainda uma página obscura à espera de um historiador. Já a história do proletariado industrial, abordada por Brandão, tem seu início nas greves ocorridas após 1889, com a chegada dos imigrantes europeus, trazendo a semente anarquista.

Esse processo organizativo atinge seu ápice com as greves operárias de 1917-1919, contexto em que se dá o esgotamento do movimento anarquista e a primeira fundação do PCB. Nos anos seguintes teria lugar uma disputa ideológica entre comunistas e anarquistas, permitindo compreender que: “Eram necessários uma nova ideia e um novo método. Assim, a 7 de novembro de 1921, quarto aniversário da revolução russa, doze camaradas lançaram as bases do Partido Comunista do Brasil, fundado em março de 1922” (Brandão, [1926] 2006, p. 116).

Ao longo dos anos 1920, juntamente ao processo de organização política do proletariado, ocorreria o fortalecimento do PCB no movimento sindical, soldando um vínculo entre o partido e a classe trabalhadora. O autor narra esta evolução ao longo de sete ciclos evolutivos que se desenrolam em uma dialética mecânica.

Em suma, na perspectiva do autor ocorreria um embate fundamental entre, de um lado, as forças agrárias conservadoras, associadas ao imperialismo britânico, e, de outro, as forças progressistas que comporiam um bloco encabeçado pela burguesia industrial, pequena-burguesia, proletariado e trabalhadores rurais, associados ao imperialismo estadunidense. Esta ordem agrária teria como elemento central de sua desagregação o movimento insurrecional tenentista e a radicalização política da pequena-burguesia, diante da desorganização e

¹⁴ Ainda a este respeito: “Criemos uma tradição revolucionária, escrevendo a história das lutas proletárias no Brasil, a história dos militantes e mártires, das vitórias e derrotas, das ideias e sentimentos da massa e da vanguarda e, principalmente, extraindo as devidas lições táticas. Estudemos a fundo o Brasil em seus mil aspectos – econômico, político, moral e mental, histórico e etnográfico, físico e social – porque é no Brasil que temos de realizar a obra do leninismo” (Brandão, [1926] 2006, p. 130).

debilidade econômica e política da burguesia industrial. Apesar das debilidades organizativas, o proletariado deveria tomar partido nas revoltas pequeno-burguesas em curso, tanto na segunda revolta tenentista (nos anos de redação do livro, ainda em aberto), quanto na organização de uma terceira revolta, caso esta porventura viesse a ocorrer.

A estratégia democrática pequeno-burguesa para a revolução brasileira

Como sua ‘imagem do Brasil’ articula o trânsito histórico da formação social, na análise da formação social de Brandão já se encontram os contornos da análise da revolução: seu conteúdo democrático-burguês antifeudal e anti-imperialista, a caracterização da burguesia industrial como politicamente liberal e a radicalização política da pequena-burguesia como força motriz da disrupção da ordem social agrarista. O proletariado deveria inserir-se nesse processo e pautá-lo, sobretudo através da radicalização da pequena-burguesia, que tornaria o conteúdo do processo socialista. A revolução democrática pequeno-burguesa aparece não como etapa necessária ao processo revolucionário, previamente enquadrado em um esquema abstrato, mas como sua antessala, retirando entraves às lutas de classes nos marcos de uma formação econômico social concreta¹⁵ (Bianchi, 2012, p. 129-130).

Ainda na parte final de “Agrarismo e Industrialismo”, cuja redação foi concluída em 1926, Brandão considera que a possibilidade de uma revolução proletária está hipotecada à realização de um terceiro levante tenentista. Nos moldes da tríade tese-antítese-síntese o autor atribui a tese o primeiro levante tenentista, ainda local, o segundo levante, já nacional, seria sua antítese, e uma terceira revolta, protagonizada pelo proletariado, seria sua síntese. Desta análise o autor deduz algumas diretrizes táticas:

¹⁵ Afasta-se assim qualquer possibilidade de inclusão de Brandão naquilo que Caio Prado Jr. ([1966] 2014, p. 39) designou como “esquema consagrado de uma revolução democrático-burguesa”, se distanciando “das teses a respeito da história latino-americana que começavam a ser esboçadas pela internacional” (Bianchi, 2012, p. 139).

Lutemos por impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente no sentido marxista-leninista, prolongando-a o mais possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal. Empurremos a revolução da burguesia industrial – [...] – aos seus últimos limites, a fim de, transposta a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta da revolução proletária comunista. (Brandão, [1926] 2006, p. 133)

Além de “Agrarismo e Industrialismo”, Brandão aborda o tema para o III Congresso do PCB (1928/1929). Em “O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa” ([1928] 1985), publicado no número 8 da revista “Autocrítica”, órgão de discussão para o III Congresso do PCB, a caracterização da revolução alinhavada em “Agrarismo e Industrialismo” é aprofundada. Nesse texto, além de detalhar a caracterização do conteúdo e das tarefas da revolução, reafirma-se a concepção de revolução permanente, através do encadeamento da etapa pequeno-burguesa ao seu desfecho socialista.

Brandão separa inicialmente dois complexos complementares de problemas: “1º) O problema da revolução democrática pequeno-burguesa desencadeando-se em um país semicolonial na atual fase do capitalismo imperialista; 2º) o problema da revolução proletária nesse mesmo país” (Brandão, [1928] 1985, p. 121). Uma revolução proletária vitoriosa no Brasil seguiria a via pequeno-burguesa, desencadeada por uma terceira revolta tenentista:

[...] a revolução proletária parece-nos ser a consequência natural de uma democrática pequeno-burguesa, nascida de uma terceira revolta, agravada por uma crise cafeeira [...] e radicalizada pelo combate ao imperialismo e, principalmente, pela ação das massas urbanas e rurais, armadas. (Brandão, [1928] 1985, p. 122)

Para o autor é fundamental a inserção do proletariado nesse processo. O proletariado deveria se preparar desde já para a terceira revolta, conseguindo

assim atuar de modo politicamente independente ao longo do processo, sem ir a reboque do movimento da pequena-burguesia:

Por conseguinte, o problema atual é o da atitude do proletariado e do seu partido diante da revolução democrática pequeno-burguesa, prelúdio fugaz da revolução proletária, se o proletariado e o seu partido se prepararem de fato, orgânica e ideologicamente, com a devida antecedência, isto é, desde já. (Brandão, [1928] 1985, p. 122-123, grifos originais do autor)

Mas, para que o proletariado desfrutasse de potencial de ação autônoma, era preciso elaborar uma política de alianças consequente com tal objetivo estratégico. Lenin é influente nesta formulação, na medida em que a política de alianças foi fundamental no processo revolucionário russo. De acordo com o autor:

[...] nenhuma dúvida é possível: segundo as próprias palavras de Lênine num de seus livros fundamentais de tática, o proletariado industrial e o seu partido têm de procurar aliados não somente no período posterior a revolução proletária, como igualmente no período anterior (é o nosso caso). Não importa que sejam aliados hesitantes, pouco seguros. Temos de procurá-los: eis um de nossos problemas fundamentais. (Brandão, [1928] 1985, p. 124)

O autor considera então a necessidade de estabelecer alianças com a burguesia industrial liberal e a pequena burguesia radicalizada, com o intuito de formar um bloco antiagrarista para tomar o Estado agrário. A formação de uma frente única com as forças inimigas do Estado agrário vem acompanhada de uma série de diretrizes táticas que prezam pela ação paralela do proletariado na elaboração de formas independentes de organização e atuação. A tarefa do proletariado seria transformar a revolução pequeno-burguesa em proletária:

[...] o melhor modo de trabalharmos pela revolução proletária é procurarmos os meios de transformar a revolução democrática pequeno-burguesa em revolução proletária. [...] Um dos nossos trabalhos fundamentais deve

consistir em lutar para que a revolução democrática pequeno-burguesa seja colocada num plano inclinado que a faça rolar no sentido da profundidade da revolução operária. (Brandão, [1928] 1985, p. 131)

Apesar de apresentar um fundamento concreto para identificar as especificidades do caso brasileiro, a formulação de Brandão seria rechaçada pela III IC após a derrota do levante de Xangai¹⁶, e da realização do seu VI Congresso, com a adoção da linha ‘classe contra classe’ em detrimento da estratégia de frente única. Com a intervenção do Secretariado Sul-Americano (SSA), a IC pela primeira vez impunha suas diretrizes de interpretação histórica ao PCB. Rompia-se a ‘negligência salutar’ da IC com o PCB, que permitiu o desenvolvimento de uma interpretação evidentemente limitada, mas que tinha familiaridade com as especificidades nacionais, para substituí-la por uma teoria tão ou mais limitada, e completamente alheia às especificidades histórico-concretas¹⁷ (Antunes, 1995, p. 30-31; Zaidan, 1985, p. 50).

Através da intervenção do SSA no Brasil, Brandão e outros integrantes da Comissão Central Executiva (CCE), como Astrojildo Pereira, foram afastados após o III Congresso do PCB em 1928/1929 acusados de menchevismo, isso é, acusados de fazer alianças com a pequena-burguesia, o que equivalia à época a acusação de traidor. Com o afastamento, Brandão seria apagado da história e da memória do partido. Suas formulações sobre a particularidade de realidade nacional seriam ignoradas, divorciando-a da análise dos comunistas. Exilado na União Soviética em 1930, Brandão permaneceria isolado mesmo após retornar ao Brasil, vivendo como um exilado dentro do seu próprio país. O autor se afasta definitivamente do PCB em 1957. Falecendo em 1980, tais

¹⁶ A derrota do levante de Xangai, em 1927, culminou no massacre dos comunistas por ordem de Chiang Kai-shek, principal liderança do Kuomintang. Esse evento marcaria a ruptura definitiva do Kuomintang com o Partido Comunista Chinês (PCC).

¹⁷ Lobo declara que: “Condenado o ‘Agrarismo e Industrialismo’ como desvio menchevista, nem por isso se tratou de fazer coisa melhor. Apenas um outro documento, reeditando velhos erros oportunistas, tem surgido para tornar ainda mais confusa a situação, para obscurecer ainda mais o espírito da classe operária e da massa do partido” (Lobo, [1931] 2015, p. 76).

anos marcariam a retomada do estudo da obra de Brandão e o início de sua reabilitação intelectual¹⁸.

A imagem do Brasil de Mario Pedrosa e Lívio Xavier

Em 1930, com a fundação do Grupo Comunista Lenin (GCL), o PCB assistiria ao surgimento da primeira dissidência formada a partir de seus quadros, para atuar no mesmo campo político (Karepovs et al., 2014, p. 237). A história de sua fundação vem sendo narrada de maneira anedótica através da doença de Mario Pedrosa, que o teria feito permanecer em Paris, em 1927, quando estava a caminho da Escola Leninista, em Moscou. Em sua estadia, Pedrosa teria travado contato com integrantes do Partido Comunista Francês (PCF) próximos a Trotsky, tomando partido em sua ruptura com a IC em 1928 – após o VI Congresso – e fundando uma organização política sem qualquer base social ou partidária, por via epistolar, a partir de uma carta endereçada a Lívio Xavier no Brasil.

Mesmo sendo um elemento importante na formação do GCL, a carta de Mario Pedrosa para Lívio Xavier integra uma trama mais complexa de acontecimentos, engendrada por três tipos de divergências no PCB: i) divergências políticas sobre a estratégia para a revolução brasileira; ii) divergências sobre a política de unidade sindical; iii) divergências sobre a presença de intelectuais no partido, resultado da bolchevização e do fortalecimento de uma cultura política obreirista¹⁹.

¹⁸ Nos anos 1980, com a emergência da classe trabalhadora como um ator político relevante no processo de redemocratização, se coloca como questão a história da classe trabalhadora brasileira e seu papel político na história do país. No bojo desse processo surgem diversos estudos sobre o movimento operário da Primeira República e sobre a classe trabalhadora brasileira. Sobre isso, ver Costa (2014, p. 135-138) e Moraes (2006, p.17-18).

¹⁹ O obreirismo é uma corrente presente em partidos de esquerda, especialmente em partidos comunistas, que defende que somente os quadros que têm origem proletária podem dirigir a luta pela transformação da sociedade.

As divergências políticas sobre o programa do PCB teriam início ainda antes do III Congresso do partido, em uma reunião da CCE, em 1927, na qual seria deliberada a aliança com Prestes e o tenentismo. Fazendo um balanço das políticas postas em prática até então pelo PCB, a CCE constatou que estas teriam sido demasiadamente sectárias, defendendo a aproximação com o tenentismo. Joaquim Barbosa e Rodolpho Coutinho, membros da comissão, alegaram “que unir-se à Coluna Prestes, um ‘movimento pequeno-burguês’ seria o mesmo que trair o proletariado e ‘todos os ensinamentos de Marx e Engels’” (Dulles, 1977, p. 282). Enquanto Barbosa se absteve da votação, Coutinho foi o único membro que votaria contra a aliança com Prestes, motivo de seu afastamento do PCB.

Quanto à política sindical, a polêmica estava relacionada à atuação do PCB nos sindicatos. A principal queixa também vinha de Barbosa, que, à frente da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro, constatou que o PCB insistia em completa submissão do sindicato ao partido para a obtenção de resultados eleitorais do Bloco Operário e Camponês (BOC), em 1928, instrumentalizando os sindicatos para essa finalidade. Barbosa considerava que: “os líderes do partido desvirtuavam a ação sindical, convertendo-a em instrumento político” (Dulles, 1977, p. 286). Além disso, eram postas críticas à política de unidade sindical dos comunistas, que, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que apregoava a unidade no movimento sindical, combatia ferrenhamente os sindicatos “amarelos”, ou reformistas (Zaidan, 1985, p. 116-117). Essa divergência levaria Barbosa, e a célula 4R por ele liderada, composta por cerca de quarenta trabalhadores, na maioria alfaiates, a deixarem o PCB.

Dulles afirma que, na ocasião desta cisão do PCB, “um grupo de intelectuais sem nenhum contato direto com as massas rompeu com a liderança do PCB por motivos diferentes” (Dulles, 1977, p. 286-287), enfatizando a ausência de um contato direto do grupo com o movimento de massas; mas, por outro lado, a coincidência destas cisões, “reconhecidas por alguns historiadores a antessala da oposição” (Karepovs et al., 2014, p. 239), aponta para a existência de alguma relação entre esses intelectuais e o movimento.

Por último, destaca-se o clima hostil aos intelectuais instaurado no PCB após o processo de bolchevização, em 1928/29. Segundo Dulles: “De acordo com Rachel de Queiroz, no Rio de Janeiro, um intelectual, que desejasse ingressar no PCB tinha de passar por mil testes para mostrar que fazia parte do proletariado” (Dulles, 1977, p. 404)²⁰. Comparado ao PCB, “[a] Liga Comunista dos trotskistas era uma enseada aprazível para os intelectuais comunistas...” (Dulles, 1977, p. 405).

Com o retorno de Pedrosa ao Brasil, Lívio Xavier e outros militantes como Rodolpho Coutinho, Aristides Lobo e Plínio Gomes Mello articulam o GCL, Liga Comunista Brasileira (LCB) a partir de 1931, uma fração ‘bolchevista-leninista’ na disputa pela direção política do PCB, ala da Oposição de Esquerda Internacional (OEI) no partido. Essa postura seria abandonada em 1934 com a mudança na linha da OEI, levando à fundação da Liga Comunista Internacionalista (LCI), principal organização da primeira geração de trotskistas brasileiros, que se estende até 1939 (Karepovs et al., 2014, p. 237). Fico restrito ao período entre 1931/1934, em que os trotskistas buscavam fazer oposição interna no PCB, no âmbito da LCB, produzindo nessa disputa um debate marxista sobre o Brasil.

Outra contribuição da tendência seria na difusão do marxismo no Brasil, com a tradução de diversas obras para a publicação pela Editora Unitas, em São Paulo, entre as quais: “O Estado e a Revolução de Lenin”, por Aristides Lobo, e “Revolução e contra-revolução na Alemanha”, de Trotsky, por Pedrosa. De um modo geral, os integrantes do GCL possuíam um nível cultural elevado e dominavam línguas estrangeiras. Para ficar apenas nos autores tratados, Pedrosa tinha realizado o ensino médio na Suíça, era fluente em alemão e tinha estudado

²⁰ Dulles relata uma censura da direção do partido ao segundo romance da escritora, “João Miguel”. O manuscrito da obra já se encontrava nas mãos do editor quando a direção do partido pediu uma cópia. Um mês depois a escritora foi chamada à direção do PCB: “o Partido considerava a obra uma história reacionária e pequeno-burguesa. Conforme estava o partido negava-lhe o imprimátur. E, como Rachel de Queiroz não concordasse com as ideias ditadas pelo Partido, que acarretariam uma mudança na narrativa e em 30 personagens do romance, viu-se expulsa do PCB” (Dulles, 1977, p. 404-405).

teoria econômica na Alemanha, enquanto Xavier era fluente em francês (Castro, 2013, p. 5).

Nascidos no mesmo dia do ano de 1900 no Nordeste – Pedrosa em Timbaúba (PE) e Xavier em Granja (CE) –, morariam na mesma pensão e ingressaram juntos na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Nesta ocasião, teriam seu primeiro contato com o marxismo nas aulas do professor Edgardo de Castro Rebello²¹, próximo ao GCL. Consolidando uma relação de companheirismo que viria ser duradoura, ingressaram no PCB, em 1927. O interesse dos autores pelo marxismo estaria ligado, no caso do primeiro, à crítica de arte e, no segundo, à crítica literária, áreas nas quais se consagraram. Não tão coincidentemente, ambos seriam fundadores do GCL, e assumiriam a tarefa coletiva de formular uma interpretação de realidade brasileira que norteasse a prática política do grupo (Candido, 2001, p. 13; Neto, 2001, p. 86).

Esboçando uma interpretação marxista do Brasil

Tomando como base as discussões internas do GCL, Pedrosa e Xavier re-digiram “Esboço para uma análise da situação econômica e social brasileira” ([1931] 2015), publicado no número seis do jornal “A Luta de Classe”, órgão de imprensa do GCL, em outubro de 1930. O texto circulou pouco devido à apreensão da tiragem durante o movimento armado de 1930. Foi redescoberto em uma nota de rodapé de “A Opção Brasileira”, de Pedrosa, que indicava a publicação do texto em *La Lutte de Classes*, órgão da oposição comunista francesa, de fevereiro/março de 1931, de onde foi retraduzido para o português e publicado no Brasil nos anos 1980. Segundo Abramo, o esboço “constituiu,

²¹ Edgardo de Castro Rebello (1884-1970) foi professor da FND desde 1914, passando para catedrático de direito comercial em 1931. Adere ao marxismo no final dos anos 1920, formando na faculdade o primeiro grupo de intelectuais marxistas em uma universidade ainda nos anos 1930, juntamente com Hermes Lima e Leônidas de Rezende. Sua principal obra é a coletânea “Mauá e Outros Estudos” (1975). É característico do grupo a assimilação do marxismo juntamente ao positivismo de Auguste Comte, procurando conciliar o marxismo com o evolucionismo – de maneira inclusive bastante similar a Brandão.

durante boa parte dos anos 1930, base para a direção internacional do movimento trotskista em suas discussões sobre o Brasil” (Abramo, 2015, p. 14).

A despeito de apenas quinze páginas, o ‘esboço’ revela grande precisão teórica no tratamento da formação social brasileira, avançando na análise, sobretudo se comparado ao ‘marxismo-leninismo’ dos anos 1920. Pela estrutura do argumento, cuja clareza contrasta com o estilo confuso de Brandão, percebe-se o domínio de “O Capital”, uma vantagem sobre os marxistas até então, já que o texto era inexistente em português. Os autores também têm a vantagem de se debruçar sobre a desintegração da Primeira República em sua ruptura, certamente um ponto de observação privilegiado.

O ponto de partida do esboço são os capítulos 24 e 25 de “O Capital”, em que Marx apresenta respectivamente a acumulação primitiva de capital e a teoria da colonização sistemática²². Segundo Pedrosa e Xavier, o capitalismo foi exportado das metrópoles para o Novo Mundo, e nas colônias o excesso de terra foi convertido em propriedade privada e meio individual de produção – como consequência, a transição é uma simples mudança de forma. O Brasil colonial é uma vasta exploração agrícola, caracterizada pela presença do latifúndium, do trabalho escravo, e da “produção dirigida pelos senhores da terra com sua clientela, burguesia urbana e uma pequena parcela de trabalhadores livres, tanto nas cidades como nos campos” (Pedrosa & Xavier, [1931] 2015, p. 64). Outro ponto destacado pelos autores é a inexistência de um campesinato no sentido estrito do termo, fundamentando o argumento na inexistência de terras livres no Brasil, de modo que aqui não conhecemos a figura do colono livre. Portanto, a produção agrícola colonial já era voltada para o mercado mundial, e as raízes da burguesia são agrárias, antiliberais e autoritárias.

O Estado é dotado de esquematismo de classe, calcado nas elites locais, que ascendem nos vários ciclos: cana de açúcar, ouro etc. Com o surgimen-

²² Em apenas uma passagem os autores caracterizam a economia colonial como uma forma peculiar de feudalismo, no qual “todos vinham explorar a força de trabalho do indígena adaptado e do negro importado” (Pedrosa & Xavier, [1931] 2015, p. 64).

to da cultura cafeeira, tem início a transição para o capitalismo, e, com isso, a facção paulista da burguesia impôs a forma política republicana às diversas oligarquias locais. Tal imposição objetivava “operar, sem choques muito graves, o desenvolvimento capitalista nas antigas províncias unidas por liames puramente políticos, mas em compensação, separadas por uma diversidade quase sem igual de possibilidades econômicas” (Pedrosa & Xavier, [1931] 2015, p. 65-66). A centralização política seria um pré-requisito e um estímulo para o desenvolvimento da cultura cafeeira, um desenvolvimento tipicamente capitalista.

Esse desenvolvimento tomava por base a estrutura produtiva colonial, usufruindo de todas as condições por ela reunidas: “terras virgens, ausência de rendas fundiárias, possibilidade maior de especialização na produção, numa palavra, possibilidades de monocultura” (Pedrosa & Xavier, [1931] 2015, p. 66). O desenvolvimento do comércio, do sistema de dívida hipotecária e de crédito consolida uma base capitalista nacional. O problema da força de trabalho assalariada necessária para operacionalizar a valorização do capital cafeeiro é resolvido pelas classes dominantes através da imigração em massa de trabalhadores europeus.

O florescimento da cultura cafeeira transforma as bases produtivas mais retardatárias, subordinando-as formal e realmente ao capitalismo, e promovendo o desenvolvimento desigual das diferentes regiões, que tenciona a forma política federativa. Isso também aprofunda as relações do Brasil com o imperialismo, integrando-o cada vez mais à economia mundial, entrando na esfera de atração do imperialismo. Com a Primeira Guerra Mundial, o crescimento industrial acentua-se, complicando as relações de classe a partir do governo de Epitácio Pessoa:

A política da burguesia orientava-se, até então, no sentido da manutenção do monopólio da produção cafeeira no mercado mundial. Com o surto da indústria e maior penetração capitalista, o problema principal complicou-se com o problema da criação de mercados internos. [...] Para o desenvolvimento dos mercados internos todos os meios são bons e um

governo forte centralizado é condição essencial. (Pedrosa & Xavier, [1931] 2015, p. 68)

A necessidade de constituir mercados internos e fortalecer sua base capitalista nacional coloca como condição para o desenvolvimento industrial a atuação do Estado. Assim, era preciso um Estado cada vez mais forte e centralizado, tencionando a própria estrutura federativa. O imperialismo, por sua vez, acelera e agrava este quadro de contradições econômicas e contradições de classe:

O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que este desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. Por esta razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. (Pedrosa & Xavier, [1931] 2015, p. 68)

Premida entre as contradições externas e internas do desenvolvimento capitalista, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era conservadora e reacionária, com ideais democráticos corruptos. Nesse contexto, “as palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, têm, para o governo, um caráter subversivo” (Pedrosa & Xavier, [1931] 2015, p. 70). Ao mesmo tempo, também não há qualquer comprometimento por parte da burguesia com a construção de uma superestrutura política liberal e progressista. Isso é algo que comparece no caráter patrimonial do Estado, construído a partir das sucessivas manobras por cima da burguesia, como também na ausência de uma sociedade civil ativa e de uma ordem democrática plenamente estabelecida.

Na medida em que o Estado é constituído por cima, não são raros os momentos nos quais a própria continuidade da existência material da burguesia coloca como necessidade o sacrifício de seus interesses gerais de classe. Desse

modo, os autores caracterizam a burguesia brasileira como tendo raízes agrárias e uma tradição política autoritária inspirada pelo bonapartismo. Esta seria uma burguesia que “só começa a adquirir consciência de classe com o pavor da revolução social” (Pedrosa & Xavier, [1931] 2015, p. 72), já que esta não é forjada na luta contra classes dominantes reacionárias, e sim na luta contra as classes dominadas. O Estado deve ser forte o suficiente inclusive para garantir materialmente o domínio sobre os subalternos, usando a coerção se preciso. A burguesia brasileira já nasce velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos, construindo, através de sucessivas manobras por cima, um Estado fechado às demandas populares.

Observando a corrosão da ordem burguesa na Primeira República, Pedrosa e Xavier consideram duas possibilidades: ou uma centralização ainda mais forte do Estado, o que protelaria a solução das contradições entre as diferentes facções nacionais da burguesia, ou a implosão do sistema federativo e a ruptura da unidade nacional; acabam apostando na primeira opção, com a autonomização do executivo central sobre as frações regionais mediante o estabelecimento de um acordo. Pouco tempo depois a ‘revolução’ de 1930 viria dar razão à interpretação dos autores.

A revolução brasileira como revolução socialista

Com esta análise, Pedrosa e Xavier divergem da caracterização da revolução brasileira proposta pelo PCB. Tomando a acumulação primitiva de capital, a grande exploração e as raízes agrárias e autoritárias da burguesia brasileira, os autores constataam a impossibilidade de realizar uma aliança com tais segmentos, desconsiderando a possibilidade de um bloco antiagrário. A revolução brasileira tem conteúdo socialista, e coloca como tarefa a organização de um partido autônomo para o proletariado. Para tratar disto, além do “Esboço para uma análise da situação econômica e social brasileira” ([1931] 2015), analiso “Mensagem aos trabalhadores do Brasil” ([1931] 2015), texto publicado no “Boletim da Oposição”.

Partindo de uma caracterização da economia colonial brasileira como um desenvolvimento capitalista, os autores atestam as origens agrárias da burguesia brasileira, assim com sua tradição senhorial. A debilidade da base nacional do capitalismo e as pressões postas pela penetração do imperialismo bloqueiam a possibilidade de execução de um projeto liberal pela burguesia, o que colocaria em xeque sua própria existência enquanto classe. Assim, essa burguesia não possui qualquer apreço ou compromisso pelos valores democráticos, assumindo uma postura contrarrevolucionária diante da mais tímida e incipiente tradição democrática ou popular.

Esses pontos são reafirmados na “Mensagem aos trabalhadores do Brasil”, documento da LCB posterior ao Esboço – publicado no no1 do “Boletim da Oposição de Esquerda” – no qual as posições decorrentes desta interpretação são desenvolvidas no plano da estratégia política. Na mensagem, a LCB declara:

Nenhuma fração da burguesia, por mais liberal que seja o seu rótulo, pode efetivar as promessas democráticas. A luta de classes é mais poderosa do que as abstrações do liberalismo político. Na fase imperialista do capitalismo, a democracia burguesa – democracia formal – não passa de mistificação. A burguesia não tem mais interesse direto na realização das reivindicações democráticas. (Abramo & Karepovs, 2015, p. 58, grifo do autor)

A ausência de qualquer compromisso da burguesia decorrente de sua ideologia política conservadora aponta para as tarefas democráticas não realizadas pela burguesia, tarefas políticas essas que seriam herdadas pelo proletariado:

Só o proletariado pode combater pelas reivindicações democráticas, pois só ele tem interesse vital na conquista da democracia. Diante do proletariado, como classe, todas as frações da burguesia não têm divergências e, conservadores e liberais, fazem frente única. Quando o proletariado reclama as mais elementares palavras de ordem, procura abafar sua voz a mão pesada da reação burguesa. (Abramo & Karepovs, 2015, p. 59, grifo do autor)

Portanto, para os primeiros trotskistas brasileiros, não existiria um bloco de classes antiagraria, mas, sim, um bloco composto por diversas frações de classe burguesas, sobretudo a burguesia agrária e industrial, galvanizado na luta contra as classes subalternas. Desse modo, a revolução em questão não seria uma revolução democrático-burguesa nacionalista, qualquer que seja a especificidade de sua força motriz, mas, sim, uma revolução socialista capaz de colocar o proletariado como sujeito da transformação social, isso é, a ditadura revolucionária do proletariado. Para isso, era preciso urgentemente criar um partido de massas proletário, que permitisse à classe a realização da sua tarefa histórica: “a instauração da ditadura proletária e salvaguarda da unidade nacional mediante a organização do Estado soviético” (Pedrosa & Xavier [1931] 2015, p. 74).

Considerações Finais

Ao longo deste capítulo defendi que a controvérsia sobre a revolução brasileira tem sua origem na confluência de dois fatores: a Revolução Russa e seus desdobramentos no plano internacional, assim como pela crise econômica e política que marca a disrupção da Primeira República, no plano interno. Analisando a formação econômico-social brasileira no intento de fundamentar uma estratégia revolucionária, em seu itinerário teórico os autores estudados abordam as temáticas constitutivas de uma imagem marxista da realidade brasileira. Esses temas são: a caracterização das singularidades da economia colonial e sua transição para o capitalismo, do Estado, da política, das classes sociais e suas respectivas frações; sob os quais se articulam diretrizes táticas de uma estratégia revolucionária factível.

Intelectuais orgânicos de partidos políticos vinculados à classe trabalhadora, os autores tratados refletem em suas interpretações os condicionantes e limites dessa experiência coletiva. A partir de suas respectivas organizações políticas, tais autores lançaram um olhar totalizante sobre a história do Brasil, tomando

como referência da análise histórica o processo histórico que leva à formação do presente, para então vislumbrar suas possibilidades de transformação política em sentido socialista.

Para Brandão, o Brasil é historicamente dominado por forças agrárias associadas ao imperialismo britânico. Após a Primeira Guerra Mundial esse domínio é posto em xeque, e há um aumento da influência estadunidense no Brasil, propiciando o surgimento de uma burguesia industrial liberal a ele associada. Tal burguesia não consegue firmar sua dominação por conta da reação dos agrários, que se valem do Estado e da política econômica para cercear sua organização. A pequena-burguesia se proletariza e radicaliza com essa política, capitaneando a revolução burguesa, enquanto o proletariado deveria forçar o aprofundamento do processo em sentido socialista. A formulação democrática pequeno-burguesa da revolução orientou o PCB nos anos 1920, até a intervenção do Secretariado Sul-Americano (SSA) da III Internacional Comunista (IC), após o VI Congresso da IC, e do III Congresso do PCB (1928/29).

O VI Congresso consolidaria o processo de bolchevização dos partidos comunistas e originaria o primeiro influxo stalinista no PCB. Rompendo a negligência salutar até então vigente, a IC pautaria a partir daí uma política para esses partidos. A intervenção afastou todo o grupo dirigente do PCB, inclusive Brandão, acusado de menchevismo.

Outra consequência desse processo seria a expulsão definitiva de Trotsky. Esse acontecimento reverberou no PCB antes mesmo de sua consumação, influenciando integrantes do partido – como Mário Pedrosa e Lívio Xavier – que divergiam do núcleo dirigente em relação à aliança com a burguesia e à bolchevização. Formou-se o Grupo Comunista Lenin (GCL), dissidência bolchevista-leninista do PCB referenciada na Oposição de Esquerda Internacional (OEI), que, nessa disputa, elaborou uma ‘imagem do Brasil’ alternativa.

Esta apreço no artigo “Esboço para uma análise da situação econômica e social brasileira” ([1931] 2015), de Pedrosa e Xavier. Partindo das categorias de acumulação primitiva de capital e colonização sistemática, os autores apre-

sentam a produção agrícola brasileira como uma grande exploração calcada no trabalho escravo subordinada ao capital. A transição para o capitalismo seria uma simples mudança de forma, destacando a base agrária da burguesia brasileira, que explica seu autoritarismo e conservadorismo no plano político, inviabilizando as alianças políticas. Isso leva à caracterização da revolução como socialista, sendo a estratégia a construção de um partido de massas pela base.

O debate ocorrido nos anos 1920 expressa em embrião os posicionamentos do debate subsequente, concentrado nos anos 1950/60 e 1980. Nesses períodos, ressoam os posicionamentos de Brandão, Pedrosa e Xavier, o que torna incontornável a consideração da sua contribuição como ponto de partida para o debate. A formulação de Brandão se aproxima daquela proposta por Nelson Werneck Sodré, com sua peculiar caracterização da transição da economia colonial ao capitalismo partindo de um feudalismo à brasileira e seguindo a revolução brasileira o modelo clássico de uma revolução democrático-burguesa. Já a formulação de Pedrosa e Xavier antecipa aspectos de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, como as bases capitalistas da economia colonial e as origens agrárias e conservadoras da burguesia brasileira, que resultam em seu padrão de dominação política autoritário, no patrimonialismo do Estado e na ausência de um compromisso dessas classes com a constituição de uma superestrutura política conservadora.

Consideradas como ponto de partida do debate, o estudo detido de tais reflexões podem não só contribuir para uma reapreciação das formulações dos clássicos do debate, como também contribuem para a retomada contemporânea das discussões sobre o tema, necessária, sobretudo, em decorrência das condições econômicas e políticas do Brasil atual. Essa retomada, por sua vez, requer a urgente atualização dessas formulações, tanto em relação à formação econômico-social, quanto em relação à revolução brasileira. Nesse sentido, embora sejam oriundas de um debate travado há cerca de cem anos, as formulações de Brandão, Pedrosa e Xavier sobre a realidade brasileira mantêm sua atualidade.

Referências

ABRAMO, Fúlvio. Apresentação. *In*: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (org.). **Na contracorrente da história**. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). São Paulo: Sundermann, 2015. p. 13-17.

ANTUNES, Ricardo. Os Comunistas no Brasil: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). **Cadernos do AEL**, n. 2, p. 12-34, Campinas, 1995.

ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. *In*: HOBBSAWM, Eric (org.). **História do marxismo** – v. VIII: o marxismo na época da terceira internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 409-460.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz *et al.* **O ano vermelho**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.

BATALHA, Claudio H. M. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. *In*: MORAES, João. Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil** – v. 2 – Os influxos teóricos. Campinas: Editora Unicamp, 2014. p. 9-42.

BIANCHI, Alvaro. Octavio Brandão e o Confisco da Memória: nota à margem da história do comunismo brasileiro. **Crítica Marxista**, n. 34, p. 133-149, São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BRANDÃO, Octavio. **Agrarismo e industrialismo**: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, [1926] 2006.

BRANDÃO, Octavio. **Canais e lagoas**. Maceió: EdUFAL, [1919] 2001.

BRANDÃO, Octavio. Combates e Batalhas. **Memórias**. v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BRANDÃO, Octavio. O Proletariado Perante a Revolução Democrática Pequeno-burguesa. *In*: ZAIDAN, Michel. **PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional**. São Paulo: Global, [1928] 1985. p. 121-132.

BRANDÃO, Octavio. **Rússia proletária**. Rio de Janeiro: Voz Cosmopolita, 1923.

BRANDÃO, Octavio. Uma Etapa da História de Lutas. *In*: BRANDÃO, Octavio. **Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, [1957] 2006. p. 189-196.

CANDIDO, Antônio. Um socialista singular. *In*: NETO, José Castilho de Marques (org.). **Mario Pedrosa e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 13-18.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **Mario Pedrosa, Lívio Xavier e a história do marxismo no Brasil**. Blog Marxismo 21, 2013. Disponível em: <<http://marxismo21.org/mario-pedrosa-e-livio-xavier-2/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

COSTA, Emília Viotti da. A nova face do movimento operário na Primeira República. *In*: COSTA, Emília Viotti da. **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 135-156.

COUTINHO, Carlos Nelson. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Jr. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a. p. 201-220.

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e imagem do Brasil em Florestan Fernandes. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b. p. 221-241.

DEL ROIO, Marcos. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo: Revan, v. 1, n. 18, p. 115-132, 2004.

DULLES, John Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1977.

KAREPOVS, Dainis; et al. Trotsky e o Brasil. *In*: MORAES, João Quartim de. (Org.) **História do marxismo no Brasil** – v. 4 – Os influxos teóricos. Campinas: Editora Unicamp, [1995], 2014. p. 229-253.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**: A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o início dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

LACERDA, Felipe Castilho de. A Transição de Octávio Brandão ao Marxismo: os livros Canais e Lagoas e Rússia Proletária. *In*: **XXVIII Simpósio Nacional de História**, Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427837065_ARQUIVO_snh-2015_felipe-lacerda.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2021.

LIGA COMUNISTA BRASILEIRA. Mensagem aos trabalhadores do Brasil. *In*: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (org.). Na Contracorrente da História. **Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)**. São Paulo: Sundermann, [1931] 2015. p. 54-61.

LOBO, Aristides. A Situação Brasileira e o Trabalho para o seu Esclarecimento. *In*: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (org.). Na Contracorrente da História. **Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)**. São Paulo: Sundermann, [1931] 2015. p. 75-82,

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. *In*: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão (org.). **História do marxismo no Brasil** – v. 1 – O Impacto das Revoluções. Campinas: Editora Unicamp, 2007. p. 47-88.

MORAES, João Quartim de. Octávio Brandão. *In*: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 13-28.

MORAES, João Quartim de. Um Livro Fundador. *In*: BRANDÃO, Octavio. **Agrarismo e industrialismo**: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. p. 11-18.

NEGRO, Hélio; LEUENROTH, Edgard. **O que é o maximismo ou bolchevismo**. Programa comunista. São Paulo: Entremares, [1919] 2017.

NETO, João Castilho de Moraes. O jovem intelectual e os primeiros anos de militância socialista. *In*: NETO, João Castilho de Moraes (org.). **Mario Pedrosa e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001 p. 83-98.

OITICICA, José. Princípios e fins do programa anarquista-comunista. **Spartacus**, Rio de Janeiro, 16 ago. 1919.

PEDROSA, Mario; XAVIER, Lívio. Esboço para uma análise da formação econômica e social brasileira. *In*: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (org.). **Na contracorrente da história**. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). São Paulo: Sundermann, [1931] 2015. p. 62-74.

PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB – 1922-1926**. 3. ed. São Paulo: Anitta Garibaldi, [1962] 2012.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINHEIRO, Filipe Leite. As origens da controvérsia da revolução brasileira: um debate entre Octavio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio Xavier. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 51, p. 98-120, 2018.

PINHEIRO, Filipe Leite. A crítica à teoria consagrada de Caio Prado Jr. atinge Octavio Brandão? Aparando as arestas para uma (re)interpretação das origens do marxismo brasileiro. **Revista História Econômica e História de Empresas**, v. 23, n. 1, p. 197-228, 2020.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, [1966] 2014.

REBELLO, Edgardo de Castro. **Mauá e outros estudos**. Rio de Janeiro: Livraria São Jose, 1975.

SILVA, Ângelo José da. Agrarismo e industrialismo: uma primeira tentativa marxista de interpretação do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 8, p. 43-55, 1997.

SILVA, Ângelo José da. Tempo de Fundadores. *In*: MORAES, João Quartim de & DEL ROIO, Marcos. (Org.). **História do marxismo no Brasil** – v. 4 – Visões do Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2014. p. 135-160.

ZAIDAN, Michel. **PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional**. São Paulo: Global, 1985.

VISÕES DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes

Bruno Borja ■ Carla Curty ■ Jaime León

Introdução

Tema central na formação do marxismo brasileiro, é em torno da controvérsia da revolução brasileira que se gestam as primeiras e principais interpretações marxistas do Brasil assinadas por Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e por seus precursores nas origens desta controvérsia¹, sendo uma das principais da história do pensamento econômico e social brasileiro do século XX Conforme apontado por Pinheiro (2021), no capítulo anterior deste livro, esse debate se apresenta como uma tentativa de particularizar a teoria da revolução para a especificidade da formação social brasileira, tendo sofrido grande influência da experiência revolucionária soviética de 1917, bem como orientado pelos debates ocorridos nas reuniões da Internacional Comunista, sob liderança do Partido Comunista da União Soviética. Desta forma, a controvérsia se desdobrou seguindo as diretrizes do movimento internacional, não somente em termos teóricos, mas também em sua prática política. Ao mesmo tempo, se articula com a realidade histórica vivida por um Brasil que se torna republicano e começa o processo de formação da sua classe trabalhadora.

É possível organizar a evolução da discussão em termos históricos, seguindo uma periodização que toma essa relação entre o movimento comunista internacional e o brasileiro como referência. Assim, uma primeira onda de ideias revolucionárias se difunde com a criação da Internacional Comunista (IC), a

¹ Ver, neste livro, Pinheiro (2022).

3ª Internacional, em 1919 e a profusão de partidos comunistas fundados desde então: em nosso caso, a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922. Um ponto de inflexão foi o 6º Congresso da IC em 1928, que define o caráter da revolução em países coloniais, semicoloniais e dependentes². Neste mesmo congresso ocorre a expulsão de Trotsky e o primeiro grande racha no movimento comunista internacional. Racha que também se dá no Brasil, quando o grupo dirigente do PCB é afastado no 3º Congresso do partido em 1928/1929³. Este é o período de maior centralização política, quando há o enquadramento stalinista do PCB. Outra inflexão ocorreria somente nos anos 1950, com a morte de Stalin em 1953, a declaração de Krushev em 1956 e a declaração de março de 1958 do PCB. Esses são marcos do grande racha mundial do movimento comunista internacional e brasileiro.

Dessa forma, a primeira controvérsia sobre a revolução brasileira pode ser desenhada no período das revoltas tenentistas no Brasil, porém esse debate não se encerrou nem internacionalmente, nem no Brasil, e se encontra vinculado à interpretação do processo de formação econômico-social da realidade histórica brasileira. Sendo assim, foi no terceiro grande momento de inflexão do movimento internacional, no contexto de crise da direção dos partidos comunistas, que foi retomada a controvérsia da revolução brasileira, mas não apenas por questões próprias ao movimento.

No final dos anos 1940 viveu-se um momento de auge da Guerra Fria, com grande expansão do comunismo após a Revolução Chinesa de 1949, a Guerra da

² No 6º Congresso da IC, reunido de julho a agosto de 1928, foram debatidas as seguintes questões: o desenvolvimento capitalista da época, as contradições imperialistas, o problema do fascismo e, mais destacadamente para a análise deste capítulo, a perspectiva de revolução nos países sob domínio imperialista, os países 'coloniais, semicoloniais e dependentes'. O debate em torno destes países foi realizado tendo a China como maior foco e parâmetro, mas também se analisou a situação da Índia, da Indonésia, da África do Norte e da América Latina. O foco da luta na região latino-americana deveria ser o "governo operário camponês", nos marcos da resistência anti-imperialista e contra o latifúndio. Do 6º Congresso saíram decisões gerais que iriam orientar todos PCs que deveriam procurar adaptar as diretrizes às condições concretas de suas realidades. Os posicionamentos derivados do 6º Congresso e suas teses para os países coloniais, semicoloniais e dependentes orientaram a ação do PCB ao longo das décadas seguintes.

³ Sobre o debate nos anos 1920 e as mudanças políticas no PCB, ver "As origens da controvérsia da revolução brasileira: um debate entre Octávio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio Xavier", neste livro.

Coreia de 1950-1953 e a Revolução Cubana de 1959. Esta última trouxe a sensação de que a revolução era um assunto urgente, pois chegara à América Latina, influenciando o imaginário dos militantes brasileiros. A chama revolucionária permanecia acesa e a polêmica se intensificava no Brasil. O desenvolvimento das cidades e o crescimento industrial do país, além da legalização do movimento sindical e da implementação progressiva de leis que garantiam direitos ao trabalhador com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o desenvolvimento das lutas sociais, reforçavam as organizações da classe.

As tensões sociais foram aumentando nos anos 1950, especialmente durante o segundo governo Vargas (1951-1954). Nos anos que se seguiram, o país avançou em sua industrialização sob a égide do nacional-desenvolvimentismo, com o tripé de financiamento do investimento estatal – capital internacional – capital nacional. Apesar desse desenvolvimento da urbanização e da modernização, especialmente do centro-sul do país, a sonhada superação do subdesenvolvimento não se realizava. Assim, nos primeiros anos da década de 1960, o avanço do capitalismo brasileiro trouxe consigo o aprofundamento de suas contradições. De um lado estabelecendo o fortalecimento das lutas organizadas de trabalhadores, capaz de se representar em um amplo movimento trabalhista, mas também com alas comunistas, pressionando os governos por mudanças distributivas, melhoria nas condições de trabalho, controle de remessa de lucros para o exterior e reforma agrária. Por outro lado, a burguesia brasileira não viu naquele movimento o nascimento de aliados para uma revolução nacional ou anti-imperialista, ao contrário, articulou-se com a burguesia internacional e com setores conservadores das forças armadas em uma contrarrevolução preventiva, dando origem à coalizão política que aplicou o golpe de 1964.

Apesar de o golpe ter implicado em perseguição violenta das organizações de esquerda, o pensamento sobre a revolução brasileira e as possibilidades de um futuro democrático e socialista continuou a ocorrer, especialmente com o objetivo de compreender qual a natureza da revolução burguesa no Brasil e os possíveis passos de resistência e reação do campo marxista. Dentre as discus-

sões sobre o futuro brasileiro, o tema da revolução foi retomado pelas mãos de três expoentes do marxismo brasileiro: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior e Florestan Fernandes.

Nossa contribuição neste capítulo é apresentar aqueles autores como representantes de diferentes correntes políticas no espectro do movimento comunista brasileiro após o terceiro grande racha do movimento comunista internacional e durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Nelson Werneck com uma posição muito próxima à linha da direção central do PCB, Caio Prado fazendo a crítica interna à interpretação dominante no partido e Florestan representando uma crítica externa ao partido, dissidência que expressa a descentralização do debate com os rachas do movimento comunista.

O critério do nosso recorte para a construção da controvérsia entre estes autores, além da conjuntura específica em que realizam sua análise, é o fato de serem intérpretes do Brasil no sentido que vimos utilizando metodologicamente neste livro (Curty & Malta, 2022), ou seja, serem autores que possuem um estudo sobre a formação econômico-social do país, que gerou um posicionamento sobre o modo de produção vigente na conjuntura em que escreveram e seu processo de constituição, a fim de proporem uma reflexão sobre a prática política para a revolução. Especificamente no que tange à teoria da revolução e à análise concreta da situação revolucionária, estes autores se basearam nos trabalhos de Marx, Engels e Lenin, buscando avaliar as condições objetivas e subjetivas para a realização da revolução no Brasil da segunda metade do século XX. Assim, os autores se engajam na tentativa de caracterizar o modo de produção vigente no Brasil, avaliar a política de alianças de classe viável na conjuntura brasileira e apontar os caminhos da revolução brasileira.

Nelson Werneck Sodré caracterizava o modo de produção como um feudalismo à brasileira, onde seria viável uma aliança política dos trabalhadores com a burguesia nacional contra os latifundiários feudais e o imperialismo, para realizar uma revolução democrático-burguesa, etapa necessária para a eventual construção do socialismo no país. Caio Prado Junior sustentou desde

os anos 1930 uma caracterização capitalista do modo de produção no Brasil, e não considerava viável uma aliança com a burguesia nacional, dado seu caráter associado ao imperialismo, sendo a aliança fundamental entre trabalhadores do campo e da cidade para realizar a revolução, a princípio democrático-burguesa, para avançar gradualmente em direção ao socialismo. Já Florestan Fernandes apresentava uma interpretação do capitalismo dependente brasileiro que não deixava margem para uma aliança estratégica (muito embora exista uma brecha tática) entre trabalhadores e burguesia, já que esta exerce uma dominação de classe autocrática e dependente do imperialismo, portanto, apostou na organização autônoma dos trabalhadores como único caminho viável para a revolução no Brasil.

Nelson Werneck Sodré: a revolução democrático-burguesa

Nelson Werneck Sodré foi um dos nomes mais importantes da militância comunista no Brasil e suas análises tiveram grande influência sobre os debates e formulações do PCB. Foi autor de mais de 60 títulos sobre o Brasil englobando história econômica, história militar, ensino de história e interpretações marxistas do Brasil. Foi um importante articulador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e formou uma geração de comunistas no Brasil. Diferentemente de Caio Prado Junior e Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré não apresenta em sua obra uma análise de cunho mais teórico-abstrato especificamente para a questão da revolução, na qual seja possível identificar explicitamente suas referências teóricas sobre a questão da revolução brasileira. Seus textos sobre esta questão se organizam a partir das questões históricas específicas da realidade brasileira. Nesses textos, ainda que o autor não faça referências explícitas aos debates teóricos, é possível perceber nuances da influência de Marx, Engels, Lenin e os debates contemporâneos à época de Sodré sobre revolução no âmbito do PCB e da IC.

Ao introduzir a tese da predominância do modo de produção feudal na formação brasileira, Sodré rejeita, simultaneamente, tanto a leitura que confe-

ria caráter capitalista às relações de produção no Brasil, estabelecida por Caio Prado Jr. (1933; 1942; 1945) e Roberto Simonsen (1937), quanto a explicação de Varnhagen (1854) e Capistrano de Abreu (1907), que compreendia a colonização como a transplantação direta do feudalismo de Portugal para o Brasil sem fazer as devidas mediações⁴.

Em “Formação Histórica do Brasil” (1962), Werneck Sodré coloca como fator explicativo central sobre o modo de produção no Brasil a existência de monopólio feudal da terra, e postula a existência de um processo de regressão feudal, originado da decomposição do escravismo colonial.

O feudalismo elaborado por Sodré é resultante da necessidade de compreender as especificidades do processo histórico brasileiro. Ao colocar o foco da análise sobre as condições internas de produção e as relações de posse e propriedade vigentes no Brasil, Sodré observa que o modo de produção brasileiro não pode ser caracterizado como capitalista, ou de sentido capitalista – em crítica direta à formulação de Caio Prado Junior – por apresentar monopólio da terra e relações de trabalho não assalariadas. Assim como Caio Prado, Sodré vê o processo de colonização do Brasil como um desdobramento do processo de acumulação primitiva de capital na Europa, sendo o sistema colonial alavanca deste processo de acumulação. Porém, para o autor, isto não queria dizer, ao contrário do que pensava Caio Prado, que o processo de colonização do Brasil, por derivar do surgimento do sistema capitalista, implique em uma produção colonial capitalista, ainda que a produção escravista seja aqui dotada deste sentido. A crítica de Sodré reside no fato de que, durante o processo de acumulação primitiva, não se teria verificado produção capitalista nem mesmo em Portugal, na medida em que nesta etapa do processo histórico a forma dominante do capital era o capital comercial, ainda incapaz de se expandir sobre suas próprias bases, e que, portanto, não seria plenamente capitalista (Sodré, 1962; 1980).

⁴ A contribuição de Caio Prado está em “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942); a de Roberto Simonsen em “História Econômica do Brasil” (1937); a de Varnhagen em “História Geral do Brasil” (1854); a de Capistrano de Abreu em “Capítulos da História do Colonial” (1907).

Para Sodré, o desenvolvimento do capitalismo em algumas regiões da Europa se deu de forma a colocar diversas formas de produção não capitalistas a serviço de sua lógica. Para o autor, o processo de acumulação de capital mercantil, ocorrido na esfera da circulação, coexistiu com as relações feudais de produção e as fortaleceu em alguns lugares, ao passo que atuou como uma das vias para constituição do modo de produção capitalista em outros. A existência de relações feudais em algumas partes da Europa, como Portugal, foi funcional para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas em outras, como a Inglaterra. O fator determinante para a consolidação do modo de produção capitalista é tomado como algo interno à dinâmica da economia local.

A principal crítica de Sodré à corrente que entende o Brasil como capitalista desde a colônia reside na confusão, que segundo Sodré esta corrente faria, entre o capital comercial, que realiza seu excedente na esfera da circulação, e o modo de produção capitalista propriamente dito. Sodré afirma que não se pode confundir a burguesia comercial que emerge desse processo com uma classe burguesa hegemônica (Pinheiro et al., 2015). Nesse sentido, apresenta uma posição bastante diferente do que havia formulado em 1944 em “Formação da Sociedade Brasileira”. Em 1962, Sodré contesta o caráter burguês da Revolução de Avis que havia apresentado anteriormente e que até então era a visão estabelecida na historiografia – a Revolução de Avis foi o processo que desencadeou a unificação precoce de Portugal em 1385. Para Sodré, este teria sido um processo de luta nos marcos do feudalismo para expulsar os mouros, e as instituições e o Estado que se constituíram nesse processo não possuem conteúdo capitalista. Ao mesmo tempo, este já é marcado pela ascensão do capital comercial que atua dissolvendo as relações feudais estabelecidas.

Em outras palavras, existia feudalismo em Portugal, mas se tratava de um feudalismo decadente, dotado de algumas características particulares. A implementação de um grupo comercial em Portugal, na etapa da centralização política, não era condição suficiente para a implementação de relações capitalistas de produção no Brasil. Essa seria então uma das chaves para compreender

o que se sucede com a formação brasileira (Grespan, 2006). Com isso, Sodré dirige uma crítica aos que viam capitalismo em Portugal a partir de 1385, sendo a origem do equívoco a confusão entre capital comercial e modo de produção capitalista propriamente dito.

O processo de colonização brasileiro foi um empreendimento do capital comercial português que tinha como arcabouço jurídico institucional um Estado absolutista. É nesse contexto que se tem a exploração comercial da costa brasileira nos primeiros anos de colonização, é também aí que se insere o sistema de capitanias hereditárias fracassado em poucos anos. Embora não tenha deixado legados significativos no plano institucional, já que o Governo Geral seria instituído em 1549, as capitanias deixaram um legado que, para Sodré, se recolocaria de maneira permanente na história do Brasil, o monopólio feudal da terra. O monopólio real do acesso à terra e as concessões de uso da terra feitas pela Coroa teriam colocado já de partida uma distribuição fundiária concentrada tanto nos empreendimentos voltados para o mercado mundial como para as atividades primárias necessárias à reprodução da economia colonial, ou seja, as atividades voltadas para o mercado interno. Tal distribuição fundiária originária do feudalismo se reproduziria de maneira permanente na realidade histórica brasileira.

Sobre o modo de produção existente no Brasil, Sodré também afirma que o modo de produção que aqui se instala não tem nenhuma ligação direta com a produção indígena, sendo o escravismo aqui implantado uma ruptura total e direta com o comunismo primitivo característico da organização da produção para esses povos. Embora em algumas áreas a força de trabalho indígena tenha sido arremetida como trabalho escravo ou subsumida ao trabalho por coerção religiosa, esse não é para o autor o caso típico de força de trabalho utilizada: o negro africano. Dessa maneira, o modo de produção que aqui se instala é transplantado. Não há continuidade entre o primitivismo indígena e o escravismo. Neste último, os africanos vêm na condição de escravizados dominados e os portugueses como dominadores, ambas condições que não existiam

antes no Brasil. O escravismo que aqui é implantado se estrutura com força de trabalho escrava de origem africana a partir de elementos de organização produtiva e social europeus. Ou seja,

[...] a chamada colonização nasce da transplantação dos elementos humanos africanos e europeus: os primeiros forneceram a massa da classe dominada, a que concorreu com o trabalho; os segundos forneceram a maioria absoluta dos que concorreram com a propriedade, a classe dominante. (Sodré, 1980, p. 136)

Um outro aspecto importante da formação social brasileira é a existência de desenvolvimento desigual e como este desenvolvimento desigual se manifesta na história brasileira. Para o autor, o fato de a existência histórica do Brasil ser tratada a partir do ato do ‘descobrimento’ precisa ser reavaliado. O ‘descobrimento’ ocorreu em um momento no qual o feudalismo declinava na Europa ocidental, tendo como marcos a revolução comercial e as grandes navegações, definindo assim um mercado mundial, no qual as diferentes formações sociais se inserem de maneiras distintas.

A formação social brasileira seria marcada pela heterocronia, ou seja, pela presença de modos de produção que caracterizam diferentes tempos históricos em uma mesma estrutura econômico-social, característico do desenvolvimento desigual desta estrutura. Para Sodré coexistem no Brasil como modos de produção o comunismo primitivo, o escravismo, e o feudalismo; o avanço da produção sobre as áreas indígenas e a decadência da produção escravista levou à dominância do feudalismo sobre os demais. Esses diferentes modos de produção coexistem simultaneamente, mas no seu entendimento, é o feudalismo que caracteriza o principal modo de produção nessa estrutura. Na visão do autor, um dos problemas acarretados por essa heterocronia no plano teórico seria o uso de categorias fundadas na análise de outras situações concretas e historicamente associadas a períodos anteriores para tentar explicar o caso bra-

sileiro, o que segundo Sodré seria um problema inerente à sua própria noção de feudalismo.

A heterocronia, característica presente na realidade histórica brasileira como resultado do processo de desenvolvimento desigual, se desdobra, por sua vez, na vigência de diferentes etapas históricas no mesmo território geográfico, o que Sodré chamou de contemporaneidade do não coetâneo. Ou seja, para o autor, esse fenômeno é um reflexo interno da heterocronia:

O Brasil apresentou, e ainda apresenta – hoje, na verdade, com efeitos já bastante atenuados – etapas diversas de desenvolvimento, para aplicar um conceito generalizado e colhido da economia. A uniformidade é ainda, entre nós, uma tendência que se vem acentuando, sem dúvida, mas aquela heterocronia existe e funciona, condicionando comunidades e sociedades. Trata-se de outro aspecto – agora particular, porque brasileiro – do desenvolvimento desigual. (Sodré, 1980, p. 135)

Ao analisar essas diferentes etapas coexistentes na estrutura econômico-social brasileira, outros autores, como Ignácio Rangel, trabalham com os mesmos termos “contemporaneidade do não-coetâneo” que Sodré apresenta, mas trazendo outras interpretações sobre a formação social brasileira (Rangel, 1957, p. 286). Segundo Oliveira Filho (2000), muitos autores do Iseb tinham em suas análises a noção de contemporaneidade do não coetâneo. Para Rangel (1957), a contemporaneidade do não coetâneo seria uma das características da dualidade básica brasileira, um tipo de modo de produção especificamente brasileiro. A contemporaneidade do não coetâneo para Sodré seria uma outra característica do desenvolvimento desigual no Brasil.

De seu ponto de vista, sendo colonizado por um país ainda feudal após a acumulação de capital mercantil, o Brasil teria herdado uma estrutura produtiva feudal, que, ao se deparar com as condições materiais do novo mundo, regressaria mais uma vez ao modo de produção escravista. “O predomínio econômico, demográfico e político do escravismo é indubitável até bem entrado o século

XIX, associando latifundiários escravistas a grandes comerciantes inseridos no mercado mundial” (Del Roio, 2000, p. 88).

A heterocronia apresentada por Sodré é o ponto de partida da ideia de regressão feudal apresentada pelo autor, já que, em uma mesma estrutura econômico-social coexistem escravismo e feudalismo, e a decomposição do primeiro implica, para o autor, na dominância do último. Com a decomposição do escravismo teria lugar o processo de regressão feudal característico da República Oligárquica. A manutenção do monopólio da terra e as diversas relações de trabalho que se estabelecem no campo, instituídas nas figuras⁵ do parceiro, meeiro ou morador, predominantemente relações de não assalariamento, levaram Sodré a caracterizar o modo de produção vigente na realidade brasileira como feudalismo. Com a regressão feudal preserva-se a estrutura fundiária do país. No entanto, antes que se pense em um feudalismo europeu⁶, é preciso destacar que se trata de um feudalismo à brasileira, já que o autor percebe através da categoria o que acredita ser a especificidade do modo de produção no Brasil, a concentração e o monopólio das terras. O modo de produção dominante é feudal porque o monopólio da terra é a base sobre a qual se organiza a produção e reprodução da vida material.

Ao traçar um paralelo entre essas relações de produção e as feudais, Sodré tem sempre o cuidado de estabelecer as mediações adequadas para captar as especificidades do caso brasileiro. É nesse sentido que se pode dizer que

⁵ Os sistemas de produção com parceiros, meeiros e moradores eram sistemas que envolviam acordos entre os proprietários das terras e os camponeses que moravam e produziam nessas terras; os proprietários cediam o uso da terra em troca da divisão da produção realizada pelos camponeses. Em muitos casos, nos acordos também havia algum tipo de dívida do camponês com o proprietário, como o pagamento da viagem dos camponeses migrantes, que deveria ser ressarcida pela produção realizada pelo camponês. Eram relações de produção fundadas no poder político, jurídico, militar dos proprietários sobre os trabalhadores, baseadas em relações pessoais e em formas de coerção não econômicas. Nelson Werneck Sodré destaca a importância dessas relações de produção no Brasil, ressaltando seu caráter não capitalista.

⁶ Inclusive, é importante destacar que na historiografia há um debate acerca da não existência de um único caso de feudalismo europeu, mas, sim, vários feudalismos, que não seria possível falar em um feudalismo do tipo ‘clássico’. De um modo geral, Sodré questiona em seu argumento a própria ideia de que o feudalismo seria um modo de produção uniforme, colocando as diferenças existentes no próprio feudalismo europeu.

ele constrói um feudalismo à brasileira. Tal explicação não é simplesmente a adaptação das formulações soviéticas e incorporadas pela IC sobre a questão. Importante lembrar que o termo feudalismo para caracterizar o modo de produção na América Latina era um termo usual no campo dos debates históricos até os anos 1960. Sodré, ao fazer sua análise sobre esse feudalismo à brasileira, lança mão do termo difundido à sua época, trazendo uma análise própria e aprofundada sobre a caracterização do modo de produção no Brasil.

Com a interpretação do processo histórico brasileiro à luz da ideia de regressão feudal, Sodré realiza uma rigorosa fundamentação marxista do programa nacional democrático formulado pelo PCB a partir da “Declaração de Março de 1958”⁷. Se a interpretação sobre a formação social brasileira até então havia sido realizada através do marxismo-leninismo oficial da 3ª Internacional, com conceitos tidos como universais para países coloniais, semicoloniais e dependentes, mecanicamente importados para a realidade brasileira, é a partir da contribuição de Nelson Werneck Sodré que esta análise adquire contornos historicamente fundamentados sobre as especificidades da formação social brasileira.

O conceito de regressão feudal elaborado pelo autor justifica a tática política de uma frente popular ampla para, combatendo os resquícios de feudalismo, realizar de forma plena a revolução burguesa no Brasil. Essa frente ampla incluiria a classe trabalhadora, urbana e camponesa, e a burguesia nacional, que oscilava entre o nacionalismo e o imperialismo, mas que, segundo Sodré,

⁷ Na Declaração de Março de 1958, o partido abandonava publicamente a posição de luta armada, assumida após sua entrada na ilegalidade em 1947, e readmite a via institucional como uma ferramenta de luta política, tendo sua estratégia consubstanciada no programa nacional democrático. Sinteticamente, a percepção contida no programa nacional democrático era de que a revolução burguesa no Brasil era algo ainda por fazer, sendo necessária uma agenda antifeudal e anti-imperialista. A caracterização do desenvolvimento capitalista existente no Brasil presente neste documento o identifica como desigual – pela combinação de métodos capitalistas de produção com o monopólio da terra e relações sociais de produção semifeudais – e que se forjara dentro dos marcos da dependência e influência do imperialismo. A partir desse diagnóstico, tornava-se necessário eliminar os restos feudais que permaneciam na formação brasileira, que seriam embotadores das possibilidades de desenvolvimento de um capitalismo pujante, entendido como etapa necessária para a transição ao socialismo. Para ver a “Declaração de março de 1958” completa, ver “PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)” (1980, p. 3-27).

possuía interesses materiais nacionalistas, manifestos, por exemplo, no apoio ao Estado brasileiro no processo de industrialização. Aqui cabe uma ponderação sobre o uso da categoria burguesia nacional na obra de Sodré. O autor faz ponderações sobre o uso ou não da categoria burguesia nacional para se referir à burguesia no Brasil; mais especificamente, no capítulo “O problema da burguesia” do livro “Introdução à revolução brasileira” (1958), Sodré se refere à burguesia nacional como aquela fração da burguesia que resiste ao imperialismo e que teria papel no processo da revolução brasileira, diferenciando-a da fração da burguesia associada ao imperialismo e que não teria papel na revolução brasileira. Assim, defende o uso da categoria para fazer referência a esta fração da burguesia no Brasil.

O argumento de Sodré sobre a revolução brasileira tem como elemento central a percepção da atrofia e não realização plena da revolução burguesa no Brasil. Para Sodré, ao romper com a República Oligárquica, a ‘revolução’ de 1930 teria conservado muitos traços da oligarquia. Esta revolução burguesa só se completaria com uma ruptura conduzida pela burguesia nacional, visando superar os traços arcaicos herdados do período colonial.

Nesse contexto, a não realização plena da revolução burguesa fez com que houvesse uma oposição entre a nação que estava se formando e o imperialismo e seus agentes internos. Logo, tornava-se necessário formar uma coalização de forças nacionalistas com a finalidade de superar o duplo entrave ao desenvolvimento econômico nacional: o monopólio feudal da terra e o imperialismo.

O monopólio feudal da terra, o latifúndio, característico do feudalismo que Sodré identifica no modo de produção brasileiro, com sua produção organizada a partir da lógica dos interesses do mercado externo, constituiu uma estrutura fundiária extremamente concentrada e improdutiva. Segundo Pinheiro *et al.* (2015), esta estrutura, para Sodré, levaria à escassez de gêneros alimentícios fornecidos às massas urbanas no Brasil e a permanentes problemas inflacionários, além de gerar um crônico excedente de força de trabalho no campo,

cerceando assim a constituição de um mercado interno em sua amplitude, que seria importante para o desenvolvimento da economia nacional pujante.

O imperialismo se manifestava como entrave ao desenvolvimento do capitalismo nacional pela inserção periférica do Brasil no contexto internacional, subordinado ao imperialismo, em especial o estadunidense, através do estrangulamento externo da economia brasileira, do pagamento da dívida externa e das constantes remessas de lucros oriundas do capital internacional instalado na economia brasileira. Esses elementos seriam grandes entraves ao desenvolvimento da economia nacional no Brasil de maneira autônoma.

Dessa maneira, a aliança entre classe trabalhadora e burguesia nacional deveria conduzir um processo revolucionário antifeudal, anti-imperialista, nacional e democrático, visando superar esse duplo entrave. Essa superação deveria ser feita através de uma revolução agrária e uma revolução nacional, além disso, seria necessário completar o processo de industrialização da economia brasileira. A revolução brasileira seria, portanto, burguesa. Esta seria fundamental para o desenvolvimento do capitalismo nacional forte e dinâmico, etapa necessária para a posterior transição ao socialismo.

Dessa forma, a análise de Werneck Sodré também o colocava no campo do programa nacional democrático para a revolu o brasileira que estaria na ordem do dia. A expectativa era formar uma coaliza o de forças nacionalistas com a finalidade de finalmente desenvolver a na o em termos democráticos, superando o monopólio feudal da terra e o imperialismo. Tais esperanças s  iriam se diluir com o golpe de 1964, que, ao cercear as possibilidades históricas da sua execu o da aliança nacionalista, evidenciou os limites histórico-políticos de sua proposta.

Caio Prado Junior: a crítica   revolu o democrático-burguesa

Caio Prado Junior foi um militante histórico do PCB, filiado ao partido em 1931, nunca o abandonou. No entanto, atuou sempre   margem da dire o e da

linha teórica dominante, fazendo, sistematicamente, a crítica à posição teórico-política do partido⁸. Desde seu primeiro livro, “Evolução Política do Brasil” (1933), expressou formulação distinta sobre as características da formação social brasileira, divergindo mesmo das posições majoritárias em âmbito mundial, propagadas pela IC a partir de 1928.

No livro de 1933, o autor afirmava o caráter capitalista da colonização portuguesa sobre o Brasil, apontando as especificidades da produção em larga escala efetuada na grande exploração rural típica da colônia. Também apresentava as contradições de classe internas que levaram à independência, assim como analisava o cenário de grande instabilidade política do Império, principalmente no período das regências, no qual apontava as dificuldades das revoltas de conseguirem lograr êxitos duradouros. Em “Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia” (1942), Caio Prado continuou sua reflexão sobre a formação social brasileira, tornando-se reconhecido como um dos primeiros intérpretes marxistas a caracterizar o sentido da colonização como comercial e capitalista, indo contra a tese feudal defendida, no campo da esquerda, pelo PCB. Em “História Econômica do Brasil” (1945), sua análise se estende até o período republicano e chama a atenção para a permanência da situação colonial do Brasil, apesar do avanço do processo de industrialização, dada sua situação subordinada aos países centrais, isto é, sua relação com o imperialismo.

Essa posição, distinta daquela defendida pelo PCB, tal como observamos nas obras destacadas acima, se manteve até sua última grande obra, “A Revolução Brasileira” (1966) – inclusive no balanço que faz dela no texto “Perspectivas em 1977”. Isso tudo confirma que “A Revolução Brasileira” não é um livro fortuito, de circunstância, em resposta ao golpe de 1964. Evidente que a motivação maior do livro é apresentar uma interpretação e uma posição política frente ao golpe, entretanto, isso é feito em total coerência com as formulações longamen-

⁸ Para uma análise mais detalhada da trajetória política e intelectual de Caio Prado Jr., ver, neste livro: Borja (2022), “A história econômica do Brasil em controvérsia: Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado”.

te desenvolvidas pelo autor. Deste modo, “A Revolução Brasileira” se apresenta como um livro de síntese da trajetória teórico-política de Caio Prado Junior.

Como o próprio autor destaca, a tese central do livro gira em torno das implicações de ordem política para a esquerda, os comunistas em especial, derivadas de uma teoria da revolução brasileira equivocada⁹. Ou seja, o livro se coloca como parte de uma grande controvérsia sobre os rumos da revolução brasileira. Controvérsia fundamental no campo da esquerda, que até então era hegemonizada pelas formulações do PCB, conforme o programa da IC. Os elementos centrais do debate são referentes à caracterização do modo de produção vigente no Brasil, às forças políticas revolucionárias e ao caráter da revolução. Em outros termos, poderíamos dizer que a controvérsia se apresenta como um típico debate de intérpretes do Brasil, isto é, interpretação histórica, análise de conjuntura e programa político de transformação.

Já na abertura do livro, Caio Prado problematiza o conceito de revolução:

No sentido em que é ordinariamente usado, “revolução” quer dizer o emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra força qualquer na oposição. “Revolução” tem aí o sentido que mais apropriadamente caiba ao termo “insurreição”. Mas “revolução” tem também o significado de transformação do regime político-social que pode ser e em regra tem sido historicamente desencadeado ou estimulado por insurreições. Mas que necessariamente não é. O significado próprio se concentra na transformação, e não no processo imediato através do qual se realiza. (Prado Jr., [1966]1978, p. 11)

Assim, o autor já demonstra um posicionamento muito particular frente ao tema. Alinha-se àqueles que defendem o caráter processual da revolução: “pro-

⁹ Conforme argumenta o autor no artigo “Adendo à Revolução Brasileira”, publicado na “Revista Civilização Brasileira” n. 14, 1967. Escrito em resposta ao artigo crítico de Assis Tavares publicado em número anterior da revista, o ‘adendo’ foi posteriormente incorporado às futuras edições do livro.

cesso histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade” (Prado Jr., [1966]1978, p. 11). Portanto, o grande debate levado a cabo no livro trata das transformações buscadas e das forças sociais capazes de concretizá-las.

É por este caminho que o autor vai confrontar diretamente o que ele chama de teoria consagrada da revolução brasileira, leia-se: a teoria da revolução do PCB. Caio Prado traça um itinerário de importação da teoria marxista da revolução que, derivada das análises concretas de Marx e Lenin, teria se difundido como um programa fechado e universal para os casos de países coloniais, semicoloniais e dependentes a partir do 4º Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou no ano de 1928. E daí transmitida ao PCB.

Conforme apontado acima, essa teoria consagrada da revolução brasileira apresenta o Brasil – e todos os demais países coloniais, semicoloniais e dependentes – como uma formação social de caráter feudal, onde predominaria o latifúndio feudal e relações sociais de mesmo caráter. Assim concebida, a interpretação histórica generalizante, derivada dos modelos europeus e da interpretação de Lenin para a Rússia, encaminha o primeiro elemento central da revolução brasileira: a luta antifeudal, como revolução agrária protagonizada por camponeses em busca da propriedade da terra.

Nesse modelo clássico foi acrescentado outro elemento, distintivo de países coloniais, semicoloniais e dependentes, o imperialismo. A força que o capital estrangeiro das grandes potências tem nesses países seria um dos principais obstáculos a serem superados pela revolução. No entanto, a teoria consagrada se detém sobre a concorrência que o imperialismo atuante no mercado interno faz ao capital nacional, vindo com isso uma contradição entre imperialismo e uma ‘burguesia nacional’. Teríamos aqui outro elemento central da revolução brasileira: a luta anti-imperialista, como uma revolução nacional protagonizada pela burguesia contra a concorrência estrangeira.

Note-se que, à luz dessa teoria, a etapa típica da revolução brasileira a ser almejada seria a revolução democrático-burguesa, protagonizada pela chamada ‘burguesia nacional’ e pelo campesinato. Elaborada e difundida nos anos 1920, essa teoria de inspiração europeia encontrava-se ainda vigente e dominante na esquerda brasileira dos anos 1960. É contra tal teoria consagrada que Caio Prado ergue toda sua indignação, apontando o idealismo e o formalismo nela contidos. Em suma, uma teoria alheia à história de formação e à realidade concreta da conjuntura brasileira, e, portanto, ineficiente para a condução política de seu processo revolucionário.

A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente – mas não simplisticamente – a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta. Processo este que, na sua projeção futura dará cabal resposta às questões pendentes. É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. *Método de interpretação*, e não receituário de fatos, dogma, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos. (Prado Jr., [1966]1978, p. 19, grifo do autor)

Afirma-se com isso a necessidade de elaborar uma interpretação do Brasil e, a partir dela, derivar uma teoria da revolução brasileira. Caio Prado identifica o maior problema da teoria consagrada na transposição mecânica das categorias sociais da realidade europeia, russa em particular, para o caso brasileiro – tal como o autor entende ter sido feito por Nelson Werneck Sodré, a quem dirige duras críticas. Questiona especialmente a identificação entre os grandes proprietários de terra brasileiros e a nobreza feudal, e entre os trabalhadores do campo brasileiro e o camponês europeu. Essa identificação abstrata não encontraria correspondência na realidade da formação social brasileira.

Esse tema havia sido tratado pelo autor em suas obras sobre a história do Brasil – “Evolução Política do Brasil” (1933), “Formação do Brasil Contemporâneo – colônia” (1942) e “História Econômica do Brasil” (1945) – e

depois retomado e aprofundado em sua intervenção no debate sobre a questão agrária no início dos anos 1960. Coerente com sua interpretação, Caio Prado mantém a convicção de que a colonização brasileira teria se originado do impulso capitalista da expansão comercial europeia e que não havia motivo para se falar em feudalismo no Brasil.

O sentido da colonização tropical se diferenciaria em muito do feudalismo, na medida em que o objetivo de venda para o mercado era o essencial. Além disso, a própria estrutura econômica e social da colonização apresentaria características bem peculiares, onde no latifúndio havia produção baseada no trabalho coletivo e em cooperação de uma grande quantidade de pessoas escravizadas sob direção única do proprietário. Isso significa que nem a relação social de produção era a servidão, uma vez que predominava a escravidão, nem o sistema de produção era organizado em base camponesa, tal como o feudalismo europeu. No mais, o determinante não era o título de propriedade em si, mas a capacidade de investir altas somas de capital para organizar uma produção única em larga escala para o mercado mundial. Este era o sentido da colonização para Caio Prado Junior, a produção e a sociabilidade organizadas a partir dos interesses do capital.

Fica evidente que, para o autor, não houve e nem havia feudalismo no Brasil. A suposta luta contra os ‘restos feudais’ defendida pelo PCB e pela análise de Nelson Werneck Sodré se apresentava equivocada. O que havia eram restos escravistas, que implicavam péssimas condições de trabalho no campo brasileiro. Daí a importância de uma correta interpretação do Brasil, já que ela traz graves consequências políticas. Segundo Caio Prado, o objetivo político da luta no campo não era a luta de camponeses pela propriedade da terra, mas a luta de trabalhadores do campo por melhores condições de trabalho e de vida.

Outro elemento central criticado era a suposta contradição entre imperialismo e a chamada ‘burguesia nacional’. Mais uma vez se apoiando em seus trabalhos clássicos sobre a história brasileira, o autor critica essa perspectiva do PCB, afirmando a ausência de uma burguesia nacional com potencial

revolucionário. Formada no processo de colonização português com seu caráter capitalista, a burguesia brasileira traria em si um elemento conciliador com o imperialismo. Desde os anos 1940, em “História Econômica do Brasil”, Caio Prado já chamava a atenção para a associação entre as burguesias brasileira e estrangeira. Uma comunidade de interesses que se explicitou com a industrialização pesada e a necessidade de capitais estrangeiros para impulsionar a industrialização brasileira.

Longe de haver a contradição de interesses propalada pela teoria consagrada, o que havia era a dependência da burguesia brasileira frente aos investimentos estrangeiros para garantir a produção de bens de consumo durável. Especialmente após o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, este seria o núcleo da dinâmica de crescimento da economia brasileira, crescimento que beneficiava a burguesia local pela abertura de novas oportunidades de negócio. Aí divergia muito a generalização feita para países coloniais, semicoloniais e dependentes, já que estes últimos, caso do Brasil, apresentavam uma formação social na qual a suposta burguesia nacional se beneficiava dos investimentos estrangeiros, sem lhes oferecer maiores resistências, quanto mais de caráter revolucionário.

Nos marcos dessa interpretação histórica é que podemos compreender o que Caio Prado chama de reversão colonial. Para o autor, houve na história brasileira uma perpetuação do sistema colonial por outros meios. Mesmo após alcançar a independência política de Portugal, o Brasil teria imediatamente se colocado na condição de dependência da Inglaterra, especialmente através do liberalismo no século 19. Já no século XX, no contexto da República e da afirmação da dominação dos EUA, seria o sistema colonial perpetuado pela ação do imperialismo, controlando os rumos da industrialização brasileira. Assim, a industrialização por substituição de importações se apresentava extremamente frágil para o autor, ora ameaçada por um retorno ao típico modelo de exportação primária, ora manejada pelos interesses do imperialismo.

Isso configura o que Caio Prado qualifica como o núcleo central da revolução brasileira, em curso ainda nos anos 1960: a difícil transição da economia

colonial para a economia nacional. A economia colonial seria o constante objetivo da produção econômica brasileira voltada para o exterior e controlada por interesses externos. Enquanto a economia nacional teria como objetivo final a produção econômica para o consumo e subsistência de sua população e controlado por interesses nacionais.

Na instância concreta da evolução histórica brasileira que ora nos ocupa, observamos, no plano mais geral que nos é dado observá-la, que o que se encontra como expressão do conjunto do processo é a progressiva transformação e superação do Brasil colônia que vem do passado e se constitui do complexo de situações, estruturas e instituições em que deu a colonização brasileira. Transformação e superação essas que, impelidas pelo jogo das contradições que se configuram nas mesmas situações, estruturas e instituições, as vão levando a uma nova e diferente feição que significa e significará cada vez mais a integração nacional do Brasil. Isto é, a configuração de um país e sua população voltados essencialmente para si mesmos, e organizados econômica, social e politicamente em função de suas próprias necessidades, interesses e aspirações. (Prado Jr., [1966]1978, p. 134)

Dentro desse quadro, e dessa perspectiva de transformação, é que o autor analisa a conjuntura da década de 1960. Esta seria caracterizada pela ascensão da luta e da organização dos trabalhadores do campo, porém num contexto de pouca autonomia dos trabalhadores urbanos diante do oportunismo dos governos trabalhistas. Quanto à chamada ‘burguesia nacional’, não havia expectativas de um confronto direto com o imperialismo. Caio Prado avaliava que, no máximo, haveria um ou outro problema de concorrência, mas que seriam resolvidos dentro dos marcos do capitalismo dependente, sem qualquer perspectiva revolucionária da chamada burguesia nacional, em geral associada ao imperialismo.

Portanto, diante de tal conjuntura, o problema político da revolução brasileira, isso é, a mobilização das forças sociais revolucionárias, consistiria em

construir uma organização autônoma dos trabalhadores urbanos, de modo que fosse viabilizada a aliança central no processo revolucionário brasileiro: aliança dos trabalhadores do campo e da cidade. O antigo lema da aliança proletário-camponesa deveria ser mais bem qualificado no caso brasileiro, uma vez que na interpretação do autor não haveria propriamente campesinato no Brasil, mas, sim, trabalhadores do campo. Para Caio Prado, essa condição análoga de trabalhadores lutando por melhores condições de trabalho, seja no campo ou na cidade, seria o elemento central para a unidade da luta revolucionária. De tal modo que caberia ao proletariado urbano a liderança no grande movimento de massas com forte base rural.

Quanto ao caráter da revolução e seu programa prático, o autor se posiciona de forma um tanto ambígua. Afirma ser improdutivo o debate em torno do caráter da revolução, sendo impertinente classificá-la de democrático-burguesa ou socialista. Enquanto marxista, Caio Prado defende a meta final do socialismo. Mas ao explicitar seu programa revolucionário, fica evidente que propõe elementos típicos da revolução democrático-burguesa, embora não plenamente restrito a eles.

Na conjuntura histórica brasileira dos anos 1960, vivendo sob uma ditadura, para o autor cabia ao movimento revolucionário lutar pela retomada da normalidade democrática. Isso possibilitaria aos comunistas e ao movimento sindical sair da clandestinidade e proceder uma organização mais eficiente dos trabalhadores do campo e da cidade. O retorno à democracia e a organização mais eficaz do movimento dos trabalhadores poderia permitir a disputa do Estado burguês, pressionando no sentido de adotar políticas voltadas aos interesses revolucionários.

Restrito ao horizonte das reformas institucionais e do planejamento estatal, o autor não apresenta claramente como seriam executadas certas medidas, por ele defendidas, que nitidamente transcenderiam ao programa democrático-burguês, como por exemplo: a restrição da livre iniciativa privada, sem contudo eliminá-la; o monopólio estatal do comércio exterior; o controle da remessa de lucros das empresas estrangeiras. Para Caio Prado, tudo se resumiria

à organização dos trabalhadores e sua luta por melhores condições de trabalho e vida no campo e na cidade. De resto, seria a ascensão da força política da classe trabalhadora dentro da democracia burguesa que permitiria a progressiva transformação do sistema como um todo, inclusive no sentido socialista dessa transformação.

Dessa forma, Caio Prado Jr., mesmo sendo crítico à visão dominante no PCB sobre a revolução brasileira, permanecia no âmbito do programa nacional democrático. O autor apontava a permanência da difícil transição da economia colonial para a economia nacional como elemento fundamental de transformação necessária para a criação das condições revolucionárias no Brasil, articulando uma luta anti-imperialista. Simultaneamente, era fundamental para a organização das esquerdas a luta pela democracia no contexto das críticas ao stalinismo em âmbito internacional e da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Florestan Fernandes: revolução permanente e contrarrevolução

Florestan Fernandes foi considerado, à revelia, fundador da Escola de Sociologia da USP e pai da sociologia brasileira. Politicamente, esteve filiado no Partido Socialista Revolucionário entre 1942 e 1953 e, mais tarde, no Partido dos Trabalhadores, partido ao qual contribuiu criticamente com a formação e pelo qual foi deputado federal duas vezes entre 1987 e 1995, tendo participado da constituinte. À semelhança de Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr., fez parte da tradição comunista brasileira influenciada pelo processo revolucionário russo que transcorria ao longo do século XX.

O pensamento de Florestan, no entanto, tem uma influência maior da 4ª Internacional, ainda assim o autor é bastante referido ao marxismo de Lenin. Dentre as principais influências de teoria e prática revolucionária que o autor sofreu destacam-se “O Estado e a Revolução” de Lênin (1918); o conceito de ‘revolução permanente’, introduzido por Marx & Engels (1850), que seria desenvolvido por Trotsky (1930); e, por último, o conceito de desenvolvimento

desigual e combinado¹⁰, também formulado por Trotsky, compondo uma base conceitual bastante sólida para sua participação na controvérsia da revolução brasileira.

Criou, no entanto, uma interpretação bastante original, crítica e sistematizada da peculiaridade da revolução burguesa no Brasil, como corolário do capitalismo dependente latino-americano e isto o fez se inserir na controvérsia sobre a Revolução Brasileira de forma crítica e externa aos quadros do PCB representados tanto pela visão majoritária de Sodré, como pela visão minoritária de Caio Prado. Desta forma, Florestan Fernandes não compartilhava do programa nacional democrático.

Como indicado, Florestan vislumbrou os principais debates do programa nacional democrático por meio de sua militância num partido trotskista¹¹. Após já ter saído do Partido Socialista Revolucionário (PSR), se inseriria academicamente no debate ao seguir a linha crítica de Caio Prado Jr. Embora tenha apontado alguns limites da interpretação de Brasil do geógrafo e historiador, como o subdimensionamento que Caio Prado dera ao alcance da industrialização brasileira do pós-guerra e a falta de uma análise sociológica do sentido da colonização brasileira, concorda com aquele autor no que toca ao caráter da burguesia brasileira e a orientação da revolução brasileira que deve ser um processo orientado pelos proletários e que promova melhores condições de vida para a massa da população (Fernandes, 1995).

¹⁰ De acordo com o sociólogo, segundo a lógica da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, o desenvolvimento 'desigual' do capitalismo no plano internacional faz com que nos países considerados atrasados o desenvolvimento do capitalismo tenha uma historicidade própria que assimila os elementos modernos das sociedades consideradas avançadas adaptando-os aos elementos culturais e materiais arcaicos, típicos de sociedades atrasadas. Já o elemento 'combinado' é explicado por essa superposição da cultura, da política e das inovações das nações avançadas com as relações sociais pré-capitalistas verificadas em países atrasados, e é este fator que determina os possíveis sujeitos das revoluções sociais inconclusas.

¹¹ As dissidências do PCB dariam origem ao que Karepovs *et al.* (1995) chamaram de trotskistas de 1ª e 2ª geração no Brasil. Florestan Fernandes seria representante desta última e entraria no Partido Socialista Revolucionário sob convite de Hermínio Sacchetta em 1942

Assim, pode-se afirmar que ao trilhar a interpretação de Caio Prado introduzindo novas perspectivas, Florestan Fernandes foi além ao fornecer uma crítica a partir de fora do PCB e por ser um dos fundadores do programa de Brasil que substituiu o programa nacional democrático: o programa democrático popular, tendo sempre no horizonte a Revolução Permanente como princípio norteador. O programa democrático popular coloca em destaque a impossibilidade de articulação da coalizão política com a fraca e associada burguesia brasileira, na luta de criação da nação, e elaborava a questão da revolução como um processo permanente em busca de um socialismo que seria atingido por meio de crescente participação política da população: uma democracia efetiva de massas.

O objeto de estudo que perpassa toda a obra de Florestan é a possibilidade de uma revolução social que rompa com as amarras do que o autor define como a dupla articulação do capitalismo dependente: a dependência externa e a segregação social interna. Esta, segundo o autor, seria a marca que o Brasil traz desde os tempos de colônia e que seria intensificada com a estruturação da sociedade em classes a partir da abolição da escravidão, Proclamação da República e o lento processo de urbanização de uma “ordem social competitiva” na virada do século 19 para o 20.

Influenciado pelo princípio de desenvolvimento desigual e combinado, dá centralidade à especificidade de um país dependente na ordem global. Em “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento” de 1968, mesmo ano em que teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5, afirma:

Portanto, uma sociedade subdesenvolvida, que se encontre no estágio do capitalismo dependente, não só possui uma economia de mercado capitalista, no sentido moderno. A sua própria ordem econômica é uma ordem capitalista. Sob esse aspecto, ela reproduz várias condições essenciais para a existência, o funcionamento e o crescimento do regime social de produção capitalista. Talvez por causa disso, alguns autores se viram tentados a focalizá-la como se ela constituísse uma réplica em miniatura

do modelo original e se estivesse, assim, num estágio inevitável, mas transitório da evolução normal do capitalismo. Contudo, essa visão falseia a realidade em um ponto fundamental. Na medida em que a estrutura e o destino histórico de sociedades desse tipo se vinculam a um capitalismo dependente, eles encarnam uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de auto-suficiência e possuidora, no máximo de autonomia limitada. (Fernandes, 1968, p. 36)

Em “A Revolução Burguesa no Brasil”, sua principal obra, Fernandes mostra pormenorizadamente como o processo da revolução burguesa foi lento e controlado. Iniciado com o golpe de 1930 num contexto de urbanização e industrialização crescentes, esse processo transformou a estrutura econômica e a superestrutura política do país. Ao superar o panorama da República Oligárquica sem realizar uma ruptura radical, as classes dominantes e aristocráticas, oriundas do regime colonial e orientadas pelo ‘sentido dos negócios’, se fundiram com a classe emergente dos comerciantes pequeno-burgueses, combinando o elemento arcaico da sociedade brasileira com o elemento moderno da sociedade industrial ocidental.

Assim, o ritmo, o sentido e a intensidade do desenvolvimento capitalista no Brasil ficaram sob o controle estrito das classes dominantes, que recorreram ao Estado como centro de sua dominação política, econômica e ideológica. Ocorre que, sob o capitalismo dependente, a revolução burguesa teria uma peculiaridade: antes mesmo de consolidar sua dominação econômica sobre os ‘semi-integrados’ e ‘condenados do sistema’¹² em bases burguesas modernas,

¹² O sociólogo faz uma análise da estrutura social da sociedade brasileira em “Sociedade de classes e subdesenvolvimento” (1968). Ali, há uma apresentação, de inspiração weberiana, do que seriam os condenados do sistema (aqueles que não têm a menor chance de participar efetivamente da democracia possível no capitalismo dependente); os semi-integrados (aqueles que logram uma inserção no mercado, mesmo que seja na forma de empregos temporários, informais ou subemprego) e os integrados do sistema (pessoas que podem se valorizar seja pelo mercado formal de trabalho, seja pela posse de bens).

as classes dominantes já tinham o controle político da sociedade por meio do uso do Estado como um forte instrumento de dominação.

Portanto, a revolução burguesa no cenário do capitalismo dependente latino-americano levaria as burguesias a abandonarem as 'ideologia e utopia' das revoluções liberais inglesa, americana e francesa por não precisarem dela. Puderam escamotear seus interesses de classe particularistas, egoístas e patrimonialistas como se fossem interesses gerais de uma 'nação', de uma coletividade integrada. Ao centralizarem seu poder no Estado, essas burguesias atuaram de forma opressora e repressora em momentos de disjuntiva histórica em que o status quo, isso é, sua situação de classe como classe dominante, era ameaçada. No Brasil, isso vem se traduzindo na ressignificação da questão social em questão de polícia, mostrando o caráter ultra-autoritário, antissocial e antinacional de nossas burguesias que, em momentos de crise, realizam contrarrevoluções preventivas. Apesar de muito heterogêneas entre si, por isso Florestan Fernandes se refere às burguesias brasileiras no plural, as frações de classe dominantes se unem para garantir seu poder nos momentos de tensão social, tal como foi no caso do golpe de 1964 e em outros antes dele.

No Brasil, a revolução burguesa se deu peculiarmente pela via autocrática dependente com a intensificação da dupla articulação entre segregação social interna e dependência externa. E ainda, no período da ordem social monopolista de imperialismo total dos anos 1960, havia uma crise burguesa derivada da peculiaridade do duplo caráter das burguesias brasileiras (onipotentes para dentro e subservientes para fora) que levaria a uma solução radical: a concretização da revolução burguesa no Brasil com a instauração do regime civil-militar de 1964. Da perspectiva do capital, ou das classes dominantes, a questão da formação nacional seria varrida de cena definitivamente através daquilo que Fernandes (1975) definiu como uma contrarrevolução permanente, a institucionalização da opressão e repressão como solução burguesa para a crise de hegemonia burguesa via a unificação e centralização das classes dominantes no Estado, uma superentidade política.

Acontece que, como destacou o próprio autor, essa solução era temporária, pois a solução burguesa carregava em si sementes de contradições que levariam ao relaxamento do regime autoritário, pelo menos da forma ultrarreacionária e unificada presente no regime de 1964. Diante disso, no final de “A Revolução Burguesa no Brasil”, o sociólogo vislumbra a combinação de uma dupla possibilidade no período de transição política iniciado nos fins da década de 1970: o casamento da intensificação do regime autocrático burguês com a emergência da forma política de ‘democracia de cooptação’. Para prosseguir, há de se fazer uma digressão para entender a democracia de cooptação como um processo de revolução nas técnicas da contrarrevolução.

Em 1981, no contexto de distensão política do regime militar no Brasil, Florestan Fernandes ponderou sobre a contrarrevolução a partir da cooptação em “O que é revolução?”:

Se se procede a uma análise rigorosa, que leve em conta as evoluções ocorridas nas sociedades capitalistas centrais, descobre-se que a burguesia não só aprendeu a conviver com a luta de classes – ela foi mais longe e vergou o próprio movimento socialista, primeiro, e o movimento comunista, em seguida, forçando-os a definir como seu eixo político a forma burguesa de democracia (isto é, forçou-os a renegar a luta de classes e os meios violentos, “não-democráticos”, de conquista de poder) [...] a burguesia aprendeu a usar globalmente as técnicas que lhe são apropriadas de luta de classes e ousou incorporar essas técnicas a uma gigantesca rede institucional, da empresa ao sindicato patronal, do Estado às organizações capitalistas continentais e de âmbito mundial. Enquanto o movimento socialista e o movimento comunista optaram por opções “táticas” e “defensivas”, a burguesia avançou estrategicamente, em nível financeiro, estatal e militar, e procedeu a uma verdadeira *revolução das técnicas da contrarrevolução*. Inclusive, abriu novos espaços para si própria, explorando as funções de legitimação do Estado para amarrar as classes trabalhadoras à segurança da ordem e soldar os sindicatos ou os partidos operários aos *destinos da democracia*. (Fernandes, 1981, p. 10)

Portanto, a ideia de democracia de cooptação está atrelada ao desenvolvimento dos instrumentos de manutenção do status quo pelas classes dominantes. Sua marca está no fato de constituir uma contrarrevolução ‘a frio’, isso é, sem o uso único da força com opressão e repressão. Os métodos da democracia de cooptação são variados, porém o objetivo é claro: transformar revolucionários em reformistas e garantir a absorção gradual e contínua dos elementos contraditórios surgidos na luta de classes no âmbito da sociedade política e da sociedade civil. Essa forma de democracia implica a corrupção ‘intrínseca e inevitável’ do sistema de poder.

Para Florestan Fernandes, uma democracia efetiva de massas implicaria a utilização da tolerância como a forma de resolução de conflitos. Porém, na conjuntura brasileira dos anos 1960, o Estado autocrático impedia isto. Além disso, a forma como se deu a transição daquele regime para a forma democrática em meados dos anos 1980 no Brasil garantiu que esse bloqueio ao uso da tolerância fosse perpetuado. Trata-se, então, de uma democracia restrita que configura o ‘circuito fechado’, sob o qual apenas ‘os mais iguais’, as elites dominantes e as classes médias, participam do processo decisório da vida política, econômica e social.

Uma cooptação, para além do ‘aburguesamento’ dos setores radicais da classe média e dos líderes dos movimentos trabalhistas, seria uma democracia que, pelo menos na aparência, se ‘abriria para baixo’ ao permitir incorporar à ordem social competitiva, de forma tutelada, a classe trabalhadora. Todavia, essa abertura para baixo não ultrapassaria os limites de uma democracia oligárquica de um Estado autocrático, onde as regras do jogo valem somente para os mais iguais (aqueles inseridos na ordem social vigente). Conforme esclarece o autor, a cooptação no Brasil nasceu ainda no período da Ditadura Civil-Militar, durante o chamado ‘milagre econômico’:

Com todas as suas limitações e inconsistências, o padrão compósito e articulado de hegemonia burguesa pode demonstrar, então, toda a sua utilidade como uma “ponte” entre classes e estratos de classe burgueses

nacionais e estrangeiros, um elo flexível, que facilita a distribuição de todos no espaço político “revolucionário” e a fruição desigual do poder ou de vantagens entre os mais iguais. Graças a ele, os estratos médios ganham no rateio e se privilegiam muito acima do seu próprio prestígio social, movendo as alavancas do aparato estatal que estão nas mãos da burguesia burocrática, tecnocrática e militar. Ao mesmo tempo, também graças a ele, os “interesses verdadeiramente fortes” e os “interesses predominantes” deparam, enfim com o seu meio político ideal, podendo impor-se à vontade, de “cima para baixo”, e florescer sem restrições. Se já houve alguma vez um paraíso burguês este existe no Brasil, pelo menos depois de 1968. (Fernandes, 1975, p. 416)

O próprio Florestan, na conclusão de sua obra principal, mostra como a democracia de cooptação era incipiente e incerta já na segunda metade dos anos 1970. Segundo ele, essa forma política nasceu débil, pois foi concebida num contexto de amálgama de duas revoluções antagônicas que eram frutos do consenso burguês de dominação autoritária: uma revolução de aceleração econômica que pregava a modernização capitalista como meio de legitimação do Estado autocrático; e outra na forma de uma contrarrevolução preventiva que tinha como estratégia a manutenção da ordem e o congelamento da questão social. Num país de capitalismo dependente e pobre com extrema concentração da riqueza e do poder, existe pouco espaço para a compra de alianças e lealdades estáveis. Assim, a democracia de cooptação acaba por

[...] exacerbar as contradições intrínsecas ao regime de classes, levando a pontos explosivos de efervescência que mais debilitam que fortalecem o Estado autocrático, compelido a funcionar sob extrema tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada. (Fernandes, 1975, p. 424)

Dessa forma, com a revolução burguesa entendida como já realizada, Florestan indica a necessidade de construção de uma alternativa que tenha como orientação os interesses dos trabalhadores, pois o capitalismo depen-

dente só permite uma democracia restrita, não abrindo espaço para soluções dentro da ordem. Seria necessária uma revolução fora da ordem, cujo sujeito histórico só pode ser a classe trabalhadora.

Em “O que é Revolução?”, Florestan busca trabalhar a identificação desse sujeito histórico, bem como explicita suas concepções de povo e nação. Para isso, retoma a atualidade do Manifesto Comunista citando os três elementos da revolução proletária: 1) a formação da classe proletária como uma classe independente à classe capitalista, uma verdadeira classe em si e que tem noção dos seus desafios; 2) a confrontação com a classe burguesa pela hegemonia política, o que demanda um partido organizado; e 3) a efetiva tomada do Estado.

Estamos chamando atenção para um ponto: Florestan estava atento ao fato de que uma ‘revolução não se faz por encomenda’. Mesmo que tenha sido um dos expoentes do programa democrático popular no período de nascimento e ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, o autor realizou várias críticas às contradições que esse partido altamente heterogêneo continha em si. Por isso, o sociólogo retoma em “Nós e o marxismo” a importância da categoria ‘situação revolucionária’ de Lenin, único momento em que a revolução é possível e que depende de um conjunto de circunstâncias objetivas e subjetivas que devem se combinar. As condições objetivas são: uma crise das cúpulas que impeça as classes dominantes de governar como antes; o crescimento da miséria e da angústia de forma intensa; ação independente das massas. As condições subjetivas são a capacidade de organização do partido para liderar o movimento de massas, com trabalho de elevação da consciência de classe e definição de estratégia e tática na condução de ações revolucionárias para a tomada do poder.

Diante disso, Florestan percebe que se deve evitar situações muito comuns no Brasil: a composição, o amálgama, o radicalismo burguês e o populismo, pois podem levar à cooptação e ao enquadramento por ‘dentro da ordem’ do processo revolucionário, correndo o risco de se tornar algo semelhante à social-democracia europeia. Considerando esta reflexão de Florestan e a conjuntura

política da transição da ditadura para a Nova República, o texto de Marx e Engels “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas” (1850) nos auxilia a pensar a construção de uma revolução fora da ordem, em um movimento de revolução permanente¹³.

Florestan Fernandes deixa claro sua percepção de revolução permanente quando faz a distinção entre ‘revolução dentro da ordem’ e ‘revolução fora da ordem’. Em palavras claras, a primeira pode ser entendida como ‘reforma’ enquanto a segunda como mudança estrutural comandada pelos trabalhadores e orientada para os interesses destes.

Ao formular que as classes dominantes buscariam encontrar novas formas coercitivas estatais, o autor sugere que o alastramento da democracia de cooptação implicaria o favorecimento parcial das classes subalternas. Assim, a possibilidade de mobilidade social vertical engendrada pelo apassivamento e a aliança de classes nas reformas teria duas consequências: 1) aburguesamento de setores das classes operárias e destituídas, incorporados parcialmente à ordem burguesa, gerando protestos ‘dentro da ordem’; mas, esse mesmo processo geraria 2) uma organização crescente de pressões ‘contra a ordem’, uma vez que estariam expostas às contradições da sociedade de classes, uma questão que não pode ser solucionada dentro dos marcos do capitalismo dependente.

Uma vez constituídos como ‘classe em si’, isso é, com força independente diante da classe capitalista e organizada politicamente, os proletários deveriam organizar o processo de mudança social revolucionário. Segundo Florestan (1989), o exemplo de formação da classe proletária no Brasil como classe em si são os episódios das greves de 1978 no ABC paulista. Ali, os trabalhadores teriam se mostrado como uma classe independente e organizada pela primeira vez na história do país, segundo o sociólogo.

¹³ Na perspectiva dos autores, o partido proletário pode realizar alianças táticas num contexto de revolução democrático-burguesa, desde que: consiga manter um programa próprio; tenha uma organização independente que atue tanto legal como secretamente e que, se necessário for, pegue em armas; seja capaz de estabelecer um duplo poder; e, o mais importante, que mantenha a revolução permanente ou, em outras palavras, transforme a revolução burguesa numa revolução social proletária.

O autor avalia as deficiências da forma política da democracia de cooptação, por elevar as tensões do capitalismo dependente a um ponto de inexorável contradição, que serviria de estopim para a revolução social. Não se trata, porém de um ‘acúmulo de forças’ necessário ao capitalismo tal como defendia o PCB após março de 1958, mas da forma tática de uma luta que tem um objetivo estratégico bem definido, a emancipação da classe trabalhadora no Brasil. Florestan estava consciente de ser necessário um programa próprio, independente e que contasse com a aliança burguesa somente até onde esta não entrasse em conflito com a causa proletária (Fernandes, 1989).

A participação de Florestan na controvérsia da revolução brasileira ressalta a especificidade histórica da trincheira brasileira, a luta pelo fim do processo de submissão colonial, o que é definido o caráter de nossas burguesias, burguesias dos negócios, sócias menores do capital internacional. Ao mesmo tempo, tais classes dominantes forjaram o caráter do Estado brasileiro, enquanto um instrumento de dominação dessas burguesias, que mantêm a contrarrevolução tanto na forma coercitiva, como na forma consensual:

Os que reprimem e oprimem, nestes dias, lutam para impedir o *curto-circuito* final, que para eles vem a ser o desaparecimento de um Estado antagônico à Nação e ao Povo, ou seja, um Estado que, como todo Estado elitista, tem sempre de “fechar a história” para os que não estão no poder. (Fernandes, 1976, p. 34)

Esta revolução não poderá ser nacional nem associada com esta burguesia, tem que ser uma revolução popular para criar uma democracia socialista.

Uma controvérsia em revolução permanente: à guisa de conclusão

Na história do pensamento econômico e social brasileiro, a caracterização da formação social brasileira e suas possibilidades de transformação, ou seja, a controvérsia da revolução brasileira, foi marcada por importantes reflexões

sobre a teoria e a prática da revolução no Brasil feitas pelos autores que se posicionavam politicamente como socialistas e que reivindicavam a tradição marxista. Ao resgatar esta controvérsia, em sua segunda edição, apresentamos algumas das principais contribuições ao pensamento marxista brasileiro no século XX para compreender a realidade brasileira e pensar suas possibilidades e sentidos de mudança.

Nelson Werneck Sodré se colocou como uma das principais referências para a posição do marxismo dominante no PCB. Buscou analisar as relações internas de produção e propriedade para definir o modo de produção vigente no Brasil. Para isso, desenvolveu uma interpretação histórica que entende o processo de colonização sob comando do capital comercial no bojo do feudalismo português, de tal forma que não haveria se constituído um modo de produção capitalista no Brasil. Ao contrário, teria havido uma regressão no próprio feudalismo, conduzindo à instalação do escravismo na colônia. Este seria um modo de produção transplantado pelo processo de colonização, progressivamente compondo a característica de heterocronia da economia brasileira, isso é, a simultaneidade de diferentes modos de produção, ou, nas palavras de Sodré, a contemporaneidade do não coetâneo.

A decadência do escravismo na segunda metade do século 19 estabeleceria a predominância do modo de produção feudal na República Oligárquica, fundado no monopólio da terra herdado da colonização. Este seria um feudalismo à brasileira, diferente do europeu, mas que de toda forma se apresentaria como um entrave ao desenvolvimento do capitalismo no país. Na verdade, haveria um duplo entrave, típico de país colonial: o monopólio feudal da terra e o imperialismo.

Daí o autor propor uma política de alianças para formar uma frente ampla com trabalhadores urbanos, camponeses e burguesia nacional – a fração da burguesia no Brasil que é resistente ao imperialismo. Essa seria a composição política do movimento revolucionário, para levar adiante a revolução democrático-popular, tal como proposto pela linha central da Internacional Comunista

e pelo PCB. Portanto, essa etapa da revolução deveria ser antifeudal, anti-imperialista, nacional e democrática. Na concepção do autor, se não houvesse essa primeira etapa da revolução, não seria possível criar as bases para a etapa socialista do processo revolucionário.

Caio Prado Junior vai exercer uma crítica persistente à interpretação e à política revolucionária dominante no PCB, desde sua filiação nos anos 1930 até suas últimas intervenções. Especialmente nos anos 1960, pós-golpe de 1964, o autor vai fazer uma dura crítica ao que ele se refere como a teoria consagrada da revolução brasileira. Apontando nessa teoria uma transposição mecânica das categorias típicas da sociedade europeia para a realidade brasileira.

Assim, critica a interpretação do feudalismo no Brasil, colocando sempre a característica capitalista do empreendimento colonial, ou seja, o sentido da colonização e a organização da produção em bases da grande exploração rural. Além disso, considera equivocada a análise do campesinato, afirmando não haver no Brasil tal categoria social de pequenos proprietários no campo. Para o autor, seriam todos trabalhadores rurais sem qualquer propriedade de terra. Da mesma forma, não distingue uma 'burguesia nacional' com ímpetus anti-imperialistas, sendo, pelo contrário, formada no Brasil uma burguesia associada ao capital estrangeiro, com afinidade de interesses, mesmo quando eventualmente haja algum atrito de concorrência capitalista.

Para Caio Prado, o núcleo central da revolução brasileira seria a superação da economia colonial, realizando uma transição para a economia nacional. Para tanto, a aliança política fundamental se daria entre trabalhadores do campo e da cidade, unidos pela condição análoga de não proprietários explorados. Essa unidade de luta deveria se consolidar num amplo movimento de massas, com forte base rural, mas sob a liderança do proletariado urbano.

O autor demonstra certa ambiguidade ao tratar do caráter da revolução brasileira, pois propõe alguns elementos característicos da revolução democrático-popular, mas sempre afirmando o objetivo final da revolução socialista. Assim, aposta num retorno à democracia como forma de viabilizar uma melhor

organização dos trabalhadores, conquistando ativa participação política e influenciando nos rumos do país. Esse seria o caminho de progressivas reformas institucionais e de planejamento estatal para realizar uma transformação processual rumo à revolução socialista.

Florestan Fernandes, por sua vez, vai afirmar sempre a necessidade da revolução social para romper com a dupla articulação característica do capitalismo dependente, marcado pela dependência externa e pela segregação social interna. A evolução do capitalismo mundial nas bases do desenvolvimento desigual e combinado teria gerado uma especificidade para a revolução burguesa no Brasil: a burguesia realizaria sua revolução desprovida de horizonte utópico, sem preocupações quanto à formação da nação ou à instituição de uma sociedade democrática.

Apoiada na dominação autocrática do Estado, a burguesia brasileira optaria pela repressão aos trabalhadores sempre que houvesse qualquer ameaça ao seu poder, inviabilizando as ações políticas das classes subalternas. Assim, a revolução burguesa não seria capaz de romper com a dupla determinação típica dos países dependentes. Ao contrário, realizaria o aprofundamento destas determinações pela prática corrente da contrarrevolução preventiva.

Ao analisar a virada dos anos 1970 para os 1980, Florestan já apontava os limites da transição democrática, qualificando o que denominou de democracia de cooptação. Esta seria uma revolução nas técnicas da contrarrevolução, supostamente abrindo o Estado à participação política dos trabalhadores, mas inviabilizando sua prática revolucionária efetiva pela cooptação das lideranças inseridas no jogo da democracia burguesa. De tal modo, apostava na manutenção da autonomia política dos trabalhadores frente à burguesia, com a organização de um partido próprio, com um programa revolucionário sob a liderança dos trabalhadores. A aliança tática com a burguesia deveria durar enquanto não houvesse contradição de interesses de classe na revolução dentro da ordem. Mas, essa aliança deveria ser rompida quando a revolução permanente dos trabalhadores avançasse rumo à revolução contra a ordem, ou seja, a revolução socialista.

Percebemos, então, que o tema da revolução brasileira é central e estrutura quase todos os debates do campo marxista. Mostramos que, longe de haver consenso, a proposta de uma revolução brasileira foi centro de intensas controvérsias políticas e acadêmicas para autores importantes da tradição marxista brasileira. Mostramos também que muitas dessas divergências de diagnósticos e prognósticos derivam da orientação partidária e da concepção crítica sobre a formação social brasileira realizada por cada um dos intérpretes analisados. Especialmente em tempos de avanço da hegemonia neoliberal, é imprescindível retornar à controvérsia da revolução brasileira, na medida em que o esgotamento da democracia de cooptação e a ordem social burguesa no Brasil apresentam seus limites e articulam nova contrarrevolução preventiva para mudar apenas o necessário para manter tudo exatamente como está.

Referências:

DEL ROIO, Marcos. A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de uma particularização de uma revolução burguesa em processo. *In*: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (org.). **História do marxismo no Brasil**, v. 4: Visões do Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2000. p. 73-134.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar. [1968] 1981.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Globo, [1975] 2011.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. Rio de Janeiro: Globo. [1976] 2010.

FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação**: o PT e os rumos do socialismo. Rio de Janeiro: Globo, [1989] 2006.

FERNANDES, Florestan. Memória: Entrevista Florestan Fernandes. *In: Teoria e Debate*, n. 13, 1991.

FERNANDES, Florestan. Caio Prado Junior: a rebelião moral. 1995. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/110625208/Caio-Prado-Jr-Rebeliao-Moral-Florestan-Fernandes>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

GRESPLAN, José Luís. O conceito de “modo de produção” em Nelson Werneck Sodré. *In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima. Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena.* São Paulo: Editora Unesp, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, [1995] 2011.

KAREPOVS, Dainis. *et al.* Trotsky e o Brasil. *In: MORAES, João Quartim de (org.). História do marxismo no Brasil – v. 4 – Os influxos teóricos.* Campinas: Editora Unicamp, [1995] 2014. p. 229-253.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Expressão Popular, [1918] 2007.

MARX, Karl & FRIEDRICH, Engels. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas, 1850. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

OLIVEIRA FILHO, Vírgilio Roma. A revolução nacional isebiana: H. Jaguaribe e N. W. Sodre. **Estudos de Sociologia (São Paulo)**, UNESP, v. 5, n. 9, p. 31- 76, 2000.

PCB. **PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos).** São Paulo: LECH, 1980.

PINHEIRO, Filipe. Revisitando as origens da controvérsia da revolução brasileira: um debate entre Octavio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio Xavier. *In: MALTA, Maria; LEÓN, Jaime; CURTY, Carla; BORJA, Bruno (org.). Controvérsias sobre*

história, desenvolvimento e revolução no Brasil: pensamento econômico em interpretação crítica. 2022. (neste livro)

PINHEIRO, Filipe *et al.* Nelson Werneck Sodré: feudalismo e revolução à brasileira. *In: Anais Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015:* Insurreições, passado e presente. Niterói, 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil.** 21. ed. São Paulo: Brasiliense, [1933] 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – colônia.** 23. ed. São Paulo: Brasiliense, [1942] 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, [1945] 1970.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, [1966] 1978.

PRADO JUNIOR, Caio. **História e desenvolvimento:** a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, [1968] 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. Adendo a A Revolução Brasileira. *In:* PRADO JUNIOR. **A revolução brasileira.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, [1967] 1978.

PRADO JUNIOR, Caio. Perspectiva em 1977. *In:* PRADO JUNIOR. **A revolução brasileira.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, [1977] 1978.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas.** Rio de Janeiro. Editora Contraponto. v. 1. [1957] 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1958] (1963).

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1962] 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. Modos de Produção no Brasil. *In*: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 133-156.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, [1930] 2007.

SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA

uma análise do pensamento de Celso Furtado e sua aproximação com a teoria da dependência

Wilson Vieira

Introdução

A análise do pensamento de Celso Furtado e das formulações dos autores da Teoria da Dependência (doravante TD) a partir de 1964 sobre a contribuição do aprofundamento da dependência para a situação de manutenção das estruturas subdesenvolvidas nos leva a inferir que as relações entre dependência e subdesenvolvimento denotam um processo de longa duração.

A fim de compreender esse processo, objetiva-se captar as aproximações entre as reflexões de Celso Furtado e da TD, que pode ser dividida em duas vertentes: a vertente do desenvolvimento dependente e associado (que podemos denominar de Teoria Weberiana da Dependência, doravante TWD), cujos principais autores são Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso; e a vertente marxista (denominada de Teoria Marxista da Dependência, doravante TMD), cujos principais autores são André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra¹. Objetiva-se também observar principalmente a aproximação de Furtado com a TMD, a partir de 1964, a respeito da relação entre subdesenvolvimento e dependência e, por meio deste movimento, analisar as contribuições desses autores para pensar os desafios cada vez maiores para

¹ A divisão que adotamos para analisar a TD se baseia em Bichir (2012) e, principalmente, em Dos Santos (2000), que faz uma análise aprofundada do histórico da TD, suas divisões e seus desdobramentos.

superar o subdesenvolvimento no século XXI, dado o quadro de continuidade da dependência combinado com um cenário de crise capitalista.

A nossa hipótese de trabalho é que, partindo das reflexões de Celso Furtado, podemos identificar encontros de sua leitura com a TD (principalmente com a TMD), especialmente a partir de 1970 ao observar que, mesmo diante da continuação da industrialização na América Latina, o subdesenvolvimento não é superado, mantendo-se a situação de dependência da periferia em relação ao centro, revelando as ‘conexões fundamentais’ entre subdesenvolvimento e dependência (cf. Furtado, 1974).

Em virtude da diferença existente em termos metodológicos entre Furtado e os autores da TD, especialmente da TMD, consideramos que vale a pena fazer alguns apontamentos sobre a questão do método. Alinhando-nos ao método das controvérsias adotado neste livro², que tem como base o ‘materialismo histórico-dialético’, fazemos a referência ao debate existente entre esses autores, consideramos, porém, que existe uma interessante alimentação mútua das reflexões a partir de suas diferenças. O materialismo histórico-dialético, elaborado por Karl Marx³ e marcante na formulação da TMD, é adotado como um dos caminhos de análise porque, a partir da compreensão da estrutura econômica, pode-se entender dialeticamente a formação da consciência social.

O trabalho de Furtado possui a marca de uma perspectiva materialista-histórica, porém, é também recheado pela Sociologia do Conhecimento, elaborada

² “O pensamento econômico é visto como resultado de um conjunto inseparável de observação da realidade histórica e da visão de mundo sob a qual essa observação se realiza. Nesse método de pesquisa se combina o estudo do período histórico de referência com um estudo da teoria econômica elaborada até então, de modo a compreender a produção intelectual resultante dessas influências.” (Curty & Malta, 2022, capítulo 1 neste livro, p. 73)

³ Para mais detalhes, ver as seguintes obras de Marx: “Grundrisse” ([1857-1859] 2011), “Contribuição à crítica da Economia Política” ([1859] 2008), “O Capital” (1867[2011]) e “Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico” ([1905-1910] 1987).

por Karl Mannheim⁴ e explicada no livro “Ideologia e utopia”⁵. Furtado, como um intelectual da práxis, se identifica com a percepção de que a análise sobre a realidade histórica não é elaborada a partir de um indivíduo isolado, mas também é influenciada pelo fato de que os modos do pensamento concretamente existentes estão unidos ao contexto da ação coletiva, abrindo espaço para a noção de controvérsia com a qual trabalhamos. No entanto, Furtado, seguindo Mannheim mais de perto, considera o pensamento coletivo concretamente existente e a ação feita pelos intelectuais das mais diversas origens sociais (denominados de *intelligentsia* por Mannheim) dentro da tarefa específica de dotar a sociedade em que estão inseridos de uma interpretação, o que pode ser inclusive lido como um certo elitismo em sua visão, mas que não retira do trabalho sua capacidade analítica. Segundo Furtado:

A influência direta de Marx se ampliou através da leitura dos livros de Karl Mannheim. A sociologia do conhecimento era uma forma de ligar a atividade intelectual do homem à história. Com efeito, o desejo de vincular a atividade intelectual criadora à história será o ponto de partida de meu interesse pelas ciências sociais. Já não se tratava de ler livros de ciências sociais, e sim de buscar neles meios para atuar. (Furtado, 1997, p. 16)

Finalmente propomos, como forma de complementar as reflexões metodológicas com as quais estamos trabalhando, a utilização associada da Teoria da Linguagem Política de John Pocock, exposta no livro “Linguagens do ideário político” (2003), que afirma que determinados pensadores podem inovar na reflexão sobre um tema específico ao lançarem uma nova linguagem, um novo vocabulário, um novo léxico, ou, na expressão do autor, uma nova *langue* que

⁴ Sociólogo alemão de origem húngara que teve grande influência na elaboração teórica de Furtado e também na sua ação, através da ideia de planejamento democrático. Para mais detalhes, ver Furtado (1997) e Mazucato (2014).

⁵ A primeira edição original em alemão foi publicada em 1929 seguida de uma edição ampliada em inglês em 1936. Utilizamos a edição brasileira de 1972 (a partir da edição de 1936), publicada pela Zahar.

modificará a *parole*, ou seja, a própria maneira de se expressar e debater sobre determinado tema.

Levantamos a questão de que a adoção dessa teoria se justificaria por permitir que observemos a forma pela qual a reflexão sobre o binômio subdesenvolvimento-dependência feita por Furtado e pela TD contribuem para trazer uma nova linguagem, uma nova maneira de refletir sobre esse tema.

Trilharemos, então, o caminho de inicialmente analisarmos as aproximações entre Celso Furtado e a TD nas reflexões sobre o subdesenvolvimento e a dependência na década de 1970, para podermos pensar os desdobramentos das reflexões de Celso Furtado e da TD, dada a globalização, e finalmente tecermos algumas considerações finais.

Subdesenvolvimento e dependência na década de 1970: aproximações entre Celso Furtado e a Teoria da Dependência

Transformações no pensamento de Furtado após o golpe de 1964

A partir do golpe civil-militar de 1964, observamos na reflexão de Furtado uma ampliação cada vez maior de sua perspectiva teórica, adotando de maneira crescente o caminho de aprofundamento da articulação entre teoria econômica e política. Isso se mostra presente em sua formulação do diagnóstico ‘estagnacionista’⁶ e, de maneira mais radical, a partir de suas obras da década de 1970, por meio da superação crítica deste diagnóstico.

Na verdade, as reflexões de Furtado após 1964 reforçam o que ele já havia percebido a partir de 1960, ou seja, que a industrialização não conseguiu equacionar nem as questões econômicas nem as questões sociais no Brasil. Tal constatação o leva, juntamente com Prebisch (1964), a fazer sua autocrítica e propor a inclusão da necessidade de políticas sociais e de distribuição de renda

⁶ O diagnóstico estagnacionista encontra-se em Furtado (1966, 1968a, 1968b).

para sair do subdesenvolvimento, revelando uma compreensão profunda da dimensão política deste fenômeno.

Para podermos prosseguir na análise das transformações no pensamento de Furtado após o golpe de 1964, é necessário que apresentemos de maneira introdutória os conceitos de subdesenvolvimento, dependência cultural e ‘modernização’ na visão do autor, os quais analisamos com mais detalhes no decorrer desta seção.

O subdesenvolvimento se caracteriza como uma situação na qual determinados países se inserem na divisão internacional do trabalho de maneira subordinada (e periférica) em relação aos países desenvolvidos (centrais, dominantes do sistema capitalista). A maneira como essa subordinação ocorre varia no tempo, mas, ‘grosso modo’, pode-se afirmar que, na fase em que há predomínio de uma economia primário-exportadora (caso do Brasil no decorrer do século XIX e do século XX até 1930), ocorre a deterioração dos termos de intercâmbio⁷, pois os bens primários exportados possuem menor valor adicionado que os bens industrializados importados dos países centrais (e que participaram primeiramente da Revolução Industrial). Na fase em que ocorre a industrialização substitutiva de importações (caso do Brasil a partir de 1930), o subdesenvolvimento não é superado, pois ocorre a importação de padrões de indústria do centro capitalista, buscando alimentar a demanda de consumo e com tecnologia inadequada à realidade brasileira.

A inadequação dessa tecnologia se assenta no fato de que é poupadora de mão de obra e, na realidade brasileira, a difusão desse novo padrão tecnológico, que não é resultante do processo interno de acumulação e progresso técnico, não virá acompanhada da assimilação/demanda de novos bens de consumo por todo o corpo social, mas apenas pelas elites de renda, na medida em que não haverá incorporação de grande parte da população na força de trabalho industrial, e a maior parte dos salários se manterá em padrões de

⁷ Furtado utiliza a análise de Prebisch sobre a deterioração dos termos de intercâmbio. Para mais detalhes, ver Prebisch (1949) e Furtado (1985).

subsistência.⁸ Assim, o que era adequado para a realidade dos países centrais, em que a difusão do progresso técnico vinha junto com a assimilação de novos bens de consumo, era um produtor de desigualdade para o Brasil. Tudo isso gera uma situação de heterogeneidade estrutural, na qual convivem dois setores muito diferentes entre si: um setor composto de uma indústria de bens de consumo duráveis e de capital (setor mais moderno) e um setor composto de uma indústria de bens de consumo não duráveis e de uma agricultura voltada para a exportação – além daquela voltada à subsistência – com baixa intensidade de capital e uso extensivo de mão de obra (setor tradicional).

A não superação do subdesenvolvimento, mesmo com a presença da indústria, se caracteriza também como uma situação de dependência cultural, pois a demanda de bens de consumo por parte das elites e das classes médias locais obedece a uma imitação dos padrões de consumo das elites e classes médias dos países desenvolvidos, característica da ‘modernização’. A ‘modernização’ corresponde a um processo que incorpora tecnologia e padrões de consumo importados das economias centrais, porém de forma restrita a uma pequena parcela da população. A partir dessa conceituação apresentada brevemente, analisamos agora com mais profundidade como Furtado trabalha esses conceitos.

O período entre 1968 e 1973 é importante para a mudança na reflexão de Furtado, ao observar que a economia brasileira não continuou estagnada. De fato, 1968 foi o ano de abertura do que viria a ser denominado de ‘milagre’ econômico brasileiro. Nesse período, Furtado recebe os trabalhos de Tavares e Serra elaborados na Cepal em 1971 e publicados em 1972 (Tavares & Serra, 1972), reavalia suas reflexões anteriores e inova na sua teoria ao elaborar o termo ‘modernização’, mantido entre aspas porque não se trata de uma moderniza-

⁸ Na análise de Furtado, segundo Borja (2011, p. 113): “O caráter substitutivo da industrialização latino-americana se expressa na intenção da produção nacional reproduzir internamente bens similares aos antes importados. Isto implicou não só uma redefinição das decisões de investimento, desviando-se da produção primário-exportadora e rumando para a indústria de bens de consumo para o mercado interno, mas também uma tentativa de assimilar os processos produtivos em operação no centro do sistema mundial, onde vigorava uma tecnologia poupadora de mão de obra – o que intensificou a concentração de renda nos países subdesenvolvidos”.

ção que leve ao desenvolvimento econômico, mas, sim, que traz crescimento econômico sem superar a situação de subdesenvolvimento. Furtado também inova ao incluir a dependência nas suas reflexões, denotando uma aproximação com a TD.

O termo ‘modernização’ aparece pela primeira vez no livro “Análise do ‘modelo’ brasileiro” (1972). A palavra ‘modelo’ aparece entre aspas para denotar que não se trata de um modelo de desenvolvimento econômico como se apregoava na época tanto no Brasil quanto no exterior, mas de um caso de crescimento econômico conjugado com forte concentração de renda, fruto de reformas econômicas feitas pela Ditadura Civil-Militar no período entre 1964 e 1967 através do Plano de Ação Econômica Governamental (Paeg). Segundo Furtado, esse período demonstra nitidamente que apenas a industrialização não traz automaticamente o desenvolvimento socioeconômico.

Para fundamentar sua análise sobre a ‘modernização’, Furtado inicialmente chama a atenção sobre o desenvolvimento econômico ocorrido a partir da Revolução Industrial, percebido nas formas que ele assumiu: i) transformação de técnicas produtivas, inicialmente nas manufaturas e nos meios de transporte; ii) modificação nos padrões de consumo. Essas transformações ocorridas em conjunto caracterizam os países desenvolvidos. Naqueles países em que essas transformações ocorreram somente nos padrões de consumo (mesmo que de uma minoria da população), observamos o fenômeno do subdesenvolvimento. Segundo Furtado:

A história do subdesenvolvimento consiste, fundamentalmente, no desdobramento desse modelo de economia em que o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos. A partir do momento em que entrou em declínio o sistema tradicional de divisão internacional do trabalho – ou seja, quando a demanda internacional de produtos primários passou a crescer com relativa lentidão – ou, no caso de certas regiões, os recursos naturais de fácil utilização foram plenamente utilizados – os países

subdesenvolvidos tiveram de tomar o caminho da industrialização. (...) Na fase de industrialização, a característica fundamental das estruturas subdesenvolvidas está em que o nível tecnológico correspondente aos padrões de consumo, isto é, ao nível de modernização, restringe a difusão do progresso tecnológico, isto é, sua generalização ao conjunto das atividades produtivas. (...) Na linguagem dos sociólogos latino-americanos, mais excludente é o desenvolvimento. (Furtado, 1982, p. 11-12)

Portanto, na visão de Furtado (1982, p. 13-15), enquanto nos países desenvolvidos o fluxo de novos produtos e o complexo de inovações tecnológicas que o acompanham são essenciais para o funcionamento da economia capitalista, se observamos tal fato no âmbito mundial, percebemos que tais fatores preservam as relações de dominação e de dependência (mesmo que a periferia se industrialize), explicitando o subdesenvolvimento, uma situação de dependência estrutural, que pode ser traduzida por um horizonte estreito de opções na formulação de objetivos próprios, além de reduzida capacidade de articulação das decisões econômicas tomadas em função desses objetivos, denotando uma aproximação com a TD ao utilizar as palavras ‘dominação’ e ‘dependência’, participando do processo de introdução de uma nova *langue* na *parole*, como Pocock (2003) afirma.

A partir da definição e da análise do subdesenvolvimento, o qual comporta a ‘modernização’ e a dependência nos países periféricos, Furtado mostra como se dá esse processo no caso específico brasileiro do ‘milagre’ econômico, como observamos abaixo.

O ‘milagre’ foi baseado em forte concentração da renda mediante compressão salarial, contudo, sem ser estática, mas, sim, dinâmica, porque também contou com a ampliação do grupo social consumidor do mercado de bens de consumo duráveis (além da minoria proprietária de bens de capital, com inclusão da classe média) através do financiamento do consumo em suas várias formas (subsídios ao consumo e transferências de títulos de propriedade e de crédito). Tais medidas foram tomadas para evitar dificuldades da retomada do

processo de industrialização (depressão predominante em importantes segmentos da atividade econômica) que certamente ocorreriam se a concentração de renda continuasse a ser estática⁹.

No livro “O mito do desenvolvimento econômico” (1974), em especial no segundo capítulo “Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais”, Furtado busca aprofundar o significado da ‘modernização’ e da dependência para os países subdesenvolvidos, ao observar que estão inseridas no processo de industrialização da periferia, a qual não se orienta para formar um sistema econômico nacional, mas, sim, para completar o sistema econômico internacional. Essa industrialização é algo específico das economias subdesenvolvidas¹⁰ e conta, de maneira cada vez mais forte, com a presença das grandes empresas transnacionais, aspecto que reforça a situação de dependência da periferia – elemento importante do imperialismo, tal como Marini e Dos Santos analisam, que leva às seguintes consequências (sentidas principalmente a partir da segunda metade da década de 1960):

1. Processo de unificação dos países centrais, que levou a uma intensificação do seu crescimento.
2. Ampliação considerável do fosso entre o centro e a periferia.
3. As relações comerciais entre países centrais e periféricos (mais ainda do que entre os países do centro) se transformaram progressivamente em operações internas das grandes empresas.

Nesse processo de industrialização periférica, a ‘modernização’ é uma manifestação de mimetismo (e dependência) cultural da periferia em relação ao centro. Segundo Furtado:

Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o *processo da pro-*

⁹ Tal análise também é feita, mas de maneira geral para a América Latina, por Marini ([1973] 2000).

¹⁰ Aqui, apesar de Furtado não utilizar as expressões imperialismo e dependência, podemos observá-las na maneira como a periferia se industrializa.

dução (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e forma de apropriação desse excedente) e o *processo da circulação* (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto), os quais, *conjuntamente, engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes*. (Furtado, 1974, p. 80, grifos nossos)

Nessa passagem, Furtado aprofunda ainda mais sua análise interdisciplinar ao introduzir a questão da dependência cultural, ponto que seria desenvolvido com mais detalhes em “Criatividade e dependência na civilização industrial” (1978). Podemos afirmar que sua análise, apesar de se diferenciar daquela feita pela TD (em suas duas vertentes), não deixa de ser um complemento valioso para a análise da dependência na vertente marxista.

Portanto, a partir da reflexão exposta acima, Furtado aprofunda sua noção de ‘modernização’ e a define da seguinte maneira:

Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. Quanto mais amplo o campo do processo de modernização (e isso inclui não somente as formas de consumo civis, mas também as militares) mais intensa tende a ser a pressão no sentido de ampliar o excedente, o que pode ser alcançado mediante expansão das exportações, ou por meio de aumento da “taxa de exploração”, vale dizer, da proporção do excedente no produto líquido. (...) Daí que apareçam crescentes pressões, ao nível da balança de pagamentos, quando o país atinge o ponto de rendimento decrescente na agricultura tradicional de exportação e/ou enfrenta deterioração nos termos de intercâmbio. (...) A importância do processo de modernização, na modelação das economias subdesenvolvidas, só vem à luz plenamente em fase mais avançada quando os respectivos países

embarcam no processo de industrialização; mais precisamente, quando se empenham em produzir para o mercado interno aquilo que vinham importando. (...) *Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho.* (Furtado, 1974, p. 81-82, grifos nossos)

Em “Prefácio a Nova Economia Política” (1976), observamos a retomada de pontos analisados nas obras que expomos acima, além do acréscimo dos seguintes:

1. A ideologia do progresso é um forte impulsionador da industrialização periférica.
2. A penetração do modo capitalista de produção no quadro da dependência externa leva a tensões na estrutura de dominação interna (fenômeno da insegurança social) e revoluções sociais (que podem ocorrer ocasionalmente). Contudo, segundo Furtado (1976, p. 60), “(...) a regra tem sido o crescimento relativo da forma autoritária de apropriação do excedente, que tende a fazer-se hegemônica”.
3. Ocorre um duplo processo de concentração de renda: em benefício dos países centrais e, dentro de cada país periférico, em benefício da minoria que reproduz o estilo de vida do centro¹¹.
4. Furtado chama a atenção para pontos importantes a serem estudados, a fim de compreendermos melhor esse processo de ‘modernização’: a) os grupos que controlam as principais atividades econômicas nos países latino-americanos; b) as relações dos Estados nacionais com as empresas transnacionais.

¹¹ Aqui, essa análise também se assemelha àquela de Marini sobre a superexploração dos trabalhadores da periferia (e de maneira mais patente, como analisamos mais à frente).

No livro “Criatividade e dependência na civilização industrial” (1978), que pode ser considerado seu livro mais interdisciplinar, Furtado reforça os aspectos culturais e sociais da ‘modernização’ e da dependência, chamando a atenção para a importância das estruturas sociais internas da periferia para a compreensão da industrialização dependente, mas também para o fato do que significou ‘ocidentalização’, isso é, destruição de valores culturais em vários países da periferia sem haver uma substituição adequada. Segundo Furtado:

[É] na evolução das estruturas sociais internas que se vê com clareza a especificidade da industrialização dependente. Sua estreita vinculação com o comércio exterior somente pode ser percebida em toda sua complexidade se se tem em conta que a ela corresponde um importante papel na reprodução dos setores sociais que tiveram acesso, ainda que por via indireta, aos valores materiais da civilização industrial. Esta a razão pela qual essa industrialização tem como eixo o fluxo de importações, sendo de menor relevância as suas vinculações com o sistema pré-existente de forças produtivas. (Furtado, 1978, p. 49)

Apesar desse quadro negativo na periferia, Furtado vê possibilidades de superação:

A luta contra a dependência passa, portanto, por um esforço para modificar a conformação global do sistema. Que se esteja atualmente discutindo essa questão – mais precisamente: que a conformação global do sistema haja sido questionada – é clara indicação de que a relação de forças se está modificando a favor dos países dependentes. Certo: em grande parte dos países periféricos, as relações externas de dependência estão introjetadas nas estruturas de dominação social. Mas, conforme já observamos, isso não impede a emergência de estruturas de poder tecnoburocrático capazes de explorar a nova situação que se está formando. (...) Dentre os recursos de poder em que se assenta a chamada ordem econômica internacional

têm particular relevância: a) o controle da tecnologia, b) o controle das finanças, c) o controle dos mercados, d) o controle do acesso às fontes de recursos não renováveis, e e) o controle do acesso à mão de obra barata. Esses recursos, reunidos em quantidades ponderáveis e/ou combinados em doses diversas, originam posições de força, que ocupam os Estados ou os grandes grupos econômicos na luta pela apropriação do excedente gerado pela economia internacional. Essas posições de força são de peso diferente e em seu relacionamento tendem a ordenar-se, produzindo uma estrutura. A luta contra a dependência não é outra coisa senão um esforço de países periféricos para modificar essa estrutura. Coligações de países permitem ocasionalmente obter a massa crítica requerida para o controle de um recurso, ou articular combinações de recursos de alta eficácia na geração de poder. Controlar os estoques de um produto é importante, mas ainda mais importante é dispor de recursos financeiros para prolongar esse controle. Dispor de recursos de petróleo é uma arma, mas a eficácia dessa arma pode aumentar consideravelmente se se consegue organizar globalmente a oferta de petróleo no mercado internacional. (Furtado, 1978, p. 114-116)

Portanto, observamos em Furtado, nas reflexões a partir de “Análise do ‘modelo’ brasileiro” (1972), elementos que mostram a situação de dependência da periferia sob a hegemonia dos EUA também construída por condicionantes culturais que se manifestam no fenômeno da ‘modernização’, guardando semelhança, e ao mesmo tempo complementando, as reflexões de Dos Santos e Marini sobre imperialismo e dependência nas economias periféricas.

Ao mesmo tempo, Furtado, ao pensar as relações de poder, dependência e submissão internacionais, não adota a expressão ‘imperialismo’, expressão muito importante para o pensamento dependentista, especialmente para denotar a influência e as intervenções dos EUA sobre a América Latina, mas, sim, a expressão ‘hegemonia’. Pode-se observar esta escolha de léxico no segundo capítulo do

livro “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina” (1966)¹², republicado (com pequenas modificações) no livro “A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina” (1973), que analisamos a seguir.

No capítulo intitulado “Obstáculos externos ao desenvolvimento”, Furtado mostra que para se atingir a superação da inércia do subdesenvolvimento é necessário que tenhamos de maneira bem nítida quais são os obstáculos de ordem externa naquele momento, a fim de superá-los.

Esses obstáculos derivam da Guerra Fria, fato que levou a um esforço de definição das áreas de influência dos EUA e da URSS. Nesse processo, os EUA propuseram para a sua área de influência, onde a América Latina estava inserida, uma série de políticas, dentre as quais merecem destaque a ‘contenção da URSS’, na administração Eisenhower e as doutrinas expressas no documento Aliança para o Progresso (APP), já na administração de John F. Kennedy.

Na administração Eisenhower, o pensamento e a ação do governo pressupunham que a URSS não somente explorava a revolução mundial, como também era a sua criadora. E foi neste contexto que foi desenvolvida a doutrina formulada pelos técnicos do Massachusetts Institute of Technology (MIT)¹³, sob a liderança de Rostow (final da década de 1950, início da década de 1960): os objetivos da política exterior dos EUA seriam melhor alcançados por meio de uma bem orientada ‘ajuda externa’ aos países subdesenvolvidos, a fim de se alcançar o desenvolvimento e, com isso, eliminar os riscos de instabilidade social. O resultado prático se deu já no governo Kennedy com a Aliança para o Progresso (APP), criticada seriamente em período subsequente dentro do governo dos EUA sob a argumentação de que o próprio desenvolvimento cria instabilidade social, mesmo orientado de fora.

A partir dessa crítica à APP dentro do aparelho estatal dos EUA é que podemos compreender a mudança da política do governo estadunidense em relação à América Latina, passando à defesa da ideia de que não se poderia perder de

¹² Utilizamos a edição de 1968.

¹³ Observadas em Rostow (1961) e Millikan & Blackmer (1963).

vista o objetivo da política dos EUA em relação a essa região, isso é, o de conservar integrada a sua esfera de influência, sendo o desenvolvimento de um ou outro país um meio para alcançar tal objetivo. A ajuda teria que ser destinada aos grupos de elite desses países que estivessem empenhados em conservá-los fora do comunismo e do controle soviético. E, dentro desses países, se fosse necessário, as forças militares e policiais poderiam ser usadas para assegurar a estabilidade durante a implantação de programas nos moldes da APP. Abriu-se uma era de apoio a golpes civis-militares conservadores na América Latina em geral e no Brasil em particular¹⁴.

Portanto, nessa análise, o problema fundamental dos EUA na segunda metade do século XX é o da sua ‘segurança’ e o da América Latina é o do ‘desenvolvimento’, um dos caminhos de construção da nação. São objetivos que se mostram conflitivos, não à primeira vista, mas, sim, numa análise mais aprofundada, na qual não pode ser deixado de lado o papel das empresas privadas norte-americanas¹⁵. Segundo Furtado:

A partir do momento em que se define a “segurança” dos Estados Unidos como incluindo a *manutenção do status quo social na região latino-americana*, é perfeitamente claro que a *autonomia dos países dessa região* (admitindo-se que os povos e os Estados da América Latina não se confundem com ocasionais estruturas de poder) *para superintender o próprio desenvolvimento fica reduzida a pouca coisa*. Está implícita nessa doutrina que as decisões de caráter fundamental deverão ser tomadas num plano mais alto, provavelmente no centro político da esfera de influência, ou em algum órgão “supranacional”, cujo poder efetivo constitui simples delegação daquele centro político. (...) [Nesse processo], cabe às *empresas privadas norte-americanas um papel básico no desenvolvimento latino-americano*

¹⁴ Para mais detalhes, ver Furtado (1968, p. 35-37).

¹⁵ Isso se constitui numa grande novidade na construção do diagnóstico estagnacionista de Furtado, que ele aprofundaria no decorrer das décadas de 1970 e 1980 e que ele denomina de transnacionalização do capital, antecipando um dos elementos da análise da mundialização do capital.

e que a execução da política de “ajuda” dos Estados Unidos deve ser principalmente por intermédio dessas empresas. (...) Acordos de “garantia” vêm sendo assinados com governos latino-americanos pelos quais as empresas privadas norte-americanas, que atuam em determinado país, passam a gozar de situação privilegiada relativamente a idênticas empresas que operam em território dos Estados Unidos. (Furtado, 1968, p. 42, grifos nossos)

Logo, nessa visão, a construção da nação corre riscos, segundo Furtado, numa crítica à tecnocracia, que é aprofundada nas suas reflexões da década de 1980, afirma:

Esse “projeto” de desenvolvimento regional, tendente a tornar obsoleta a ideia de nacionalidade como principal força política na América Latina, apresenta muito atrativo para importantes setores das classes dirigentes locais, que veem aí uma fórmula hábil para esvaziar o “nacionalismo”, ao qual atribuem grande responsabilidade pela presente inquietação social. Em realidade, se se consegue subtrair ao Estado grande parte de suas funções substantivas na orientação do processo de desenvolvimento econômico e social, seria de esperar que a atual “fermentação” política, que caracteriza muitos dos países latino-americanos, tenda a reduzir-se, passando os governos a atuar principalmente no plano “técnico”. (Furtado, 1968, p. 44, grifos nossos)

O autor, aprofundando sua análise, mostra que implantar esse projeto nas condições históricas da América Latina na segunda metade da década de 1960 seria inviável, pois a penetração de grandes consórcios, caracterizados pela elevada inflexibilidade administrativa e grande poder financeiro, tende a provocar desequilíbrios estruturais de difícil correção, tais como: maiores disparidades de níveis de vida entre grupos de população e rápido aumento do desemprego aberto e disfarçado. Nesse processo, a redução da capacidade de controle dos Estados nacionais leva à acentuação da concentração de atividades econômicas em determinadas subáreas, com o conseqüente agravamento das disparidades

de níveis de vida entre grupos sociais e áreas geográficas, levando, portanto, ao aumento real ou potencial das tensões sociais na América Latina com uma resposta essencialmente repressiva por parte do Estado.

Apesar desse diagnóstico desafiador, Furtado continua acreditando na construção da nação sob a liderança do Estado, porém, acrescida do que pode ser o início da defesa da radicalização da democracia nesse processo (que ele desenvolveria com mais ênfase na década de 1980):

O desenvolvimento econômico, nas difíceis condições que enfrenta presentemente a América Latina, requer uma atitude cooperativa de grandes massas de população e a participação ativa de importantes setores dessa população. É por esta razão que as tarefas mais difíceis são de caráter político e não técnico. Uma difícil ação política deverá ser realizada, e isto somente será possível com apoio nos atuais centros do poder político nacional. Ao contrário do que se pretende veicular, o princípio da nacionalidade é vital na atual fase do desenvolvimento latino-americano. Toda autêntica política de desenvolvimento retira sua força de um conjunto de juízos de valor nos quais estão amalgamados os ideais de uma coletividade. E se uma coletividade não dispõe de órgãos políticos capacitados para interpretar suas legítimas aspirações, não está aparelhada para empreender as tarefas do desenvolvimento. Destarte, o princípio da nacionalidade é hoje, ainda mais do que no passado, de extraordinária funcionalidade. Toda medida que se venha a tomar no sentido de enfraquecer os Estados latino-americanos como centros políticos capazes de interpretar as aspirações nacionais e de aglutinar as populações em torno de ideais comuns, terá como resultado limitar as possibilidades de desenvolvimento da região. Assim, a integração econômica latino-americana somente se justifica se for concebida como definição de política comum entre Estados nacionais, e não como articulação entre grandes empresas estrangeiras que operam na região. (Furtado, 1968, p. 46, grifos nossos)

Observamos, portanto, em Furtado, uma reflexão importante sobre o papel dos EUA na manutenção do subdesenvolvimento nos países da América Latina, visto que foi um país que colaborou para com o golpe civil-militar no Brasil em 1964, dentro de um quadro de estagnação econômica que, para Furtado teria continuidade e levaria o Brasil a um processo de regressão econômica – a ‘pastorização’ –, tal como ele afirma de maneira mais patente no ensaio “Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar” (1968b), mas que não ocorreu, como o próprio Furtado observa a partir do livro “Análise do ‘modelo’ brasileiro” (1972), em que a industrialização continua, mas de caráter dependente e subordinada aos interesses hegemônicos do centro capitalista, em especial dos EUA, com a permanência do subdesenvolvimento.

A Teoria da Dependência e a formação de uma controvérsia com Furtado

Dentro da TD, analisamos primeiramente a TWD¹⁶, composta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (principais membros), que questionam as teses estagnacionistas do período (inclusive a de Furtado nos seus trabalhos de 1966 a 1968), mas veem como saída para o subdesenvolvimento um desenvolvimento dependente e associado. Na visão deles, exposta no livro “Dependência e desenvolvimento na América Latina” (publicado pela primeira vez em 1970)¹⁷, a dependência dentro de uma economia periférica industrializada se caracteriza pelos investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos países periféricos, os quais levam a um desenvolvimento parcial num quadro de heteronomia e provocam divisão entre os setores assalariados, ou seja, entre aqueles vinculados ao setor capitalista avançado (que se beneficiam com o desenvolvimento) e ao setor capitalista tradicional (ou atrasado).

¹⁶ Denominamos a vertente do desenvolvimento dependente e associado da TD de TWD porque Cardoso e Faletto se valem de um ecletismo teórico que inclui, além do marxismo, do instrumental de análise weberiano (com mais ênfase, inclusive) ao analisar a industrialização latino-americana através da aplicação dos tipos ideais de Weber para os países dessa região. Sobre os tipos ideais, ver Weber ([1925] 2002).

¹⁷ Utilizamos a edição de 1984.

Para Cardoso e Faletto, essa dependência possui um novo caráter, diferente daquela que caracterizava os países da América Latina na fase em que suas economias eram predominantemente primário-exportadoras, pois ocorre a industrialização (principalmente no Brasil, na Argentina e no México), em um processo sem autonomia de decisão sobre as formas de superação do subdesenvolvimento para os países dessa região, pois passou a ser comandado pelo investimento externo (a partir das empresas transnacionais dos países centrais). Porém, apesar da situação de dependência persistir, os autores observam oportunidades para o desenvolvimento. Segundo Cardoso e Faletto:

A novidade da hipótese não está no reconhecimento da existência de uma dominação externa – processo óbvio – mas na caracterização da forma que ela assume e dos efeitos distintos, com referência às situações passadas, desse tipo de relação de dependência sobre as classes e o Estado. Salientamos que a situação atual de desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos desenvolvimento e dependência, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemonia externa. Já não são os interesses exportadores que subordinam os interesses solidários com o mercado interno, nem os interesses rurais que se opõem aos urbanos como expressão de um tipo de dominação econômica. Ao contrário, a especificidade da situação atual de dependência está em que os “interesses externos” radicam cada vez mais no setor de produção para o mercado interno (sem anular, por certo, as formas anteriores de dominação) e, conseqüentemente, se alicerçam em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas. Por outro lado, a formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedade não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos

grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas, etc. (Cardoso & Faletto, 1984, p. 141-142)

Podemos afirmar que Furtado se aproxima da TWD a partir de 1970 no tocante à análise da nova situação de dependência, mas se afasta dela ao afirmar que a industrialização periférica dependente não supera o subdesenvolvimento (se aproximando, neste ponto, da TMD).

Analisamos agora a TMD¹⁸, composta por André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra (principais membros), que criticam a tese da estagnação defendida por Furtado e veem uma nova fase do subdesenvolvimento, isso é, a da dependência num contexto de industrialização (diferente da fase da dependência de uma economia primário-exportadora da periferia em relação às economias industrializadas centrais)¹⁹. Segundo Dos Santos:

Combati em 1964 todas as teses estagnacionistas que viam na política de estabilização monetária de Roberto Campos a destruição da indústria brasileira. Ao contrário, afirmei que a política de estabilização deveria levar a uma nova fase de crescimento, baseada contudo num nível mais alto de produtividade, concentração econômica, monopolização e estatização (...). (Dos Santos, 2000, p. 134)

Podemos observar essa crítica à tese estagnacionista de Furtado no ensaio de Marini, “Subdesenvolvimento e revolução” (publicado pela primeira vez em 1967)²⁰, no qual afirma que as reformas econômicas implementadas no Brasil nos primeiros anos da Ditadura Civil-Militar (1964-1967), através

¹⁸ Para mais detalhes sobre um panorama geral da TMD, ver Dos Santos (2000), Martins (2011) e Bichir (2012).

¹⁹ Segundo Marini em “Dialética da Dependência” (2000 [1973]: 109), a dependência só pode ser compreendida numa relação entre nações independentes, diferentemente de uma economia colonial. Trabalhamos esse ponto com mais detalhes à frente.

²⁰ Esse artigo foi publicado pela primeira vez em espanhol em 1967. Utilizamos a tradução brasileira publicada em 2014 no livro “Subdesenvolvimento e revolução”.

do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), abriram uma nova fase que se concretizaria com o ‘milagre’ econômico brasileiro (1968-1973), isso é, de desenvolvimento econômico com industrialização, mas de caráter dependente, denotando o sucesso do avanço do imperialismo dos EUA ao subordinar o mercado brasileiro para suas corporações transnacionais.

Em outro ensaio de Marini, “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil” (publicado pela primeira vez em 1965)²¹, destacamos de sua reflexão o fato de que a expansão imperialista do Brasil após o golpe civil-militar de 1964 se constituiu, na verdade, em um subimperialismo brasileiro ou em uma extensão indireta do imperialismo norte-americano. Em “Subdesenvolvimento e revolução” observamos uma definição precisa de subimperialismo. Nas palavras de Marini:

O subimperialismo se define, portanto:

- a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e
- b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores). (Marini, 2014, p. 40)

Ainda sobre esse tema, afirma:

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização capitalista, que contrapôs ao esquema simples de divisão do trabalho –

²¹ Esse artigo foi publicado pela primeira vez em espanhol em 1965. Utilizamos a tradução brasileira publicada no livro “Dialética da Dependência” (2000), antologia dos principais artigos de Ruy Mauro Marini, organizada e apresentada por Emir Sader.

cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a CEPAL – um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros²². (Marini, 1992, p. 137-138)

Destacamos também de Marini o ensaio “Dialética da Dependência” (publicado pela primeira vez em 1973)²³, no qual aprofunda o significado da dependência, isso é, da situação na qual os países periféricos (caso dos países da América Latina), mesmo que cheguem a se industrializar, como ocorreu a partir da década de 1930 (e com mais intensidade a partir da década de 1950), continuam a ser dependentes do centro capitalista, e mais: a situação de estagnação vivida pelos países da América Latina (e em especial o Brasil no período 1962-1967) se estabeleceu a partir de uma reorganização das forças produtivas no capitalismo dependente, permitindo que tal situação perdurasse (e até se agravasse), como pôde ser visto no exemplo do ‘milagre’ econômico brasileiro (1968-1973). Nessa visão, na economia industrial dependente, a acumulação de capital se caracterizaria também pela superexploração do trabalho (pois foi característica na economia de base exportadora), definida da seguinte maneira por Marini:

É necessário observar (...) que, nos três mecanismos considerados [a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a ex-

²² Sobre essa reflexão de Marini, vale citar o comentário de Luce (2014, p. 48-49), complementando nossa exposição: “O sentido perverso a que se refere Marini é o fato de a autonomia relativa não poder escapar da dinâmica global imposta pelos grandes centros. Quando uma ou mais economias dependentes ascendem a um novo grau na hierarquia do capitalismo mundial é para assumirem novo caráter da dependência e para se converterem, também elas, em extratoras de mais-valia, apropriando-se de parcela do valor produzido pelas periferias – mas sem elevar o nível de vida da sua classe trabalhadora”.

²³ Esse artigo foi publicado primeiramente em espanhol em 1973. Utilizamos a versão em português publicada no livro “Dialética da Dependência” (2000).

propriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho], a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalhador se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho. (Marini, 2000, p. 126)

E, dada a superexploração do trabalho, o desenvolvimento tecnológico colocou graves problemas de realização, pois o mercado para bens suntuários acabou por se encontrar muito restrito internamente, dada a existência de um abismo entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta de circulação, além de gerar uma forte divisão entre os trabalhadores dos setores industriais ligados à produção de bens suntuários e os trabalhadores ligados aos setores industriais relacionados à produção de bens de consumo não duráveis (indústrias tradicionais com baixa utilização de capital), além da forte presença do subemprego²⁴. Segundo Marini:

Nesta medida, dado que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses ramos de produção não pôde traduzir-se em maiores lu-

²⁴ Sobre essa questão, Dos Santos (2000, p. 135-136, grifo do autor) afirma: “[A] massa de subempregados concorre não só com o trabalhador empregado não qualificado. Ela afeta inclusive o poder de barganha do trabalhador qualificado, que aceita, em nossos países, salários muito inferiores ao padrão internacional, devido ao medo de recuar à situação de miséria que observa ao seu redor. Portanto, a introdução de tecnologias mais sofisticadas nos nossos países não consegue eliminar as condições de *sobre-exploração* dos nossos trabalhadores”.

cross através da elevação da taxa de mais-valia, mas tão-somente mediante o aumento da massa de valor realizado. A difusão do progresso técnico na economia dependente avançará então paralelamente com uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque *a acumulação segue dependendo no fundamental mais do aumento da massa de valor – e em consequência de mais-valia – do que da taxa de mais-valia.* (Marini, 2000, p. 148, grifos nossos)

As ‘soluções’ encontradas para tal situação foram as seguintes, segundo Marini:

O recurso utilizado para solucioná-los foi o de fazer intervir o Estado (através da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e ao financiamento ao consumo suntuário), assim como à inflação, com o propósito de transferir o poder de compra da esfera baixa à esfera alta da circulação; isso implicou em rebaixar ainda mais os salários reais, com o fim de contar com excedentes suficientes para efetuar a transferência de renda. Mas, na medida em que se comprime assim a capacidade de consumo dos trabalhadores, fecha-se qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado a atender ao consumo popular. (Marini, 2000, p. 148)

Uma outra ‘solução’ encontrada, segundo Marini (2000, p. 150), foi (como pode ser observado a partir de meados da década de 1960) a expansão para o exterior, isso é, exportação de manufaturas tanto de bens essenciais quanto de bens suntuários, o que pode ser percebido nos projetos de integração econômica regional e sub-regional e no desenho de políticas agressivas de competição internacional, denotando a ressurreição do modelo da velha economia exportadora (só que com nova roupagem) em toda a América Latina.

Nesse processo, a industrialização latino-americana se constituiu, portanto, numa nova divisão internacional do trabalho, pois as etapas inferiores da produção industrial foram transferidas para os países dependentes.

Theotonio dos Santos, em “Imperialismo e corporações multinacionais” (1977), chama a atenção para a função da corporação multinacional no capitalismo na segunda metade do século XX: elemento, célula do imperialismo moderno, reforçando a situação de subdesenvolvimento e dependência dos países periféricos.

A partir da exposição da TWD e da TMD, podemos fazer uma sistematização que apresente os pontos convergentes e divergentes entre essas vertentes da TD.

No tocante às convergências, ambas as vertentes criticam a tese da estagnação de Furtado e afirmam que a dependência não é superada pela industrialização e que nesse processo a presença de empresas transnacionais é cada vez mais forte, denotando o processo de expansão do capitalismo mundial do centro para a periferia, em que as burguesias internas dos países latino-americanos que se industrializaram se associaram ao capital oriundo dos países centrais. Segundo Dos Santos (2000, p. 129): “Podia-se concluir claramente pela incapacidade histórica dessa burguesia de sustentar um programa econômico de independência e autonomia que lhe garantisse o controle sobre o excedente econômico gerado na região”.

Quanto às divergências, observamos:

1. A TWD enfatiza uma análise weberiana do processo de dependência e subdesenvolvimento da América Latina (mesmo se utilizando também da análise marxista) e, apesar da continuidade da dependência da América Latina numa situação em que suas economias se industrializam, há a possibilidade de se alcançar o desenvolvimento, associando as economias latino-americanas periféricas às economias centrais, caracterizando um desenvolvimento dependente e associado.
2. A TMD não vê a possibilidade de superação do subdesenvolvimento numa situação em que os países dependentes são industrializados, dado o quadro de superexploração da força de trabalho, de uma industrialização a partir da tecnologia adotada no centro e oriunda de suas empresas, que instalam suas plantas industriais nos países periféricos dentro

do avanço do imperialismo, o que, em casos como o do Brasil, leva a uma situação de subimperialismo, a fim de conseguir expandir sua produção para os demais países da região, dada a limitação da demanda do mercado interno. Ou seja, ocorre, na verdade, não a superação de um quadro de subdesenvolvimento e da dependência, mas, ao contrário, a manutenção de ambos, com a continuação da superexploração dos trabalhadores, do subemprego, da marginalidade e da exclusão social.

Vale também afirmar aqui que tanto nos demais países da América Latina quanto em outros continentes, ao contrário do que aconteceu no Brasil, as duas vertentes da TD participaram de um intenso debate no período que analisamos. No caso brasileiro, nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu um ‘não-debate’, segundo Prado:

Aqui, na verdade, houve um não-debate, e em seu lugar existiu uma leitura unilateral em relação às contribuições vinculadas ao marxismo e à luta revolucionária latino-americana. Tais contribuições, além de terem sido alvo da censura e da perseguição política, sofreram um sistemático trabalho de deturpação intelectual, no qual o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso teve um papel central, contando também com a conivência de diversos intelectuais de peso e com uma tenaz inércia intelectual, que apenas recentemente tem sido rompida. No Brasil, foi se construindo uma espécie de “pensamento único” sobre o tema da dependência centrado em grande medida na perspectiva defendida por Cardoso, de tal modo que se firmou um relativo desconhecimento – e até mesmo deformação – das contribuições inscritas na tradição marxista, dentro da qual estariam as obras de André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e, principalmente, Ruy Mauro Marini. (Prado, 2011, p. 69)

Um exemplo marcante desse não debate pode ser observado quando Fernando Henrique Cardoso e José Serra publicaram o artigo “As desventuras da Dialética da Dependência” (1978), no qual criticavam as reflexões de Marini

em “A Dialética da Dependência” sem terem publicado no Brasil o ensaio objeto dessa crítica e também a sua réplica a ela²⁵.

A partir do que foi exposto sobre Celso Furtado e a TD, podemos elencar os elementos com os quais Furtado se aproxima dessa teoria:

1. A industrialização na periferia não supera o subdesenvolvimento, ao contrário, colabora para a sua manutenção, dada a adoção de tecnologia importada do centro, colaborando para agravar o quadro de heterogeneidade estrutural.
2. A industrialização periférica, ao passar a produzir bens suntuários que antes eram importados, adota métodos produtivos com alta densidade de capital, criando condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, ocorre um aumento da taxa de exploração, indo numa linha de reflexão próxima de Marini sobre a superexploração da força de trabalho, principalmente ao afirmar que ocorre um duplo processo de concentração de renda: em benefício dos países centrais e, dentro de cada país periférico, em benefício da minoria que reproduz o estilo de vida do centro (denominado por ele de ‘modernização’).
3. A ‘modernização’ determina o tipo de industrialização na periferia, pois a produção de bens e serviços busca atender à demanda de bens suntuários dos setores médios e das elites locais que mimetizam o padrão de consumo das suas classes congêneres dos países centrais, caracterizando um quadro de dependência cultural (indo além da econômica, tal como a TD coloca). Ou seja, Furtado concorda com a tese da dependência num quadro de industrialização, mas trilha um caminho próprio ao enfatizar a dimensão cultural dessa dependência.

²⁵ Todo o debate, incluindo a réplica de Marini – “As razões do Neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra)” –, juntamente com “Dialética da Dependência” e “As desventuras da Dialética da Dependência” foi publicado por Marini em 1978 (quando era professor da Universidade Nacional Autônoma do México) em número extra da “Revista Mexicana de Sociologia”. Cabe destacar também o artigo de Bambilra (1978) que responde aos críticos da TMD.

4. Furtado concorda com a TMD ao defender a impossibilidade de superar o subdesenvolvimento dentro de um quadro de dependência, ao contrário da TWD, que defende a possibilidade de superação do subdesenvolvimento através de um desenvolvimento dependente e associado.
5. A América Latina possui uma relação de dependência e submissão em relação aos EUA, denotando a sua hegemonia para com essa região. Furtado não utiliza a expressão ‘imperialismo’, adotada pela TMD, mas sua reflexão é bem próxima dessa vertente da TD.

Observamos uma aproximação de Furtado com a TMD maior do que tradicionalmente indicada, porém, é necessário apontar que Furtado trilha um caminho próprio.

Subdesenvolvimento e dependência diante da globalização: desdobramentos das reflexões de Celso Furtado e da Teoria da Dependência

A partir dos estudos da TD e de seu debate com o pensamento furtadiano, observamos diferentes desdobramentos em suas duas vertentes que merecem ser destacados.

Na TWD, observamos uma atualização da teoria ao abraçar as teses da globalização e continuar a defesa do desenvolvimento dependente e associado, mas dentro do movimento de adesão à globalização com políticas de corte neoliberal. Podemos notar uma aproximação entre as reflexões de Fernando Henrique Cardoso (e também suas ações como presidente do Brasil entre 1995 e 2002) e Manuel Castells²⁶. Porém, o que observamos como resultado das propostas colocadas é a permanência do subdesenvolvimento, da dependência, e diminuição cada vez maior da margem de manobra dos países periféricos, dada a situação de continuidade do imperialismo, mas sob uma nova roupagem.

²⁶ No livro “A sociedade em rede” (1999), observamos de maneira mais patente tal proximidade.

Ao analisar as reflexões de Fernando Henrique Cardoso²⁷ e sua atuação na presidência do Brasil, Dos Santos (2000, p. 143-144) expõe como se deu tal atualização nos seguintes pontos:

1. Um certo grau de absorção de força de trabalho nas fases de crescimento e adoção de políticas sociais contribuem para amenizar os efeitos desestruturadores das contradições criadas pela dependência da economia mundial, ou seja, concentração da renda e de poder e marginalização social.
2. A acumulação capitalista dependente não é necessariamente mais contraditória que a dos países capitalistas centrais e nada obriga que ela continue a se basear na superexploração do trabalho.
3. O desenvolvimento capitalista dependente ou associado pode ser conciliado a regimes políticos liberais e democráticos.
4. Os inimigos do desenvolvimento são o populismo e o corporativismo, seja do Estado ou das instituições da sociedade civil, numa visão em que a questão do subdesenvolvimento se constitui como consequência do atraso de nossas sociedades tradicionais e não do caráter do nosso desenvolvimento capitalista.

Segundo Dos Santos (2000, p. 144): “São estas teses que fundamentam a atuação política de Fernando Henrique Cardoso em nossos dias [período em que ele foi presidente da república, 1995-2002] e ele as exibiu de maneira clara e diáfana em suas campanhas presidenciais e em seu programa de governo”.

Podemos afirmar, portanto, que a TWD aprofunda a sua defesa do desenvolvimento dependente e associado nos tempos de globalização neoliberal.

Na TMD, a análise do processo de globalização também ocorre, como podemos observar no livro “Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável” (1999), de Theotonio dos Santos. Porém, para a nossa

²⁷ Dos Santos baseia sua análise principalmente nos seguintes livros: “Dependência e desenvolvimento na América Latina” (1970) e “As ideias e seu lugar” (1993).

análise neste trabalho, nos valem do artigo de Marini, “Processo e tendências da globalização capitalista” (2000)²⁸, porque analisa as consequências da globalização²⁹ para os países dependentes de maneira mais específica, indo ao encontro dos objetivos deste trabalho, como podemos observar nos pontos do texto que destacamos abaixo, segundo Marini (2000, p. 282-284):

1. Os países desenvolvidos possuem uma imensa superioridade em matéria de pesquisa e desenvolvimento, que é aquilo que torna possível a inovação técnica, constituindo-se, portanto, em um monopólio tecnológico e, por conseguinte, fator de agravamento da condição dependente dos países periféricos.
2. Os países centrais exercem o controle na transferência de atividades industriais sobre os países periféricos, tanto por sua capacidade tecnológica como de investimento, atuando de duas maneiras: a) pela transferência prioritária aos países dependentes de indústrias menos intensivas em conhecimento; b) pela dispersão entre os diferentes países periféricos das etapas da produção de mercadorias, a fim de impedir o surgimento de economias nacionalmente integradas.
3. O resultado dessas ações dos países centrais pode ser observado na divisão internacional do trabalho no nível da produção, fazendo com que os países dependentes regressem ao lugar da divisão internacional do trabalho que ocupavam no século XIX, isso é, na qual vendiam bens primários para o centro e de lá compravam bens manufaturados, mas agora com a utilização de métodos de gestão plenamente capitalistas.

²⁸ Esse artigo foi publicado primeiramente em espanhol em 1997. Utilizamos a versão em português publicada no livro “Dialética da Dependência” (2000).

²⁹ Segundo Marini (2000, p. 269): “O processo mundial em que ingressamos a partir da década de 80 e que se convencionou chamar de globalização caracteriza-se pela superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial, no que se refere às estruturas de produção, circulação e consumo de bens e serviços, assim como por alterar a geografia política e as relações internacionais, a organização social, as escalas de valores e as configurações ideológicas próprias de cada país”. O autor ainda afirma que existem quatro aspectos a serem destacados nesse processo (Marini, 2000, p. 270-272): a) a grande magnitude da população envolvida; b) a aceleração do tempo histórico; c) a enorme capacidade de produção que está em jogo; d) a profundidade e a rapidez que começam a apresentar essas transformações.

4. A globalização produz também, com essa 'nova' divisão internacional do trabalho, desníveis crescentes em matéria de saber e de capacitação técnica na mão de obra e contribui para o agravamento da dependência.

A partir desses pontos, Marini coloca algumas perspectivas desse processo:

Estamos, pois, chegando a um ponto em que, do mesmo modo que no século XIX, a questão central passa a ser a luta dos trabalhadores para impor limites à orgia a que se entrega o capital (para empregar uma expressão de Marx) e submeter a seu controle as novas condições sociais e técnicas em que podem desenvolver sua atividade de produção. Não se trata, naturalmente, de deter o aumento da produtividade do trabalho e nem sequer seu corolário natural, o aumento da intensidade, mas de distribuir de maneira mais equitativa o esforço de produção, o que implica em reduzir a jornada de trabalho em uma proporção compatível com o avanço da capacidade produtiva geral. Mas, ainda que seja assim tão simples, isso implica colocar sobre bases radicalmente distintas o conteúdo e as formas do desenvolvimento econômico mundial.

Esta é a razão principal para que a solução aos problemas que enfrentam atualmente os povos de todo o mundo passe necessariamente pela luta de classes e, em particular, pela disposição que tenham para tomar em suas mãos as rédeas da política econômica, o que significa dizer: assumir a direção do Estado. A única resposta que comporta hoje a problemática da globalização é a posta em marcha de uma revolução democrática radical. (Marini, 2000, p. 291-292)

E essa luta dos povos passa por uma ampla aliança dos trabalhadores dos países centrais e dos países dependentes, segundo Marini:

À medida que avança o processo de globalização, é inevitável que se precise com mais nitidez os objetivos dos trabalhadores e se criem mecanismos que lhes permitam atuar de maneira ordenada no cenário que o próprio

capital está desenhando, o do mercado mundial plenamente constituído. Mesmo na fase precedente, correspondente à internacionalização em grande escala, que preparou as condições para o que está em curso agora, já se registraram movimentos de solidariedade que, além de qualquer ideologia, refletiam interesses comuns entre os trabalhadores do centro e do mundo dependente. A constituição progressiva de um verdadeiro proletariado internacional, que é a contrapartida necessária da globalização capitalista, permitirá recolocar em novas bases a luta dos povos por formas de organização social superiores. (Marini, 2000, p. 294-295)

Outro desdobramento da vertente marxista da teoria da dependência pode ser observado na aproximação cada vez maior com a economia política do sistema-mundo³⁰, como Dos Santos afirma:

A teoria da dependência prosseguia e aperfeiçoava um enfoque global que pretendia compreender a formação e evolução do capitalismo como economia mundial. Prebisch falava, na década de 1950, sobre a existência de um centro e de uma periferia mundial, tese que aperfeiçoará na década de 1970 sob a influência do debate sobre a dependência (...) A teoria da dependência buscou refinar esse esquema ao rever a teoria do imperialismo desde sua formação, com Hilferding, Rosa Luxemburgo, Hobson, Lenin e Bukharin. André Gunder Frank (1991) chama a atenção para essa busca de análise do sistema mundial que se desenha sobretudo no começo da década de 1970 com Amin (1974), Frank (1978, 1980 e 1981), Dos Santos (1970 e 1978), mas ganha realmente grande alento com a obra de Immanuel Wallerstein (1974, 1980, 1989), que desenvolve a tradição de

³⁰ Segundo Dos Santos (2000, p. 57): “O enfoque do sistema-mundo busca analisar a formação e a evolução do modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico-sociais, políticas e culturais que nasce no fim da Idade Média europeia e evolui para se tornar um sistema planetário e confundir-se com a economia mundial. Esse enfoque, ainda em elaboração, destaca a existência de um centro, uma periferia e uma semiperiferia, além de distinguir, entre as economias centrais, uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema”.

Fernand Braudel (1979). Tudo isso tem sido objeto de ampla discussão. (Dos Santos, 2000, p. 55)

Celso Furtado, a partir das suas elaborações teóricas na década de 1970, continuaria refletindo, em obras posteriores, sobre as alternativas para o Brasil diante dos desafios que iam surgindo para a nação brasileira: a crise econômica e a enorme dívida externa na década de 1980, como observamos em “O Brasil pós-‘milagre’” (1981) e em “A nova dependência: dívida externa e monetarismo” (1982), além dos riscos da adesão ao neoliberalismo, como observamos em “Brasil: a construção interrompida” (1992).

No livro “O capitalismo global” (1998), Furtado analisa os efeitos da globalização nos países periféricos (em especial no Brasil), os quais levam ao aumento da dependência (continuando a situação de subdesenvolvimento), e propõe alternativas para o enfrentamento dessa situação, como podemos observar nos parágrafos seguintes.

Destacamos primeiramente, da análise de Furtado, a seguinte observação:

Os grupos sociais que comandaram o fantástico processo de acumulação de riqueza conformaram o modelo de organização societária, mas dentro de limites ditados pelas classes assalariadas. Estas adquiriram importância crescente como mercadores absorvedores do fluxo da produção. (Furtado, 1998, p. 21)

Porém, com a globalização, vive-se uma nova fase dessa luta, segundo Furtado:

A integração política planetária em curso avançado de realização está reduzindo o alcance da ação reguladora dos Estados nacionais em que se apoiavam as organizações sindicais. Em consequência, a organização da atividade produtiva tende a ser planejada em escala multinacional e mesmo planetária, em prejuízo do poder de negociação das massas trabalhadoras. Daí que o duplo processo de desemprego e exclusão social,

por um lado, e, por outro, de concentração de renda se haja intensificado por todas as partes. (Furtado, 1998, p. 22)

Com a globalização, prossegue o autor na sua reflexão, ocorre a desarticulação das forças que garantiam o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. Segundo Furtado:

Quanto mais as empresas se globalizam, quanto mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer. Ao mesmo tempo, as iniciativas dos empresários tendem a fugir do controle das instâncias políticas. Voltamos assim ao modelo do capitalismo original, cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos no estrangeiro. (Furtado, 1998, p. 29)

As consequências, então, da adesão a esse modelo por parte da periferia são negativas, pois os mais graves problemas em sociedades pobres e ricas decorrem da orientação assumida pelo progresso tecnológico e pela incorporação indireta ao sistema produtivo da mão de obra mal-remunerada dos países de industrialização retardada (em primeiro plano, os asiáticos), causando a exclusão social de parcelas crescentes da população, fruto da grande concentração de renda.

Em suma, os novos desafios são de caráter social e não basicamente econômico, exigindo-se, portanto, imaginação política e utopia. Portanto, na visão de Furtado (1998, p. 54), para superar o subdesenvolvimento num contexto de globalização, certas condições devem ser cumpridas por qualquer país periférico:

1. Grau de autonomia nas decisões que limite o mais possível a drenagem para o exterior do potencial de investimento.
2. As estruturas de poder devem dificultar a reprodução do padrão de consumo dos países ricos e assegurar um nível relativamente alto de investimento no fator humano, abrindo caminho à homogeneização social.
3. Certo grau de descentralização de decisões empresariais para que se possa adotar um sistema de incentivos capaz de assegurar o uso do potencial produtivo.

4. Segundo Furtado (1998, p. 54): “estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e gerem forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração de poder”.

Porém, para que tais objetivos logrem êxito, é fundamental o exercício de uma forte vontade política apoiada em amplo consenso social.

Por fim, vale destacar, como forma de sistematização dessa reflexão de Furtado, a sua afirmação de que o desafio posto no início do século XXI é o de mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação num curto horizonte de tempo para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos, da preservação ecológica e com forte participação das sociedades civis (Furtado, 1998, p. 64).

O Brasil se enquadraria nessa mudança da seguinte maneira, segundo Furtado:

Essa mudança de rumo, no que nos concerne, exige que abandonemos muitas ilusões, que exorcizemos os fantasmas de uma modernidade que nos condena a um mimetismo cultural esterilizante. Devemos reconhecer nossa situação histórica e abrir caminho para o futuro a partir do conhecimento de nossa realidade. A primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se autointitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade. Na crise de civilização que vivemos, somente a confiança em nós mesmos poderá nos restituir a esperança de chegar a bom porto. (Furtado, 1998, p. 67)

Considerações Finais

Podemos afirmar, a partir do que foi analisado neste trabalho, que o pensamento de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento e a dependência se aproxima da TD (em especial da TMD), como observamos no decorrer de

nossa análise, denotando um processo no qual essas reflexões podem ser compreendidas a partir da estrutura econômica do capitalismo na periferia e no centro (tal como o materialismo histórico-dialético de Marx coloca), criando uma nova *langue na parole*, ou seja, na Teoria da Linguagem Política de Pocock, inovando no debate teórico através de expressões como ‘dependência’, ‘dependência cultural’, ‘modernização’, ‘subimperialismo’.

Observamos que Celso Furtado, mesmo se aproximando da TD, mantém um caminho próprio de reflexão, ao enfatizar a dependência cultural e a ‘modernização’ como fatores de manutenção do subdesenvolvimento.

Nos desdobramentos das reflexões de Celso Furtado e da TD diante da globalização, a aproximação ocorre também de maneira mais patente com a TMD, ao continuar afirmando a impossibilidade de se alcançar um desenvolvimento de maneira dependente e associada.

Referências

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. México: Era, 1978.

BICHIR, Maíra Machado. **A problemática da dependência**: um estudo sobre a vertente marxista da dependência. 2012 Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

BORJA, Bruno. Para a crítica da economia do desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional. *In*: MELLO, Maria Mello de (coord.). **Ecos do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p. 79-124.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, [1970] 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar**: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CURTY, Carla; MALTA, Maria. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. *In*: MALTA, Maria; LEÓN, Jaime; CURTY, Carla; BORJA, Bruno (org.). **Controvérsias sobre história, desenvolvimento e revolução no Brasil**: pensamento econômico em interpretação crítica. 2022. (neste livro)

DOS SANTOS, Theotonio. **Imperialismo e corporações multinacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DOS SANTOS, Theotonio. **A teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1966] 1968.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968a.

FURTADO, Celso. Brasil: da República oligárquica ao Estado militar. *In*: FURTADO, Celso (org.). **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968b.

FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1972] 1982.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Tensões Mundiais**. Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 43-65, 2014.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, [1936] 1972.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. *In*: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, [1965] 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. *In*: MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5. ed. Florianópolis: Insular, [1967] 2014.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In*: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, [1973] 2000.

MARINI, Ruy Mauro. As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra. *In*: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, [1978] 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina. Dependência e integração**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. Processo e tendências da globalização capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, [1997] 2000.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, [1857-1859] 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008.

MARX, Karl. **O capital. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1906-1910] 1987.

MAZUCATO, Thiago. **Ideologia e utopia de Karl Mannheim: o autor e a obra**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

MILLIKAN, Max F; BLACKMER, Donald L. M. (orgs.). **Nações em desenvolvimento: a sua evolução e a política americana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EdUSP, 2003.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, v. 22, p. 68-94, 2011.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: CEPAL, **Estudio económico de la América Latina 1948**. Santiago do Chile: CEPAL, 1949.

PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 23, p. 35-80, 1978.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação. *In*: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, [1925] 2002.

SEMENTES DO SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

propriedade, força de trabalho e produção em controvérsia

Larissa Mazolli Veiga ■ Maria Malta

Introdução

Este capítulo pretende apresentar a visão de quatro intérpretes que contribuíram para a controvérsia sobre a questão dos limites ao desenvolvimento, principalmente quando o planejamento da economia brasileira colocou o foco novamente no setor agrícola com o 'gargalo' a ser superado para a aceleração da produção, ou seja, nos anos 1960 e 1970, particularmente durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. Este foi o último momento em que a questão agrícola foi formulada de maneira articulada com uma reflexão histórico-política típica dos intérpretes do Brasil. A partir disso, a recuperação desta controvérsia tem um sentido político de trazer à tona a centralidade da escolha do modelo de desenvolvimento agrícola e seus impactos estruturais. A estrutura da propriedade sobre a terra, a organização e uso da força social de trabalho e a forma de inserção internacional das nações são nexos desta opção com o padrão de desenvolvimento em curso em determinada sociedade. Dessa forma, o atual silenciamento desse debate e sua transformação em uma discussão que se resume à evolução da produtividade do setor é reveladora, ao mesmo tempo, de uma escolha por um determinado modelo de acumulação e da tentativa de apagamento das contradições presentes no mesmo.

Argumentamos que o subdesenvolvimento brasileiro sempre encontrou em seu setor agrícola a sua expressão mais completa e complexa, tanto do ponto de

vista econômico como do ponto de vista político. A formação econômico-social brasileira se entrelaça com a maneira de organização produtiva deste setor desde a forma predominante da força de trabalho utilizada até o ordenamento da propriedade sobre a terra. A maneira de produzir o alimento e o excedente agrícola no Brasil são definidoras de sua história. Nesse sentido, esse setor foi alvo de muitas análises e controvérsias, especialmente porque sua importância é muito grande para a dinâmica econômica do país. Foi a agricultura que engendrou os primeiros ciclos econômicos e caracterizou a inserção externa primário-exportadora do Brasil, fornecendo divisas para que fosse possível o comércio com o restante do mundo ao longo de sua história, além de ser o setor responsável pela produção de boa parte dos bens-salário da economia. Percebemos, então, que foi da forma de desenvolvimento do setor agrícola que nasceu a economia brasileira e seu subdesenvolvimento, portanto, sua compreensão é fundamental nas interpretações sobre o país.

De nosso ponto de vista, a compreensão dos debates que surgiram, tanto em relação à dinâmica interna do setor agrícola, quanto sobre sua interação com o restante da economia, é essencial para identificar o motivo pelo qual a economia brasileira foi por muito tempo caracterizada como sendo atrasada, arcaica, de baixa produtividade, com excesso de força de trabalho empregada e que, por conta disso, apresentaria sérios entraves ao desenvolvimento.

Não temos dúvida de que os estudos sobre o subdesenvolvimento são mais amplos que a exclusiva análise da dinâmica do setor agrícola, no entanto, a forma frequentemente encontrada do diagnóstico da questão do subdesenvolvimento brasileiro aponta sua associação à baixa produtividade da agricultura. Esta, por sua vez, seria resultado de uma estrutura produtiva atrasada (forma da propriedade sobre a terra, organização do trabalho e forma de financiamento do capital), incapaz de responder aos aumentos de demanda, mesmo a simples demanda relacionada com a produção interna de alimentos. Essa ineficácia no processo de expansão da oferta apresentaria um descompasso com o setor industrial, gerando um aumento nos preços dos produtos agrícolas que influenciaria

diretamente nos salários reais da economia, ao alterar os preços relativos, considerando que é no setor agrícola que se encontra boa parte dos produtos básicos da economia. Este é um ponto fundamental da controvérsia em tela.

Essa relação do setor agrícola com o resto da economia não é, porém, preocupação exclusiva de autores brasileiros ou de economias subdesenvolvidas; na verdade, essa é uma questão que perpassa a história do pensamento econômico de forma ampla, e podemos encontrar o início desse debate na obra dos autores clássicos (com destaque para os trabalhos de Quesnay, Adam Smith e David Ricardo). Um importante momento de retomada dessa preocupação, com influência sobre o pensamento brasileiro, é com os debates sobre desenvolvimento ocorridos ao fim da Segunda Guerra Mundial, mas principalmente com a criação da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe (Cepal). O pensamento econômico brasileiro em geral, e a controvérsia de que trataremos, em particular, é tributário desse debate.

Sendo assim, este capítulo traçará o caminho de revisitar a controvérsia sobre os limites ao desenvolvimento e a questão agrícola, organizando-a em três momentos e espaços: inicialmente a perspectiva dos limites ao desenvolvimento trazido pelos economistas clássicos, quando abordam a questão agrícola, centrando-se em uma visão sobre a questão do seu impacto na produção do excedente social, nos preços, no equilíbrio entre setores e na competitividade internacional de cada economia nacional; posteriormente, nos estudos sobre o subdesenvolvimento latino-americano, os modelos dualistas e a crítica a esta visão trazida por meio da análise da heterogeneidade estrutural contida nos modelos estruturalistas, relevando a questão política da escolha dos usos do excedente agrícola, as diferentes formas de organização produtiva dentro do próprio setor e sua dimensão social e; finalmente, no debate brasileiro, em que ganham centralidade a perspectiva da formação social e uma política de ‘modernização’ agrícola para a interação agricultura-indústria e para a superação do subdesenvolvimento.

Limites ao desenvolvimento e o excedente agrícola: o pensamento dos clássicos

As primeiras discussões sobre a importância do setor agrícola para o desenvolvimento econômico podem ser encontradas nos economistas clássicos. Os fisiocratas foram os pioneiros e colocam a agricultura como o setor central para a dinâmica da economia, já que, segundo esses autores, seria o único a produzir valor.

Pensadores como Smith (1723-1790) e Ricardo (1772-1823), que analisavam a economia utilizando uma teoria do valor baseada no trabalho e uma teoria da distribuição que partia da produção do excedente sem localizá-lo exclusivamente em um setor, começaram a deslocar a agricultura do plano central da dinâmica da economia. Esses autores se preocupavam com o aumento de produtividade da economia, pois tinham o foco no aumento da produção do excedente como chave para o processo de acumulação e desenvolvimento.

A perspectiva da acumulação é a que recorta a problematização da questão agrícola. Para eles, este setor poderia se apresentar como um entrave ao processo de desenvolvimento, pois sua produção proporcionaria rendimentos decrescentes em virtude de a terra, recurso natural essencial para sua execução, ser um recurso finito. Portanto, para superar esse limite físico da finitude da terra, era imprescindível que houvesse uma agricultura que atendesse uma população e uma produção crescentes.

Assim, a questão agrícola, diferentemente da questão agrária, trata de quais são as condições produtivas da agricultura que apoiam os demais setores da economia. De tal modo, essa visão se relaciona diretamente com a questão do desenvolvimento econômico, já que identifica quais são os papéis que a agricultura deveria cumprir no processo de desenvolvimento. Para Quesnay (1694-1774), principal expoente da escola fisiocrata, a agricultura seria o único setor produtivo da economia, porque seria o único setor que tinha a capacidade de gerar um excedente econômico, já que a terra era o único fator capaz de gerar vários novos frutos a partir de uma única semente, concluía que era dela que se originava o novo valor. Para o autor, o setor industrial apenas teria o papel de

transformar insumos agrícolas (novo valor) em produtos industriais de mesmo valor e ao comércio caberia apenas a interligação entre os setores da economia.

Quesnay identificou o produto líquido (*produit net*), o excedente, e o caracterizou como o que é produzido além do necessário para reestabelecer a produção em mesmo nível. O autor salientou também que o produto líquido só poderia ser produzido dentro da agricultura e que somente os proprietários fundiários teriam direito a este excedente, que seria transferido a eles na forma de renda da terra. Para ele, é esse excedente agrícola, o excesso de produção sobre as necessidades imediatas, que permitiria o desenvolvimento do comércio, a existência de artesãos e a organização governamental, portanto, seria a agricultura, com seu excedente, que sustentaria a economia.

Como seria a agricultura o único setor responsável pela criação de excedente, é este setor que daria a dinâmica da economia, ou seja, quanto maior for o excedente gerado pela agricultura, maior seria a capacidade desta economia se desenvolver. Por conta disso, a economia como um todo se organizaria em torno desse setor e todos os esforços governamentais deveriam se voltar a ele, pois o desenvolvimento econômico dependia do desenvolvimento da agricultura. Nesse raciocínio de orientação da política econômica para o desenvolvimento, o autor revela a que classe serviria e quais interesses defendia com sua teoria, quais sejam, aos proprietários de terra.

Smith, diferentemente dos fisiocratas, estendeu a noção de trabalho produtivo para todos os setores da economia. Para esse autor, o trabalho produtivo é aquele capaz de gerar excedente, ou seja, todo trabalho que esteja submetido à divisão do trabalho e à especialização seria capaz de produzir um excedente independentemente de em que setor seja exercido. Deste modo, a dinâmica de uma economia estaria determinada pela acumulação de capital da economia como um todo, e não mais somente pela dinâmica da agricultura.

Na concepção de Smith, o trabalho na agricultura seria mais produtivo que os trabalhos de comerciantes e artesãos, porque os trabalhadores agrícolas não produziram apenas para sua subsistência, mas também gerariam excedente

para seus empregadores e para os proprietários de terra. No entanto, o trabalho industrial seria mais produtivo que o agrícola pelo fato de que neste setor se poderia obter a maior produtividade por trabalhador devido a maior especialização e divisão do trabalho.

O argumento de Smith era que o aumento de produtividade de qualquer atividade surgiria a partir da divisão do trabalho, devido à especialização das tarefas e ao aumento da eficiência do trabalhador na realização de cada tarefa especializada e do estímulo à sua engenhosidade de criar instrumentos específicos para cada uma delas. Na sua concepção, o trabalho na agricultura não permitia uma especialização muito grande e, portanto, estaria fadado a uma baixa produtividade. Dessa forma, o autor conclui que não há como aumentar indefinidamente a produtividade no setor agrícola, assim como acontece nos demais setores, tornando-o um setor que de certa forma frearia o crescimento, pois sua produtividade potencial é muito baixa em comparação ao setor industrial e não é capaz de se expandir por muito tempo, o que geraria uma compressão do excedente.

Nesta nova forma de apresentar a dinâmica econômica, a agricultura sairia do centro dinâmico da economia. Entretanto, ainda ocuparia um papel importante, pois como é provedora de alimentos e matéria-prima para a indústria, sua dinâmica afetaria todo o resto da economia, na medida em que o aumento da demanda de produtos agrícolas depende do crescimento demográfico, mas também do crescimento econômico.

Já para Ricardo, a importância do setor agrícola ganha outra dimensão, pois, ao organizar e desenvolver o raciocínio de Smith, apresenta uma teoria na qual este setor aparece regulando a taxa de lucro da economia, uma vez que era a dinâmica da renda da terra que balizaria a taxa de lucro¹. A renda da terra seria fruto dos diferentes níveis de fertilidade. Sua determinação dependeria da dinâmica pela qual o aumento da demanda por produtos agrícolas forçaria o cultivo de terras menos férteis, e por consequência menos produtivas. Assim, o preço desses produtos elaborados utilizando uma terra de pior qualidade seria

¹ Ver “O ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital” (Ricardo, 1815).

mais alto e, pelo princípio da concorrência, todas as terras deveriam remunerar o capital nela empregado a mesma taxa de lucro, logo, a diferença de produtividade entre as terras seria revertida em uma renda maior para as terras mais férteis na exata hierarquia de sua fertilidade. Ricardo olhava a questão da distribuição do produto da economia entre classes sociais, que seria distribuído entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra. Dessa forma, em seu esquema, um aumento do preço dos alimentos (produtos agrícolas) geraria um aumento de salários de toda a economia, e também um aumento da parcela recebida pelos proprietários, o que resultaria em uma queda na taxa de lucro obtida pelos capitalistas. Uma queda na taxa de lucro diminuiria as inversões, tanto por conta de uma menor disponibilidade de capital, quanto pela menor possibilidade de lucrar, fazendo com o que a acumulação de capital desta economia perdesse seu dinamismo.

O cerne do problema da agricultura para Ricardo consistia em que retornos decrescentes vindos da produtividade da terra, ou da utilização de terras de menor produtividade, cerceariam o crescimento de toda a economia. Esse processo ocorreria por meio do aumento da renda da terra, que faria cair as taxas de lucros, e com ela os lucros, que do ponto de vista de Ricardo são o fundo para a acumulação de capital. A baixa produtividade agrícola se tornaria prejudicial para todo o resto da economia.

Tanto em Smith como em Ricardo as recomendações de política econômica para fins de aumentar o ritmo da acumulação eram voltadas à manutenção de altas taxas de lucro. Smith ainda possuía alguma contradição em seu raciocínio, pois supunha que um aumento excessivo de capital poderia gerar uma queda na taxa de lucros, dada a concorrência entre capitalistas para aplicar o capital, mas Ricardo não tinha dúvidas sobre a necessidade de se concentrar os esforços na produção industrial na Inglaterra e deslocar a fronteira agrícola para fora do território a fim de manter a taxa de lucro inglesa elevada. Também estes autores revelavam sua posição de classe quando faziam suas recomendações para o desenvolvimento e também sua reflexão a partir do centro capitalista.

Assim, de uma maneira geral, podemos dizer que os teóricos clássicos da economia se preocuparam com a produção e distribuição do produto social e sobre quais seriam os fatores que impulsionariam ou retrairiam o crescimento econômico. Dessa forma, para eles, o setor agrícola influenciaria o desenvolvimento econômico por meio de sua produtividade, mas também considerando como a variação dos custos que seus produtos afetaria os custos de reprodução de toda a economia, revelando que o seu manejo era fundamental, ainda que a serviço de uma economia em favor dos capitalistas como classe.

Essa visão dos economistas clássicos teve grande influência sobre o pensamento estruturalista latino-americano e, a partir dele, no pensamento econômico brasileiro sobre subdesenvolvimento, porém, ainda é necessário compreender os passos deste movimento e a centralidade da compreensão da questão agrícola nesse processo. Os autores que vão colocar no centro do debate a essencialidade da compreensão do papel da estrutura do setor agrícola para a formação subdesenvolvida passam pela influência da formulação dos trabalhos de vários autores conexos ao debate do desenvolvimento no pós-Segunda Guerra Mundial. Dentre esses autores merecem destaque, a fim de compreendermos o pensamento dos autores brasileiros e a controvérsia em tela, o trabalho de Arthur Lewis e de Raúl Prebisch.

Limites ao desenvolvimento fora da perspectiva liberal clássica: excedente estrutural de 'mão de obra'², produtividade e heterogeneidade estrutural

Arthur Lewis e o excedente estrutural de mão de obra

A interpretação da questão dos limites do desenvolvimento do Arthur Lewis (1915-1991) parte da percepção da existência de um excedente estrutural de

² É importante destacar que as autoras optaram por manter a expressão mão de obra, sempre que foi utilizada originalmente pelos autores ou em trecho em que se refiram às ideias próprias dos autores. No entanto, no que se refere aos momentos do texto em que as próprias autoras expõem sua voz sobre o pensamento apresentado, preferiram se utilizar da expressão força de trabalho para se referirem à mercadoria no capitalismo que é a propriedade única do trabalhador livre.

mão de obra no setor agrícola, que estaria refletido na baixa produtividade do trabalho em tal setor, permitiria uma resposta de oferta de trabalho altamente elástica, ou que atenderia a uma rápida necessidade de expansão do emprego por conta do crescimento industrial, sem que por outro lado redundasse em perda de produção no setor agrícola. O que se discute a partir dessa constatação é como essa transferência de força de trabalho ocorrerá e como ela influenciará variáveis como emprego, produtividade em ambos os setores e, finalmente, os salários.

O trabalho de Arthur Lewis se insere no âmbito dos modelos, que tem conexão com os modelos duais de economia. Uma leitura possível³ da dualidade apontada se relaciona com dinâmicas de funcionamento diferentes entre partes da economia, considerando que apenas uma delas seja exclusivamente a lógica capitalista. Assim, nessa lógica dual, há um setor principal, o capitalista ou industrial, e o setor agrícola não obedeceria a lógica do capitalismo em sua organização produtiva. Ou seja, em grande medida, essa análise se concentra em como o setor agrícola interage com – e muitas vezes acaba por promover – o desenvolvimento dos demais setores, adaptando-se ou limitando o crescimento da economia como um todo.

Os principais problemas levantados sobre a interação da agricultura com os demais setores da economia e sua correlação com o desenvolvimento econômico são: a questão da demanda intersetorial, a oferta de força de trabalho, normalmente referida como ‘mão de obra’ por esses autores, e a oferta de alimentos. Todos esses componentes podem afetar de forma muito intensa o restante da economia. Com relação à demanda intersetorial, é levantado também o ponto de que, com o crescimento da atividade agrícola, há um aumento de demanda por produtos industrializados por parte deste setor.

³ Apresentaremos aqui uma leitura diferente da originalmente apresentada por Lewis (1954). Em seu artigo, o setor não capitalizado não necessariamente seria o setor agrícola, ainda que em várias economias do mundo houvesse uma razoável correspondência entre os dois. Esta visão está atrelada a leituras neoclássicas que seguiram a linha aberta por Lewis, que enfatizavam mais a relação direta entre o setor não capitalizado ou de baixa produtividade com a agricultura de subsistência, ou de baixa produtividade com a agricultura de subsistência.

A oferta de alimentos, bem como de matérias-primas, é colocada igualmente como importante para o desenvolvimento do setor industrial, já que, se agricultura não respondesse a aumentos de demanda, o preço dos alimentos subiria e inflacionaria os demais preços da economia.

As suposições acima possuem implicações diretas sobre o salário da economia. Os salários dos outros setores da economia seriam influenciados tanto pelos preços dos produtos agrícolas, que dependem da produtividade do setor, quanto pela oferta de mão de obra, que reagiria à necessidade de expansão da demanda por força de trabalho dos demais setores, ou especificamente dos setores de maior capitalização.

Desses dois problemas surge a preocupação com a modernização da agricultura. Para alguns autores, a modernização da agricultura seria extremamente necessária para que esta pudesse acompanhar e fornecer bases necessárias para o setor industrial ter um ritmo de crescimento acelerado. Dessa forma, nos modelos duais, o cerne da discussão sobre o setor fica em torno de como o desenvolvimento agrícola influenciaria o desenvolvimento dos demais setores e de quais são as consequências do descompasso entre esses setores para a economia como um todo.

Lewis (1954) inicia seu argumento explorando o pressuposto clássico da existência de uma oferta de mão de obra, que desembocava na questão da acumulação de capital, explicada a partir da distribuição de renda. Esse retorno ao pressuposto clássico foi uma reação aos neoclássicos que passaram a supor oferta limitada de mão de obra em seus modelos.

Arthur Lewis, no entanto, assinalava que ainda existiam países em que a oferta de mão de obra existia em excesso. Para ele, em economias densamente povoadas existia um quadro de abundância de trabalho e escassez de capital, caracterizando desta forma uma 'economia com oferta ilimitada de mão de obra'.

Esse excesso de oferta de força de trabalho estaria velado sobre um emprego de baixa produtividade, que era encontrado, ainda que não exclusivamente, no setor agrícola. Nesse setor, bem como em outros de baixa capitalização, a

produtividade marginal do trabalho seria ínfima ou menor que o salário de subsistência, o que os permitia empregar trabalhadores ociosos, de forma que não haveria excedente que remunerasse o capital que pudesse ser reinvestido e, portanto, não produzindo expansão econômica, o que caracterizaria o capital não reproduzível.

Diferentemente dos setores em que vigora a lógica capitalista, onde vigora o capital reproduzível, em que um salário corrente é igual à produtividade marginal do trabalhador, o setor agrícola permite ao capital gerar um excedente que pode ser reinvestido, gerando uma expansão econômica. Essa divisão entre a utilização de capital reproduzível e não reproduzível nos setores é o que caracteriza o modelo dual de Lewis.

O salário no setor agrícola seria definido apenas pelo seu nível de subsistência. Já o salário do setor industrial desta economia seria definido ou por convenções sociais, ou pelo mínimo necessário para a subsistência de um empregado agrícola mais um adicional, também definido socialmente, que seja condizente com o fato de que estejam trabalhando nas cidades.

O que irá fomentar esse aumento do nível de emprego é a acumulação de capital do setor industrial, ou seja, no setor capitalizado. Quanto maior for essa acumulação de capital, mais emprego será gerado, como consequência desse movimento, há um aumento de produtividade de toda a economia, já que os trabalhadores estarão empregados em setores mais produtivos.

Essa absorção acontece a salários constantes, porque, como a produtividade marginal do setor agrícola é ínfima, essa transferência de mão de obra forçará o setor a ter sua produtividade aumentada, o que não reduziria a produção agrícola, mantendo o nível de subsistência constante. Isso contribuiria também para o crescimento industrial, já que o aumento de produtividade agrícola garantiria a oferta para a expansão de demanda deste setor.

A permanência nos salários a um nível constante permite que a taxa de lucro da economia aumente, aumentando a taxa de poupança, o que, como consequência, aumentaria a taxa de investimento da economia, impulsionando o crescimento da economia.

O deslocamento do excedente de mão de obra do setor agrícola para o setor capitalista acontecerá até que o nível de emprego se encontre onde a produtividade marginal do trabalho seja igual ao salário de subsistência do setor industrial. Nesse ponto, o excedente de mão de obra se esgotará.

Para Lewis, o setor agrícola cumpriria uma importante função no desenvolvimento da economia. O excesso de oferta de mão de obra e a oferta de produtos de subsistência seriam extremamente necessários para que a expansão industrial ocorresse sem que os salários reais aumentassem, deixando que os lucros crescessem para que houvesse um reinvestimento, aumentando a acumulação de capital, fazendo com o que a economia se desenvolva.

Dessa forma, o modelo dual de Lewis acabou por revelar que a questão da baixa produtividade no setor tem uma relação muito maior com a questão social da falta de emprego e da concentração de terra do que efetivamente um atraso tecnológico, portanto, a superação da heterogeneidade de uso de capital e força de trabalho entre os setores é condição fundamental para a superação do subdesenvolvimento, por ser percebida como uma indicação entre um movimento de aumento de produtividade do setor agrícola e uma interrelação produtiva mais articulada entre os setores industrial e agrícola nos modelos duais.

Vale um mergulho no raciocínio de Prebisch para compreender como os estruturalistas chegam nesta questão.

O modelo estruturalista de Prebisch

O tema central de estudo do estruturalismo era a questão do subdesenvolvimento, aqui representado pelas ideias de Raúl Prebisch (1901-1986). Para esses teóricos, o subdesenvolvimento é decorrente da forma histórica de construção dessas economias. Com isso, de acordo com a estrutura criada historicamente, a inserção internacional dos países subdesenvolvidos se daria apenas através de sua produção agroexportadora, que traria uma produção concentrada em grandes latifúndios e apresentaria baixa produtividade.

Esse tipo de inserção internacional colocaria os países subdesenvolvidos em uma posição de inferioridade em termos de PIB per capita em relação aos países já industrializados e, principalmente, geraria uma composição socioeconômica doméstica estruturalmente heterogênea. A superação desse dilema só se daria com a industrialização, que, por sua vez, só seria alcançada por meio da indução estatal. Caso tal movimento não ocorresse, o padrão de inserção externa se perpetuaria e, na verdade, até mesmo ampliaria a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Essa posição se contrapôs à corrente de pensamento liberal, em que a vocação agrícola era defendida, para além de especialização, pois os frutos do progresso técnico internacional seriam distribuídos de forma equitativa por meio da queda dos preços relativos dos bens industrializados, nos quais haveria uma incorporação mais acelerada do progresso técnico. No entanto, a crítica estruturalista dava ênfase ao fato de que os benefícios do aumento de produtividade não atingiam a periferia, devido à incapacidade de incorporação de tais ganhos, que não se refletiam em um aumento real no salário do trabalhador, fato que ocorria no centro.

Dessa forma, a industrialização da periferia teria um papel central, porque esta seria a única forma de se apropriar desses benefícios; somente através da industrialização se poderia atingir um processo de homogeneização do mercado de trabalho. Assim, a relação centro-periferia consistia em um resultado histórico da forma na qual os benefícios gerados pelo progresso técnico se propagariam desigualmente na economia mundial.

O cerne da crítica elaborada por Prebisch abordava quais eram os pontos de estrangulamento das economias atrasadas, principalmente as latino-americanas, que colocavam impedimentos ao processo de industrialização e cerceavam o desenvolvimento destas. Para o autor, a especialização na exportação de produtos primários estava fadada a gerar uma perda dos termos de troca.

Com essa intensa preocupação sobre a industrialização e oposição à especialização das exportações fora do setor agrícola, o autor analisava qual seria

o papel exercido pela agricultura para o desenvolvimento econômico. Devido à formação histórica da estrutura agrária dos países periféricos, a oferta agrícola seria inelástica, e isso residiria no fato de que a estrutura produtiva seria atrasada, de baixa produtividade, incapaz de responder às pressões de demanda do crescimento da economia. Como consequência desse processo, haveria um crescimento da inflação, que prejudicaria todo o restante da economia.

Conforme Prebisch, a única saída para enfrentar esse gargalo seria a modernização da estrutura produtiva agrícola, visando aumentar a produtividade deste setor através do progresso técnico e da mecanização da produção. Entretanto, o excesso de mão de obra, resultante pela estrutura agrária e baixa produtividade, que seria liberado nesse processo de modernização, não poderia ser totalmente absorvido pelas áreas urbanas, já que o capital nessas áreas não seria o suficiente para a absorção desse excedente de mão de obra.

Todavia, essa modernização poderia ser impedida pela estrutura agrária vigente. Com uma abundância de terras alocadas em grandes latifúndios e um excesso de mão de obra, o investimento em tecnologia de ampliação da produtividade da força de trabalho seria visto como desnecessário, por isso, além da modernização agrícola, era necessária uma reestruturação agrária de modo a incentivar o progresso técnico.

Além da questão das distintas trajetórias de produtividade e salário real no centro e na periferia, Prebisch também destacou o fato – também ligado à desigualdade estrutural – dos ciclos de commodities serem muito mais intensos, devido ao movimento dos preços e à inelasticidade da demanda desses produtos, quando comparados àqueles dos bens industrializados, acentuando a instabilidade econômica na periferia. Assim, a deterioração de termos de troca se daria porque, como as flutuações dos preços das commodities são mais acentuadas, o resultado líquido das fases ascendentes e descendentes do ciclo seria uma perda líquida em termos de preços relativos das commodities frente aos bens industrializados.

Portanto, para o autor, se especializar no setor agroexportador, baseado na monocultura, e principalmente de produtos tropicais, com baixos salários,

só faria reafirmar a posição periférica das economias subdesenvolvidas. Para contornar essa situação, a única solução seria induzir a industrialização por meio de um fomento via Estado, já que às ‘forças de mercado’ não interessaria realizar essa tarefa.

O modelo estruturalista de Prebisch e a política a ele associada teve grande influência na formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Nesse sentido, a controvérsia que retrataremos a seguir é tributária, teórica e politicamente, de sua formulação.

A controvérsia da questão agrícola no pensamento econômico brasileiro: política, subdesenvolvimento e heterogeneidade estrutural

Celso Furtado: subdesenvolvimento como o centro do debate

Celso Furtado (1920-2004), por meio de sua obra, demonstrou sempre uma preocupação com a questão do subdesenvolvimento e como fazer para superá-lo. Suas análises buscavam compreender a economia brasileira através da relação centro-periferia e salientava que essas relações estariam condicionadas pela distribuição desigual do progresso técnico, que era concentrado nos países centrais, e que isso contribuía para aumentar ainda mais o hiato entre estes e as economias periféricas. Essa tendência de aumento da diferença entre as economias do centro e da periferia acontecia devido ao processo histórico de formação social e econômica⁴. Portanto, para o autor, o subdesenvolvimento seria um processo histórico, não uma etapa rumo ao desenvolvimento, “as estruturas subdesenvolvidas não se desenvolvem: elas são substituídas por outras com aptidão para desenvolver-se” (Furtado, [1961] 1963, p. 259).

Furtado percebia a agricultura não somente como uma atividade econômica, enxergava o setor como base da organização social e política. A modernização

⁴ Sobre a concepção de Furtado, no que se refere ao processo de formação histórica e social do Brasil, ver Borja (2022), neste livro.

das atividades agrícolas seria uma forma de eliminar as estruturas arcaicas que contribuíam para o subdesenvolvimento e aumentar o excedente agrícola para que se apoie a industrialização, o que para ele seria o único caminho para ultrapassar o subdesenvolvimento.

Um traço fundamental do setor agrícola no Brasil apontado pelo autor é a coexistência do latifúndio com a abundância de terras. Para ele, não foi a oferta de terras que condicionou a organização da empresa agrícola, e sim a disponibilidade de capital e de capacidade empresarial. Portanto, a grande propriedade já se originou destinada à exportação e de caráter capitalista, possuindo uma produtividade maior.

No Brasil a agricultura nasceu sob a forma de grande empresa comercial. Esta antecede ao próprio país, pois não resultou da necessidade de sobrevivência de populações que se houvessem fixado no território. A população emigrou exatamente porque era viável organizar a agricultura de exportação. (Furtado, [1961] 1963, p. 260)

As demais propriedades, de menor tamanho e qualidade de terra, sobraram para a população rural, existindo ali uma produção artesanal, com excesso de mão de obra e baixa produtividade, voltada para o abastecimento interno. A partir disso, caracterizava este setor como sendo marcado por uma dualidade, coexistindo nele dois modos de produção, um atrasado – voltado para o mercado interno – e outro com uma estrutura produtiva mais avançada – voltado para o mercado externo (Furtado, [1969] 1975).

Furtado aponta que a forma em que o setor agrícola no Brasil se desenvolveu ocorreu de modo diferente do modelo clássico, em que o crescimento da demanda pelos produtos agrícolas e a absorção da força de trabalho excedente deste setor pelo setor urbano ocorriam simultaneamente. Nesses casos, referidos como ‘clássicos’, haveria uma elevação do custo da força de trabalho, que induziria os empresários agrícolas a investir em progresso técnico, levando utilização de técnicas poupadoras de força de trabalho.

No caso brasileiro – e neste ponto do argumento Furtado revela a influência de Lewis em seu pensamento –, há um grande excedente de mão de obra, com baixos salários, e uma oferta abundante de terras disponíveis para cultivo. Porém, no decorrer da industrialização, esse excedente não consegue ser absorvido pelo setor urbano (elemento trazido pela reflexão de Prebisch), o que deprime mais ainda o salário no setor agrícola e juntamente com a grande abundância de terras. Dessa forma, por conta de uma força de trabalho extremamente barata, o incentivo para o investimento na mecanização da produção na agricultura não acontece. Assim, o autor conclui que o crescimento do setor industrial da economia poderia realizar-se sem qualquer pressão sobre o salário rural, além de que o baixo custo da força de trabalho desestimularia a modernização agrícola.

Outra razão para a dificuldade da agricultura se ‘modernizar’ no Brasil, segundo a análise de Furtado, é que a relação centro-periferia consistia em um resultado histórico da forma que os benefícios gerados pelo progresso técnico, entendido aqui como técnicas que aumentam a produtividade do trabalho, se propagaram de forma desigual na economia mundial. Os benefícios do aumento de produtividade não atingiam a periferia, devido à incapacidade de incorporação de tais ganhos no aumento real do salário do trabalhador, tal como ocorria no centro, criando dificuldades para que o progresso técnico chegasse até o setor agrícola. Furtado, então, percebeu que há uma tendência estrutural à heterogeneidade da absorção de tecnologias poupadoras de força de trabalho entre setores nas economias subdesenvolvidas.

Nos textos escritos nos anos 1960, Furtado ainda estava muito marcado por uma visão que depois ficou descrita como estagnacionista, mas que essencialmente observava a distribuição de renda como o principal limite ao crescimento nos países subdesenvolvidos, e participou da controvérsia da questão agrária, buscando demonstrar a grande responsabilidade que a estrutura desse setor tinha sobre tal dinâmica. Esse autor também se preocupava com o fato de a inserção externa do país ser dada pelo setor agrícola, promovendo

uma inserção periférica, já que os produtos exportados sofreriam deterioração dos termos de troca, conforme apontado por Prebisch, o que estimularia ainda mais a heterogeneidade estrutural da economia brasileira e contribuiria para o seu subdesenvolvimento.

No capítulo “Industrialização e Inflação”, do livro de 1969, o autor se dedica a explicar o porquê de a industrialização ser necessária, mas não suficiente, para a superação do subdesenvolvimento, e para isso tem que recorrer à investigação da questão agrícola. Em suas conclusões afirma que “em consequência do esgotamento do processo de substituição de importações o desenvolvimento teria que abrir seu caminho como alternativa às tensões sociais crescentes” (Furtado, 1969, p. 266). O economista paraibano estava convencido de que as direções possíveis seriam duas: 1) o aumento da produtividade industrial com transferência destes ganhos para os salários, inclusive impactando os salários do setor rural, o que abriria espaço para uma maior capitalização na agricultura com a adoção de tecnologias poupadoras de força de trabalho; ou 2) a transformação direta da estrutura agrária, que, segundo o autor, “permitiria racionalizar o uso dos fatores, particularmente da mão de obra, seria possível reduzir os custos do excedente agrícola e ampliá-lo, com elevação dos salários dentro e fora da agricultura” (Furtado, 1969, p. 267). Em ambos os casos, Furtado evidenciava que a questão passava por uma percepção política da necessidade de tomada dessas direções que dariam uma “direção de um uso mais racional dos fatores e de uma distribuição menos desigual da renda social” (Furtado, 1969, p. 267).

Mais adiante em seu trabalho, sua percepção sobre a impossibilidade de crescimento econômico sem a devida distribuição de renda muda, no mesmo movimento em que percebe que os modelos duais não são suficientes para representar a complexidade das estruturas subdesenvolvidas. Nessa reflexão, Furtado salientava que a agricultura preservaria suas estruturas tradicionais e não se modernizaria mesmo a industrialização e urbanização acontecendo de forma relativamente rápidas, pois as estruturas subdesenvolvidas são marcadas pela heterogeneidade estrutural, e esta não impede seu crescimento, mas seu

desenvolvimento. De todo modo, já estava presente no livro de 1969 a noção de que:

A falta de uma percepção objetiva destes problemas se deveu, no passado, a ideologias voltadas a restauração de uma estrutura econômica superada. No futuro imediato, ela poderá resultar do temor à perda de privilégios que são a contrapartida do elevado custo social do desenvolvimento recente. (Furtado, 1969, p. 268)

Furtado reconhece, portanto, desde antes do total amadurecimento do seu modelo dinâmico do subdesenvolvimento, que as questões referentes às mudanças estruturais, principalmente no que dizia respeito aos elementos que impactariam a distribuição de renda, implicariam em uma necessária disposição, por parte dos ‘privilegiados’ pela formação social subdesenvolvida, em abrir mão desse status em nome da redução do gigantesco custo social de sua reprodução.

Caio Prado Junior: modernização regressiva sem mudança
na estrutura de propriedade

Caio Prado Junior (1907-1990), em seu livro “A revolução brasileira”, de 1966, diferente de Furtado, não coloca o centro do debate na questão da produtividade agrícola e seu impacto sobre preços e distribuição de renda. Sua questão de fundo era a reforma agrária. O autor analisa a questão agrícola para se contrapor às teses feudais⁵, querendo ir de encontro à ideia de que as relações sociais engendradas dentro da agricultura brasileira apresentariam resquícios do feudalismo, nos moldes europeus. Para isso, buscou iniciar sua análise sobre o setor agrícola por meio das relações de produção no campo.

⁵ Este debate é amplamente explorado no texto de Borja, Curty, León e Malta (2022), neste livro.

Para o autor, o setor agrícola brasileiro se estruturou sobre a grande propriedade escravocrata de exploração voltada para o mercado externo, o que determinou a natureza mercantil do setor. Assim, o setor agrícola brasileiro já teria nascido com um sentido capitalista. A dinâmica aqui instalada no Brasil colônia pretendia atender aos interesses da metrópole, dessa forma, o setor agrícola surge como empresa agroexportadora atendendo necessidades do mercado internacional, totalmente diferente da construção agrária servil europeia⁶. A este setor, o autor caracterizou como orgânico. Porém, reconheceu que relacionado a ele, e totalmente dele dependente, e que o sustenta de produtos alguns básicos alimentares, nasce um setor agrícola inorgânico, que segue uma outra lógica de organização, ainda que submetida àquela do setor orgânico.

Uma outra forte característica do setor agrícola no Brasil é a dimensão da relação orgânico e inorgânico, apontada pelo autor, e o tipo de relações de produção que acontecem dentro dele. Mesmo com a abolição do trabalho escravo e a adoção de uma força de trabalho livre, permaneceram certas práticas de uso da força de trabalho, mantendo um emprego de baixa produtividade e baixíssima remuneração, assinalando assim uma conservação dos traços da tradição escravista. Caio Prado aponta que essa situação de permanência de características coloniais permanece através do desenvolvimento deste setor, porque, além das relações de produção, a estrutura do latifúndio de grande exploração manteve-se praticamente intacta.

O autor reconhece que a economia brasileira passou por grandes transformações e, assim, também o setor agrícola. Porém, apesar do avanço e modernização visto em alguns segmentos da agricultura, o setor de cana-de-açúcar, por exemplo, que concentrou sua produção e se mecanizou, não conseguiu superar algumas de suas principais características que revelavam relações sociais de produção regressivas. De seu ponto de vista, essa questão se revela pelo fato de a economia brasileira não ter conseguido se livrar do modo

⁶ Este raciocínio está presente em sua obra desde seu livro de 1933, "Evolução Política do Brasil", com o conceito de sentido da colonização.

pelo qual se insere internacionalmente e por continuar dependente e subordinada ao sistema econômico e financeiro internacional, seguindo como parte deste em posição periférica e marginal. Ao mesmo tempo, pela não formação de uma economia nacional, no sentido de um mercado interno efetivo, a partir do qual a dinâmica econômica do país seja orientada.

Dessa forma, Caio Prado vai apontar para o fato de o progresso técnico poder acontecer a partir de uma estrutura vista como atrasada. Esta é a herança do período colonial, sem que sejam restos feudais, que vai configurar, na economia brasileira, o capitalismo e suas contradições. Para ele, a baixa remuneração dos trabalhadores rurais é necessária para que haja a produção de baixo custo dos produtos primários exportados, entretanto, este fato se apresentaria como entrave à formação de mercado consumidor interno, tornando-se incompatível com a industrialização e, por consequência, com o desenvolvimento econômico do país. Apesar de incompatíveis, são plenamente relações capitalistas de produção.

Acabamos de notar que as sobrevivências pré-capitalistas nas relações de trabalho da agropecuária brasileira longe de gerarem obstáculo e contradições opostas ao desenvolvimento capitalista, tem pelo contrário contribuído para ele. O negócio da agricultura – e é nessa base que se estrutura a maior e principal parte da economia rural brasileira – não se mantém muitas vezes senão graças precisamente aos baixos padrões de vida dos trabalhadores, e pois, ao reduzido custo da mão de obra que emprega. (Prado Junior, [1966] 1987, p. 97)

Portanto, Caio Prado conclui que, a menos de uma intervenção política ativa na direção de um novo modelo de organização produtiva e social, a agricultura brasileira iria se modernizar, atendendo ao modelo de desenvolvimento do restante da economia, mas manteria suas estruturas coloniais e suas relações de produção herdadas do processo de formação histórico-social que criou um setor orgânico e um inorgânico no país. Para ele, a reforma agrária não seria

necessária para que houvesse a modernização na agricultura, ela seria necessária para criar o que chamava de economia nacional, resolver os problemas sociais que existiam no meio rural, que não eram consequência do atraso produtivo, mas das relações sociais ali construídas e todas as implicações que estas permanências traziam para a sociedade e economia brasileiras.

Ignácio Rangel: do latifúndio feudal ao latifúndio capitalista

Ignácio Rangel (1914-1994) tinha uma visão diferente daquela de Caio Prado sobre a questão da relação entre a forma da propriedade e a eficácia da produção agrícola para o modelo de desenvolvimento brasileiro. O autor maranhense sempre buscou analisar a realidade brasileira a partir do que ele mesmo denomina de dualidade básica da economia brasileira, tentando dar conta de compreendê-la por meio da interação do processo de formação econômica do Brasil com as classes sociais e seus papéis econômicos e políticos nas diferentes estruturas econômico-sociais coexistentes. Para ele, a dualidade representaria o modo de produção brasileiro, complexo, que combina diferentes modos de produção funcionando internamente de forma contemporânea. Por conta disso, seria necessário analisar como estes se relacionam entre si, como eles se relacionaram e como a dualidade, por meio do lado externo do seu polo externo, se relaciona com o exterior.

O desenvolvimento das forças produtivas aconteceria a partir dos estímulos dados pelos movimentos do ciclo de Kondratiev no lado externo do polo externo, ou seja, vinha de fora do país. Dessa forma, analisava a economia brasileira a partir de dois polos, um interno e outro externo, interpretando o desenvolvimento econômico através da dualidade, da relação entre estes dois polos, que não ocorre de forma harmônica, sendo consequência da relação entre contradições dentro e fora do país. Essa dupla determinação não acontecia somente na economia como um todo, mas também dentro de cada setor dela – agrícola, industrial ou comércio –, dessa forma, o setor agrícola também estaria marcado por essas contradições.

Assim, o desenvolvimento econômico, tema abordado ao longo de toda sua obra, mas de forma dedicada no seu livro de 1954, “O desenvolvimento econômico no Brasil”, para o autor significava a transferência de capital e de recursos da agricultura para a indústria. Para haver, portanto, industrialização, necessariamente haveria um desmonte do setor agrícola, transferindo recursos para o setor mercantil da economia. Com isso, Rangel argumenta que a contribuição que o setor agrícola deveria prover à industrialização – para além da transferência de recursos – seria a de suprir a demanda pelos bens agrícolas e controlar, em certa forma, o mercado de trabalho, liberando, retendo ou reabsorvendo força de trabalho, conforme a necessidade desta nos demais setores do sistema econômico.

Rangel caracterizava o setor agrícola brasileiro como possuindo dois polos, que seriam complementares e antagônicos, um deles se apresentaria como atrasado e arcaico, caracterizado por relações ainda feudais, voltado para o mercado interno, e o outro representava o latifúndio produtor agrícola, capitalista e ligado ao mercado externo. O atraso do setor agrícola brasileiro residia no fato de que não havia uma divisão do trabalho, e uma consequente especialização deste, o que poderia gerar um aumento de produtividade. Na unidade familiar agrícola, os trabalhadores ficavam ocupados com trabalhos de menor produtividade, fazendo com que houvesse um desperdício de trabalho, abaixando ainda mais a produtividade rural.

Porém o outro polo do setor agrícola, na sua relação com o polo industrial, que foi dada pela industrialização, dissolveu a estrutura produtiva agrícola para que os recursos fossem instaurados no setor industrial. As transformações no setor agrícola aconteceriam ao mesmo tempo em que a industrialização, por conta do movimento da dualidade. Com isso o setor agrícola se modernizou e se mecanizou, aumentando sua produtividade e produzindo mais para atender às demandas do setor industrial. Entretanto, essa modernização levou a uma grande liberação de força de trabalho para o setor industrial, achatando os salários como um todo.

Esse processo, apesar de lançar na economia um grande exército industrial de reserva, ajudaria a desenvolver as forças produtivas capitalistas e representaria uma reestruturação produtiva no país. Assim, Rangel assinala que a formação de capital destrói e cria empregos: por um lado, o aumento de investimentos cria empregos; por outro, a implementação de novas tecnologias a partir dele dispensa mão de obra. Mostra, com isso, mais uma vez, o movimento de dualidade básica e da transformação de uma dualidade em outra, na terceira dualidade, aquela que se delineou no Brasil entre 1922-1973.

Dessa forma, Rangel argumentava que a dissolução do complexo rural e a conseqüente industrialização aconteceu sem que houvesse a necessidade de uma reestruturação fundiária. Nesse processo, impulsionado pelo próprio capital industrial, o latifúndio feudal foi substituído pelo latifúndio capitalista e permitiu imprimir a essa industrialização um grande impulso. Todavia, a industrialização sem a reforma agrária promoveu uma distribuição desigual da renda ao acumular riquezas em um só polo da sociedade e acumulando miséria no outro, com grandes contingentes de força de trabalho liberados da agricultura formando um enorme exército industrial de reserva. A solução que Rangel apresenta, no entanto, é tanto criativa quanto polêmica. Não propõe uma reforma agrária com a recomposição de uma economia camponesa que nunca houve efetivamente no Brasil. Em sua concepção é necessário facilitar o desenvolvimento capitalista no campo, incentivando o uso capitalista da terra para quebrar a especulação histórica que o latifúndio exerce sobre o preço da terra e os esquemas centenários de comercialização. O autor acreditava que a reestruturação do 'complexo rural' seria acompanhada de uma generalização das relações de assalariamento na economia brasileira, que também poderia gerar um maior assentamento das famílias no campo, dada a melhoria das condições de trabalho resultantes deste processo no setor. Ao mesmo tempo, essa população rural assalariada contribuiria de forma mais estruturada para a formação de um mercado interno para os bens industriais. Porém, Rangel nunca viu este processo ocorrer.

Antônio Barros de Castro: a função da agricultura no desenvolvimento do subdesenvolvimento

Antônio Barros de Castro (1938-2011), em seu livro “Sete ensaios sobre a economia brasileira”, dedicou mais de um de seus ensaios à agricultura, mas um deles foi especialmente dedicado à controvérsia sobre a qual nos debruçamos. Neste ensaio, o autor procurou investigar quais seriam as funções da dinâmica agrária e como elas influenciavam no processo de desenvolvimento econômico. Essa análise sobre a agricultura teve como objetivo ir de encontro à argumentação das discussões da época – o autor, inclusive, fez um apanhado dessa discussão na primeira parte do ensaio, que atribuíam a este setor um entrave fundamental ao processo de industrialização –, mas também levanta o fato de que vários destes autores enxergam na agricultura uma matriz para o tipo de industrialização que se desenvolvera no Brasil (Castro, 1969).

Castro aponta que a literatura que tomara como referência tinha múltiplas questões em discussão e que desejava focar o debate na questão: “vem a agricultura cumprindo suas funções no desenvolvimento brasileiro” (Castro, 1969, p. 92). Para definir tais funções, o autor lança mão de um esquema que reúne, genericamente, quatro papéis, ainda que considerando que há diferenças em sua hierarquia e adaptações a depender da historicidade de cada experiência nacional: 1) fornecer um permanente crescimento do excedente agrícola, a fim de fornecer alimentos e matéria-prima; 2) liberar força de trabalho para os demais setores; 3) criar mercados para os produtos industriais e; 4) transferir capital para o setor urbano. Em seu trabalho, Castro argumenta que a agricultura não ofereceu nenhum entrave à industrialização, porque conseguiu cumprir seu papel de contribuir para o desenvolvimento da indústria, a questão de fundo, porém, é a qual industrialização a agricultura brasileira foi funcional.

Com relação à geração de excedente na agricultura, Castro mostra que sempre que houve a necessidade de aumento da oferta agrícola, a produção foi capaz de responder a este aumento. Ainda salienta que este tipo de exce-

dente, em países com vocação agrária como o Brasil, já existia mesmo antes da industrialização se firmar e estaria destinado ao trabalho empregado no setor agroexportador.

O autor aponta que, nos ciclos de expansão urbana analisados, a oferta por produtos agrícolas atendeu a esta demanda, porque não foi verificado um aumento na importação de alimentos, nem um aumento generalizado nos preços desses produtos. Outro fator importante que comprovaria o suprimento da necessidade de produtos agrícolas seria o crescimento da agricultura em ritmo bem menor do que o crescimento da indústria.

Já quanto à liberação de força de trabalho para o setor industrial, Castro constata que o excedente de mão de obra liberado pelo setor agrícola mais o crescimento vegetativo da população foram mais do que suficientes para atender à demanda por trabalhadores no setor industrial.

Na verdade, no decorrer da industrialização, houve uma incapacidade de absorver toda essa força de trabalho proveniente do campo, gerando um desequilíbrio crônico no mercado de trabalho, que constantemente empurrava os salários para baixo. Esses baixos salários, somados ao rápido aumento da produtividade da industrialização, deram aos empresários industriais uma altíssima taxa de lucro.

Mesmo com essa baixa de salários e com a baixa de empregos na agricultura, o que dificultaria a criação de um mercado interno que sustentasse a industrialização, Castro argumentava sobre o sucesso da industrialização independente da solução da questão agrícola usando a seguinte lógica: como a industrialização inicialmente foi promovida a partir de uma substituição de importações, ela independeu do crescimento de um mercado interno agrícola, pois já contava com o mercado dos compradores dos produtos importados, os integrantes de classes de renda mais alta com poder aquisitivo bem superior do que a maioria da população.

A única exceção a esse modelo foi a cultura cafeeira, que através do assalariamento de seus trabalhadores conseguiu fomentar um mercado consumidor.

Dessa forma, conclui que o crescimento industrial se deu independente da contrapartida da criação de um mercado consumidor de massas rural, por conta de um crescimento com concentração de renda.

A transferência de capitais entre agricultura e os demais setores ficaria a cargo principalmente da política de taxa de câmbio fixa, que acabou viabilizando a realização dessa transferência através de subsídios indiretos. Com a desvalorização interna da moeda e a taxa de câmbio fixada, ou seja, a valorização real do câmbio, as importações ficaram mais baratas, assim, pôde-se importar insumos para a indústria como combustíveis, equipamentos, matérias primas etc. Mas, isso só foi possível devido aos recursos da agricultura exportadora, que almejavam uma taxa de câmbio real mais desvalorizada para obter um valor mais elevado de receita em moeda doméstica pelo mesmo valor exportado. As taxas de câmbio múltiplas adotadas nos anos 1950 explicitaram ainda mais essa transferência de renda entre exportadores de café e importadores de bens de capital e intermediários.

Existiram outros mecanismos de transferências de recursos que, no entanto, segundo Castro, seriam difíceis de mensurar ou tiveram um peso menor nesse processo. A tributação sobre a renda originada na agricultura e a queda dos preços relativos dos produtos agrícolas também colaboraram para a transferência de recursos, entretanto, seus efeitos sobre a indústria eram de difícil mensuração. Capitais apenas buscando uma maior remuneração, por conta da crise de 1929, transferindo-se voluntariamente para outros setores, não foram tão importantes quanto as transferências via taxa de câmbio fixa.

Dessa forma, ao realizar sua análise sobre o papel da agricultura para o desenvolvimento brasileiro e como um possível limite para o mesmo, Castro não enxergava a agricultura como um entrave ao desenvolvimento econômico brasileiro, pelo contrário, mesmo com sua estrutura subdesenvolvida ela conseguiu cumprir seu papel de fornecer os insumos necessários para a industrialização. Destaca, inclusive, que a forma como a industrialização ocorreu no Brasil não requereu grandes esforços de crescimento agrícola como aconteceu com outros países.

No entanto, em sua reflexão, o autor não deixa de ressaltar e retomar questões postas pelos seus predecessores, pois afirma que:

Uma vez admitido o papel determinante da agricultura na premoldagem da estrutura econômica, cabe indagar se durante a industrialização não continua a agricultura a exercer influência na determinação de características estruturais e dos próprios rumos tomados pelo processo de desenvolvimento. (Castro, 1969, p. 140, grifo do autor)

Essa indagação é a chave da questão da manutenção do subdesenvolvimento brasileiro mesmo diante da industrialização das dimensões vivenciada no país. Castro aponta como “o universo rural se projeta, imprimindo características ao desenvolvimento urbano industrial que será em boa medida feito à sua imagem e semelhança” (Castro, 1969, p. 141).

Considerações finais

A controvérsia do papel da agricultura como limite ao desenvolvimento no Brasil é de extrema importância para evidenciar que o capitalismo brasileiro deixou de encontrar saídas para seu processo de acumulação, mantendo-se excludente e abandonando o caminho de superar as principais questões do subdesenvolvimento. De fato, a agricultura foi sempre conseguindo atender aos requisitos da industrialização, na forma e intensidade que foram formulados.

Nesse sentido, o trabalho de Castro aponta para uma comprovação de uma série de hipóteses levantadas pelos seus predecessores, aprofundando-as, abrindo uma agenda de pesquisa que identifica os maiores problemas da industrialização brasileira na manutenção das “mais profundas deformações originárias de nosso universo rural” (Castro, 1969, p. 143). Na verdade, a controvérsia em tela revela que a agricultura nunca foi um limite ao desenvolvimento no Brasil, e que a moderna industrialização brasileira simplesmente não requereu o desempenho de funções consideradas ‘clássicas’ do setor agrícola para

o processo de acumulação de capital, conforme imaginaram os economistas clássicos a partir de suas próprias experiências históricas. Em síntese, longe de livrar-nos do subdesenvolvimento, o processo de industrialização se adaptou às profundas desigualdades existentes na 'grande empresa agrícola' brasileira e as generalizou, dando ainda mais coesão ao sistema em sua raiz histórico-social.

Exatamente pela força dessa discussão, já no fim da década de 1970, todo o debate acerca da questão fundiária vai perdendo espaço, e as questões sobre agricultura passam a se concentrar em questões que tratam do aumento de produtividade no campo, na medida em que o setor exportador passa a ser visto como a possível tábua de salvação para o que se apresentava como o aprofundamento do aumento dos custos do endividamento externo. Esse fato se aprofunda com o advento do neoliberalismo e das teorias neoclássicas, que afastam ainda mais as perspectivas das teorias econômicas das análises sobre o excedente, deslocando ainda mais as questões políticas do debate acadêmico e econômico.

Os autores do campo estruturalista, no entanto, por mais que possuam divergências, não conseguirão ter suas concepções consideradas, na medida em que estas desafiam, ainda que de forma diferente, o paradigma neoliberal que ao longo da década de 1970 se constrói para desembocar, a partir de 1979, no 'there is no alternative' da era Reagan-Thatcher.

A bibliografia encontrada a partir da década de 1980 se apresenta como sendo altamente especializada, focando somente na produtividade do setor, o que dificulta uma visão mais geral sobre o setor agrícola e como ele interage com os demais setores da economia, e, como consequência, retiram o caráter político desta discussão (ou a definem de um lado específico). É nesse período que começa a aparecer o conceito de agrobusiness ou agroindústria, salientando a interação entre a agricultura e a indústria, na formação de um bloco produtivo integrado. É também o momento em que a superação do subdesenvolvimento sai da agenda do país, sendo substituída pela questão da estabilidade. Abre-se mão de um projeto de país em que haja alimento para todos e da superação da heterogeneidade estrutural e do subdesenvolvimento.

Referências

ARBAGE, Alessandro Porporatti. Agricultura e desenvolvimento econômico na visão dos clássicos - Uma Perspectiva Histórica. **Extensão Rural**, n. 4, p. 15, 1997.

BALSADI, Otavio Valentim. **Evolução das ocupações e do emprego na agricultura brasileira no período 1992 a 2006**. Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira. IICA, Brasília, 2009

CASTRO, Antônio Barros. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Forense, 1975.

CORAZZA, Gentil; MARTINELLI JÚNIOR, Orlando. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. **Teoria & Evidência econômica**, Passo Fundo, v. 10, n. 19, p. 9-36, 2002.

DE MERA, Claudia Maria Prudêncio. A Questão Agrária no Brasil: as contribuições de Caio Prado Junior e Ignácio Rangel. In: **Anais do XI Encontro Regional de Economia** – ANPEC – Sul. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

DE OLIVEIRA LIMA, Rodne. Caio Prado Junior e a questão agrária no Brasil. **Geografia** (Londrina), v. 8, n. 2, p. 123-134, 1999.

FERREIRA, Francisco Marcelo; SANT'ANNA, André Albuquerque. Crédito Rural: da especulação à produção. **Revista Visão do Desenvolvimento**, v. 11, Bndes, 2006.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Nacional, [1969] 1975.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, [1961] 1963.

GARCIA, Álvaro Antonio Louzada. Agricultura e desenvolvimento econômico no Brasil: os debates nas décadas de 50 a 70. **Ensaios FEE**, v. 11, n. 1, p. 198- 222, 1990.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil**. Brasília: NEAD/MDA, 2010.

JOHNSTON, Bruce F.; MELLOR, John W. The role of agriculture in economic development. **The American Economic Review**, v. 51, n. 4, p. 566-593, 1961.

LEITE, Sérgio Pereira. Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 13, n. 2, p. 280-232, 2005.

LEWIS, W. Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. *In*: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, S. (org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 406-456.

NICHOLLS, William H. A agricultura e o desenvolvimento econômico do Brasil. **Revista brasileira de economia**, v. 26, n. 4, p. 169-206, 1972.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. Editora brasiliense, [1966] 1987.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

RANGEL, Ignácio. O desenvolvimento econômico. *In*: RANGEL, Ignácio; **Obras reunidas**. v. 1 Rio de Janeiro: Contraponto, [1954] 2005. p. 39-128.

RANGEL, Ignácio. Industrialização e agricultura. *In*: RANGEL, Ignácio; **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, [1955] 2005. p. 16-19.

RANGEL, Ignácio. Industrialização e economia natural. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, [1957] 2005. p. 19-23.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, [1962] 2005. p. 23-80.

RANGEL, Ignácio. Recapitulando a questão agrária brasileira. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, p. 81-87, [1977] 2005.

RANGEL, Ignácio. Estrutura agrária, sociedade e Estado. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, [1978] 2005. p. 87-95.

RANGEL, Ignácio. Questão agrária e agricultura. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, [1979] 2005. p. 95-114.

RANGEL, Ignácio. Revisitando a “questão nacional”. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, [1980] 2005. p. 115-125.

RANGEL, Ignácio. III PND e agricultura. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, [1981] 2005. p. 405-408.

RANGEL, Ignácio. Problemas da reforma agrária. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, [1985] 2005. p. 125-128.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária e o ciclo longo. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, [1986a] 2005. p. 129-141.

RANGEL, Ignácio. A questão da terra. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, [1986b] 2005. p. 141-149.

RANGEL, Ignácio. Crise agrária e metrópole. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, [1986c] 2005. p. 149-155.

RANGEL, Ignácio. Fim de linha. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, [1988] 2005. p. 155-157.

RANGEL, Ignácio. A queimada e a ecologia. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 2 Rio de Janeiro: Contraponto, [1989] 2005. p. 157-161.

DEMOCRACIA RESTRITA, DEMOCRACIA DE MASSAS E CRISE DA NOVA REPÚBLICA

Jaime León ■ Maria Malta

Introdução

A transição da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) para um regime republicano, também conhecido como redemocratização, remonta ao movimento das Diretas Já no começo da década de 1980. Ela passou por uma fase difusa entre 1985, com a saída dos militares da chefia do executivo, e 1988, com a fundação de um Estado democrático de direito. Assim, a instituição que nasceu naquele momento, a Nova República, é um período histórico recente da sociedade brasileira, que teve início com a promulgação da Constituição de 1988, que, formalmente, preza pelos direitos do ‘cidadão’ brasileiro, mas que nasceu, paradoxalmente, junto à difusão do neoliberalismo¹ no mundo. Defendemos que, derivada da atual crise no neoliberalismo mundial e das contradições internas da articulação de forças entre capital e trabalho, a Nova República entrou em crise a partir de 2013 com as manifestações populares conhecidas como Jornadas de Junho e que essa crise ganha contornos de uma crise terminal a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016.

Este capítulo visa analisar criticamente o processo de construção, desenvolvimento e declínio da Nova República brasileira. Para tanto, faremos a montagem

¹ Entendemos o neoliberalismo como o conjunto unitário que se tornou hegemônico em fins dos anos 1980 e com o fim da Guerra Fria, composto por: i) um conjunto de políticas econômicas que prezam pela redução da intervenção estatal na economia; ii) um conjunto de ideias que colocam o indivíduo e a liberdade como centro de análise da economia em detrimento da sociedade e da igualdade; iii) o arrefecimento da luta de classes tendendo para o lado do capital e; iv) a fase atual do capitalismo, conforme colocam Saad-Filho e Boffo (2018).

e análise, à luz do método apresentado em Curty & Malta (2022), neste livro, de uma controvérsia possível da democracia no período de redemocratização à luz de nossa formação socioeconômica. O recorte desta análise histórica está centrado nas contribuições de dois autores representantes da teoria do capitalismo dependente: Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho. A escolha desses dois autores no contexto do grande número de contribuições no campo das teorias do capitalismo dependente² tem uma conexão especial com nossa percepção de que também, neste período, o Partido dos Trabalhadores (PT), nascido da crise do regime civil-militar, jogaria um papel crucial na composição e limites da luta de classes e na democracia vigente no país. Ambos os autores terão um papel fundamental na construção do debate político que dará base para a ação política do PT nos anos 1980 e 1990. Vale destacar também que ambos assumem posição crítica crescente em relação à política do partido, chegando à ruptura com o mesmo ainda no curso dos anos 1990, no caso de Florestan, e no início dos anos 2000, no caso de Coutinho. Em seguida, montamos nossa análise da Nova República à luz dos fatos históricos relevantes para o debate.

A hipótese de trabalho é que nos quase trinta anos da Nova República um tipo de democracia nascido na crise da ditadura, a democracia de cooptação, pôde amadurecer e completar seu desenvolvimento durante os governos do PT (2003-2016). Neste período, se desenvolveram grandes contradições dessa forma de democracia, as quais entraram em ebulição com a crise socioeconômica e política deflagrada em 2013 e que, desde o golpe jurídico-parlamentar de 2016, fazem com que a Nova República esteja na sua aparente derrocada final.

² São muitas as teorias e grupos de autores que podem ser listados entre as teorias brasileiras do capitalismo dependente: Teorias da Dependência marxista, como de Theotônio dos Santos, André Gunder Frank e Vania Bambirra; Teoria da Dependência estruturalista, como de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra; Teorias do Capitalismo Dependente, como de Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Carlos Nelson Coutinho; Teorias do Capitalismo Tardio, como de João Manoel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares; ou ainda a Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado. Assim, queremos deixar claro que escolhemos deliberadamente uma das vertentes por enxergarmos nela a mais contundente capacidade de explicação de nossa realidade socioeconômica, por reforçarem a origem colonial de nossa dependência e por terem sido objeto de uma interessante controvérsia sobre a democracia que expomos neste trabalho.

Apontamos que o nível de desenvolvimento que levou ao ápice a democracia de cooptação só foi possível devido a uma dupla articulação de fatores: um fator externo de conjuntura econômica internacional favorável ao crescimento da renda, que possibilitou internamente uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo sob os princípios do neoliberalismo, associado a um processo interno de mais longa duração de ‘transformismo’ sofrido pelo PT. Este partido comandava o Estado entre 2003 e 2016 e foi capaz de abrir o arco de alianças de forma a garantir o apassivamento da luta de classes no que estamos caracterizando como a fase final da Nova República.

Dessa forma, trazemos também a hipótese de que a mudança de cenário atual se relaciona com a reversão da conjuntura mundial, a partir da crise financeira mundial de 2008, que revelou o momento de crise estrutural do capital e, com isso, instabilizou a economia interna, expondo seu caráter dependente e periférico, e abriu a possibilidade de questionamentos para a forma política de democracia de cooptação, apontando a emergência de organizações políticas com características ideológicas autoritárias associadas a uma visão econômica neoliberal, ambas combinadas com uma forma de organização social encontrada comumente em igrejas pentecostais criadas no século XX no Brasil baseada na teologia da prosperidade³.

Consenso burguês de dominação e transformação capitalista: noções básicas de uma ‘democracia restrita’ ou uma ditadura em nome da democracia

Florestan Fernandes é o nosso autor de referência para interpretar o Brasil da Ditadura Civil-Militar. Vale destacar, como apresentado em Curty & Malta (2022), neste livro, que a controvérsia sobre a formação socioeconômica latino-americana como capitalismo dependente, da qual Florestan é um importante

³ É a teologia que prega a prosperidade material individual como sinal da bênção de Deus e defende que a fé, o discurso positivo e as doações para os ministérios cristãos irão sempre aumentar a riqueza material do fiel. Dois textos importantes desta visão teológica são God’s Formula for Success and Prosperity de Oral Roberts e G. H. Montgomery (1966) e God’s Master Key to Prosperity de Gordon Lindsay (1960).

partícipe, encontra sua síntese no Brasil. Mesmo já tendo completado suas revoluções burguesas por meio de processos de industrialização dependente e da conformação de sociedades de classe, os países latino-americanos possuem instituições e valores de poder de origem colonial que seguem sendo reproduzidos nessas sociedades dentro do aparato estatal da sociedade política, intimamente atrelado aos interesses econômicos dos setores dominantes.

Um dos maiores consensos dessa controvérsia é que, com o início da revolução burguesa no Brasil na Era Vargas (1930-1945), tais instituições não teriam consolidado o mesmo tipo de integração democrática vigente nos países do centro capitalista, ao contrário, teriam instaurado um caráter autoritário na cultura dos países latino-americanos em sua democracia particular: a democracia restrita, segundo Florestan Fernandes. Nela, são comuns as tentativas de golpe de Estado sempre que o poder burguês se vê ameaçado e somente os que são considerados integrados na sociedade civil, aqueles que conseguem se inserir formalmente no mercado de trabalho ou detém bens e ativos, têm voz na sociedade política⁴.

Segundo Florestan, o golpe que deu origem à Ditadura Civil-Militar que governou o Brasil por 21 anos desde 1964 foi resultado daquilo que as burguesias brasileiras viram como solução para sua crise nos anos 1960 e serviria como conclusão do processo iniciado em 1930. Essas frações de classe se reuniram compositamente, como uma colcha de retalhos, por uma solidariedade assentada na defesa de seu interesse comum: sua manutenção como classe dominante. Portanto, as burguesias e frações de classe burguesas, no contexto do capitalismo dependente marcado pela articulação entre segregação social

⁴ Sobre esta concepção vale destacar a citação de Otavio Ianni: “Na América Latina, a revolução burguesa compreende um processo histórico de ampla envergadura, com surtos, descontinuidades, recuos. Conforme o país, desenvolve-se larga e contraditoriamente, desde as revoluções de independência e entrando pelo século XX. Há casos em que os seus principais desenvolvimentos se dão em algumas décadas. Naturalmente são diversas e muito peculiares as condições nacionais sob as quais se dá a revolução burguesa. Mas é possível dizer que essas condições, em cada um e em todos os países da América Latina, não produziram a consolidação da democracia. Ao contrário, consolidou-se o Estado forte, abrangente, autoritário, intimamente acoplado com o poder econômico, bastante vinculado aos interesses estrangeiros” (Ianni, 1988, p. 2).

interna e dependência externa, fizeram, com o golpe civil-militar de 1964, uma opção que varreu qualquer possibilidade de solução da estrutura dependente à qual Florestan Fernandes (1972) chamou de dupla articulação: uma conexão entre segregação social (e do estilo de dominação assentado na exploração do trabalho que ela pressupõe) e a dependência ao capital internacional (ditada pelas potências hegemônicas e pela relação dos países periféricos com o ‘mundo internacional dos negócios’).

Tal articulação reproduz o subdesenvolvimento e a dependência indefinidamente e funciona como barreira que impede o controle dos meios da mudança social de forma autônoma por parte da maioria da população (que é a classe trabalhadora) e a impossibilita de atingir os seus fins de acordo com os seus interesses. Podemos dizer, inclusive, pela forma como se estabeleceu o endividamento externo (ver tabela 1) e pela violência que caracterizou as relações de controle social via Atos Institucionais, que essa dupla articulação se intensificou nos anos da ditadura.

Tabela 1

Evolução da Dívida Externa Brasileira (1971-1987)			
Ano	% PIB	Ano	% PIB
1971	16,8	1980	27,0
1972	19,5	1981	28,6
1973	17,7	1982	31,5
1974	18,1	1983	49,5
1975	19,3	1984	53,8
1976	20,9	1985	49,8
1977	21,4	1986	43,1
1978	25,9	1987	42,9
1979	25,0		
Fonte – Elaboração própria a partir de Boletim do Banco Central do Brasil/BP			

Por um lado, as burguesias se uniram ao seu aliado principal – o capital internacional – para se reproduzirem enquanto classe – para se inserir no espaço econômico mundial mais amplamente, e para tomar o controle de um Estado viabilizador de logros que estavam além da esfera privada de ação burguesa. Por outro, puderam agir de forma aberta, opressora e repressora contra seu inimigo principal – as classes populares. A esta combinação de ações que Fernandes (1975) chamou de consenso burguês. Naquele momento da história, essa se apresentou como a única saída viável para as burguesias e suas frações de classe se manterem no comando político nos marcos do capitalismo dependente, assim, elas não tiveram dúvida em tomá-la.

O contexto era de ápice da Guerra Fria, no qual a defesa da ordem capitalista figurava como cerne das políticas em todo continente. As ideias dominantes do centro eram as das classes dominantes do país hegemônico da ordem mundial e eram importadas mimeticamente pelas classes dominantes dos países da periferia. Não é à toa que valores abstratos tais como ‘solidariedade do hemisfério’ ou ‘defesa da civilização cristã ocidental’ foram defendidos se sobrepondo até mesmo aos interesses de cada país em particular como nação, pensada como o conjunto da maioria do povo. Tratava-se da submissão de interesses nacionais e, logo, da democracia como algo libertador (Fernandes, 1975; Netto, 2014).

Ao assumirem tal postura reacionária, as burguesias e frações de classe burguesas brasileiras abandonaram, por não precisarem, a ideologia e a utopia burguesas tal como estabelecidas nos casos clássicos de revolução democrático-burguesa inglês, francês e estadunidense, uma vez que se formaram em um período histórico e realidade social distinto⁵, no qual a burguesia era a classe revolucionária e não a classe que buscava se manter no poder. Essas burguesias optaram por uma solução que reforçou o caráter de ‘democracia restrita’, instaurando duas revoluções antagônicas na sociedade brasileira: uma de aceleração do tempo histórico que promoveu a modernização da economia,

⁵ Vale lembrar que as frações burguesas brasileiras nasceram das oligarquias coloniais e não de uma ruptura com elas.

indispensável para a legitimação de sua dominação; outra de caráter contrarrevolucionário, pois tornou permanente as contradições econômicas, sociais, culturais e políticas no interior da sociedade burguesa através de uma ditadura de classe preventiva (Fernandes, 1975). Em linhas gerais, a formação da nação em moldes democrático, nacional ou popular foi tirada da ordem do dia pelas burguesias dependentes e, por não ser algo simples de se apagar na história de um país, isto segue tendo desdobramentos.

De forma complexa, a dominação burguesa foi camuflada aparentando ser coincidente com os interesses da nação, este foi um pressuposto da ideologia burguesa do capitalismo dependente: dando um grande destaque para a modernização produtiva e para o crescimento econômico via expansão do agronegócio e de uma indústria precária, porém varrendo para baixo do tapete a intensificação das desigualdades sociais e a intensa opressão e repressão popular. Segundo Florestan, houve uma clara separação entre ‘sociedade civil’ e ‘nação’ – que, na concepção do sociólogo, era a maioria do povo – e uma nítida identificação de ‘classe burguesa’ com a ‘nação’. O eixo de gravitação da relação política entre as classes dominantes, os interesses nacionais e a estabilidade político-econômica foram deslocados para o interior das classes burguesas e de seu controle sobre toda a sociedade.

Florestan Fernandes elucidou como a intensificação da dominação burguesa fez com que aumentasse a impregnação militar e da tecnocracia no Estado como processos de preservação e consolidação da ordem, inclusive com demonstrações excessivas de força bruta. Durante a ditadura, o Estado, além de policial-militar, era jurídico e político e tinha como principal função subjugar a necessidade de articulação política entre as classes, pois ele mesmo determinava a ordem que deveria ser respeitada: a ordem burguesa. O Estado virou, portanto, uma entidade política muito forte que centralizava os controles de dominação política, jurídica e promovia a aceleração econômica da sociedade. Nasceu no Brasil um Estado nacional sincrético, pois na aparência ainda defendia a ordem como se fosse democrático, representativo e pluralista, mas na realidade era um instrumento de oligarquias autoritárias permeado de contradições.

Na perspectiva de Florestan, no entanto, o modelo autocrático burguês, na sua forma violenta, era inexoravelmente transitório. A própria conjuntura internacional do final dos anos 1970 implicou em mudanças substantivas na dimensão externa da dupla articulação, pois a subida das taxas de juros americanas, juntamente com o segundo choque dos preços internacionais do petróleo criaram para o Brasil, altamente endividado internacionalmente, uma crise sem precedentes. A crise da dívida, em conjunto com os anos de extrema violência e opressão social interna, trouxe à tona as contradições mais profundas da democracia restrita em seu modelo autocrático e tornou sua permanência insustentável. Grandes movimentos de organizações de trabalhadores surgiram, mesmo sendo ilegais, manifestações contra carestia e denúncia de violência política e social foram se ampliando. Foi necessário que se formulasse, progressivamente, uma forma de saída daquele contexto.

É nessa conjuntura que se estabelece a controvérsia sobre as possibilidades de saída democrática no campo da esquerda no Brasil, no qual Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho são partícipes fundamentais. Esses autores merecem destaque especial seja pela importância de sua interpretação do Brasil deste período, seja como formuladores teóricos da base que foi utilizada pelo PT para orientar sua ação política.

A controvérsia das perspectivas democráticas no nascimento da Nova República: democracia de cooptação e democracia de massas

Florestan Fernandes observava que um elemento fundamental do caráter contraditório da democracia no Brasil residia em que a própria opção pelo consenso burguês (democracia restrita na forma autocrática) continha as sementes de sua destruição, ou pelo menos de seu enfraquecimento e substituição por uma nova forma de democracia. Em sua perspectiva, muito embora este acordo tenha dado às frações de classe burguesa a possibilidade de gerirem abertamente novas formas da luta de classes com um Estado autocrático, não lhe deu autonomia para fora e limitou o próprio horizonte interno de solidariedade entre a burguesia e as demais classes.

A opção pelo consenso foi também a opção de abrir mão da base material do desenvolvimento autopropelido, pois ampliava a dependência externa de forma crescente e aprofundava a segregação social ao enxergar as classes despossuídas como meros inimigos irreconciliáveis ou setores sociais que deviam ser tutelados, o que só fazia aumentar a dupla articulação.

Passadas as fases de repressão inicial do regime, as reformas de 1964⁶ e o endurecimento político em 1968 com o Ato Institucional nº 5⁷, os conflituosos interesses burgueses puderam voltar à cena política, implicando a inevitável tensão interna do sistema de poder. A recuperação econômica (ver tabela a seguir) abriu espaço para disputas internas sobre a direção do processo de desenvolvimento. É nesse contexto que Florestan Fernandes aponta para o surgimento da forma transformada da democracia restrita, a democracia de cooptação.

Tabela 2

Taxa de Crescimento do PIB (%)			
Ano	Brasil	Ano	Brasil
1964	3,4	1969	9,5
1965	2,4	1970	10,4
1966	6,7	1971	11,34
1967	4,2	1972	11,94
1968	9,8	1973	13,97
Fonte – Elaboração própria a partir de dados do IBGE/Sistema de Contas Nacionais			

⁶ As reformas de 1964 foram reunidas no Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), que reunia um diagnóstico para a inflação, de demanda e de custos, e que propunha um diagnóstico gradualista com reformas fiscais e monetárias, a prática do realismo cambial e o estabelecimento de uma regra salarial, assentada no arrocho.

⁷ O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, foi a mais violenta instituição de coerção da ditadura, com a perda de mandato de parlamentares contrários ao regime, o fechamento do Congresso Nacional até 21 de outubro de 1969, a intervenção em estados e municípios que dava poder extraordinário aos governadores, a institucionalização da tortura por meio da suspensão de garantias constitucionais, o controle das manifestações, a censura de imprensa e a intensificação da censura ao cassar direitos políticos de vários brasileiros. Todas essas medidas ampliaram as bases de repressão e opressão do Estado.

A democracia de cooptação nada mais é do que uma forma específica e elaborada da democracia restrita brasileira. Ela consiste no apassivamento, temporário, da luta de classes e pressupõe a corrupção dos agentes econômicos envolvidos e do sistema de poder, pois o caráter permanente da luta de classes não pode ser eliminado do modo de produção capitalista, uma vez que esse é baseado na exploração do trabalho e na existência da propriedade privada e de instituições jurídicas e políticas que garantem sua existência. A democracia de cooptação pode também ser chamada de política de conciliação de classes. A forma de funcionamento da cooptação é variada e resulta de um processo lento e gradual que demanda o estudo de suas especificidades. Em síntese, na concepção de Fernandes, a democracia de cooptação é uma evolução da forma de dominação burguesa que se adaptou aos novos tempos históricos em que a ditadura não pode mais ser usada como forma preponderante de ordem política. Sua existência, no entanto, dependia de determinadas condições da dupla articulação.

A cooptação do período civil-militar consistiu na agregação sistemática e generalizada de interesses burgueses, brasileiros e estrangeiros, e serviu de elo facilitador para produzir privilégios entre os 'mais iguais'. Não foi um processo restrito às frações altas da burguesia, senão também às frações médias (ou pequeno-burguesas) que puderam usufruir do aparato estatal, tecnocrático e militar. Enfim, os interesses dominantes se impuseram ilimitadamente de cima para baixo conformando um verdadeiro paraíso burguês. Esse espaço, porém, só foi aberto pela conjuntura econômica positiva do 'milagre econômico' (1968-1973), sob taxas de crescimento confortáveis o suficiente para que este processo de ajustamento fino de repartição dos ganhos econômicos fosse feito social e politicamente de forma concertada. Além disso, a dinâmica da modernização produtiva tinha forte impacto sobre a classe trabalhadora que sofreu com a repressão.

Nesse cenário de auge da regeneração burguesa do 'milagre econômico', as dinâmicas externas de emergência do capitalismo monopolista e internas da

industrialização dependente colocavam em conflito cada vez maior os interesses burgueses e dos trabalhadores no período de certa estabilidade política dentro do regime militar dos anos 1970. Porém, o cenário mudaria no fim da década: organizações de trabalhadores puderam sair da ilegalidade e começaram a voltar à cena e, com elas, manifestações e greves foram sendo crescentemente organizadas. Dentro das associações de bairros e comunidades eclesiais de base da igreja católica também foram sendo feitas discussões e manifestações em torno das questões dos direitos humanos, da fome e da violência. É necessário frisar que a ativação daquelas forças reprimidas era insuficiente para uma revolução socialista, mas impunha inexoravelmente transformações na sociedade dependente. Foi por isso que a distensão política do regime civil-militar passou a ser almejada pelas próprias frações da classe dominante, deixando suas contradições flagrantes.

Deste movimento de transição começado nos anos 1970, o PT seria fundado em 1980, sendo que toda a discussão de base que dará origem ao movimento de fundação deste partido estava ocorrendo em todo o país e fora dele. Florestan fez parte dessa movimentação e sua interpretação sobre a conjuntura da época foi muito influente no debate. Do ponto de vista do autor, a tarefa burguesa naquele período de início de abertura política seria dupla: reforçar a autocracia burguesa ampliando a cooptação para baixo, criando formas de conexão com o restante da sociedade civil, a classe trabalhadora, de maneira a camuflar os privilégios burgueses, e estabelecendo o alcance constitucional e legal do Estado autocrático de forma mais ampla. Não se trataria de retomar uma suposta 'democracia', mas, sim, de retomar condições seguras para o prosseguimento da ordem social de antes de 1964.

O sociólogo foi preciso ao formular que as classes dominantes teriam de encontrar novas formas coercitivas estatais e que uma possível ampliação da democracia de cooptação implicaria o beneficiamento de outras classes que não só as altas e as médias. No entanto, compreendia que a possibilidade de mobilidade social vertical teria duas consequências: i) aumentaria o horizonte da

consciência burguesa ao converter estas classes despossuídas em possuidoras gerando protestos de dentro da ordem; ii) geraria uma organização crescente de pressões contra a ordem, uma vez que estariam expostas as contradições da sociedade de classes.

Nesse sentido, Florestan acreditava que a democracia de cooptação aberta nasceria débil, pois na perspectiva das classes tuteladas ofereceria muito pouco, enquanto na ótica dos dominantes teria um preço muito elevado. Era como se a forma política da democracia de cooptação fosse uma segunda opção para todos que dela participavam. Florestan aponta que as burguesias brasileiras não dariam conta de lidar com a cooptação sob bases tão precárias com um Estado autocrático, pois num país de extrema concentração de renda e de poder restaria pouco para a compra de alianças ou de lealdades (Fernandes, 1975, p. 424). Se era esta a tarefa aberta para a burguesia, restaria saber qual seria a tarefa da classe trabalhadora brasileira.

É nesse contexto de emergência de democracia de cooptação ainda sob Estado autocrático que Florestan propõe que o PT, partido nascido em 1980, oriundo das greves operárias de 1978, teria de decidir se optaria ou não por se tornar um partido proletário revolucionário (Fernandes, 1981). Florestan traz uma importante reflexão sobre o papel dos trabalhadores na vanguarda do processo revolucionário. Ao destacar isso, faz uma afirmação que parece se confirmar hoje como uma profecia:

A revolução proletária volta-se para a emancipação coletiva dos trabalhadores pelos *próprios trabalhadores*. Ou o PT decifra a solução correta dessa necessidade histórica na cena brasileira ou ele engrossará as fileiras dos partidos reformadores imantados à “reforma capitalista do capitalismo”, ao “capitalismo melhorado” ou ao “capitalismo do bem-estar social”. (Fernandes, 1981, p. 241, grifos originais do autor)

Ao mesmo tempo que Florestan mantinha-se convencido da ideia de que o horizonte da classe trabalhadora era o horizonte socialista, compreendia que

era necessário um processo de transição democrática, com o estabelecimento de uma nova Constituição para a organização da classe. Não havia condições ainda para uma revolução imediata, porém o partido deveria constituir-se com este objetivo estratégico. Em sua compreensão da situação política real do Brasil nos anos 1980, o autor se dispôs pessoalmente a ser deputado constituinte entre 1987 e 1991 e exercerá, pelo PT, o cargo de deputado federal, para o qual é eleito e atua entre 1991 e 1995.

A interpretação de Florestan Fernandes sobre a consolidação da revolução burguesa no Brasil foi um marco para se pensar o Brasil enquanto nação e as possibilidades democráticas e revolucionárias no país. Entretanto, sua análise política esteve longe de ser consensual. Em especial, no tocante às perspectivas democráticas e à forma organizacional sob a qual dever-se-ia constituir o novo partido e a ação política dos trabalhadores nos anos 1980.

Pode-se afirmar que Carlos Nelson Coutinho, intelectual oriundo do Partido Comunista Brasileiro e exilado na Itália, onde recebera forte influência do pensamento gramsciano e do eurocomunismo de Enrico Berlinguer, tinha uma visão distinta para as perspectivas da democracia brasileira daquela apresentada por Florestan Fernandes. Mais precisamente, na época da lei de anistia, em 1979, ano em que escreve “A democracia como valor universal”⁸, ele apostava com mais força no processo de democratização como um grande apoio à tarefa que julgava competente às forças de esquerda no país: a luta pelo fim do regime de exceção implantado em 1964 e a implantação do socialismo.

⁸ Sua obra é marcada pela forte conexão entre democracia e revolução e é fortemente influenciada pela busca de uma ‘terceira via’ entre o socialismo stalinista e a socialdemocracia europeia. Para entender o título do texto de Coutinho (1979) temos que ter presente que o processo de democratização em novas bases pressupunha a negação da falsa identidade entre gênese e validade da democracia. A explicação da expressão “democracia como um valor universal” advém do fato de o conceito de democracia, formalmente, não depender do momento e da sociedade onde foi originado. A qualidade que o sistema democrático impõe na intensificação da vida política das massas seria a de tornar a democracia universal, valendo em distintas formações sociais como um princípio a ser atingido. Uma visão crítica à leitura de Gramsci do autor era a de Edmundo Dias, professor da Unicamp, que defendia a unidade dialética de infraestrutura e superestrutura. Diante desta crítica, Carlos Nelson Coutinho iria rever sua posição do Estado enquanto representação da superestrutura.

Coutinho seria responsável pela introdução de uma das leituras de Gramsci no Brasil⁹, alinhada à visão de Estado como representação da superestrutura, o que o fez afirmar no final da década de 1970, em movimento de crítica ao stalinismo soviético e à socialdemocracia burguesa, que a passagem para a democracia socialista seria algo provável e de transição longa, necessitando a criação de “pressupostos ideológicos, econômicos e políticos” (Coutinho, 1979, p.35). Portanto, a tarefa de democratização posta para esquerda se tratava de uma estratégia, e não de uma tática¹⁰, de pôr fim às soluções prussianas – ou às soluções de ‘revolução passiva’¹¹, conforme o vocabulário visto em Coutinho (1989) – dando resposta às insuficiências da revolução burguesa no Brasil.

9 A controvérsia que estamos montando sobre as perspectivas que estavam abertas no período de transição democrática entre as interpretações de Florestan Fernandes e de Carlos Nelson Coutinho são perpassadas por uma série de outras visões. Para ficar só no campo da esquerda, poderíamos afirmar, conforme Duriguetto (2007), que havia um debate nesta época sobre a relação da sociedade civil e seu papel em relação à democracia. Para Iasi (2014), de um lado, se poderiam alinhar as interpretações de Wanderley Guilherme do Santos, Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier. Apesar de serem diferentes entre si, podem ser sintetizadas por criticarem a concentração de poder, econômico e político, contrapondo a ela uma liberalização do mercado e advogando a favor do fortalecimento da sociedade civil – que para eles seria um espaço de liberdade para a organização social dos diversos interesses existentes na sociedade. O que essas interpretações fazem é esvaziar o caráter de luta de classes da sociedade civil, reduzindo-a como canal de negociação com o Estado e não como um espaço de confronto com o Estado; de outro lado, estariam sintetizadas as ideias que levavam em conta a participação dos movimentos e lutas sociais. Dentre as principais interpretações desta área estão as de Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort e Marilena Chauí. Para o aprofundamento de cada uma dessas propostas, ver Duriguetto (2007).

10 Quando nos referimos à tática e à estratégia, estamos nos referindo ao arcabouço teórico de Gramsci, utilizado por Carlos Nelson Coutinho. Em linhas gerais, tática e estratégia têm como significado a ação racional visando à obtenção de um determinado objetivo final, portanto englobam a ideia de objetivo final e caminho para tal. Porém, o campo da tática se refere a ações que se tomam para lidar com situações de momento, é a teoria para lidar com os embates episódicos de classe. Já a estratégia seria uma ação planejada objetivando obter vantagens futuras ou interesses de classes ou frações de classe com respeito à dominação sobre o adversário sobre o qual se quer demarcar posição. Estes conceitos se referem respectivamente aos conceitos gramscianos de ‘guerra de posição’ e de ‘guerra de movimento’. Eles servirão para explicar o que será uma estratégia democrática, parte fundante do debate interno no Partido dos Trabalhadores (PT), como será visto adiante.

¹¹ Para Lenin, a ‘via prussiana’, que ocorreria na Prússia, era diferente dos moldes de revolução estadunidense, inglês e francês, de um lado, e russo e chinês de outro. Em Coutinho (1979), aparece o termo ‘via prussiana’ para determinar a formação social brasileira, porém, a partir de Coutinho (1989), este termo é substituído por revolução passiva, a fim de incorporar a interpretação que o autor baiano fazia do uso desta categoria usada na obra de Antonio Gramsci.

A interpretação de Brasil de Carlos Nelson aponta que o sistema capitalista, que à época recém atingira a fase monopolista de Estado, traz inexoravelmente na sua dinâmica os elementos que poderiam viabilizar a passagem da democracia liberal para a democracia socialista. A transição da democracia liberal para a socialista seria, portanto, a superação dialética da democracia liberal, tal qual elaborada pelos autores liberais desde o século XVII. Isso se daria com a permanência de traços antigos, com a incorporação de elementos novos e a negação dos elementos incompatíveis com o novo momento histórico de emancipação humana, abertura possível graças à criação incipiente daqueles pressupostos ideológicos, econômicos e políticos.

A democracia socialista seria fundada na participação e controle das massas do processo político e pela reversão da solução de revolução passiva. Para essa democracia ser atingida, ela teria de ser construída por um processo de ‘renovação democrática’ que acabasse com a alienação política – fruto do autoritarismo do regime de exceção – e com a tendência à burocratização estatal. Isso se daria pelo fortalecimento de tendências recém surgidas naquele contexto. A saber: o surgimento de novos mecanismos de democracia direta relativamente dissociados do Estado (comissões de empresa, sindicatos, associações religiosas, grupos de bairro etc.), agregando, numa unidade, interesses plurais, principalmente da classe operária, de forma organizada de baixo para cima, o que conformaria um ‘sujeito político coletivo’; também reforçaria as formas de democracia indireta (parlamento e cena político-partidária), de forma a constituírem uma “síntese política dos vários sujeitos políticos coletivos” (Coutinho, 1979, p.38).

Nesse sentido, o partido também seria um sujeito político coletivo construído a partir desse processo de democratização e, inclusive por isso, uma advertência é feita: esses mecanismos de democracia direta e indireta não poderiam resultar na ‘burocratização proletária do Estado’, pois a ideia de uma ‘sociedade regulada’ defendida por Coutinho era ter um autogoverno dos produtores associados com o fim da alienação política.

Isso, teoricamente, daria a possibilidade de superação dialética da democracia liberal pela democracia socialista. Portanto, a democracia socialista requer

mais que a socialização dos meios de produção, mas uma verdadeira socialização da política com a superação da antinomia entre governantes e governados, elemento fundante da política segundo Gramsci (Coutinho, 2011).

O ponto da análise propositiva de Coutinho que gerou muita polêmica foi sua crença de que as possibilidades de transformação da democracia a partir da distensão do regime civil-militar estariam, num primeiro momento, circunscritas aos limites da democracia liberal, pois o processo de renovação democrática seria lento e gradual. As raízes disso estariam no fato de a fonte da fraqueza democrática brasileira estar na tradição de revoluções passivas, que, aliada à marca da antidemocracia, geraria uma barreira temporária para a ‘renovação democrática’ em nível das massas, referida anteriormente. Esta renovação ficaria ainda por certo tempo sob a hegemonia de monopólios nacionais e internacionais burgueses.

Coutinho chegou à seguinte formulação sobre uma bifurcação iminente para a abertura do regime civil-militar:

Embora no quadro de uma busca permanente da máxima unidade possível, é certo que se alterarão – em função das tarefas concretas – a natureza e a amplitude das alianças visadas pelas forças populares. De modo esquemático, poderíamos dizer que as tarefas da renovação democrática desdobram-se em dois planos principais. Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente, trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e nas permanências das “regras do jogo” a serem implantadas por uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade.

E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca de unidade, nesse nível terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista e, numa etapa posterior,

para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política. (Coutinho, 1979, p. 45-46)

A primeira abertura, de busca de unidade das forças que buscavam o fim do regime de exceção, foi importante para atingir o conjunto de liberdades citado para a garantia de um regime estabelecido pela Assembleia Constituinte findado o regime civil-militar. Portanto, o objetivo primeiro era a suplantação do regime civil-militar.

Até este ponto, mesmo com nuances diferentes, as análises de Florestan e Coutinho tendem a convergir na política, porém, quanto ao segundo movimento sugerido por Coutinho, que é exatamente aquele que Florestan identificaria como favorável ao aprofundamento da democracia de cooptação, surge a divergência referente à tática de ação da burguesia e suas implicações para a luta de classes no país.

Dessa forma, o segundo caminho, de construção de alianças que construiriam o rumo para a democracia de massas, é o que parece despontar como ponto de maior polêmica do texto. Se tanto para a economia política crítica e para a teoria política crítica, nas quais o autor baiano se baseia, as contradições da sociedade capitalista estão postas nas irreconciliáveis lutas de classe, econômicas e políticas, a construção de alianças para orientar a democracia liberal para a democracia de massas seria uma tarefa cheia de dificuldades e não sinalizava uma crítica à existência da propriedade privada.

Para Coutinho, a passagem pela agenda democrático-popular era uma necessidade para a chegada na sociedade regulada de Gramsci ou, simplesmente, na democracia socialista: a democracia era um processo¹².

¹² “Resta ainda um longo caminho a percorrer na luta para ampliar a socialização da política, para construir um efetivo protagonismo das massas, capaz de consolidar definitivamente a sociedade civil brasileira. Do desenlace dessa luta irá depender, de resto, o destino do atual processo de transição iniciado com a chamada ‘Nova República’: na medida em que essa transição foi fruto da combinação de pressões populares ‘de baixo’ e de operações transformistas ‘pelo alto’, seu ponto de chegada pode ser ou a criação de uma democracia real de massas, aberta ao avanço para o socialismo, ou a restauração do velho liberalismo elitista e excludente, agora sob a forma ‘moderna’ do liberal corporativismo. Mas, também nesse caso, os dados empiricamente constatáveis (adesão aos sindicatos, crescimento das comunidades

Essa discussão das perspectivas sobre a democracia brasileira encontraria na criação do PT a materialidade de representação partidária, na medida em que já existia nos espaços políticos que formaram a base do que veio a ser este partido. É no seio do PT que está boa parte da discussão sobre a ação política necessária para efetivamente estabelecer um processo democrático que, como já havia afirmado Fernandes, decifraria a solução correta da necessidade histórica de emancipação coletiva dos trabalhadores na cena brasileira. Não havia espaço nos anos 1980, na base do PT, para se pensar fora do horizonte democrático ou socialista, porém, a interpretação que tal partido faria, ao longo das décadas posteriores sobre as perspectivas democráticas é indispensável para se entender os limites que se colocaram ao partido como instrumento de transformação social emancipatório da classe trabalhadora e nos traz à pauta a categoria gramsciana de transformismo.

Transformismo: a democracia como instrumento de acomodação à ordem burguesa na Nova República

Transformismo para Gramsci é um processo de absorção gradual e contínua dos setores aliados e inimigos, aparentemente irreconciliáveis, através de variadas técnicas dentro de uma determinada organização ou movimento político. E temos a hipótese de que foi este o processo por meio do qual o PT se constituiu como a maior força política do congresso brasileiro no início dos anos 2000. Porém, é necessário construir historicamente esta hipótese.

O PT é um partido de correntes, sem centralismo democrático, porém construído a partir de suas teses congressuais, como os partidos da tradição de esquerda. No seu V Encontro Nacional em 1987, os dirigentes do PT deixaram evidente que, nas suas formulações, descartariam o caráter nacional de sua estratégia política como central, indicando que a aliança com a burguesia

de base, incremento dos partidos políticos de esquerda, sobretudo do PT), não desautorizam o otimismo” (Coutinho, 1989, p. 134).

brasileira seria espúria, na medida em que em nada contribuiria para o atingimento da meta final do partido: a introdução do socialismo no Brasil (Iasi, 2013).

É interessante perceber como a política do PT apontava compartilhar o horizonte estratégico socialista com a tradição comunista, porém indicava uma ruptura com a estratégia do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que advogava uma necessária etapa nacional, ao mesmo tempo mantinha a perspectiva da democratização com acúmulo de forças entre várias classes para realizar a ‘transição para a transição’ tal qual a Estratégia Democrático-Nacional do PCB. O programa do PT ficou conhecido como democrático-popular exatamente por não incorporar a dimensão nacional em sua estratégia.

Coerentemente com a perspectiva da democratização como um acúmulo de forças, nos anos 1980 e 1990 o partido disputou eleições majoritárias e proporcionais formando bancadas importantes e ganhando algumas prefeituras e governos de estados. Para conseguir realizar seus governos, no Estado burguês, o PT aderiu aos processos de alianças. Nesses processos de alianças, acordos locais se superpuseram aos elementos programáticos, e a orientação geral de atuação do partido foi mudando de forma.

Ao mesmo tempo que isso ocorria em alguns pontos do país, internamente, durante os governos de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique (1995-2003), o partido ainda mantinha alguns de seus princípios fundantes, sua bancada no congresso era a maior força antagonista ao neoliberalismo que foi implementado naquele contexto de duas décadas seguidas de baixo crescimento (Prado & Leopoldi, 2018). Ao mesmo tempo, o partido ainda não reunia as condições objetivas para a chegada ao poder e assistia no congresso à prática do presidencialismo de coalizão: uma forma de governabilidade nascida com o fim da ditadura que se baseia na compra de alianças políticas para obtenção de maioria parlamentar e que acaba por incorporar setores fisiologistas – aqueles que adequam seus princípios e interesses à situação de momento para estarem na base governamental.

Se considerarmos a perspectiva de Fernandes (1975), a democracia de cooptação em novos patamares não era ainda possível fosse pela própria conjuntura socioeconômica brasileira ou mesmo pela situação econômica mundial à época. A década de 1980 foi a de reajustamento do padrão ouro-dólar, com a política do dólar forte¹³ e a geopolítica da ‘Guerra nas Estrelas’¹⁴, seguida da derrubada do mundo comunista; enquanto a década de 1990 foi uma década de crises financeiras na Ásia, Rússia e América Latina.

Vale lembrar que o cenário latino-americano era de crise da dívida externa e havia intensa instabilidade na região. Sarney, de um lado, governou sob forte pressão popular após a Constituinte e, de outro, teve a missão de continuar o legado da revolução burguesa dependente que passava a se voltar ao neoliberalismo no período de fim da Guerra Fria e promovia o início da reestruturação produtiva; Collor foi quem começou a implantar as medidas econômicas neoliberais no Brasil, e seu governo seria conturbado pelas crises social, econômica e, principalmente, política; Itamar Franco e FHC centraram seus esforços na estabilização monetária e naquilo que consolidou de vez o neoliberalismo à brasileira: o Plano Real com seu tripé de ajuste fiscal, política monetária austera e câmbio flutuante¹⁵.

Diante dessas conjunturas conturbadas, conclui-se que não havia espaço, dentro do jogo democrático, para a conciliação de interesses divergentes e para o atendimento de demandas das camadas pobres, nem mesmo de forma paliativa. Essas condições não estavam na ordem do dia naquele momento. A década perdida de 1980 e a década de 1990 significaram o prolongamento

¹³ Política desenvolvida pelo governo norte-americano, sob a administração Reagan, de aumento das taxas internas de juros, atraindo capitais internacionais para as praças financeiras americanas e garantindo a valorização do dólar frente outras moedas nacionais do mundo.

¹⁴ Foi o programa militar estadunidense proposto pelo Presidente Ronald Reagan em 1983, para construir um sistema defensivo de mísseis e satélites artificiais espaciais capazes de impedir um ataque nuclear contra o território dos Estados Unidos.

¹⁵ Este ‘pé’ começou como ‘âncora cambial’, ou seja, política de câmbio fixo, porém, após as crises asiáticas (1997-1999) e russa (1998), foi necessário o ajuste para política de câmbio flexível, para se enquadrar melhor aos padrões do Consenso de Washington.

da compressão das condições de vida dos trabalhadores, ainda que após agosto de 1994 tenha havido estabilização monetária e imediata redução da pobreza.

Após a instabilidade da virada do século, os anos 2000 se abriram com novas possibilidades. O avanço do crescimento da China favoreceu significativamente o Brasil, além da conjuntura específica de eleições de presidentes latino-americanos de centro-esquerda. Só sob um contexto internacional mais favorável, com a estabilização monetária interna e com um candidato à presidência com a origem e o apelo popular de Lula foi que o PT avaliou ser necessário um acordo (subserviente) com as burguesias dominantes para obter junto à sociedade brasileira as condições para a chegada ao poder. Vale destacar que o programa que emanou no Congresso do PT no ano de 2002, quando se realizaram as eleições presidenciais, na qual elegeram seu primeiro presidente, a palavra socialismo não constava mais no texto, muito menos no campo do horizonte estratégico (Iasi, 2007).

Tabela 3

Taxa de Crescimento PIB(%)		
Ano	Brasil	Mundo
1980-89	3,02	3,27
1990-99	1,75	3,15
2000-08	3,78	4,32
Fonte – Elaboração própria a partir de dados do IBGE e FMI.		

Ao assumir a linha de menor resistência de conciliação, apassivamento da luta de classes e rendição aos princípios neoliberais do plano de estabilização monetária, o PT completou seu transformismo e virou um partido da esquerda da ordem, reproduzindo a dependência e o subdesenvolvimento típicos do capitalismo dependente, por atuar somente sobre os efeitos e não sobre as causas da questão social (León & Malta, 2017). Passou então a cooptar, na terminologia de Florestan, as classes tuteladas, fornecendo soluções conjunturais para dilemas estruturais como a pobreza e a desigualdade. É importante, porém, ressaltar

que os governos anteriores aos do PT só lograram uma melhoria conjuntural das condições de vida por meio da nova rodada de modernização dos padrões de consumo dos governos de Lula e Dilma. Nesse sentido, o PT foi um marco na história do país ao incorporar os setores mais pobres às ilusões consumistas do capitalismo, mas sem resolver os problemas da segregação social.

No entanto, precisamos observar que, no caso específico da construção política necessária para a eleição presidencial, o PT não apenas fez uso da política de alianças no processo eleitoral, mas do presidencialismo de coalizão após eleito com a compra de alianças políticas para obtenção de maioria parlamentar.

Em 2005, exposto por estar envolvido no caso de corrupção conhecido como ‘mensalão’ em que o partido comprava votos de parlamentares através de negociatas e financiamentos escusos, o PT evidenciou o sentido da compra de alianças como cooptação através da corrupção e aliança com interesses burgueses, levando as previsões de Florestan sobre o que seria uma democracia de cooptação às suas últimas e mais duras consequências. A dinâmica específica do mensalão consistia no pagamento pecuniário mensal e ilegal para alguns congressistas (Anderson, 2020).

A estratégia de ação do PT, portanto, foi de atingir novas formas de manter o status quo transformando progressivamente seu programa originário para atender à ampliação das alianças, porém mantendo um discurso popular principalmente voltado para a inclusão social pelo consumo. Ironicamente a cooptação foi exercida em sua forma plena, com a abertura para baixo por um partido de base social trabalhadora. Cumprindo as características do transformismo de Gramsci e da democracia de cooptação de Fernandes.

A cooptação, aquela segunda opção que coube às frações burguesas e à classe trabalhadora na redemocratização, sofreria uma inflexão definitiva com as chamadas Jornadas de Junho de 2013, nas quais grande parte da população foi às ruas mostrar sua insatisfação com as promessas do Estado democrático de

direito. Nossa interpretação é de que o ano de 2013¹⁶ explodiu como um barril de pólvora que as próprias políticas do PT e os órgãos de opinião pública acenderam (Sampaio Jr., 2017). Os descasos com a resolução da questão social e a cada vez mais evidente participação ou conivência com casos de corrupção, especialmente os que envolviam a Petrobras, sinalizam nesta direção. Uma crise de acumulação se tornou também uma crise de representatividade, e a juventude, demonstrando sua ojeriza contra os partidos da ordem, foi às ruas protestar.

A partir de então, a luta de classes no Brasil assumiu algumas dimensões. Uma dimensão política com a crise de representatividade política, pois boa parte da população passou a questionar o funcionamento da democracia liberal, ainda mais com a disputa fratricida entre as frações de classe burguesa a partir do impedimento da presidente Dilma; uma dimensão econômica que vinha desde os anos 1980 com o processo de desindustrialização e que o PT não reverteu; uma dimensão social exposta pela denúncia social da percepção de níveis elevados de desigualdade e pobreza.

As classes dominantes não hesitaram em demonstrar sua intolerância ao uso do conflito como uma forma de resolução das lutas sociais e usaram a opinião pública contra qualquer manifestação contra a ordem. Aparelhos de Estado como a imprensa e os novos movimentos conservadores, como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL) – que foi criado em parte para se contrapor à sigla parecida MPL (Movimento Passe Livre), que tem uma pauta progressista que luta por tarifa zero de transporte –, tentaram tomar a frente das manifestações e lograram mobilizar grande parte da população contra o governo petista. Ao mesmo tempo, é importante ter atenção ao fato de que organizações conservadoras como as igrejas neopentecostais ligadas à ‘teologia da prosperidade’ também foram se ampliando no âmbito das classes populares, fortalecendo um discurso moralista. As classes dominantes manipularam a situação como se as manifestações que inicialmente começaram como protestos

¹⁶ Uma análise mais detida sobre os aspectos econômicos da crise de 2013, da queda de lucratividade e sua origem na luta de classes é um trabalho que merece maior atenção e merece ser desenvolvido futuramente.

específicos e nitidamente políticos fossem apartidárias e como se não tivessem uma bandeira política clara.

Novamente, como em tantos momentos da história do Brasil, as demandas dos movimentos populares foram reduzidas à pauta da corrupção. Vale lembrar, no entanto, que do outro lado setores da juventude se organizaram para se manifestar contra as políticas neoliberais do governo Dilma Rousseff, e grupos como os black blocs, um movimento da juventude com inspiração anarquista e com tática de guerrilha urbana, agitavam as ruas em legítima manifestação de insatisfação.

Após uma fase de espontaneidade ímpar, nascida das contradições internas da democracia de cooptação, e que foi seguida por uma explosão do número de greves¹⁷ por todo o país, os movimentos das ruas foram manipulados por movimentos conservadores (Sampaio Jr., 2017). A manipulação da opinião pública seguiu de tal forma que o descontentamento multitudinário inicial foi transformado em ódio da classe média contra o partido que representava, para as classes dominantes, para os setores médios e parte considerável da classe trabalhadora, as mudanças sociais dos últimos anos: o PT.

Assim, a crise da forma política que atingira seu ápice sob o PT chegara ao seu momento de agonia final com o impedimento de Dilma em 2016. A pautas avançadas contra os direitos dos trabalhadores no governo Temer e a eleição de Jair Bolsonaro, que à época era filiado ao Partido Social Liberal (PSL), em 2018, apontam o esgotamento daquela forma política e com ela o fim iminente da Nova República.

O tipo de democratização após a promulgação da Constituição de 1988 não gestou a democracia de massas de Coutinho, e a democracia de cooptação de Florestan parece ter se realizado até seu esgotamento. Ainda assim, a referên-

¹⁷ Ruy Braga é um autor que tem analisado criticamente o movimento grevista no Brasil sinalizando que as greves já vinham aumentando antes de 2013, mas que a partir de tal ano o número aumenta em velocidade mais rápida. Ver mais em “A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global”, Ruy Braga (2017).

cia estrutural da democracia restrita e da dupla articulação que caracterizam o capitalismo dependente parece permanecer.

Considerações finais

A controvérsia que apresentamos sobre as perspectivas que se apresentavam para a democracia no Brasil durante a redemocratização sinalizou que, por um lado, para Florestan Fernandes, a possibilidade real que se desenhava, longe de ser uma imediata transformação socialista, era uma nova forma de atuação do Estado autocrático burguês a partir da expansão, para parte da classe trabalhadora, de um instrumento burguês nascido durante a ditadura, a democracia de cooptação; por outro lado, para Carlos Nelson Coutinho, a perspectiva era de uma possível redemocratização que num primeiro momento deveria prezar pelo acúmulo de forças, inclusive com setores da burguesia, no sentido de abertura política, para depois construir uma democracia organizada de massas. Apontamos que o período que sucedeu essa controvérsia sinaliza que Florestan Fernandes foi mais preciso na caracterização do que estava aberto à realidade brasileira.

A Nova República foi o período em que se desenvolveu, desabrochou e pereceu a forma política da democracia de cooptação. Esta forma se baseia no pacto e na aliança de classes e entre frações de classe, numa verdadeira revolução das técnicas da contrarrevolução. A política do PT nada mais foi do que se acomodar aos marcos da democracia burguesa cooptando os setores pobres, médios e ricos, mas, tal como no regime de 1964, a cooptação do PT também foi uma política de acumulação transitória.

Uma contribuição deste capítulo foi mostrar que só sob certas condições do cenário econômico, internacional e nacional, e com um governo de um partido de origem trabalhadora e com propostas fundacionais de cunho socialista foi que a cooptação pôde ser exercida na sua forma mais desenvolvida. O transformismo sofrido por esse partido, que se alinhou à ordem burguesa,

orquestrou a conciliação de interesses que pareciam irreconciliáveis a fim de apassivar a luta de classes, incorporando superficialmente setores da sociedade à lógica capitalista.

A evidência do declínio da forma de cooptação pode ser vista nas manifestações de junho de 2013, quando o povo foi espontaneamente à rua reivindicar empregos, salários, transporte e educação pública, revelando os limites do Estado democrático de direito, da possibilidade de conciliação de classes e as contradições do próprio neoliberalismo. O cenário brasileiro pós 2016 deve ser visto no contexto mundial de ascensão de governos conservadores, tanto no centro do mundo capitalista como na sua periferia.

No momento em que este texto foi finalizado, em maio de 2020, os governos que sucederam o governo de Dilma já tinham logrado as reformas fiscal, trabalhista, previdenciária e esboçavam a reforma administrativa, marcando um novo regime de acumulação em que a retirada de direitos e a exploração da classe trabalhadora são as principais características. Esse movimento se dá mesmo sob intensa crise de poder e sob acusações de não respeitar as regras democráticas e tampouco os direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo de décadas de luta. Isso significa que o padrão de acumulação e de dominação burguesa consolidado em 1964, e que sofreu mudanças de forma de lá para cá, tem hoje um conteúdo comum de exploração e repressão dos trabalhadores. O importante é perceber que as acumulação e dominação capitalistas podem atuar sob formas ora mais abertas ora mais ocultas.

É interessante a hipótese de Iasi (2016) de que o contexto recente, de governo de Michel Temer, estabeleceu o rumo a uma nova ditadura. Porém, não naquela forma civil-militar da contrarrevolução preventiva com Estado de exceção repressor, senão um novo tipo cercado de legalidade jurídica e com a aparência de possibilidades de alternância política, como se o Estado de direito estivesse preservado, mas que na verdade torna o Estado de exceção uma regra. A partir da conjunção entre i) a crise de poder; ii) a dinâmica da luta de classes e; iii) o grau de risco imposto à ordem, as formas institucionalizadas

de democracia entraram em confronto com os interesses da classe dominante, abrindo espaço para que o Estado viesse a atuar como a forma universal do interesse de classe burguês.

Retorna-se aqui ao ponto de partida inscrito na ideia de Ianni (1988) de que no Brasil existe uma cultura política autoritária que faz com que a maioria da população não se identifique no Estado, não se veja ali representada. Com o fim da democracia de cooptação, as classes dominantes recorreram ao abuso do aspecto coercitivo do Estado. Elas criminalizaram a sociedade civil e as reivindicações sociais voltaram a ser tratadas como questão de polícia. A lógica do movimento em curso é de interditar, ainda mais, a democracia brasileira, desonerando o Estado de suas responsabilidades públicas.

Como fenômeno superficial que esconde o substrato de luta de classes da sociedade burguesa, a democracia varia entre a cooptação e o esmagamento das classes trabalhadoras. Se não forem superados os dilemas da segregação social interna e da dependência externa que reproduzem o subdesenvolvimento, a democracia brasileira continuará alienando a maioria da população das esferas decisórias da política, da economia e da cultura, pois o capital, mesmo em momentos de crises mais sérias, encontra novas formas para exercer seu poder de dominação. Parafraseando Giuseppe di Lampedusa: “tudo deve mudar para que tudo fique como está”.

Referências

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte**. São Paulo. Boitempo, 2020.

BOFFO, Marco; SAAD-FILHO, Alfredo; FINE, Ben. Neoliberal Capitalism: the authoritarian turn. *In: Socialist Register*, p. 247-270, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil. **Revista Encontros com a civilização brasileira**. n. 9, p. 33-47, 1979.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

CURTY, Carla; MALTA, Maria. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. *In*: MALTA, Maria; LEÓN, Jaime; CURTY, Carla; BORJA, Bruno (org.). **Controvérsias sobre história, desenvolvimento e revolução no Brasil**: pensamento econômico em interpretação crítica. 2022. (neste livro)

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FERNANDES, Florestan. **A revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação Sociológica. São Paulo: Globo, [1975] 2011.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação**: o PT e os rumos do socialismo hoje. São Paulo: Globo, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1934] 2011.

IANNI, Octávio. As raízes da anti-democracia na América Latina. *Lua Nova*: **Revista de Cultura e Política**, n. 14, São Paulo, p. 17-22, 1988.

IASI, Mauro. **O PT e a revolução burguesa no Brasil**. Marília: Editora Unesp, 2013.

IASI, Mauro. **Política, Estado e Ideologia na trama atual**. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2017.

LEÓN, Jaime; MALTA, Maria. Um debate sobre a democracia brasileira: tradição plutocrática e perspectivas de democratização no meio de uma crise de poder e de acumulação. **Texto de discussão n. 017 do Instituto de Economia da UFRJ**. 2017. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD_IE_017_2017_LEON_MALTA.pdf. Acesso em: 4 nov. 2021.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, [1995] 2002.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PRADO, Luiz. LEOPOLDI, Maria. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. *In: O tempo da Nova República: da transição democrática à política de 2016*. Coleção O Brasil republicano. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

PINTO, Eduardo et al. A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política** n. 54 (set./dez. 2019), p. 183-215, 2019.

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lécio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio. **Crônicas de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma**. São Paulo: SG-Amarante, 2017

UM POUCO DE QUEM SOMOS

Bruno Borja – Professor do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisador do Coletivo Marxista da Rural (MAR/UFRRJ) e do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema/UFRJ/UFRRJ). Pesquisa nas áreas de Economia Política da Cultura e de Pensamento Econômico e Social Latino-Americano. E-mail: borja.bruno@gmail.com

Carla Curty – Professora do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema/UFRJ/UFRRJ) e do Coletivo Marxista da Rural (MAR/UFRRJ). Pesquisa nas áreas de História do Pensamento Econômico, Crítica da Economia Política e História do Pensamento Econômico e Social Brasileiro e Latino-Americano. E-mail: carla_curty@yahoo.com.br

Filipe Leite – É professor adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde é pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o marxismo (NIEP-Marx). Também atua como pesquisador do Coletivo Marxista da Rural (MAR/UFRRJ). Entre 2009 e 2016 participou como pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema/UFRJ/UFRRJ). Pesquisa na área de Pensamento Econômico Brasileiro e Teoria Marxista do Valor. E-mail: leitepn@gmail.com

Jaime León – É pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema/UFRJ/UFRRJ) e professor do Instituto de Economia da UFRJ. Pesquisa na área de

formação socioeconômica brasileira, democracia e questão racial. É também membro do Grupo de Estudos Florestan Fernandes (GEFF). E-mail: jaimel Leon@ie.ufrj.br

Larissa Mazolli – É pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema/UFRJ/UFRRJ). Graduada em Relações Internacionais na Unilasalle-RJ e em Ciências Econômicas na UFF e mestre em Economia Política Internacional pela UFRJ. Sua dissertação de mestrado foi sobre “Mudanças na estrutura agrária brasileira e seus desdobramentos no desenvolvimento econômico”. E-mail: larissamv@gmail.com

Maria Mello de Malta – Professora do Instituto Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema/UFRJ/UFRRJ). Pesquisa nas áreas de História do Pensamento Econômico, Crítica da Economia Política e História do Pensamento Econômico e Social Brasileiro. E-mail: mariamalta@ie.ufrj.br

Wilson Vieira – Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema/UFRJ/UFRRJ) e do Laboratório de Estudos de Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC), ambos da UFRJ, e professor do Instituto de Economia da UFRJ. Pesquisa nas áreas de História Econômica do Brasil, Economia Brasileira e Pensamento Econômico e Social Brasileiro e Latino-Americano (especialmente nos temas: nação e relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento). E-mail: wilson.vieira@ie.ufrj.br